

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

SALETE APARECIDA DA CRUZ

**IDENTIDADES CAMBIANTES NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DE RIO DE CONTAS, NO ALTO SERTÃO BAIANO**

Marília

2011

SALETE APARECIDA DA CRUZ

**IDENTIDADES CAMBIANTES NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DE RIO DE CONTAS, NO ALTO SERTÃO BAIANO**

Tese de doutorado apresentada como pré-requisito para a obtenção do grau de Doutor, do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Orientadora: Prof^a Livre Docente Dr^a Claude Lépine.

Marília

2011

Ficha Catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – UNESP - Campus de Marília

Cruz, Saete Aparecida da.
C957i Identidades cambiantes nas comunidades quilombadas de
Rio de Contas, no alto sertão baiano / Saete Aparecida da Cruz.
- Marília, 2011.

325 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.

Bibliografia: f. 168-175.

Orientador: Claude Lépine.

1. Antropologia. 2. Negros - Diamantina, Chapada da (BA).
3. Quilombos. 3. Comunidade. 4. Identidade. 4. Cultura. 5.
Religiosidade católica. I. Autor. II. Título.

CDD 305.896081

SALETE APARECIDA DA CRUZ

**IDENTIDADES CAMBIANTES NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE RIO DE
CONTAS, NO ALTO SERTÃO BAIANO**

**Tese para obtenção do Grau de Doutor do Programa de Pós – Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**

Aprovada em 14 de abril de 2011

Banca Examinadora:

Prof. Dra. CLAUDE LEPINE – Orientadora
Professor, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília

Prof. Dra. LÚCIA HELENA OLIVEIRA SILVA
Prof. Assistente Doutor, Departamento de História/ Universidade de Ciências e letras de
Assis.

Prof. Dra. NIMINON SUZEL PINHEIRO
Prof. Assistente Doutor, Departamento de Turismo e Pedagogia/ Centro Universitário de Rio
Preto.

Prof. Dra. MIRIAN CLAUDIA LOUR SIMONETTI
Prof. Assistente Doutor, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Faculdade de
Filosofia e Ciências de Marília.

Prof. Dr. ANTONIO MENDES DA COSTA BRAGA
Prof. Assistente Doutor, Departamento de Sociologia e Antropologia / Faculdade de Filosofia
e Ciências de Marília.

MARÍLIA

2011

Dedico esta tese aos meus filhos; do meu ser e do meu futuro. Ao meu pai e minha mãe (in memoriam) que sempre estão presentes. Aos desenraizados na África e enraizados no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Em função das especificidades de uma tese de doutorado, ora apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, a liberação das minhas funções de docente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia foi imprescindível. Meus agradecimentos a esta Instituição da qual faço parte. Agradeço àqueles que por vezes se sobrecarregaram de trabalho para que isso acontecesse. Agradeço aos meus filhos, Paula, Walter e Carolina, pela companhia tão doce, pelo encorajamento, quando os ânimos definhavam. Minha família, meu porto seguro. Agradeço ao Professor João Alberto, pelos estímulos para eu seguir adiante. Agradeço, sobretudo, à Professora Claude que, com dedicação competente, orientou-me nos caminhos dos estudos para a conclusão da tese; pela sua paciência, mesmo quando as coisas não caminhavam tão bem quanto desejávamos. Agradeço aos meus colaboradores das comunidades de Barra e Bananal e a todos os habitantes, que foram tantos e tão queridos, mas principalmente a Joanita, na comunidade de Bananal, e a Isabel, na comunidade de Barra, que me receberam no aconchego do lar, e me hospedaram com tanto desvelo e carinho, para tornar possível a pesquisa de campo. Agradeço ainda ao Sr. Carmo, presidente da Associação das Comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras, que me permitiu a permanência nas comunidades. Na cidade de Rio de Contas, agradeço ao Sr. Fernando, que me acompanhou em tantas idas e vindas às comunidades, e à Sr^a Saionara, sua esposa, ambos tornaram a minha estada em Rio de Contas bem mais agradável. Agradeço às funcionárias do Arquivo Municipal de Rio de Contas, principalmente à Maura, pela sua cordialidade e atenção. Agradeço aos Padres da Igreja Católica de Rio de Contas, a todos os funcionários da Pousada Rio de Contas, pela gentileza no tratamento com seus hóspedes. Agradeço ao Max Willian, que agora faz parte da minha família, pelo auxílio prestado nas minhas dificuldades com o computador.

“O fato social total apresenta-se, portanto, com um caráter tridimensional. Ele deve fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica, com seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica ou diacrônica; e enfim, a dimensão fisio-psicológica. Ora, é somente em indivíduos que essa tríplice aproximação pode ocorrer. Se nos dedicamos a esse ‘estudo do concreto, e do completo’, devemos necessariamente perceber que ‘o que é verdadeiro não é a prece ou o direito, mas o melanésio dessa ou daquela ilha, Roma, Atenas’.”

(LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 24)

RESUMO

A presente pesquisa vem contemplar uma lacuna nos estudos antropológicos e na compreensão da formação social do chamado Alto Sertão Baiano ou Sertão de Cima, onde se localiza o Município de Rio de Contas, parte meridional da Chapada Diamantina. Tem como objeto de estudo duas comunidades negras: Barra do Brumado e Bananal. Fechadas e isoladas, estas comunidades têm algumas peculiaridades interessantes por serem remanescentes de quilombos, segundo a documentação de outorga do título de propriedade das terras por eles habitadas. São católicas, negras e quilombolas. A pesquisa procurou compreender os processos da formação e construção da identidade do grupo, enquanto étnico, e como as mesmas são intercambiadas. Através da documentação histórica e da história da região, buscou compreender a origem desse povo e como se deu o desmantelamento da cultura de origem africana, a permanência da religiosidade católica e das práticas dos benzimentos nas crenças que os envolvem.

Palavras-chaves: Comunidade. Identidade. Quilombolas. Cultura. Religiosidade católica. Práticas dos benzimentos.

ABSTRACT

This research focuses on bridging the gap between the understanding of social formation of Alto Sertão Baiano or Sertão de Cima and antropologic studies through two existing Afro-Brazilian communities, Barra and Bananal, located in the district of Rio de Contas, the meridional of Chapada Diamantina. The isolated communities of Barra and Bananal are characterized as catholic, afro-brasilian and remnants of quilombos. Through the analysis of historical documentation of these communities, this paper seeks to understand the origins, development, and interchangeability of the communities' ethnic identities. The collection of its origins and how catholicism was introduced among them.

Key words: Community. Identity. Quilombolas. Culture. Catholic religiosity. Blessings.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

| | |
|---------------|--|
| APMRC | Arquivo Público Municipal de Rio de Contas |
| CAR | Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional |
| CONEN | Coordenao Nacional de Entidades Negras |
| DNOCS | Departamento Nacional de Obras Contra Secas |
| IHGB | Instituto Histórico e Geográfico da Bahia |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio s Micro e Pequenas Empresas |
| SEPPIR | Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial |
| ONU | Organizao das Nações Unidas |
| UNEB | Universidade Estadual da Bahia |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES, DOCUMENTOS E MAPAS

| | |
|--|-----|
| Ilustração 1 – Aspectos da vegetação e vista da represa Luis Vieira, do Rio Brumado. | 39 |
| Ilustração 2 – Relevo. | 39 |
| Ilustração 3 – Aspecto da vegetação das encostas. | 40 |
| Ilustração 4 – Vegetação que cresce nos interstícios das pedras. | 40 |
| Ilustração 5 – Vegetação que cresce nos interstícios das pedras | 41 |
| Ilustração 6 – Vegetação que cresce nos interstícios das pedras | 41 |
| Ilustração 7 – Margem do rio próximo a ponte do Coronel | 42 |
| Ilustração 8 – Bromélias | 42 |
| Ilustração 9 – A cruz no centro da comunidade | 76 |
| Ilustração 10 – Oratório da Família Aguiar | 77 |
| Ilustração 11 – Este outro oratório, pertence a Senhora Jovina, moradora de Barra | 77 |
| Ilustração 12 – Aqui está o que se pode denominar ermida. Esta se localiza no alto do morro, em Rio de Contas, sendo difícil o acesso. Presta-se ao culto do Senhor Bom Jesus, cuja festa se dá no dia 6 de agosto. | 78 |
| Ilustração 13 – A capela da comunidade de Bananal. A cruz que a identifica como uma capela católica. | 79 |
| Ilustração 14 – Igreja de São Sebastião – Barra | 79 |
| Ilustração 15 – Capela de Nossa Senhora da Conceição em Bananal. | 82 |
| Ilustração 16 – Pessoas iniciando a subida ao morro, aonde está a capela de Bom Jesus na qual será celebrada a missa | 96 |
| Ilustração 17 – Pessoas da comunidade de Bananal iniciando a subida | 97 |
| Ilustração 18 – A cidade vista do alto do morro. | 97 |
| Ilustração 19 – Pessoas a caminho da capela. Chegada dos devotos. | 98 |
| Ilustração 20 – Chegada do estandarte e da bandeira com doações. | 98 |
| Ilustração 21 – O festeiro com sua bandeira. | 99 |
| Ilustração 22 – Pessoas da filarmônica com seus instrumentos e devotos. | 99 |
| Ilustração 23 – A procissão. | 100 |
| Ilustração 24 – Preparação para a Santa Missa. | 100 |
| Ilustração 25 – Início da Santa Missa. | 101 |
| Ilustração 26 – Senhora (quilombola) rezando seu terço. | 101 |
| Ilustração 27 – Comidas comercializadas na festa. | 102 |

| | |
|--|-----|
| Ilustração 28 – Comidas comercializadas na festa. | 102 |
| Ilustração 29 – Final da celebração. | 103 |
| Ilustração 30 – Depois da celebração da missa. | 103 |
| Ilustração 31 – Altar do Bom Jesus no interior da capela | 104 |
| Ilustração 32 – Fiel depositando a sua doação. | 104 |
| Ilustração 33 – Fieis em prece de oração. | 105 |
| Ilustração 34 – Depois da celebração da missa. | 105 |
| Ilustração 35 – Os anjinhos sem asas | 106 |
| Ilustração 36 – Nesta fotografia, tirada do alto do morro, pode-se observar a formação dos solos nas encostas. Com formações quartizicas, o que os tornam facilmente erodidos. | 121 |
| Ilustração 37 – Nesta fotografia, a beleza natural de uma das piscinas que se formam no Rio Brumado, próximo a Ponte do Coronel. Neste local, que faz parte do território quilombola, existe um espaço onde turistas acampam. | 123 |
| Ilustração 38 – Habitante da comunidade da Barra recolhendo lixo plástico jogado na margem do Rio Brumado. | 124 |
| Ilustração 39 – – O Rio Brumado quando passa pela comunidade de Barra, antes do represamento das águas. | 124 |
| Ilustração 40 – Horta Comunitária. | 126 |
| Ilustração 41 – – Produtos das comunidades, expostos para vendas, na feira em Rio de Contas: óleo de pequi, pimenta, abóbora picada, feijão andu. | 143 |
| Ilustração 42 – Uma produtora vendendo suas hortaliças | 144 |
| Ilustração 43 – Produção da horta da família - Tomates, pepinos, verduras. | 144 |
| Ilustração 44 – Acima: cenoura, andu e pepino. | 145 |
| Ilustração 45 – – Horta com as Verduras que servem ao consumo dos moradores e são vendidas na feira aos sábados em Rio de Contas e sexta em Livramento do Brumado. | 145 |
| Ilustração 46 – – Horta com as Verduras que servem ao consumo dos moradores e são vendidas na feira aos sábados em Rio de Contas e sexta em Livramento do Brumado. | 146 |
| Ilustração 47 – Palma. | 146 |
| Ilustração 48 – Colheita de feijão andu, feita na sexta-feira, para ser vendido na feira de sábado, em Rio de Contas. | 147 |
| Ilustração 49 – Um dos lotes de terra cultivável | 147 |

| | |
|--|-----|
| Ilustração 50 – Roça com mangueiras ao fundo, um pé de pequi, palmas e pés de feijão andu | 148 |
| Ilustração 51 – Rapaz com a colheita de feijão de sua roça. | 148 |
| Ilustração 52 – Roça de cana ao fundo. | 149 |
| Ilustração 53 – Rio Brumado, quando passa na comunidade de Barra. | 157 |
| Ilustração 54 – Crianças brincam de jogar bola, na comunidade de Bananal. Ao fundo a represa Luis Vieira, do Rio Brumado. | 157 |

Documentos

| | |
|---|-----|
| Documento 1 – Ofício de Solicitação de instrumentos para melhoria de vida da população (Associação do Desenvolvimento Rural da Barra do Brumado) | 317 |
| Documento 2 – Planilha de custo | 319 |

MAPAS

| | |
|---|-----|
| Mapa 1 - Aqui o rio aparece como Rio das Contas. Na parte inferior à esquerda notar o divisor das bacias do São Francisco e da Bacia. | 320 |
| Mapa 2 – Região Nordeste, relevo da Chapada Diamantina e nascente do Rio das Contas. | 322 |
| Mapa 3 – Percurso do Rio das Contas, sua nascente na Serra do Tomba, no Município de Piatã, e foz no Oceano Atlântico, na cidade de Itacaré. Aparece aqui como Rio de Contas | 323 |
| Mapa 4 – Agricultura desenvolvida nas comunidades. | 324 |
| Mapa 5 - Agricultura desenvolvida recentemente na Chapada Diamantina. | 325 |

ÍNDICE DAS ENTREVISTAS ¹

| | |
|------------------|-----|
| JOANITA | 176 |
| ALMIRO | 192 |
| JOAQUIM | 196 |
| JOSELITO | 198 |
| MARIA ALMECÊ | 201 |
| ISABEL | 203 |
| RAFAEL | 215 |
| MARIA DE LOURDES | 217 |
| JOSÉ CARDOSO | 226 |
| JOVINA | 230 |
| ALBERTA | 236 |
| MARIA SANTA CRUZ | 246 |
| MARIA FERREIRA | 254 |
| LUIZ PAULO | 269 |
| APARECIDA MARIA | 287 |
| SANDRA | 291 |
| MARIA CONCEIÇÃO | 295 |
| CLAUDINA | 297 |
| JULIANA | 300 |
| CARMO | 305 |

¹ No corpo do trabalho as pessoas participantes serão referenciadas pela inicial do nome, com exceção de X, que não quer ser identificado.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| PRIMEIRA PARTE | |
| CAPÍTULO 1 – A PESQUISA | 21 |
| 1.1 Como surgiu o interesse pela pesquisa | 21 |
| 1.2 A localização da cidade de Rio de Contas e seus aspectos históricos | 22 |
| CAPÍTULO 2 – AS COMUNIDADES BARRA E BANANAL | 30 |
| 2.1 As comunidades e os aspectos geográficos do lugar | 30 |
| 2.2 A comunidade de Bananal | 33 |
| 2.3 A comunidade de Barra | 38 |
| SEGUNDA PARTE | |
| CAPÍTULO 3 – CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: “SEMPRE FOMOS LIVRES” | 43 |
| 3.1 A escravidão africana | 44 |
| 3.2 A escravidão moderna ocidental | 48 |
| 3.3 A escravidão no Brasil | 54 |
| CAPÍTULO 4 – O mito de origem | 59 |
| CAPÍTULO 5 – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: “SEMPRE FOMOS CATÓLICOS” | 68 |
| 5.1 A Igreja no Brasil | 70 |
| 5.2 O catolicismo brasileiro | 73 |
| 5.3 Algumas características do catolicismo popular manifestas nas comunidades | 75 |
| 5.3.1 A ereção das cruzes | 76 |
| 5.3.2 Os oratórios | 76 |
| 5.3.3 As ermidas | 78 |
| 5.3.4 As romarias | 80 |
| 5.3.5 As procissões | 80 |
| 5.3.6 As devoções | 80 |
| 5.3.7 As festas | 81 |
| 5.4 A religiosidade nas comunidades | 82 |
| 5.4.1 Sobre as orações | 86 |
| 5.4.2 As novenas | 89 |
| 5.4.3 As promessas | 89 |
| 5.4.4 As festas | 91 |
| 5.4.5 A festa do Bom Jesus | 94 |
| 5.4.6 Sobre os benzimentos | 107 |
| TERCEIRA PARTE | |
| CAPÍTULO 6 – A construção da identidade “Somos Quilombolas” | 115 |

| | |
|--|------------|
| 6.1 O quilombo | 115 |
| 6.2 Ser quilombola | 126 |
| CAPÍTULO 7 – A endogamia e a estrutura fundiária | 132 |
| 7.1 A endogamia | 132 |
| 7.2 A estrutura fundiária | 140 |
| 7.2.1 As famílias | 154 |
| 7.2.2 Projetos de geração de renda que foram implantados nas comunidades | 155 |
| CAPÍTULO 8 – Identidades cambiantes | 158 |
| 8.1 A identidade de homens livres | 158 |
| 8.2 A identidade quilombola | 159 |
| 8.3 A identidade religiosa | 160 |
| CONCLUSÃO | 165 |
| REFERÊNCIAS | 168 |
| APÊNDICE A – ENTREVISTAS | 176 |
| ANEXO A – DOCUMENTOS | 317 |
| ANEXO B – MAPAS | 320 |

INTRODUÇÃO

Apresento aqui os resultados do trabalho etnográfico, desenvolvido nos quatro anos de Pós-Graduação em Ciências Sociais, nível doutorado, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Marília, sob orientação da Professora Livre Docente Dr^a. Claude Lépine. Trata-se de um estudo realizado nas comunidades remanescentes de quilombos: Barra e Bananal.

Situadas na parte meridional da Chapada Diamantina, no município de Rio de Contas, essas comunidades constituídas de povos afrodescendentes foram, a partir da construção da Barragem Luís Vieira no Rio Brumado, afetadas pelas mudanças que as políticas de desenvolvimento do Nordeste trouxeram para o cotidiano das mesmas.

A pesquisa, em princípio, foi movida pelo interesse que despertou a compreensão do processo do povoamento negro na região, visando contemplar uma grande lacuna nos estudos sobre a formação étnica e cultural dos povos negros do chamado Alto Sertão Baiano ou Sertão de Cima, onde se localiza o município de Rio de Contas.

No ano 2001, pelo fato de estar atuando como docente na área das ciências sociais, surgiu a necessidade de conhecer melhor como se deu o ciclo do ouro na Bahia. As primeiras visitas a Rio de Contas ocorreram por esse motivo. Entretanto, maior foi o interesse quando constatada a existência das comunidades quilombolas na região e os processos de mudanças acarretadas devido à instalação da barragem.

A partir desse interesse, verificou-se a existência do relato oral referente à origem das comunidades. Este relato apontava para o fato desses povos nunca terem sido escravizados. Cogitou-se a vinculação entre identidades possíveis, enquanto homens livres, a partir do relato oral, e enquanto quilombolas, a partir do reconhecimento e da outorga do título. Embora existisse a afirmação que seus ancestrais nunca foram escravizados, na fala de alguns membros denotava que foram utilizados como mão de obra nos trabalhos de mineração. Foi observado ainda que nessas comunidades havia a predominância do catolicismo. As conversas mantidas com os membros das comunidades apontavam para identidades cambiantes a depender das circunstâncias e do contexto: de homens livres, sob a alegação de que nunca foram escravos, de católicos e quilombolas.

Considerando a formação dessas comunidades, foi possível concebê-las dentro do conceito de grupo étnico formulado por Barth (1998, p. 194), enquanto um grupo que pode

ser visto como uma forma de organização social “[...] em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmo e aos outros, com objetivo de interação [...]”.

Ao longo da história, grupos sociais criaram significados, construindo suas identidades vinculadas a uma determinada cultura, religião, etnia ou ideologia. Uma das questões a ser considerada na construção da identidade é a sua mutabilidade no tempo e no espaço. Isso requer a superação de uma visão estanque a partir da compreensão de sua transformação.

Cunha (1986b, p. 101) entende que os traços identificadores de certo grupo dependem dos grupos com os quais se está em contato, com os quais interagem, pois “[...] a construção da identidade étnica extrai [...] da tradição elementos culturais que, sob aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que [...] seu sentido mudou”. É dessa forma que a etnicidade faz, da tradição, ideologia, ao fazer passar o outro pelo mesmo: “[...] e faz da tradição um mito na medida em que os elementos culturais se tornam outros, pelo rearranjo e simplificações que foram submetidos [...]” (CUNHA, 1986b, p. 102). Assim são estabelecidos os sinais diacríticos. A cultura original de um grupo étnico na diáspora ou em situação de extremo contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função. Os sinais que o grupo escolhe para se diferenciar de outros grupos dependem dos sinais dos outros. Se a situação muda, esses sinais também podem mudar. Os sinais diacríticos formam um processo recorrente na afirmação étnica, pois o estabelecimento dos mesmos implica a “[...] seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo.” (CUNHA, 1986b, p. 116). Só os membros do grupo podem estabelecer esses sinais ou alterá-los. Podem, no entanto, escolher como sinal diacrítico, entre outros, um passado heroico ou a ideia de sofrimento ou mesmo de alegria etc.

Por outro lado, Oliveira (2006) trata o conceito de identidade como um fenômeno caracterizado por uma evidente autonomia em relação à cultura, independentemente do seu conceito, porém considera a sua influência na identidade étnica. Para esse autor, na realidade sociocultural, a dimensão da cultura, particularmente no seu aspecto simbólico, não pode deixar de ser reconhecida, tanto quanto a identidade dos grupos que estejam emaranhados na mesma realidade.

Ambas, tanto a cultura quanto a identidade, enquanto dimensões da realidade intercultural são relevantes para a investigação. E é por isso que o papel da cultura não se esgota em sua função diacrítica enquanto marcadora de identidade nas relações interétnicas. (OLIVEIRA, 2006, p. 35).

Diante dessas posições pode-se verificar que atributos referentes à igualdade ou à diferença, em si mesmos, não formam a identidade, muito menos o sentido para a mesma. É a

partir de atributos significantes que ela se constrói, ainda que seja através dos velhos discursos hegemônicos legitimadores da identidade nacional, conforme aponta Hall (2003a), e da sua formação, hoje fragmentada, mas que se utiliza de marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

A cultura, como instrumento de humanização, é também um instrumento de comunicação, o domínio da mobilidade para Mauss (2003) ou, ainda, um conjunto complexo de códigos que asseguram a ação coletiva do grupo (LÉVI-STRAUSS, 1952). Este conjunto de códigos inclui regras de interpretação da realidade, que permitem a atribuição de sentido ao mundo natural e social. Como um sistema de comunicação, com seus códigos e caráter dinâmico diante de uma realidade em permanente mudança, produz símbolos e significados outros, que permitem a reelaboração da identidade étnica.

Para Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 165), a identidade étnica, criada ou inventada, não implica, por isso, que seja inautêntica. Por outro lado, a memória histórica sobre a qual um grupo baseia sua identidade presente pode nutrir-se de lembrança de um passado prestigioso ou ser apenas a da dominação e do sofrimento compartilhado.

As três formas de identidade, aqui consideradas, aparentemente eram atravessadas pela questão da etnicidade e da organização política e social do grupo. Nas análises dessas identidades coletivas, foram levados em consideração os processos de articulação social (OLIVEIRA, 1976), tanto no plano histórico, diacrônico, como no plano estrutural, sincrônico, colocando a formação social como fator preponderante no sistema interétnico e nas articulações abrigadas no seu interior.

Por outro lado, verificou-se a existência de casamentos endogâmicos praticados nas comunidades, indicando o estabelecimento de fronteiras, no plano da organização social e territorial. De acordo com Barth (1998, p. 195), “As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais”.

Além disso, outra forma de estabelecer fronteiras foi percebida através da religiosidade praticada nas comunidades. O conceito de habitus, formulado por Bourdieu, foi proposto a fim de permitir a leitura simbólica do modelo de socialização.

Para entender a relação entre a formação das identidades e a estrutura do sistema de relações sociais frente ao sistema simbólico estabelecido nas comunidades, foi necessário recorrer à questão da gênese e estrutura do campo religioso, tendo em vista que

[...] a forma que a estrutura dos sistemas de práticas e crenças religiosas assume em um dado momento do tempo (a religião histórica) pode afastar-se bastante do conteúdo original da mensagem e só pode ser inteiramente compreendida por referência à estrutura completa das relações de produção, de reprodução, de circulação e de apropriação da mensagem, e por referência à história desta estrutura. (BOURDIEU, 1992, p. 52).

A discussão em torno das identidades dos habitantes dos quilombos de Rio de Contas colocou problemas históricos para serem resolvidos e, conseqüentemente, problemas teóricos, referentes à questão da construção das identidades e suas mudanças.

Esses fatos induziram à realização da pesquisa propondo como objetivos:

- a) analisar o processo de construção e transformação das identidades coletivas do grupo em estudo;
- b) discutir as formas de escravidão no Brasil colônia;
- c) investigar a construção da identidade de homens livres dos ancestrais;
- d) investigar e analisar a religião nessas comunidades como fator de identidade, incluindo a prática de benzimentos;
- e) investigar a preservação das formas do casamento endogâmico.

Valendo-se dos conhecimentos da antropologia, a pesquisa privilegiou o aspecto etnográfico, com a preocupação dos aspectos qualitativos. Isto permitiu, através dos depoimentos orais, lidar com dados do imaginário popular através das suas representações. Pela sua natureza simbólica, as mesmas requerem interpretações de significados no plano da estrutura do sistema, da construção cultural e da construção mental, além de possibilitar estabelecer relações entre a cultura local e a cultura globalizante. Daí o interesse em investigar como foram construídas as representações nesse contexto, o processo de ressignificação das práticas religiosas nas comunidades e como inter cruzam as áreas de influências no contexto social restrito, partindo do micro para o macro, e sentido inverso.

As entrevistas aqui citadas fizeram parte da pesquisa, enquanto documentação, coletada em campo e tiveram como finalidade ajudar nas análises dos resultados esperados. Como técnica de apoio, foi usado o gravador. A partir das gravações, as falas dos sujeitos participantes foram transcritas, a fim de possibilitar a análise e exposição, procurando ser o mais fiel possível. É fato que as entonações da fala se perderam, mesmo porque, dificilmente as pontuações usadas normalmente possibilitariam sua reprodução.

As falas das pessoas das comunidades têm uma singularidade incomparável. São extremamente belas e serenas, mesmo quando ainda pretendem ser ríspidas. Prazerosas de

serem ouvidas, porém extremamente difíceis de reproduzir ao transcrever. Alguns sons das palavras são omitidos ou modificados. Como exemplos, podem ser citados:

- a) o uso do r em lugar do l. Ex: plantar por prantar;
- b) o r no final das palavras não é pronunciado. Ex: prantá (plantar), motô (motor), regá (regar) etc.;
- c) o am, no final das palavras, pronunciam como o. Ex: tivero (tiveram), foro (foram) etc.;
- d) na pronúncia do z final acrescentam o i. Ex.: feiz (fez);
- e) o lh é substituído por i. Ex: trabaio (trabalho);
- f) a concordância entre verbo, advérbios e substantivos, quase nunca é feita.

Poder-se-ia argumentar que se trata da falta de conhecimento da cultura oficial, argumento este que se torna inconsistente diante de uma observação mais acurada. Pode-se verificar, no caso de um dos entrevistados, designado por P, que se declara analfabeto; porém, ao se expressar, muitas vezes, faz isso corretamente, e no caso de outros que têm estudos, que passaram pela cultura oficial das escolas, têm a pronúncia tal como a daqueles que nunca a frequentaram. Trata-se, portanto, não de uma falta de conhecimento, mas principalmente de um modo de falar a língua portuguesa, dentro dos padrões da cultura popular.

Devido ao modo de conceber a cultura dos sujeitos entrevistados, foi dada preferência por se reproduzir suas pronúncias, como de fato se deram.

Para documentação visual foi usada a máquina fotográfica. As fotografias, coletadas em campo, tiveram como objetivo favorecer a análise e demonstrar visualmente a materialidade dos dados e, como tal, é parte integrante da etnografia.

O trabalho consta de seis capítulos que contemplam os objetivos do projeto de pesquisa formulado. O primeiro capítulo fala sobre a pesquisa e o como surgiu o interesse para a realização da mesma, inserindo-a no contexto histórico e geográfico da região devido à importância que este fator teve na formação das comunidades. Descreve, em parte, a vegetação característica, latitude, pluviometria, rios e formação geológica. Considerando os aspectos históricos, mostra a existência de negros na região, como anterior ao branco colonizador; a descoberta do ouro e o início da sua exploração; a formação da cidade de Rio de Contas e as contradições históricas derivadas de equívocos com relação a datas e nomes.

O segundo capítulo fala sobre as comunidades de Bananal e Barra. Descreve as características físicas do lugar onde se situam, suas estradas, construções, formação central e núcleo familiar.

No terceiro capítulo, é discutida a questão da escravidão; como surgiu a escravidão moderna ocidental, e como ela se insere no contexto mercantilista da expansão marítima; como se dava a escravidão na África e no Brasil, o que não é a mesma coisa. Ser escravo no Brasil é diferente de ser escravo na África. A importância deste capítulo está na relação direta dos ancestrais dos povos das comunidades.

O quarto capítulo fala sobre o mito de origem. Fala das suas possibilidades históricas e do que ele quer dizer, na perspectiva do pensamento mítico.

O capítulo cinco discute a Igreja Católica e a formação do catolicismo popular no Brasil; a identidade religiosa nas comunidades; a religião, suas representações e como estas são ressignificadas, proporcionando o estabelecimento de fronteiras culturais.

No capítulo seis é discutido o conceito de quilombo; a formação do mesmo enquanto realidade empírica, e suas características; a questão da posse da terra, os casamentos endogâmicos e a estrutura fundiária; a questão da herança; o modo de produção doméstico; a organização das famílias extensas. Discute, ainda, os projetos de geração de renda implantados nas comunidades e a formação da identidade quilombola.

No capítulo sete são discutidas as identidades, como se constroem e como são cambiadas. A identidade de homens livres, a identidade religiosa e a identidade quilombola, o que permite verificar como elas são atravessadas pela identidade étnica. E, finalmente, a conclusão.

Nesta pesquisa buscou-se privilegiar a fala dos participantes. Talvez esse fato abra espaço para que algumas críticas venham a se efetivar. Entretanto é interessante observar que se trata da proposta metodológica dar voz àqueles que foram silenciados diante dos poderes formados e conformados diante do Estado Nacional. Não se trata de “comer pela mão do pesquisado”, mas de entendê-lo enquanto sujeito diante de uma história que nem sempre o favoreceu.

CAPÍTULO 1 - A PESQUISA

1.1 Como surgiu o interesse pela pesquisa

As visitas a Rio de Contas, com a finalidade de levar alunos para conhecer o local onde teve origem o ciclo do ouro durante o período colonial, foram as responsáveis pelo primeiro contato com as comunidades. Entre uma e outra visita, crescia o interesse pelas mesmas, pelo modo de vida e pelo conteúdo da fala de seus habitantes.

A fala que mais impressionou foi aquela pronunciada por uma senhora habitante da comunidade de Barra diante de uma circunstância. O senhor que conduzia a excursão, no intuito de parecer simpático e sem discriminação de cor, disse: Eu também queria ser preto.

A senhora respondeu-lhe: “Preto você até pode ser, mas negro não.”

Esta resposta denotava certo conhecimento a respeito das políticas dos movimentos negros e das questões do racismo. Percebia-se que havia um orgulho em ser negro e ao mesmo tempo estabelecia-se ali uma fronteira identitária.

Por outro lado, em várias ocasiões, os moradores mencionavam o fato de serem católicos. Outra estranheza para aqueles que associam a cultura negra ao referente religião afro-brasileira. Entretanto ali estavam as igrejas católicas, os santos de devoção, as cruzes demarcando espaços no centro das comunidades.

Por fim foi apresentado o mito de origem, onde alegavam nunca terem sido escravos. Recorrendo ao arquivo municipal foi verificado que este mito já havia sido catalogado.

Essas foram as questões indicativas de identidades diferentes, sendo usadas quase que simultaneamente. O fato denotava a necessidade de estudos sistematizados; daí, a proposta de realizar a pesquisa e procurar elucidá-lo efetivamente.

Vale dizer que, desde o segundo semestre de 2001, as visitas às comunidades eram efetuadas todos os semestres. Este período foi marcado pelo interesse em conhecer o ciclo do ouro; ao mesmo tempo, cresceu o interesse pelo povoamento negro na região. Neste período foram coletados os primeiros documentos, no Arquivo Público Municipal de Rio de Contas¹, sobre a origem da cidade.

¹ Doravante denominado apenas por APMRC.

A partir da elaboração e aceitação do projeto, o passo seguinte foi a pesquisa de campo. Em 2009, foi realizada a coleta de dados.

Durante quase dois meses foi efetuada a vivência nas comunidades. Durante a estada no campo de pesquisa, fiquei hospedada em duas residências familiares: em Bananal, na residência da Sr^a. Joanita e na comunidade de Barra, na residência da Sr^a. Isabel. Às vezes, havia a necessidade do deslocamento até a cidade, com objetivo de certificar algumas informações no Arquivo Público Municipal ou por necessidades pessoais.

A princípio, houve certa resistência, por parte do líder comunitário, em aceitar a realização da pesquisa, o que foi compreensível, visto que o seu interesse estava em preservar as comunidades de qualquer incômodo. Diante da insistência e da promessa de haver um retorno favorável às comunidades, por parte da pesquisadora, esse problema foi contornado.

No projeto de pesquisa havia a proposta de usar como técnica, na realização de entrevistas informais, o gravador, bem como o uso da máquina fotográfica, como instrumento de coleta de dados, a fim de efetuar as análises posteriores.

Os informantes, hoje considerados colaboradores – pois sem eles não haveria pesquisa –, na sua maioria, foram escolhidos aleatoriamente; no entanto, devido ao interesse da pesquisa, nessa escolha se procurou também priorizar o conhecimento das famílias tidas como fundadoras das comunidades de Barra e Bananal. Este fato possibilitou conhecer melhor a estrutura fundiária.

1.2 A localização da cidade de Rio de Contas e seus aspectos históricos

A chapada Diamantina está localizada no Alto Sertão Baiano, interior do Estado, e é formada por um extenso planalto e por inúmeras serras. A altitude e a irregularidade do relevo aliam-se às chuvas abundantes em determinados meses do ano, tornando este lugar especial, com rios que correm sobre leitos de pedras, formação de cachoeiras e poços fundos, entre serras cobertas com enorme variedade de plantas adaptadas a esse clima tão particular. A chapada é o grande divisor de águas entre a bacia do Rio São Francisco, direção oeste, e os rios que correm para o Oceano Atlântico, na direção leste. Trata-se de uma região bastante heterogênea, com vegetação bem diversificada, que vai desde a caatinga, campos rupestres e agrestes, até matas mais densas. O grande número de espécies de vegetação endêmicas² torna

² Refere-se às plantas nativas da região, visto que a flora da Chapada Diamantina, e principalmente em Rio de Contas, não tem ainda todas as espécies catalogadas, não sendo, portanto, totalmente conhecidas.

essa região de grande interesse para estudiosos da botânica brasileira, incluindo pesquisadores do Royal Botanic Garden da Inglaterra. Outro aspecto interessante é a sua formação geológica, com grutas e rios subterrâneos. Todo esse complexo geográfico, que vai do noroeste ao sudoeste da Bahia, foi berço do ciclo do ouro e diamantes. A descoberta desses minerais foi a maior responsável pelo povoamento da região.

Suas cidades históricas são frutos da exploração de metais e pedras preciosas. Antes dessas descobertas, no início do século XVII, a região de difícil acesso contava com a presença de poucos brancos e de muitos indígenas. O ouro foi descoberto primeiramente em Jacobina, ao norte da Chapada Diamantina e, em seguida, em Rio de Contas, situada ao sul da mesma.

Sabe-se que, até o início do século XVII, o local, onde hoje se situa o município de Rio de Contas, era frequentado por viajantes, por fazer parte da rota de ligação entre as regiões do norte de Minas Gerais e a região de Goiás até Salvador, capital da província da Bahia. Consta da história regional que no lugar havia um povoado formado por negros mocambados, à margem esquerda do Rio Brumado, no planalto da Serra das Almas.³ No final do mesmo século, ou início do século XVIII, foram descobertos veios auríferos no Rio de Contas Pequeno, atual Rio Brumado, nos seus afluentes e nas encostas das serras locais.

A partir dessas descobertas, houve um grande afluxo de bandeirantes, mineiros e paulistas, além de pessoas de outras regiões. Em 1718, devido ao desenvolvimento da mineração, o número de pessoas no local era tão grande que foi criada a primeira freguesia do Alto Sertão Baiano ou Sertão de Cima, sob a denominação de Santo Antonio do Mato Grosso. Esta localidade, ainda existente, está situada na Serra das Almas, a 1.450 metros de altitude e foi o lugar mais próximo aos garimpos e mais apropriado para se criar uma vila com a finalidade de favorecer o abastecimento e o controle das mercadorias por aqueles que ali trabalhavam. Ficava distante cerca de seis léguas do antigo Pouso dos Creoulos, então denominado Arraial dos Creoulos. Mais tarde, em 1724, devido ao difícil acesso, a freguesia de Mato Grosso foi transferida para esse local e passou a ser denominada como Minas de Rio de Contas, hoje cidade de Rio de Contas.⁴

O município de Rio de Contas é importante devido a sua formação histórica e social. Situado na parte meridional da Chapada Diamantina, no chamado Alto Sertão Baiano ou Sertão de Cima, onde se localizam as maiores altitudes do Estado da Bahia. É formado pelo

³ Dados integrantes das referências básicas sobre o município de Rio de Contas do Arquivo Municipal de Rio de Contas.

⁴ Livro 2D- Ordens Regias – 1724 a 1725. APMRC.

núcleo urbano e por outras comunidades ao seu redor, agregando, entre outras, as comunidades de Barra e Bananal.

Originariamente, este município abrangia uma vasta região, compreendendo toda Chapada Diamantina, quase toda bacia do Rio das Contas, parte da Bacia do Rio São Francisco estendendo até o litoral, na região de Itacaré, onde o Rio das Contas termina por desaguar no mar.

Entretanto, apesar da vastidão deste território, não existe uma pesquisa que elucida satisfatoriamente a história da origem do Município. Quando se debruça sobre os estudos históricos já efetuados e sobre a documentação que se tem disponível no Arquivo Municipal da cidade de Rio de Contas, frequentemente são encontradas contradições entre uma e outra informação ou escritos elaborados, que não condizem claramente com as documentações.

Um dos equívocos que se encontra nos estudos sobre a região e, conseqüentemente, sobre a cidade de Rio de Contas deriva do seu nome e do nome do Rio das Contas. A cidade é cortada pelo rio, hoje denominado Rio Brumado, anteriormente chamado de Rio de Contas pequeno. Magalhães (1978, p. 208), ao falar da origem da cidade, que se deu através da descoberta do ouro neste rio, informa:

[...] em 1722, Sebastião Pinheiro Raposo, acompanhado de um sobrinho, Antonio Raposo, e do enteado, Antonio Almeida Lara [...] descobria as jazidas de ouro de Mato Grosso, no vale da Serra da tromba e nascentes do Rio de Contas (assim batizado porque o ouro era nele encontrado em forma de pintas de conta).

Torna-se necessário discutir essa informação para que se possa compreender melhor as questões aqui apresentadas. Começamos pela informação sobre o rio.

De fato, o ouro foi encontrado no rio que corta a cidade de Rio de Contas, chamado por um bom tempo de Rio de Contas Pequeno e, hoje, denominado Rio Brumado. O mesmo tem sua nascente na Serra das Almas. O nome da cidade deriva do primeiro nome desse rio devido à forma do ouro encontrado na sua nascente. O fato de ser chamado de Rio de Contas Pequeno permitia distingui-lo do Rio das Contas, do qual é afluente, e que muitas vezes é citado como Rio de Contas. O Rio de Contas era chamado, pelos indígenas da região, de Jussiape. É esse rio que tem sua nascente na Serra da Tromba e deságua no mar, na cidade do litoral baiano denominada Itacaré (ver Anexo B).

O Rio Brumado é apenas um de seus afluentes. As jazidas de ouro de Mato Grosso, às quais o autor se refere, não são, como algum incauto poderá supor, as minas descobertas no Estado de Mato Grosso, mas sim aquelas da comunidade de Mato Grosso, chamada a

princípio de Santo Antonio do Mato Grosso, situada na Serra das Almas e próximas à nascente do Rio de Contas Pequeno – hoje, Rio Brumado –, e que foi a primeira freguesia do chamado Alto Sertão Baiano ou Sertão de Cima, pelo fato de estar localizado onde predominam as maiores altitudes do Estado da Bahia.

Essas informações também se apresentam equivocadas em relação às datas. Tomando por base o início da garimpagem e verificando os dados existentes, temos que Sebastião Pinheiro da Fonseca Raposo, ou simplesmente Sebastião Pinheiro Raposo,

Solicitou e obteve uma provisão em 22 de outubro de 1713, para uma jornada à Serra em busca de esmeraldas.[...] O potentado paulista então meteu-se à aventura pelas catingas baianas e foi ter nas nascentes do Rio das Contas, onde descobriu as minas de ouro, no local chamado Mato Grosso, no vale da Serra da Tromba. Além do seu irmão, acreditamos que seu filho Antonio Raposo Tavares acompanhava-o, como também seu sobrinho Antonio de Almeida Lara. (FRANCO, 1989, p. 333-334).

Sobre este último, encontramos as informações: “Ainda adolescente seguiu para o sertão com seu tio afim, Sebastião Pinheiro da Fonseca Raposo e andou em Pitangui nas Minas Gerais e no Rio das Contas na Bahia, de 1713 a 1719” (FRANCO, 1989, p. 205).

Sobre o irmão Sebastião Pinheiro da Fonseca Raposo, temos:

Antonio Raposo da Fonseca: Paulista, filho de João Rodrigues da Fonseca, foi sertanista que acompanhou seu irmão Sebastião Pinheiro Raposo às Minas Gerais e daí ao Rio das Contas, na Bahia e depois ao Ceará, sendo morto, juntamente com seu irmão pelo português Manuel de Almeida Braga, na serra de Ibiapaba, no ano de 1720. (FRANCO, 1989, p. 168).

Portanto, temos aí alguns dados que nos permitem a conclusão de que Sebastião Pinheiro Raposo, diferentemente dos dados que constam na citação de Magalhães, esteve, até 1719, garimpando nas nascentes do Rio de Contas Pequeno, atual Rio Brumado, e, em 1722, já não estava mais nesta localidade. Morto em 1720, não poderia ter sido encontrado em 1722, garimpando nas nascentes do Rio de Contas Pequeno, atual Rio Brumado. Ainda fica confirmado que as minas de Mato Grosso, referidas acima, são, de fato, aquelas onde foi estabelecida a primeira freguesia do Alto Sertão Baiano, ou Sertão de Cima, de Santo Antonio do Mato Grosso e não as minas do Estado de Mato Grosso. Estas foram descobertas em 1720. Seu sobrinho, Antonio de Almeida Lara, que deixou Rio de Contas em 1719, e depois de passar por São Paulo, seguiu para Cuiabá, por ter tido notícias da descoberta do ouro nesta localidade. A referência ao vale da Serra da Tromba é um equívoco, pois, de fato, é o vale da Serra das Almas, onde o Rio Brumado tem sua nascente, e onde Sebastião Pinheiro Raposo

acumulou mais de oitenta arrobas de ouro. “Algumas arrobinhas” conforme informou ao conde de Sabugosa, na época, vice-rei.

Essas informações são importantes porque é possível verificar, em várias citações, o nome da cidade – Rio de Contas – como o nome do rio, Rio das Contas e vice-versa, causando certa incerteza quanto à referência. Essa distinção é também de extrema importância, diante do relato referente ao que se pode chamar mito de origem das comunidades ora estudadas: Barra e Bananal.⁵

Vasconcelos (2001, p. 63) comete o mesmo equívoco, quando se refere à povoação do sertão baiano, ou precisamente sobre as cidades de Jacobina e Rio de Contas.

Jacobina e Rio de Contas já estavam povoadas quando, em 1681, o sargento mor Francisco Ramos, juntamente com o cônego Domingos Vieira de Lima e o vigário Antonio Filgueiras seguiram por Jaguaribe, Paraguaçu, Maracás, Serra do Orobó, até o Rio de Contas e Sincorá⁶, estabelecendo-se em sesmaria que se estendia da barra do Sincorá, cabeceira do Paraguaçu, até o Rio de Contas.

O Rio de Contas a que a autora se refere é evidentemente o Rio das Contas, que devido ao espaço geográfico citado não pode ser outro (ver Anexo B).

Spix e Martius (1981, v. II, p. 124), ao se referirem ao Rio Brumado, assim descrevem:

Também os animais despertavam do entorpecimento, ao influxo reanimador da umidade; milhares de grandes cigarras ensurdeciam-me com seu chiado forte e monótono, através do qual percebi, enfim, nas proximidades de Vila Velha⁷, o bramido do Rio Brumado, corrente clara que da montanha se precipita para o Rio de Contas.

Rio de Contas aqui, com certeza, não se refere à cidade, embora a princípio, para quem não conhece a região, possa parecer. Trata-se de fato do Rio das Contas do qual o Rio Brumado é afluente. O bramido forte, ao qual se refere, é devido à cachoeira, formada pelas águas que despenham num salto abrupto a partir da serra, em direção à cidade de Livramento do Brumado ou Livramento de Nossa Senhora.

Posteriormente, Spix e Martius (1981, v. II, p. 126) escrevem:

⁵ Mais tarde, essa questão será discutida.

⁶ Trata-se de rios que nascem na Chapada Diamantina setentrional, enquanto Rio de Contas está situado na parte meridional.

⁷ A cidade onde se encontrou ouro pela primeira vez na região, Vila Velha do Livramento de Nossa Senhora, que teve várias denominações: Livramento de Nossa Senhora, Nossa Senhora do Livramento e hoje é a cidade de Livramento do Brumado.

Uma légua a nordeste de Vila Velha, está a Vila do Rio de Contas⁸. Tivemos de galgar, durante quase duas horas, um caminho íngreme, até alcançarmos o ponto do almejado descanso. A Montanha, chamada pelos sertanejos, ora de Serra do Rio de Contas, ora de Serra da Vila Velha ou do Brumado, eleva-se, pelo menos, uns 1.200 pés acima da Vila Velha. E mostra completa analogia com as montanhas das terras das minas. [...] na metade do caminho o viajante ouve o bramido da imponente cachoeira do Rio Brumado, que se despenha a uma altura de 120 pés, entre íngremes rochedos.

Hoje, este caminho é realizado através de uma estrada asfaltada, e colorida de verde, de onde se vê a serra e a cachoeira.

Um dos documentos importantes sobre a origem da cidade é a Carta Régia, que consta do Livro 2D – Ordens Régias do APMRC⁹, editada em Lisboa aos dois de outubro de mil setecentos e quarenta e cinco, onde D. João V, em resposta ao Conde Galvêas, Vice-Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil, dá permissão para mudar a vila de Nossa Senhora do Livramento para um outro

[...] sítio, mais a propósito, sendo à satisfação dos moradores que para a nova Villa hão de ir, procurando que o mesmo sítio seja o que parecer mais saudável, e com provimento de boa água e lenha, e perto de algum arraial que se ache já estabelecido [...].

Ora, neste caso, o arraial mais próximo já estabelecido era o Arraial dos Creoulos, que, ficando em um lugar mais alto, seria o indicado para se evitar as doenças que prevaleciam sobre a população da Vila de Nossa Senhora do Livramento, situada bem abaixo da serra.

A Vila de Nossa Senhora do Livramento, depois, teve o nome mudado para Cidade de Livramento de Nossa Senhora, e hoje é chamada de Livramento do Brumado. Este município fica a doze quilômetros abaixo da cidade de Rio de Contas e da Serra das Almas. A vila foi transferida para o alto da serra no lugar onde estava o Arraial dos Creoulos. Na informação que consta no APMRC, sobre a criação da Vila de Nossa Senhora do Livramento, temos:

Autorizado pela Carta Régia de 27 de novembro de 1723, D. Vasco Fernandes Cezar de Menezes encarregou o Coronel Pedro Barbosa Leal de erigir a Vila, o que se deu em 1724. Sua criação foi aprovada pela Provisão Real datada de 09 de fevereiro de 1725. A escolha do local não foi a mais acertada: na região, durante as enchentes, grassavam febres de mau caráter, tanto assim que, em 20 de fevereiro de 1744, o Ouvidor-Geral da parte da Comarca da Bahia solicitou ao Rei D. João V a transferência da Vila para local mais propício. (APMRC, Ordens Régias).

⁸ Hoje, Rio de Contas.

⁹ Arquivo Público Municipal de Rio de Contas, onde foram pesquisados este e outros documentos que forneceram a base das informações a respeito da cidade.

O fato é que a Vila de Nossa Senhora do Livramento surgiu a partir da descoberta do ouro na região. Porém, devido à insalubridade do local e das doenças frequentes entre seus habitantes, sua mudança foi autorizada para o Povoado dos Creoulos, através da Provisão Régia de 02 de outubro de 1745, conforme consta na informação do Arquivo Municipal: “A fundação da nova vila se deu em 28 de julho de 1746, por ordem do então Vice Rei D. André de Melo Castro-Conde de Galvêas”. Em seguida: “Elevado à vila, o povoado de Creoulos foi denominado Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas de Rio das Contas” (APMRC, Livro 2, Ordens Régias). Entretanto, a emancipação política e administrativa do município de Rio de Contas antecede esta mudança e data de 27 de novembro de 1723 por considerar a Carta Régia de 27 de novembro de 1723, aprovada através da Provisão Régia de 9 de fevereiro de 1725. Em 8 de julho de 1931 passou a chamar-se simplesmente Rio de Contas. Quem visita Rio de Contas hoje percebe que a mesma foi construída exatamente como determina a Carta Régia de dois de outubro de mil setecentos e quarenta e cinco, onde estava previsto:

Determinar o logar da praça, no meio do qual se levante pelourinho e se assinale para o edificio da Igreja, logar capaz de receber sufficientemente número de fregueses e que faça delinear por linhas rectas, área para as casas com seos quintaes, e se designe o logar para edificar a Câmara, Audiência e Cadêa, e mais officinas públicas e que todas devem ficar na área determinada para as casas dos moradores, as quais pelo seo exterior serão de todas no mesmo perfil, ainda que no interior as fará cada um dos moradores à sua eleição, de sorte que em todo tempo se conserve a mesma formosura do terreno para o logradouro público e para nelle se poderem edificar novas casas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto, com que se mandão fazer as primeiras [...]. (APMRC, Carta Régia, 1745).

Embora não exista mais o pelourinho, a cidade até hoje conserva o perfil e a fachada das casas centrais, como foi determinada na carta. O conjunto de casas, o prédio da Cadeia e da Câmara Municipal, Igreja e Praça foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN). No IV volume do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia encontramos: “Rio de Contas apresenta praças e ruas amplas, igrejas barrocas e edificios civis sem paralelo no Sertão Baiano”.

Os edificios são em sua maioria, da segunda metade do século XVIII e início do século XIX. O padrão das construções é o mesmo do litoral baiano, sendo os monumentos religiosos e públicos em pedras. As casas em adobe apresentam cunhais e frisos em baixo relevo, constando de eiras e beiras. Segundo esse inventário, a origem da cidade foi relacionada ao ciclo de exploração do ouro, que em um período de 107 anos gerou 570.992

quilos do metal. Nas Referências Básicas do APMRC (sem autor determinado), sobre o Município de Rio de Contas, está escrito:

O núcleo populacional de Rio de Contas teve sua origem nos fins do século XVII, quando viajantes de Goiás e do Norte de Minas, em demanda da cidade do Salvador, capital da Província da Bahia, fundaram um pequeno povoado, que tomou o nome de Creoulos, ponto de pouso na exaustiva caminhada. Esse povoado situava-se no Planalto da Serra das Almas, à margem do Rio das Contas Pequeno, atual Rio Brumado.

No mesmo texto, consta que a fundação da nova Vila se deu em 28 de julho de 1746 e, elevada à vila, o povoado dos Creoulos foi denominado Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio de Contas.

Observa-se, no documento, que se omite a presença de negros no arraial dos Creoulos, mas deixa-se perceber nas entrelinhas que o povoado, antes de ser descoberto o ouro na região, era formado por negros que, ao que parece, antecederam ao povoamento branco na região. Percebe-se claramente que a cidade de Rio de Contas surgiu a partir do núcleo negro, que fazia parte da rota do caminho que ligava o Sul ao Nordeste e vice-versa. O ciclo do ouro incrementou a povoação.

Hoje, o município é formado pelo núcleo urbano e as comunidades ao redor, entre elas, Barra e Bananal, que são constituídas por negros e reconhecidas como quilombolas. Outra comunidade, Riacho das Pedras, também formada por negros, foi desfeita porque teve suas terras inundadas pela represa do Rio Brumado e hoje seus antigos habitantes moram em um bairro do núcleo urbano. Essas três comunidades partilhavam e partilham de terras vizinhas umas das outras, mantendo seus limites, através da tradição que é preservada desde tempos imemoriais.

As informações históricas aqui discutidas são importantes para que se esclareçam alguns equívocos em relação à cidade e permitam situar o leitor na estrutura da qual se origina o objeto em estudo; ou seja: as identidades cambiantes.

CAPÍTULO 2 - AS COMUNIDADES BARRA E BANANAL

2.1 As comunidades e os aspectos geográficos do lugar

A existência de negros na região data, portanto, de época anterior à chegada do branco. Hoje existem duas comunidades, formadas por negros, cujas origens se perderam no tempo e que estão situadas, na margem direita do Rio Brumado, no vale formado pelas Serras das Almas e Serra do Malhado. Antes da construção da Barragem Luis Vieira, no rio Brumado, havia outra comunidade na margem esquerda, denominada Riacho das Pedras, que foi inundada pelas águas da mesma. Essas comunidades formaram um grupo coeso de pessoas, fechadas nas suas relações de parentescos, formação social e costumes. Esta relação não foi desfeita em relação ao povo de Riacho das Pedras, apesar da mudança das pessoas que ali habitavam. Barra do Brumado e Bananal conseguiram permanecer no local, por não terem sido inundadas as localidades onde estão as moradias. As mesmas distam de 12 km e 15 km, respectivamente, da cidade, por estrada de terra, e têm algumas especificidades que as distinguem de muitas outras comunidades negras já estudadas. Essas comunidades adotaram o catolicismo e seu sistema de religiosidade popular. Hoje, seus habitantes evitam falar sobre as práticas de cura mágico-religiosa, tais como os benzimentos, que existiram até tempos atrás.

São comunidades quilombolas, já reconhecidas como tal¹⁰. Este fator desperta curiosidades por parte dos estudiosos, principalmente, por estar profundamente ligado às questões identitárias. A experiência vivida, a trajetória compartilhada pelos membros do grupo e a sua continuidade histórica possibilitam conceituá-los enquanto grupo étnico que, na conceituação de Barth (1998), é definido como um grupo do tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. São negros, são católicos e são quilombolas, atributos que podem ser considerados prioritários na questão da formação de identidades.

Se você estiver num restaurante em Rio de Contas ou hospedado na casa de uma das famílias das comunidades e for servido o almoço ou jantar, ou mesmo um lanche, será provavelmente o mesmo tipo de refeição. Antropólogos e outras pessoas que já passaram por

¹⁰ Título nº 406.971, de outorga do governo do Estado da Bahia, de acordo com o Processo de Reconhecimento de Domínio, nº 216564-3, junto com o Ministério da Cultura e Fundação Palmares.

essas comunidades¹¹ registraram diversos tipos de comida como sendo da cultura africana, enquanto sobrevivência cultural. Embora não deixem de sê-lo, porém, não é isso que faz a diferença entre as comunidades e a cidade, pois em ambas você terá o mesmo tipo de refeição, que faz o gosto de muitos turistas que passam por lá. São: o arroz com pequi, o picadinho de palma, o godó de banana etc. Também não é a cor da pele e muito menos o tipo de cabelo que singulariza o povo dessas comunidades, pois em qualquer cidade daquela região veremos, na maioria das pessoas que ali habita as mesmas características. Há, porém, certas características que individualmente não fazem a diferença, mas sim quando analisado o grupo como um todo.

Uma característica específica do grupo é o lugar onde, desde há muito tempo, estão morando¹². Está encravado num vale por onde corre o Rio Brumado, entre as escarpas das Serra das Almas e do Malhado, no sul da Chapada Diamantina. A região se caracteriza fitogeograficamente pela presença de pelo menos três tipos de vegetação: a floresta de galeria, que acompanha os cursos de água; a vegetação de altitude, incluindo os campos rupestres; e os campos gerais, que se instalam nas elevações montanhosas, longe dos rios.

Apesar do extremo comprometimento ambiental, causado pelas explorações do solo, devido à garimpagem, e das bruscas mudanças de altitude, a diversidade do solo, a orientação da luz e a umidade do ar favorecem a permanência de um mosaico complexo de numerosos tipos de ecossistemas.

Os chamados campos rupestres consistem em uma vegetação descontínua sobre afloramentos rochosos, naturais ou deixados pelo garimpo. Estas plantas são adaptadas para resistir a flutuações rápidas e severas de temperatura, de umidade, como também as fortes insolações nos topos das serras. São plantas bem adaptadas aos rigores da seca, plantas xerófitas com muitas adaptações para reduzir a perda de água. As bromélias que podem coletar águas das chuvas e outros grupos que possuem folhas coriáceas (duras e grossas) ou pequenas, cobertas de cera ou pelos para evitar a evapo-transpiração excessiva.¹³ As raízes ou caules são muitas vezes modificados em variados órgãos subterrâneos que funcionam como armazéns de alimentos e tanques de água que permitem a planta sobreviver a prolongadas secas e ao fogo sem a parte aérea. As plantas rupestres possuem, muitas vezes, adaptações especiais para utilizar a umidade do ar à noite. Isto permite seu crescimento mesmo sobre pedras lisas, sem o mínimo de solo e com chuvas esporádicas. Estes campos constituem uma

¹¹ Messeder, Martins, Vasconcelhos, Miranda, Sousa, entre outros.

¹² Segundo o laudo antropológico, efetuado para que as comunidades fossem consideradas quilombolas, remontam há mais de 130 anos.

¹³ Nome dado ao fenômeno de perda de água relacionada com os processos vitais das plantas – fotossíntese e metabolismo.

das belezas naturais do lugar; neles crescem orquídeas, bromélias, cactos e centenas de outras espécies, muitas delas endêmicas.

Os chamados campos gerais são lugares mais ou menos planos, cobertos por solos arenosos, branco e fino e em geral raso, originários das rochas quártzicas milenares da serra. Têm baixa fertilidade e são extremamente ácidos. Durante as chuvas, permanecem encharcados, devido ao escoamento que é lento, e secam rapidamente quando termina o período chuvoso, por não possuírem grande profundidade nem condições físicas de reter umidade. A condição de solos fracos resultou em um ambiente que suporta apenas plantas de baixo porte, como gramíneas, ciperáceas e diversos arbustos. Embora o valor nutritivo dessas plantas seja baixo, é delas que o gado das comunidades se alimenta.

As matas de galeria são matas localizadas ao longo dos rios e córregos. São mais ou menos estreitas, dependendo do lugar, se mais povoados ou não. Tem grande variedade de árvores e todas de porte baixo; muito comum de se ver são as epífitas¹⁴ (ver fotografia). Muitas vezes, essa mata é interrompida em áreas abertas, nas quais é encontrada uma vegetação mista, típica de campo rupestre ou espécies invasoras, já que são áreas degradadas.

As florestas de altitude estão, quase sempre, escondidas nas encostas íngremes e protegidas pelas serras, onde há cursos de drenagem, e nos grotões e fendas das rochas das montanhas. Elas se beneficiam muito da umidade presente ao longo dos cursos de drenagem das montanhas, mas principalmente daquela presente na atmosfera à noite, no alto da chapada.

O clima na região, devido à situação geográfica, nos contrafortes da Chapada Diamantina varia, nas serranias, de temperado a frio, dependendo da estação, com máxima de 32° C, mínima de 7° e uma média de 19°.

A serra das Almas é uma ramificação da Cordilheira do Espinhaço, portanto uma região montanhosa. O relevo é exuberante, esculpido em rochas; apresenta-se intimamente relacionado à presença de dobras, fraturas, rupturas e falhas geológicas, originadas pelas forças do interior da crosta terrestre. É nesta serra que nasce o Rio Brumado, no qual foi descoberto ouro no século XVIII, e em cujo vale se situam as comunidades. De alguns lugares avista-se o Pico das Almas, um dos pontos de maior altitude do Estado da Bahia, com 1.958 metros de altitude, situado na serra do mesmo nome, e a Serra do Barbado, cujo ponto culminante é o mais alto da Bahia, com 2.033,33 metros de altitude. Devido às altas altitudes, a temperatura permanece amena quase o ano todo.

¹⁴ Plantas que crescem sobre outras.

2.2 A comunidade de Bananal

Os membros da família Aguiar da comunidade de Bananal, bem como muitas outras pessoas, visto que são todos aparentados devido aos casamentos endogâmicos, têm as características físicas bem definidas. São negros retintos de porte alto, esguios, elegantes, mesmo com seus feixes de lenha ou qualquer outro objeto sobre suas cabeças, os quais carregam levemente, como se não tivessem peso algum. Geralmente olham os interlocutores com cuidado redobrado, quando não pertencem à comunidade. Procuram, com seus olhos vivos, adivinhar a intenção contida na fala do outro e sempre com cuidado no que vão falar. A fala normal espontânea fica para os parentes, para os jogos e brincadeiras; enfim, para aqueles que têm a mesma origem ou para aqueles de quem já se têm certo conhecimento. Amáveis, educados, acostumados a lidar com turistas, aos quais vendem seus produtos como: o óleo de pequi, os bordados que fazem com panos de sacarias e linhas tiradas dos próprios tecidos, além do crochê. Essas atividades lhes permitem acrescentar a renda doméstica. Sobrevivem de pequenas roças e de aposentadoria, concedida pelo governo por tempo de trabalho rural, idade ou invalidez.

Para chegar às comunidades, é preciso partir da cidade de Rio de Contas. A comunidade de Bananal está localizada a noroeste da cidade, distando, em linha reta, 8,5 km da sede do município. Atualmente, a estrada que dava acesso direto a esta comunidade está sem condições de tráfego. O mesmo está sendo feito através da estrada que leva à Barra, acrescentando mais 3 km. Portanto, para se chegar a Bananal, deve-se primeiro passar por Barra, traçando o seguinte percurso. Partindo de Rio de Contas, passando pelo eixo da barragem, segue-se em direção à ponte do Coronel, onde se entra no sentido da Barra, pouco antes de cruzar o rio Brumado. Dali, tomando uma bifurcação se chegará a Barra do Brumado que fica a 12 km da cidade, três quilômetros depois, está a comunidade de Bananal, ambas situadas na margem direita do Rio Brumado. A extinta comunidade, chamada Riacho das Pedras ficava na margem esquerda, próxima a Bananal.

As duas comunidades, Bananal e Riacho das Pedras, tiveram suas terras inundadas pela formação do lago da barragem Luis Vieira, do rio Brumado¹⁵. Riacho das Pedras teve todas as moradias submersas, obrigando seus habitantes a sair das suas terras, enquanto Bananal perdeu grande parte das terras agricultáveis. Barra foi a menos atingida. Hoje, seus

¹⁵ Os moradores de Riacho das Pedras foram recolocados na área urbana da cidade de Rio de Contas, no Bairro do Pirulito, próximo ao reservatório de água da cidade.

habitantes reclamam os prejuízos causados, pois eles vivem basicamente da agricultura. Era na faixa das margens inundadas do rio que estavam as terras mais férteis, de coloração vermelha, que permitiam a eles o cultivo do arroz. Hoje, deixaram de produzi-lo, ficando apenas com a produção do feijão, da cana-de-açúcar, do milho e da mandioca. Há uma pequena criação de gado. As vacas estão quase sempre pastando perto das casas, com cordas ao pescoço, para facilitar sua condução aos pequenos currais à noite. Seus proprietários têm o hábito de deixá-las soltas, mas sempre com uma corda no pescoço mais ou menos extensa.

O percurso, nesta pesquisa, foi efetuado a partir da comunidade de Bananal, não sem antes obter a permissão do líder comunitário das duas comunidades, morador em Barra. A divisa das mesmas se faz através de um córrego; mas, de fato, com exceção das casas que se tornam mais rareadas na estrada quando se distancia do centro da comunidade de Barra e se tornam mais frequentes quando se aproxima do núcleo principal de Bananal, quase não se percebe a divisa.

Chegando ao núcleo da comunidade de Bananal, habitado por uma família extensa, depara-se com sete casas; dessas, apenas duas não são da mesma família, sendo que uma delas era a casa de festas, que foi concedida, como moradia, a uma família que chegou ao núcleo há mais de vinte anos com o objetivo de garimpar; por não ter onde ficar, a família Aguiar acolheu-a na casa de festas. Essa moradia é tida como provisória, pois a família que a habita, hoje composta de mãe e dois filhos (o pai já é falecido), não pertence ao grupo comunitário, na origem, sendo apenas tolerada, conforme ficou claro no depoimento de uma pessoa que é membro da família extensa.

No centro existe uma espécie de quiosque de alvenaria, coberto de telhas, em forma arredondada, com um pequeno palco para a apresentação dos músicos, e um espaço onde são realizadas as danças. Esse mesmo local serve também para acolher o feijão que é colocado para secar e depois batido para separar a palha dos grãos. Ali, aos sábados, pessoas da comunidade costumam reunir-se para bate-papo informal e foi o local onde foram realizadas entrevistas com alguns homens da comunidade, considerando a dificuldade de entrevistá-los durante a semana, visto que os mesmos estão em suas roças ou em outros trabalhos, quando não descansando.

Quando membros de outras comunidades e da cidade participam das festas, fato bastante comum, as danças se estendem pelo terreiro junto ao quiosque. A casa mais próxima, de uma pessoa da família que mora só, se transforma em casa de festa, onde se preparam as comidas a serem servidas, com um banheiro a ser usado pelas pessoas da festa, além do banheiro comunitário, que fica próximo ao quiosque. Além desse quiosque, bem ao lado

existem dois cômodos. Nos fins de semana, festas e feriados, um deles é transformado num pequeno comércio de bebidas e salão de jogos; no outro, são vendidos o artesanato e outros produtos aos turistas. No lado oposto, há um espaço de terra ou grama – dependendo da estação – onde as crianças e jovens brincam e jogam futebol.

Após o campinho está a casa onde se preparavam as festas no passado e onde hoje mora a provisoriamente a família citada anteriormente. À direita do caminho que passa ao lado desta casa e leva à represa, está a casa de farinha e a casa da zeladora da capela. Entre o aglomerado de casas, dispostas em forma circular, o que se poderia chamar de centro de uma vila, está a capela. Nela, o padre da paróquia de Rio de Contas celebra missas, algumas vezes, no decorrer do ano, mas infalivelmente, nas festas dos padroeiros que são: Nossa Senhora da Conceição e São José. Estas festas são celebradas nos dias em que se comemoram os santos e são as mais importantes da comunidade. Nela comparecem as autoridades locais e muitas pessoas da cidade.

Em Bananal, em frente ao quiosque, mora a professora do lugar e sua família nuclear. Ao fundo está um dos engenhos movido à tração animal; no caso, por dois bois. Nele moem a cana-de-açúcar para fabrico da garapa, da rapadura. Depois da capela, há um espaço reservado ao estacionamento do ônibus que leva os estudantes para as escolas de Rio de Contas. Após esse espaço, está a escola que as crianças frequentam e onde funciona a pré-escola e o ensino fundamental, ciclo um. No ciclo dois do ensino fundamental, as crianças vão para a escola municipal da cidade e, posteriormente, fazem o ensino médio em outra escola estadual.

Acima da escola, moram a merendeira, seus filhos e esposo em uma casa; em outra, moram sua sogra e outros filhos. Existe, na casa da avó (sogra), cama para as crianças pequenas do filho casado. À frente dessa casa, um de seus filhos está construindo uma casa de alvenaria, onde irá morar após seu casamento.

Situada na entrada, ao lado esquerdo desse aglomerado de casas, está a casa de uma senhora viúva, que pertence à família extensa, e ao seu lado está-se construindo uma outra casa de adobe, para sua sobrinha que mora em São Paulo, mas que gosta de frequentar a comunidade em visita aos seus parentes mais próximos. Sendo da família, ela tem o direito de construir.

As casas mais antigas são construídas de adobe, e devido a isso são casas frescas e muito agradáveis para moradia. Geralmente se compõem de: dois ou três quartos; banheiros com instalações sanitárias, os quais são, muitas vezes, azulejados; uma sala, às vezes maior ou menor; cozinha, muitas vezes com uma pequena varanda na frente e na parte dos fundos;

contígua à cozinha, uma pequena despensa, onde são guardados os mantimentos. Há outras casas que não têm o conforto de um piso de cerâmica.

Nessas residências há sempre um contraste entre o novo e o tradicional. Na cozinha, ao lado do conforto do micro-ondas, do freezer e da geladeira, permanece o fogão a lenha com seu forno. Tem água encanada e pia, embora a preferência para lavar utensílios de cozinha do lado de fora da casa permaneça, seja no tanque ou se possível na água à beira da represa, onde gostam também de lavar as roupas.¹⁶

O contraste entre o tradicional e o moderno coexiste pacificamente. Nas salas, em sua maioria, há armários para, entre outras coisas, guardar louças e copos, mesas com cadeiras para servir as refeições e sofás. Nos quartos, há guarda-roupas, camas e bons colchões, guarnecidos com colchas. A televisão pode ficar na sala ou no quarto, e o uso de antenas parabólicas é frequente. Além dessas coisas, gostam de ouvir rádios, e em todas as casas vê-se o uso constante de relógios, sejam de parede ou despertadores nos quartos. Às vezes, as motocicletas são guardadas nas salas também.

Essas casas têm suas paredes rebocadas, por dentro e por fora. São alisadas e pintadas de branco-amarelado, com uma mistura chamada por eles de tubatinga, que se assemelha a cal. De fabricação caseira, essa mistura inclui pedra calcária em pó e água; algumas pessoas dizem que na sua composição há tapioca cozida, outras dizem que não. As janelas são de madeira e pintadas quase sempre de um azul claro. Os tijolos de adobe são feitos pelos moradores, que muitas vezes usam o sistema de mutirão, quando querem produzir um número maior para a construção de casas. Para isso, eles usam argila pura que, misturada com água, forma uma massa que é colocada em formas retangulares de madeira, que secam quando expostas ao sol, formando grandes tijolos. Nos últimos anos, tem havido uma mudança notável nas comunidades, que tem afetado o processo de construção das casas. Nas construções mais recentes, têm sido utilizadas estruturas de cimento para alicerces e colunas nas construções e blocos de argila, desses comuns, comprados em olarias ou lojas de material de construção, como nas construções da cidade; porém, a distribuição espacial das casas continua igual. Os filhos, depois de casados, constroem suas casas próximas às dos pais, devido ao sistema de apropriação do solo.

¹⁶ Interessante notar que a água da represa não serve, no entender deles, para lavar o corpo, pois outros corpos já foram lavados. Referem-se ao fato de banhistas, frequentemente turistas, se banharem nas águas da represa, ou ainda na área da Ponte do Coronel.

Todas as casas têm seus quintais, nos quais se plantam verduras, plantas medicinais e frutas, e muitas vezes ali se encontram o andu¹⁷ e a mandioca, que são colhidos, quase sempre às sextas-feiras, para serem vendidos no sábado, na feira em Rio de Contas. Por ser um produto perecível, o melhor sabor do andu está quando recém-colhido.

Pouco além da escola, há uma construção de alvenaria, um prédio mais moderno, pintado de rosa, o qual deveria abrigar uma fábrica de doces. O projeto da fábrica de doces foi um dos que foram abortados. Acabaram-se as verbas antes do término efetivo do projeto.

Saindo do centro, uma estrada de terra e outras pequenas estradas conduzem a outras residências. Uma das pequenas estradas, à esquerda de quem sai de Bananal com destino à Barra, conduz ao espaço onde está sendo desenvolvida a criação de avestruz – projeto, este, em vias de extinção.

Para chegar ou para sair da comunidade deve-se passar pela estrada que leva a Barra do Brumado, porque, no momento, a estrada que vai desta comunidade à cidade está intransitável. Passa-se por alguns riachos de águas muito límpidas que atravessam a estrada em direção a Barra. As residências brancas de janelas azuis vão se sucedendo ao longo da estrada, na qual reina o silêncio entrecortado pelo cantar dos pássaros, pelos ruídos dos animais e insetos, pelo murmurar das águas e do vento a assoprar na vegetação. Esse é o caminho que leva a Barra. Depois de passado o riacho que faz a divisa entre Bananal e Barra, e antes de chegar a esta última, do lado esquerdo se vê – se a observação for cuidadosa – alguns tubos de instalação hidráulica, que permanecem elevados, e outros que se elevam a partir do solo. Observando a vegetação é fácil perceber que a terra foi destocada e que nasceu nova vegetação. Neste lugar deveria ser implantado um projeto de irrigação de lavoura, que também foi abortado. Mais adiante, tem-se, ao lado direito, um tanque de água com grande capacidade de armazenamento; abaixo dele, há uma casa onde funciona a destilaria e engenho e, ao seu redor, plantação de cana-de-açúcar. As informações obtidas dão conta de que a terra teria sido vendida a um agente particular, que implantou ali um engenho com a finalidade de produzir aguardente. As águas da represa, embora em menor quantidade, ainda chegam próximas a este local. Houve informação de alguns moradores de que as comunidades receberam uma bomba d'água para puxar água da represa, com finalidade de irrigar o solo. O projeto anterior teria esta finalidade, porém o autor desse e de outros projetos para o desenvolvimento da comunidade foi assassinado. Aparentemente, o projeto da produção de aguardente (que segundo as informações recebidas é

¹⁷ O andu é uma espécie de feijão, com o qual se prepara um tipo de farofa muito apreciada na Bahia; muito saboroso, deve ser colhido verde para o preparo.

particular) está caminhando bem. É o que demonstra, quando passando ao lado, se verifica o investimento em adubagem e irrigação da cana-de-açúcar.

2.3 A comunidade de Barra

A comunidade de Barra fica mais próxima da nascente do rio Brumado, portanto foi a que menos sofreu com as inundações causadas pela barragem Luis Vieira, além disso, tem o solo mais apropriado para a agricultura, sendo avermelhado e mais profundo. Em outros aspectos se assemelha à comunidade de Bananal, no que tange às construções das casas, na distribuição dos cômodos, nas cores, nas mobílias, mas a distribuição das casas é um pouco diferente. Trata-se de um espaço onde as casas foram delineando uma forma mais arredondada e posteriormente outras construções de alvenaria foram sendo agregadas ao centro, tais como o centro comunitário, a escola e o centro médico. Uma pequena igreja foi construída na mesma linha das casas. Neste centro existem três pequenas casas comerciais e um cômodo, destinado a expor a venda de artesanatos, confeccionados pelas mulheres do local. Em uma das saídas do centro está o cemitério, que serve às duas comunidades.

Esta comunidade é formada por outras sub-comunidades que são: Campo Verde, Cachoeira e Cachoeirinha, cujas casas se espalham pelas estradas vicinais, que ligam a comunidade de Mato Grosso e a comunidade de Bananal. Atravessando o rio Brumado, a partir do fundo dos lotes cultiváveis, encontramos mais casas.

No centro de saúde, onde as famílias são cadastradas para fins de atendimento médico, existe um número de 76 famílias. Entre essas, aproximadamente 28 são de Bananal.

Embora o número de famílias tenha tido pouca alteração, há uma população flutuante de jovens que estudam fora, em outras cidades, como Salvador, Vitória da Conquista e mais recentemente aqueles que foram estudar medicina em Cuba. Existe também outro fator que altera o número de residentes: dependendo da época do ano, alguns pais de família ou mesmo jovens vão para o sudeste, a fim de conseguir trabalho e capital para realizar melhorias nas casas e obter mais conforto. Os jovens nem sempre voltam para morar nas comunidades. Na pesquisa foram localizados cinco jovens que foram para Cuba, uma das jovens da comunidade passou no vestibular para medicina na Universidade Federal da Bahia, outros dois jovens foram fazer enfermagem, uma jovem está fazendo nutrição na Universidade Federal da Bahia, no Campus de Vitória da Conquista, enquanto mais dois estão fazendo cursinho pré-vestibular na referida cidade.



Ilustração 1 - Aspectos da vegetação e vista da represa Luis Vieira, do Rio Brumado.



Ilustração 2 – Relevo.



Ilustração 3 - Aspecto da vegetação das encostas.



Ilustração 4 – Vegetação que cresce nos interstícios das pedras.



Ilustração 5 – Vegetação que cresce nos interstícios das pedras.



Ilustração 6 – Vegetação que cresce nos interstícios das pedras.



Ilustração 7 – Margem do rio próximo à ponte do Coronel.

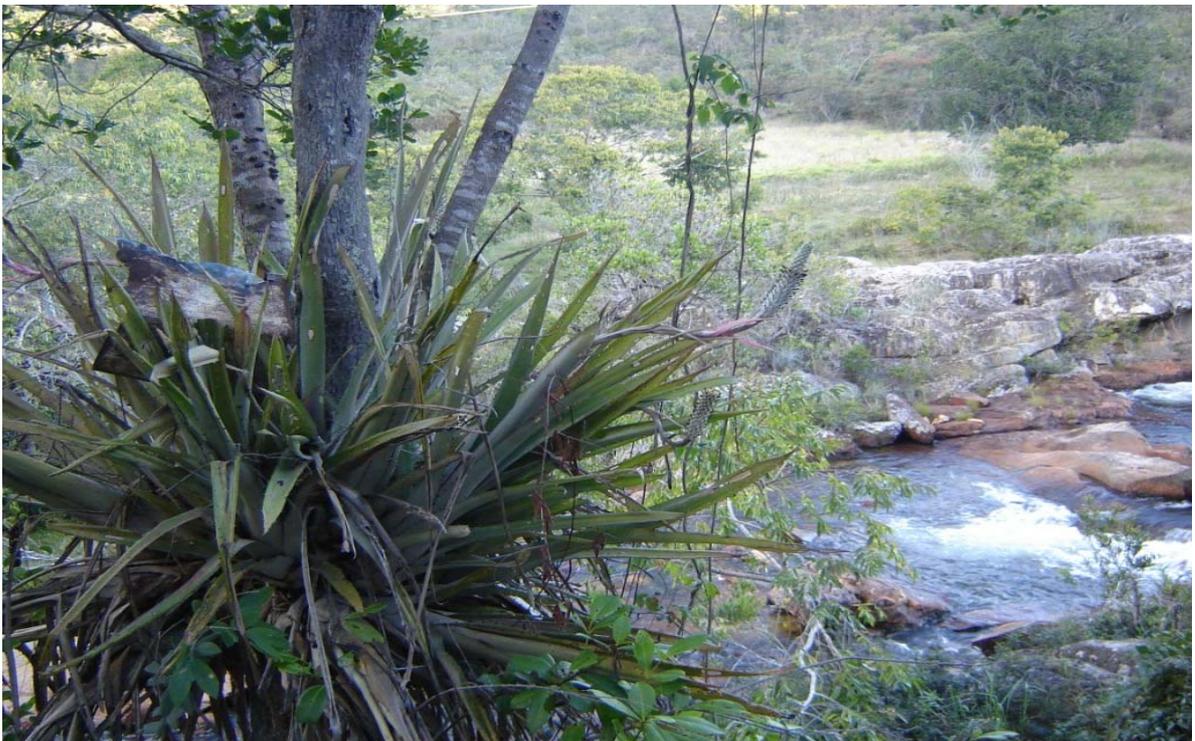


Ilustração 8 – Bromélias

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 3 – CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: “SEMPRE FOMOS LIVRES”

Os habitantes de Barra do Brumado e Bananal são negros. Às vezes, encontram-se pessoas com a pele mais clara, mas em outros aspectos, tais como o cabelo, demonstram a sua negritude. O fato de serem todos negros, e quase todos aparentados, devido, principalmente, aos casamentos endogâmicos, indica um passado comum, endossado, principalmente, pelo mito corrente entre eles, que revela nunca terem sido escravizados. A partir disso, pode-se perguntar o que é ser escravo. E o que representa ter sido escravo no Brasil. E, ainda, o que significa nunca ter sido escravizado.

Para entender essas questões é preciso remeter ao passado do Brasil colônia, quando, por necessidades mercantis, foi introduzido o sistema escravagista. Antes, porém, para compreender o que é ser escravo, remete-se aqui, embora rapidamente, à discussão de sua origem.

Desde a mais remota antiguidade, a escravidão foi conhecida e aplicada. Quase sempre o fundamento principal foi a guerra, mas houve outros modos legítimos para cair em escravidão.

As sociedades antigas consideravam-se no direito de matar aqueles que foram vencidos nas guerras. Com o desenvolvimento das sociedades, passou-se a ter o direito de conservar a vida dos prisioneiros, sujeitando-os ao cativeiro e ao domínio do vencedor. Mas os próprios legisladores romanos consideraram, mais tarde, a escravidão como algo contrário à natureza. No direito romano, prescrevia a escravidão quando o cidadão deixava de se inscrever no *senso lustral*; nesse caso, era vendido como escravo público. Quando o ladrão era pego em flagrante, era açoitado e entregue como escravo ao ofendido. Se o devedor não conseguisse pagar sua dívida, podia ser vendido para fora, pelo seu credor. Havia ainda outras modalidades de se tornar escravo, que aos poucos foram caindo em desuso. Aos poucos, a escravidão, foi considerada insustentável nas sociedades do ocidente (MALHEIRO, 1976). Entretanto na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, com o fim do sistema de servidão, a escravidão no ocidente ressurgiu da forma mais violenta possível, ao arrancar de sua terra o homem africano, reduzindo-o, por lucro e ganância, à condição de escravo. A escravidão moderna ocidental teve seus contornos definidos e institucionalizados; mais do que

isso, inseriu-se num sistema de produção mercantil, do qual foi um dos pilares fundamentais. Para Prado Júnior (2000, p. 278), a escravidão moderna nasceu de chofre e não se ligou ao passado ou tradição alguma, porém:

Restaura uma instituição justamente quando ela já perdera inteiramente sua razão de ser e fora substituída por outras formas de trabalho mais evoluídas. Surge assim como um corpo estranho que se insinua na estrutura da civilização ocidental, em que já não cabia.

Ela serviu para explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do novo mundo. Ainda, segundo esse autor, a escravidão moderna americana teve, na Península Ibérica, seu precursor imediato no cativo dos mouros e logo depois dos negros africanos, que as primeiras expedições ultramarinas dos portugueses trouxeram para a metrópole como presas de guerras ou fruto de resgates.

Ao discutir a categoria escravidão, ao procurar sua característica principal, Gorender (1978, p. 60), partindo do pensamento Aristotélico sobre a mesma, afirmou: “O escravo, instrumento vivo como todo trabalhador, constitui ademais ‘uma propriedade viva’. A noção de propriedade implica a de sujeição a alguém fora dela: o escravo está sujeito ao senhor a que pertence”.

Sendo, portanto, a propriedade a característica principal da escravidão, ela estabelece outro paradigma: o ser humano, enquanto senhor absoluto da vida de outro semelhante, enquanto este outro se torna dependente e sujeito à vontade de seu senhor. Entretanto, essa dependência na escravidão pode ser relativizada, visto que ambos – senhor e escravos – estão inseridos em um mesmo sistema, tanto social quanto econômico. Daí ser perfeitamente pertinente a analogia de Antonil, ao dizer que os escravos eram as mãos e os pés do senhor, o qual sujeita o escravo, através da violência do poder, simbolicamente contido no título de propriedade.

Ora, sabe-se que o homem, pela sua natureza universal, se sujeita até certo ponto e sob determinadas condições. Serão as condições, às quais será submetido, que o tornarão escravo, propriedade do senhor. A escravidão se completa quando outros atributos são adicionados, tais como a perpetuidade e hereditariedade.

3.1 A escravidão africana

Meillassoux (1995, p. 17), que fez de sua obra um ensaio teórico sobre a instituição da escravidão a partir dos conhecimentos que tem sobre a África, diz: “A história da escravidão

na África se mostra indispensável para apreender a significação dos fatos que a acompanham”. Para ele, é a história que põe em evidência a especificidade do modo de reprodução escravagista, dá um sentido à economia guerreira e o meio de interpretar certas formas de poder. Ela mostra que o fenômeno escravagista se inscreve em um complexo social e político de um alcance geográfico considerável. A dimensão antropológica só tem significação nesse contexto, que também remete à economia e à demografia do conjunto dos povos atingidos, aqueles que sofreram os raptos e aqueles que deles se beneficiaram. O autor recorre à análise semântica de E. Benveniste para mostrar o que é ser livre e, ao mesmo tempo, contrapor a condição de livre à condição de escravo. O conceito de livre em Benveniste, segundo o autor, está vinculado às origens sociais. Só se é livre aquele que pertence a “[...] uma cepa étnica designada por uma metáfora de crescimento vegetal” (MEILLASSOUX, 1995, p. 19). Para ser livre é preciso ter a origem dentro da comunidade e a ela pertencer. Essa pertinência confere um privilégio que o estranho e o escravo não conhecem. Sendo o estranho aquele que não se desenvolveu no meio social em que se encontra; que não cresceu dentro dos laços sociais e econômicos que situam um homem em relação a todos os outros dentro de uma comunidade. Entretanto, a escravidão aparece em muitas pesquisas menos como um sistema social do que através da definição de escravo. Visto sob o aspecto da semântica e do direito, o fenômeno da escravidão não pode ser caracterizado como uma instituição. Em termos de direito, o escravo é descrito como um objeto de propriedade; logo, alienável e submetido ao seu proprietário.

Mas na perspectiva de sua exploração, a comparação de um ser humano a um objeto ou mesmo a um animal, é uma ficção contraditória e insustentável. Se na prática, o escravo fosse tratado como tal, a escravidão não teria nenhuma superioridade sobre o uso de instrumentos materiais ou sobre a criação de gado. Na prática, os escravos não são utilizados como objetos ou animais, aos quais essa ficção ideológica tenta rebaixá-los. Em todas as suas tarefas, até nos transportes de carga, apela-se à sua razão, por pouca que seja, e sua produtividade ou utilidade aumenta na proporção desse apelo à sua inteligência. (MEILLASSOUX, 1995, p. 9).

A definição jurídica de escravo se assenta nessa visão de objeto, portanto reconhecidamente como propriedade, estabelecendo essa relação de direito do senhor sobre o escravo.

Nesse caso, o direito ratifica e dissimula, ao mesmo tempo, as relações sociais orgânicas sancionando-as sob as formas mais aptas a preservação das vantagens daqueles para quem esse direito é concebido e enunciado. Logo ele não poderia ser a expressão objetiva de uma realidade social nem conter a sua explicação. Ao expressar a relação escravagista como individual, o

direito fixa os limites nos quais ele deseja ver exercer-se a autoridade do senhor sobre o escravo; a relação individual mascara e neutraliza, nesse caso, a relação de classe. (MEILLASSOUX, 1995, p. 10).

A abordagem jurídica torna-se frágil ao considerar a alienabilidade como atributo inerente ao escravo. A alienação só se manifesta enquanto efeito e afirmação dos fatos que ocorreram e que provocaram a sua despersonalização a partir da sua captura. Torna-se o reflexo de uma concepção individualizada, da autoridade que se apoia na ideologia patriarcal. Porém o autor enfatiza que

[...] a alienabilidade só é significativa, entretanto, no âmbito das instituições que permitem a sua realização; a guerra de captura e o mercado “mercado de escravos”, isto é, o conjunto dos mecanismos e operações pelos quais uma classe de indivíduos se vê privada de personalidade social, vendida como mercadoria e explorada ou empregada de modo que permita recuperar o seu custo, seja da captura ou da compra. (MEILLASSOUX, 1995, p. 10).

Lovejoy (2002), ao estudar a escravidão na África, define-a como uma forma de exploração, que tem por características específicas a ideia de escravo como propriedade, sendo os mesmos, quase sempre estrangeiros, alienados pela origem, privados da herança social que lhes coubera ao nascer, ou devido a sanções judiciais ou religiosas como forma de punição para crimes como assassinato, roubo, adultério e bruxaria. Nesses casos, a coerção podia ser usada contra eles e a sua força de trabalho ficava à completa disposição do seu senhor. Não tinham direito a sua própria sexualidade e, por extensão, a suas próprias capacidades reprodutivas. A condição de escravo era herdada, mas poderiam ser tomadas medidas para modificar essa situação. Podiam ser comprados e vendidos como mercadorias e não eram protegidos por leis. Porém, nem sempre eram tratados dessa forma e, às vezes, algumas restrições à compra e venda eram colocadas, em virtude da existência de algum grau de aculturação. Embora fosse possível aos proprietários fazer o que bem entendessem, muitas vezes evitava-se separar famílias na hora da venda.

Quase sempre a escravidão teve início através da violência, que reduzia a posição de uma pessoa da condição de liberdade para a condição de escravo. Guerras eram organizadas com o objetivo de adquirir escravos; os prisioneiros eram escravizados, sendo a escravidão, nesse caso, um subproduto da guerra. Muitas vezes, ataques surpresas faziam escravos através do banditismo e dos sequestros. Nesse caso, a escravidão era uma atividade criminal em pequena escala, na qual escravizar é o único objetivo da ação. Muitas vezes, criminosos eram vendidos fora, por suas próprias comunidades. Mas todas as formas de escravização foram estribadas na violência, apesar de legítimas aos olhos da sociedade em questão. A violência

permaneceu intrínseca através do ato da escravização. O grau de coerção envolvido na escravidão às vezes era óbvio, quando o senhor exercia sua capacidade de punir os escravos que não cediam às suas ordens; outras vezes, disfarçado, sob a coerção indireta, pelo fato da violência exposta ser suficiente para manter a disciplina entre eles. Como a escravidão estava fundamentalmente ligada ao trabalho, os escravos podiam ser levados a desempenhar qualquer tarefa na economia, muitas vezes desempenhando as tarefas mais ignóbeis e se expondo aos riscos. Na relação senhor-escravo, sempre esteve implícito o reconhecimento por parte dos escravos de sua situação de dependência, posição que requeria subserviência ao senhor. A este, competia saber os limites até onde os escravos podiam ser forçados.

Entretanto a escravidão era fundamentalmente um meio de negar aos estrangeiros os direitos e privilégios de uma determinada sociedade, para que eles pudessem ser explorados com o objetivo econômico, político e/ou social. Nessas sociedades, a liberdade envolvia uma posição reconhecida numa casta, numa classe dirigente, num grupo de parentesco ou em algum tipo de instituição. Embora essa identificação incluísse uma série de direitos e obrigações, que podiam variar consideravelmente de acordo com a situação individual, contrastava com a condição do escravo que não tinha direitos, mas apenas obrigações. Além disso, os estrangeiros eram considerados etnicamente diferentes e a ausência de parentesco os distinguia dos demais. Portanto as formas mais desenvolvidas de escravidão eram aquelas em que os escravos eram levados para uma distância considerável do seu local de nascimento, enfatizando dessa forma as suas origens estrangeiras. Essa situação ajudava a definir o escravo como um estranho. Com o passar do tempo era natural que as diferenças culturais iam tornando-se tênues e a condição de estrangeiro ficava nebulosa.

As sociedades africanas do século XV e anteriores, baseadas no parentesco, matrilineares, eram caracterizadas por um modo de produção de “linhagem” ou “doméstico”. Nessas sociedades prevaleciam como características as distinções etárias e sexuais como divisões fundamentais nas mesmas, pois nelas não existia antagonismo de classe. Os mais velhos controlavam os meios de produção e o acesso às mulheres. Dessa forma, o poder político era baseado na gerontocracia. Eram as mulheres que geralmente faziam os principais trabalhos agrícolas nessas sociedades, portanto a produção e a reprodução estavam a elas associadas. Isso refletiu na condição de escravo, principalmente onde prevalecia a fé muçulmana. Nessas sociedades, a escravidão era um meio eficaz de controlar as pessoas em situações onde o parentesco continuava a prevalecer. Os escravos podiam ser mantidos como membros integrantes desses grupos ou podiam ser mantidos como dependentes sem voz ativa. Seus direitos eram aqueles concedidos por tolerância. Embora desempenhassem muitas

funções econômicas, sua presença estava relacionada com o desejo das pessoas de contornar as relações sociais tradicionais de modo a aumentar o poder de pequenos grupos de parentes ou de um só indivíduo.

Sob as leis islâmicas, as escravas tomadas como concubinas não podiam ser legalmente vendidas, e seus filhos, sendo filhos do senhor, eram considerados livres tecnicamente e geralmente reconhecidos como tal. Muitas vezes, quando as mulheres davam à luz, passavam a ser reconhecidas nominalmente como livres e o mesmo se dava por ocasião da morte do seu senhor. Sob essas leis, era possível transmutar a condição de escravidão.

Nas sociedades africanas, menos especializadas e baseadas nas relações de parentesco, o papel dos escravos, mesmo quando utilizados em empreendimento agrícola ou na fabricação artesanal, mantinha uma escala e uma frequência muito diferente daquelas que foram desenvolvidas na América. A escravidão, nessas sociedades, não era organizada como uma instituição essencial; portanto, não podiam ser caracterizadas como sociedades escravocratas.

Portanto, não se pode traçar um paralelo entre a escravidão que existiu no Brasil colônia e a que existiu na África. Aqui, ela se estabeleceu como uma instituição dentro de um sistema econômico e social, com vistas à incrementação da produção do açúcar e mais tarde a produção das minas. Se a escravidão já existia na África, mesmo antes de sua instituição no Brasil colônia, é preciso investigar como se deu e desenvolveu a mesma aqui desde os seus primórdios.

3.2 A escravidão moderna ocidental

Para pensar sobre o contexto no qual surgiu a escravidão moderna ocidental, é preciso voltar para a situação de Portugal desde o século XV, quando, por efeito das incursões em terras africanas, se dá a posse dos primeiros escravos africanos por portugueses. Ao mesmo tempo, requer voltar-se para as relações de Portugal com o Brasil, no desenvolvimento das relações mercantis entre Portugal, África e Brasil.

Goulart (1975), ao estudar a escravidão africana no Brasil desde as suas origens, nos dá alguns subsídios para essa compreensão. Primeiro: o tráfico de escravos africanos para Portugal se insere no contexto da expansão marítima e territorial. Segundo: Portugal estava despovoado e o número de homens disponíveis para o cultivo do solo era insuficiente.

Terceiro: é sob a égide da Igreja, com o pretexto de converter os povos africanos, que se legitima a escravidão.

O tráfico de africanos por Portugal teve início a partir da expansão marítima e territorial e da exploração da costa ocidental africana, a partir da tomada de Ceuta pelos portugueses, que pretendiam dominar o comércio ali existente, além de dominar as rotas africanas, mas que não satisfiz a sua ganância e a pretensão do domínio sobre o comércio da África e do Mediterrâneo pelos portugueses. Ao se afastarem de Ceuta, os mouros mudaram o local do comércio das riquezas e especiarias orientais. A manutenção daquele espaço, por Portugal, em terras africanas, demandava homens e dinheiro de um reino que estava empobrecido e pouco povoado. Este fato, porém, não foi o suficiente para arrefecer os ânimos de D. Henrique, irmão de D. Duarte, que não desistiu da conquista na África, muito menos considerou as ponderações feitas por aqueles que não concordavam com seu intento de avassalar o continente africano. Era necessário conquista Tânger. O rei, D. Duarte, apesar de perceber que sua fazenda, pelas grandes despesas que dela saíram, estava mui gasta, não conseguiu movê-lo dessa determinação. Ao contrário, foi o próprio D. Henrique que, usando de sua sedução, conseguiu apoio da rainha, que estava para dar a luz a um filho, e juntos convenceram D. Duarte a investir na conquista de Tânger.

Embora este investimento tenha acarretado grandes prejuízos para a coroa portuguesa, ainda assim D. Henrique não desistiu de suas conquistas no território africano.

Não se tratava de certo, indo à África, apenas de obrar boas cousas conforme as escrituras. Não era um impulso religioso o que movia as energias para novas conquistas, e o ganho de almas para o Cristo, e a transformação das mesquitas, virgens de imagens, em templos e catedrais católicos, eram puro engodo com que se disfarçava aos olhos do povo a ambição de pecúnia das classes dirigentes da nação. (GOULART, 1975, p. 8).

A dinastia que se estabeleceu a partir da revolução de Aviz estava profundamente comprometida com a burguesia e os aristocratas, ávidos para aumentar a fortuna, enquanto aos príncipes cristãos cabia manter o poder, ainda que sob as piedosas alegações de cunho religioso, que serviram para justificar perante o mundo a aventura expansionista dos homens de guerra e fidalgos portugueses.

Em 1438, faleceu D. Duarte. A política expansionista inaugurada havia mais de vinte anos não tinha dado resultados ainda, e havia conduzido Portugal à bancarrota. O grande comércio de mercadorias do Oriente continuava nas mãos dos muçulmanos.

O resto do império de Marrocos continuava intacto em poder dos muçulmanos e a fonte imensa de riquezas, que representava o controle das transações comerciais entre o levante da Europa, permanecia, como dantes, nas mãos dos infiéis. (GOULART, 1975, p. 12).

Se a conquista de Ceuta havia dado pouco resultado e muito prejuízo, inclusive pela constante despesa com a sua manutenção, a conquista de Tânger foi um fracasso total, do qual os povos do reino não se esqueceram. Segundo Zurara, louvaminheiro de D. Henrique, cinco razões teriam impelido o infante ao descobrimento da Guiné. A primeira era a especulação científica: o desejo de saber que terras havia para além das ilhas Canárias e do Cabo do Bojador, as quais ainda não haviam conseguido ultrapassar. A segunda era eminentemente mercantil: havia o desejo de estabelecer alianças com reinos que ali houvesse, para navegar sem perigo. Terceira: saber até onde ia o poder dos mouros naquela região, a fim de poder se precatar. Quarta razão, de ordem política: esperava-se encontrar alguns aliados cristãos, príncipes piedosos que se dispusessem a cooperar com os portugueses, numa guerra sem tréguas aos inimigos da fé. O quinto e último motivo que o movia era de inspiração religiosa: propagar a fé cristã promovendo a conversão dos infiéis. Entretanto, para Edgar Prestage (apud GOULART, 1975, p. 14), a finalidade das explorações nas costas ocidentais da África era palmilhar o caminho do Oriente pelo Sul. A inspiração religiosa e os conhecimentos científicos eram um meio, jamais um fim.

Após Gil Eanes dobrar o cabo do Bojador, em 1434, as expedições à costa ocidental da África continuaram, agora com novo fôlego, e em 1441 chegou a Portugal, de regresso de sua expedição ao Rio do Ouro, Antão Gonçalves, trazendo os primeiros cativos para Portugal, sendo meia dúzia de azenegues¹⁸, habitantes da costa do Saara.

Na Crônica do Descobrimento (IMPrensa NACIONAL, 1986, p. 80), traduzindo o sentimento coletivo, registra-se que os próprios indígenas deviam sentir-se alegres da sorte que lhes tocara, pois, embora seus corpos ficassem em alguma sujeição, isto era pequena coisa, em comparação das suas almas, que eternamente haviam de possuir a verdadeira soltura. Esta é a interpretação que legitimou o comércio de escravos. Por mais de três séculos, o batismo justificou esta prática.

As novas possibilidades que se abriam aos portugueses podiam ser escancaradas.

A urgente precisão de braços para o amanho das terras desertadas do reino justifica o alvoroamento com que se receberam em Portugal os primeiros

¹⁸ Azenegues eram povos que habitavam as costas africanas, entre o Cabo Branco e o rio Senegal. Praticavam a fé muçulmana, eram pardos de cor e tidos como excelentes escravos.

cativos azenegues trazidos do continente africano por Antão Gonçalves. (GOULART, 1975, p. 7).

A mesma África, que demandava homens para sua conquista, podia reverter outros homens para o trabalho no reino.

É que a intuição atilada de D. Henrique percebera o que significava como riqueza para a nação despovoada, como era Portugal, poder dispor a seu talante de um manancial inesgotável de homens, como seria a Guiné. (GOULART, 1975, p. 18).

Na Crônica do Rei D. Duarte, Rui de Pina (apud GOULART, 1975, p. 36) observa que, por ocasião da morte de D. João I, em 1433, Portugal era um conglomerado de aldeias e desertos e o infante D. Pedro, em 1436, se referiu a Portugal como sendo um reino desprovido de população, com o qual jamais se poderiam povoar novas conquistas. O apresamento de negros na África contribuiu para preencher os claros abertos na população pela guerra devastadora da independência de Portugal, sustentada contra Castela, para elevar ao trono o mestre de Aviz, pelas fomes e pestes intermitentes, pela política de expansão sobre o império marroquino e pelos descobrimentos. Em Portugal,

Os negros desbravam os matos, dessangram os pântanos, arroteiam, desmaninham, rompem a terra. O viveiro africano é inesgotável. Os portugueses pensam que poderão, doravante, sair mar afora, espalhar-se pelo mundo, povoar as ilhas, partir em legiões para as Índias. Os negros os substituirão nos reinos, retomarão, das suas mãos aventureiras, a enxada renegada. (GOULART, 1975, p. 25).

Os portugueses, depois de abertos os caminhos, passaram a traficar escravos, aumentando o número de naus e de homens enviados à África. A eles era dada a autoridade para ferir, matar e prear, sempre sob o pálio da bandeira de Cruzada. Aqueles que sob ela morressem eram absoltos de culpa e pena, segundo o que era determinado pelo Santo Padre. Portanto, desde o início, a escravidão, o poder e a opressão caminharam de mãos dadas com a Igreja.

Se em Portugal houve tamanhas mudanças a partir do aprisionamento de africanos, como escravos, o que aconteceu na África não foi menos importante. Segundo Lovejoy (2002), a escravidão na África durou até o século XX e teve três períodos de expansão: de 1350 a 1600, de 1600 a 1800 e de 1800 até 1900.

Essa expansão ocorreu em dois níveis ligados ao comércio exterior. Primeiro: a escravidão ocupou uma área geográfica cada vez maior, difundindo-se para fora daquelas regiões diretamente envolvidas no comércio exterior de escravos. Segundo: o papel dos

escravos na economia tornou-se cada vez mais importante, do que resultou a transformação da ordem social e econômica.

A ocupação da costa ocidental africana e a ocupação das terras americanas estão inseridas no contexto da expansão marítima e territorial. A utilização dos portos está ligada à prática de um tráfico rendoso e indispensável ao desenvolvimento do Novo Mundo. Nele, o Brasil acena aos portugueses com uma imensa vastidão de terras quase desertas, promessas de riquezas e propriedades. Mattoso (1982) dá uma ideia precisa de como o europeu se instalou tanto lá como aqui. Enquanto o Brasil se apresentava passível de fáceis conquistas, na África, reinos e tribos, em um território aparentemente pobre de metais nobres, forneciam a força de trabalho como grande reserva para a colonização do Brasil.

O homem preto, mercadoria diferente das outras [...], a fortuna essencial do continente negro. Cabedal a transportar para o novo mundo, a trazer para as Américas sangue e fortuna. Estranha aventura que enxerta a África negra na América branca e vermelha. (MATTOSO, 1982, p. 18)

Associado à produção do açúcar e à necessidade de mão de obra, o tráfico negreiro aconteceu nos séculos XVI e XVII, enquanto no século XVIII, a grande demanda de mão de obra será para a exploração do ouro.

Durante essa expansão, o escravismo tornou-se fundamental para a economia política africana e brasileira. Segundo Verger, quatro grandes ciclos trazem para o Brasil, sucessivamente, os negros sudaneses, depois os bantus. No século XVI, predomina o ciclo da Guiné, que tem seu ponto inicial na África, ao norte do Equador e traz ao Brasil negros uolofs, mandingas, sonrais, mosis, haussas e peuls. No século XVIII, o ciclo do Congo e de Angola traz a colônia dos bantus da África equatorial e central, considerados excelentes agricultores. Um terceiro ciclo traz os negros sudaneses que predominam até meados desse século, quando se desdobra para dar surgimento a um outro ciclo, propriamente baiano, o da baía do Benin, junto ao tráfico ilegal que se desenvolveu a partir das proibições impostas pela Inglaterra em 1830. No século XIX, o Brasil recebe, ainda, escravos de diversas procedências, porém com nítida predominância dos negros de Angola e Moçambique. A metrópole portuguesa adotou sempre a política de misturar as diferentes etnias africanas para impedir a concentração de negros de uma mesma origem numa só capitania. Vieram para o Brasil animistas, muçulmanos, cristãos do continente africano. Conforme Mattoso (1982), na África existiam verdadeiros impérios centralizados, confederações tribais, reinos mais ou menos reconhecidos por seus vizinhos, cidades pousadas, com seus ricos mercados nos caminhos do ouro, das especiarias, do marfim, do sal dos escravos; e, por toda parte, um povo de

guerreiros, pescadores, pastores, comerciantes e agricultores. No século XVI, os europeus entraram em contato com duas áreas de civilização bem distintas: a dos sudaneses, na parte nordeste da costa e a dos bantus, mais ao sul, estendendo-se até as lindes da África oriental. Em cada região viviam grupos étnicos de grande diversidade, cujos caracteres físicos variavam tanto quanto seus idiomas e religiões. Conheciam a agricultura de enxada nos campos e ao redor das choças. A propriedade fundiária era desconhecida, mas conheciam o artesanato do ouro, do cobre e do ferro. Havia entre eles um comércio no qual a moeda era o caburé¹⁹ e, embora a prática predominante fosse o escambo, o comércio era efetuado tendo em vista o valor de uso ou do entesouramento.

O escravo existia na África entre as sociedades mais hierarquizadas, sendo numeroso no Benin e nas regiões sudano-saelianas. Porém o “cativo” integrava-se à família e não podia ser vendido. Tratava-se de uma escravidão quase patriarcal, que exclui o tráfico. No Daomé, os filhos de escravos nasciam livres e faziam parte da família do senhor. Os cativos na África jamais perdiam a sua personalidade. Mesmo quando o senhor reservava o direito de escolher entre eles os homens necessários ao seu serviço pessoal, esses cativos conservavam sua autonomia econômica e sua personalidade étnica. Eram obrigados somente a pagar diversos tributos, rendas e corveias em benefício do senhor. Na zona saelo-saariana, os escravos chegavam a representar 30% a 50% da população. Nas regiões senegalesas e nigerianas, os artesãos eram organizados em castas e hierarquizados. Os rimabes, servos agricultores dos pastores peuls, representavam na hierarquia social um escalão superior ao da casta de artesãos.

Após a chegada dos europeus nas costas africanas, nos séculos XV e XVI, inicia-se o tráfico de escravos a partir da África. As nações, onde o aparelho do Estado era mais desenvolvido e já havia o recebimento de tributos e repartição de rendas, sofreram grande influência na sua evolução e na estrutura social. A captura e a venda de homens geraram uma indústria lucrativa e com isso grande instabilidade política. Impérios e reinos que existiam antes da chegada dos europeus desapareceram para dar lugar a novos estados, com frequência fundados por aventureiros, como o Daomé, por exemplo, nascido do tráfico e vivendo dele. Com as sucessivas invasões, grupos étnicos se misturaram e a estrutura das comunidades perdeu o significado e seu sentido. Angola, conquistada pela força, sofreu com a administração portuguesa, tornando-se o grande reservatório de homens negros para o tráfico brasileiro. O tráfico, que a princípio era abastecido através da captura direta de homens para

¹⁹ Trata-se de um molusco do oceano Índico, cuja concha servia de moeda (apud MATTOSO, 1982).

serem vendidos como escravos, se organizou, e os europeus passam a comprar os seus escravos diretamente dos representantes dos reis e de mercadores africanos. Surgem, então, as figuras do tangomau na Guiné e o pombeiro ou lançado de Angola, cujo trabalho era vender os escravos do rei ou do chefe local. O tráfico tornou-se organizado, de forma flexível e estruturado, com seus elos de encadeamento intermediários, ajustados à organização comercial europeia. Os líderes das etnias costeiras arcaram com a responsabilidade da organização e da pilhagem de cativos, favorecendo aos traficantes europeus, oferecendo-lhes homens para torná-los escravos no Brasil. Portugal, seduzido pelo comércio rentável de escravos, abdicou de tornar cristãos estados e etnias africanos.

Até aqui foi visto, rapidamente, o contexto no qual se deu a expansão marítima e territorial em Portugal e o conseqüente apresamento de homens na costa ocidental africana, com sua evolução, culminando num tráfico mercantil e cruel de homens. Resta investigar como se dava a chegada e a permanência desses homens tornados escravos, em uma terra distante e em um ambiente hostil, onde nada mais lhes restaria, senão a “alma” para ser salva, enquanto seres humanos.

3.3 A escravidão no Brasil

Essa nova escravidão veio desacompanhada, ao contrário do que se passara no mundo antigo, de qualquer elemento construtivo, a não ser em seu aspecto restrito, puramente material, da realização de uma empresa de comércio: um negócio apenas, embora com bons proveitos para seus empreendedores. Os povos da civilização ibérica, principalmente, colocaram de lado todos os princípios e normas essenciais em que se fundava a sua civilização e cultura.

A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional: “Instrumento vivo de trabalho” o chamará Perdigão Malheiro. Nada mais se queria dele e nada mais se obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num ou noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A animalidade do homem e não a sua humanidade. (PRADO JUNIOR, 2000, p. 280).

No Brasil, o africano vai ser exposto no mercado e vendido por um preço “justo”. Uma mercadoria qualquer.

Não se tem com exatidão como vieram os primeiros africanos para o Brasil, nem quando ou quem os trouxe. Goulart vincula a vinda dos primeiros escravos à produção dos primeiros açúcares no Brasil. Possivelmente com Pero Capico, entre 1516 a 1525, baseando-se no alvará de 1516, no qual D. Manuel determinou, ao feitor e oficiais da Casa da Índia, o fornecimento de machados e enxadas e toda mais ferramenta às pessoas que viessem povoar o Brasil. Em outro alvará, determina que os mesmos, feitor e oficiais, procurassem e elessem um homem prático e capaz de vir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar e que lhe desse sua ajuda de custo e também todo cobre e ferro e mais coisas necessárias para o dito fim. Em 1526, chegou ao Brasil Cristovão Jaques, portando um alvará de D. João III, autorizando Pero Capico a regressar aos reinos, podendo levar consigo todas as peças de escravos e mais fazendas que tivesse, desde que escravos e bens passassem pela Casa da Índia, para nela pagarem os direitos de quarto vintena. Goulart (1975) afirma que, “[...] coincidindo com a volta de Pero Capico a Portugal, pagaram direitos na Casa da Índia, além de alguns escravos, os primeiros açúcares de Pernambuco e Itamaracá recebidos pela metrópole”. Diz Goulart (1975, p. 96):

[...] de quem seria a não ser de Pero Capico esses açúcares? Se eram seus, então é provável que Pero Capico, ao vir para o Brasil, não apenas como mero capitão de navio mandado policiar as nossas costas, mas também animado com o firme propósito de fundar aqui os primeiros engenhos, tenha querido trazer consigo, entre o cobre e ferro e mais coisas necessárias, alguns escravos africanos, gente já muito usada para esse mister nas ilhas portuguesas do Atlântico.

Porém, segundo o mesmo autor, o tráfico de negros para o Brasil só se efetivará realmente quando, em 1550, a metrópole portuguesa fez chegar uma leva de africanos à nova cidade de Salvador para repartir entre os moradores, descontando-se o seu valor dos soldos e ordenados deste. Essa foi a primeira vez que o negro foi exportado para o Brasil como mercadoria, tendo como destino o consumo pela coletividade.

A partir dessa data, o tráfico não parou mais e o número de negros que veio para o Brasil aumentou vertiginosamente, ao ponto de chegarem a ser, como disse Antonil (1976, p. 89), as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não era possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. Os escravos, sendo adquiridos nos mercados, como qualquer outra mercadoria, passavam pelo crivo do comprador, que verificava suas condições físicas, conforme o tipo de trabalho que deveria desempenhar. Conforme estudos de Goulart, antes mesmo de ser caracterizado como tráfico, vinham negros para a colônia, a partir da metrópole, acompanhando famílias e senhores. Portanto, já havia

um número de negros no Brasil, servindo o colonizador, mesmo antes da comercialização de escravos para o Brasil. A efetivação do tráfico acarretou uma diferenciação no tratamento dos negros a serem transportados pelos navios negreiros. Se se quer falar sobre escravos no Brasil, não se pode desconsiderar o sofrimento que lhes era impingido neste transporte e a lógica do mercado nesse contexto. Embora Gorender (1978) assinala que havia, entre os homens livres, transportados a partir da Europa para o Brasil, uma taxa alta de mortalidade, excluindo dessa forma qualquer preconceito de cor em relação aos africanos, sabe-se que a lógica do mercado era outra. A ambição e o lucro propostos através desse comércio eram os mesmos que sempre imperaram no mercado: a obtenção do maior lucro possível. Em 1560, Frei Thomaz de Mercade estimou que o ideal seria a perda de 20% do número de negros transportados. Em 1684, a Coroa portuguesa formulou uma Lei, de 18 de março, na qual designava minuciosas normas às viagens dos navios negreiros, com o objetivo de coibir a superlotação e condições adversas responsáveis pelo alto índice de mortalidade e morbidade. Goulart julga que a taxa de mortalidade dos negros nas viagens pode ser razoavelmente fixada em torno de 10%. O tráfico do período ilegal não foi considerado, sabe-se, porém, que foi o mais devastador.

A forma de análise obtida através dos percentuais, por vários autores, oferece uma estimativa de mortes, entre os negros transportados, entre 10% a 20%. Nessas análises, o número de mortes torna-se tão objetivado que não se deixa ofuscar pelas adversidades, durezas e sofrimentos impostos durante a viagem que, além da superlotação, não agregava condições higiênicas, quem dera, dignas do ser humano.

Após terem sido comprados, os escravos eram conduzidos às fazendas de engenhos, onde lhes eram distribuídas as tarefas as quais deveriam assumir.

Trazidos para o Brasil como simples máquina de trabalho, que cumpria explorar da melhor maneira possível, o negro nada mais seria do que mercadoria sujeita as leis da procura e da oferta. Tinha vários nomes: “peça da Índia”, peça da África e “fôlego vivo”, expressão esta também usada para bichos. Que era realmente o negro senão bicho? Dele ninguém queria saber senão a segurança de ter adquirido uma boa máquina. Índícios externos de saúde e um pedigree que atestasse origem laboriosa. (VIANA FILHO, 1976, p. 93).

Há quem diga que a primeira função do negro foi o de colaborador como guerreiro, visto que lutou contra o indígena no litoral, quando este ameaçou destruir a incipiente civilização do recôncavo baiano. Auxiliou os portugueses contra os invasores, tiveram um papel importante na guerra contra os holandeses. Mas o escravo foi, sobretudo, para as plantações de cana, de fumo e outras, vivendo nas senzalas dos engenhos. Servindo de

mucamas para as senhoras brancas, de cozinheiras, arrumadeiras, passadeiras e amas de leite nas casas grandes.

Viana afirma que

Mal chegados, os negros logo assimilavam o que lhes ensinava. Transformavam-se em ferreiros, carpinas, marceneiros, caldeireiros, oleiros, alambiqueiros e até em mestres de açúcar, sabendo o cozimento do mel, o “ponto” do caldo, a purga do açúcar. Nos campos seriam serradores, plantadores, limpadores, cortadores de cana. Sabiam como se plantava fumo, a época própria para capá-lo, as folhas que se colhiam de cada vez. (VIANA FILHO, 1976, p. 108).

Uma vez apreendido como escravo, o homem africano permaneceria sempre escravo, se não houvesse outros direitos a incidir sobre o sistema escravagista.

Ao morrer, o senhor que detinha a posse do escravo, poderia torná-lo liberto através do testamento. Outra forma de conseguir a liberdade seria através da concessão da carta de alforria, mediante o pagamento de seu valor, ou ainda pela disposição do seu proprietário através da pia batismal, por ato ou declaração do senhor.

Porém, à proporção que as cidades cresciam, também crescia a proporção de escravos. Já não eram apenas empregados para os serviços domésticos, para o cuidado das roças, para o transporte das cadeirinhas. Inventaram para os negros uma nova modalidade de exploração econômica, mais imediata, mais direta. Punham-no na rua: “de ganho”.

Os escravos passaram a vender doces, que eles mesmos faziam, eram cozinheiros, carregadores, alfaiates, sapateiros. Alugavam e vendiam os negros de ganho, muitas vezes por um preço superior. Essa mesma condição também lhes permitia, muitas vezes, angariar fundos para conseguir a carta de alforria. Mas, submetidos a violências ultrajantes, teriam de transcender a condição de coisa possuída, no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral. Transcenderam, sobretudo, pelo ato criminoso atentando contra os senhores ou através da fuga do cativo. Os escravos podiam sofrer as penas mais infamantes, que iam desde graves acoites até mutilações. Estas não só foram previstas pelo direito romano, aplicado às leis brasileiras, como também pelo código filipino português e pelas várias legislações penais da colônia, que vigoraram no Brasil. (ORDENAÇÕES..., 2008).

Os quilombos foram criados como forma de transcender a condição de escravo e, ao mesmo tempo, como forma de afirmar a condição humana.

A exposição dos fatores históricos, sociológicos e antropológicos, foi necessária nesta pesquisa porque, no decorrer da mesma, inúmeras vezes o histórico estará numa relação plena com o antropológico e o sociológico, até mesmo através do mito de origem

das comunidades, mas principalmente na forma, a qual sobreviveu e delineou o modo de vida nas mesmas, onde a África e o Brasil colônia se fazem presentes, num amálgama com as evoluções culturais mais recentes. Muitas vezes se tem visto pesquisadores procurarem por vestígios culturais, das populações africanas que vieram para o Brasil na época da escravidão. Nesse sentido, é preciso forçar a pesquisa, para situar essas manifestações, pois o que se pode ter são manifestações presentes no contexto regional dessas comunidades e que estão presentes na sociedade como um todo. O que faz a singularidade dessa população e a torna tão próxima da África, tão distante no tempo e no espaço é o que está guardado através da história das mudanças culturais e do seu trajeto, que estão além daqueles fatos, conforme se demonstra a seguir.

CAPÍTULO 4 – O MITO DE ORIGEM

Seria de fato possível que pessoas africanas, que tivessem sobrevivido ao naufrágio de um navio, pudessem chegar aos sertões, antes de 1680? Teriam eles sobrevivido ao trajeto tão longo e de acesso tão difícil, desde Itacaré, onde deságua o Rio das Contas, e chegado até os confins entre a Serra das Almas e a Serra do Malhado, no vale do Rio Brumado? Na falta de documentos, podem-se levantar algumas hipóteses, diante de alguns dados, e fazer algumas conjecturas para levantar as possibilidades do fato. Para isso é preciso estudar a formação e o povoamento dos sertões da Bahia, considerando que, antes da presença do branco, nessa região, os negros já estavam lá, vivendo à margem direita do Rio Brumado, quando a expedição de Francisco Ramos chegou, por volta de 1680.

Os habitantes de Barra e Bananal, quando questionados sobre a origem das comunidades, declararam:

B – Então dizem que nossos ancestrais que vieram... não sei se foi Isidro com quem veio... eu não tenho certeza, acho que não foi Isidro que veio nesse navio... É que nós viemos lá da África, qual parte foi da África, se do Sul, não sabe também qual foi lá o navio... É. Penso que para trabalhar aqui, e chegou em Itacaré, o navio quebrou e eles vieram subindo rio acima. O rio, não o rio de Contas (pequeno) mas o Rio das Contas, que é do outro lado lá, de Jussiape, até que chegaram aqui e foi formando essas comunidades, Riacho das Pedras, que fica no serrado, no morro do outro lado do rio, passando o rio Brumado, pro lado de cá, já não é o rio que eles subiram rio a cima, que eles veio pelo rio, depois passou serra, mais serra, mais serra até que chegou em Riacho das Pedras aí passou Riacho das Pedras, pra chegar até nossas comunidades de Bananal e Barra.

M – Quem falava mesmo era uma velha que morava Sá Ana. Ela quem me contou essa história. Ela falava com firmeza que o bisavô dela chegou aqui a partir de Itacaré, veio subindo o Rio de Contas.

Pesquisadora – Mas só o bisavô dela?

M – Não, acho que veio mais gente. Veio em grupo.

Pesquisadora – Teria vindo direto da África para cá?

M – Deve ter sido e chegou até Rio de Contas e ficou aqui. Ela (Sá Ana), morreu com muitos anos, com 115 anos, morreu lúcida.

P – Quando o navio naufragou lá em Itacaré que hoje em dia é Porto Seguro, então ele subiu pela margem do rio Brumado, que o pessoal subiu pela margem do rio das Contas, aí o pessoal alongou lá em cima das pedra. Então quando os portugueses vieram, que encontraram o pessoal aí de Riacho das Pedra, Barra, Bananal, aí começaram escravizando os negros.

Pesquisadora – Essa história de que o navio encalhou, seus antepassados falavam disso?

P – Falavam.

Pesquisadora – Então isso tem uma grande probabilidade de ser verdade?

P – Tem. Na minha capacidade tem cem por cento de realidade. Os meus antepassados, num foi nem meu avo, nem meus pais, foi antes deles. Pelo que eles falavam tinha cem por cento.

C – É que foi do navio que emperrou em Itacaré, que foi no século XVI. Agora não sabe o tempo que levou prá chegar aqui. Se vieram a pé de Itacaré até chegar aqui, então isso demorou muito tempo. Quando percebia que a civilização estava se aproximando eles iam fugindo, com certeza, mas não tem o registro.

O fato de o navio ter naufragado ou encalhado, no litoral da Bahia, próximo a Itacaré, onde deságua o Rio das Contas, está sempre presente no imaginário da população. Através das suas margens, os negros foram adentrando a mata fechada, e teriam, dessa forma, chegado à região onde se formou mais tarde a cidade de Rio de Contas. É preciso considerar possíveis equívocos, visto que essa história é contada desde há muito tempo.

Entretanto Araújo, que escreveu sobre a história de Jequié, cidade do interior baiano, cortada pelo Rio das Contas, oferece em seu livro uma informação interessante, mesmo não citando a fonte. Escreve o autor:

De qualquer maneira o povoamento definitivo do vale do Rio das Contas pelo europeu só começou, casualmente, em 1.626, quando sobreviventes de uma nau portuguesa, procedente de Angola e afundada pelos holandeses, se instalaram em sua baía, aí permanecendo, inclusive por ser local distante daquele em que se travava a luta contra o batavo. (ARAÚJO, 1997, p. 29).

Poderia essa nau procedente da Angola trazer, além de europeus, negros africanos? Considerando como verdadeira essa possibilidade, resta ainda atentar para as dificuldades encontradas para penetrar na região dos sertões e a situação geográfica dos rios, Brumado e das Contas. O Rio Brumado é um afluente do Rio das Contas e era chamado de Rio de Contas Pequeno. O Rio das Contas nasce na Serra da Tromba, no município de Piatã. Este tem um percurso de 620 km de extensão, passa por sessenta e três municípios e diferentes ecorregiões: Chapada Diamantina, caatinga e Mata Atlântica. Atravessa a região semiárida dos planaltos rebaixados, as regiões semiúmidas e úmida, desaguando no Oceano Atlântico, no município de Itacaré. Muitas seriam as dificuldades encontradas para se chegar ao local onde hoje se encontram as comunidades de Barra e Bananal.

Para avaliar as reais condições da presença do negro no lugar onde hoje estão localizadas as comunidades, tem-se que considerar diversas variantes. Uma dessas é a grande dificuldade encontrada para se atravessar a região que vai da foz do Rio das Contas em Itacaré até o interior baiano, onde nasce o Rio Brumado, antigo Rio de Contas Pequeno; considerando que foi esse o itinerário, alegado pelos seus antepassados. Depois de vencer as dificuldades, através do Rio das Contas, subiram até a Serra das Almas, seguindo o curso do

Rio Brumado e lá se refugiaram. Outra é a dificuldade de adentrar as matas a partir do litoral, devido principalmente à resistência do indígena. Além disso, deve-se levar em consideração como se deu a presença do negro na região no contexto do povoamento do sertão baiano.

Abreu (1976, p. 64) faz referência a uma entrada no sertão baiano; pela descrição fornecida, é bem provável que tenha sido a primeira incursão na região:

Em 1552 aproximadamente, o capitão de Porto Seguro mandou ao sertão doze cristãos, acompanhados de índios, aos quais se incorporou o padre João Aspilcueta. Da narração confusa que este nos deixou apenas se colhe que chegaram as serranias donde manam os afluentes do lado direito do São Francisco.

Ora, partindo de Porto Seguro, para se chegar às serranias onde nascem os afluentes do lado direito do São Francisco, obrigatoriamente teriam que ter atravessado as serras da Chapada, ou tê-las contornado, mais ao sul. É a Chapada Diamantina a grande divisa entre as águas que correm para oeste, e são os afluentes do lado direito do Rio São Francisco, e aqueles rios que correm a leste que vão desaguar no Oceano Atlântico, ou ainda, ser um dos afluentes de rios que nele deságuam. O autor informa que “[...] provavelmente é esta uma das entradas de Sebastião Fernandes Tourinho, de que dá relação Gabriel Soares”. Pelo fato dessa entrada ter relação com as buscas por minerais, ouro, prata ou pedras preciosas, tornou-se um incentivo para a exploração da região.

Os rios difíceis de navegar devido às fortes quedas d’água, o indígena bravo incitado pela sua expulsão do litoral e a mata de caatinga foram outros obstáculos a serem considerados.

A caatinga, de certo, tem mais larguezas que a mata não tem. A orientação na caatinga é cabível, digo, é mais acessível, mas não é fácil porque se o céu é descoberto, o solo é mais inçado de obstáculos. As veredas falsas, múltiplas, são um verdadeiro perigo. A vegetação espinhenta, as trincheiras quase intransponíveis das bromélias e dos cardos formam uma barreira que se sucede por dezenas de léguas, desafiando aos mais robustos picadores de mato. Só gado pôde primeiro trilhar a caatinga. (ABREU, 1960, p. 91).

Outras entradas se dirigiram ao sertão, para conhecimento e descobertas de riquezas. Entre os diversos autores que informam sobre as dificuldades de se adentrar o interior baiano temos em Basílio de Magalhães (1978, p. 50) os seguintes dados, referentes às dificuldades da penetração.

Em 1561, Vasco Rodrigues Caldas, solicitou a S. M. e obteve provisão para penetrar os sertões em busca de minas. Partiu com 100 homens. Galgou o vale do Paraguaçu, até umas 70 léguas ou 80 léguas do litoral, entretanto foi

desbaratado pelos tupinambás e teve que retroceder para a capital, todavia chegou até a Chapada Diamantina.

Depois:

Em 1572 ou 1573, Tourinho sai de Porto Seguro, com 400 companheiros em uma expedição pelo rio São Mateus, sobe um afluente meridional deste e vara a terra até a lagoa de Jupuranã, margeando o rio Doce, inclinou-se para o nordeste, volta para o leste, até encontrar de novo Sacuí, daí ruma para o norte, talvez tenha chegado a Itamarandiba, onde buscando o Jequitinhonha, por este desce em canoas até o oceano. (MAGALHÃES, 1978, p. 51).

Em 1574, foi a entrada de Antonio Dias Adorno, que subiu o rio de Caravelas, até o vale do Mucuri, subiu as vertentes do Aracui, onde achou sinais deixados por Tourinho e amostras de minerais preciosos. Em 1578, de Pernambuco saiu uma expedição chefiada por Francisco Barbosa da Silva. Esta expedição chegou em Cotinguiba destruída, depois de ter enveredado pela margem direita do São Francisco.

Em Abreu (1976, p. 51), encontram-se as seguintes informações:

Em 1572 ou 1573, Tourinho sai de Porto Seguro, com 400 companheiros em uma expedição pelo rio São Mateus, sobe um afluente meridional deste e vara a terra até a lagoa de Jupuranã, margeando o rio Doce, inclinou-se para o nordeste, volta para o leste, até encontrar de novo Sacuí, daí ruma para o norte, talvez tenha chegado a Itamarandiba, onde buscando o Jequitinhonha, por este desce em canoas até o oceano.

Abreu (1976, p. 103), citando Gandavo, afirma: “Os aimorés passaram de Porto Seguro e Ilhéus para o Norte, tudo devastando, iludindo quaisquer ataques, escondidos nas matarias, donde por trás de paus expediam invisíveis flechas mortíferas”.

Depois, acrescenta: “Segundo documentos oficiais, em 1612 estes (aimorés) ou outros, os tapuias, invadiram o distrito de Capanema. Em 32, mataram os vaqueiros do Aporá e marcharam para o norte até Itapororocas, que despovoaram.” (ABREU, 1976, p. 103).

A conquista dos sertões baianos, até 1654, ainda estava por fazer (ABREU, 1976, p. 104, 106), depois das tentativas frustradas para apaziguar os aimorés, que haviam abandonado os territórios do litoral e se infiltrado nas matas do sertão, onde se aliaram a outras nações indígenas e fizeram guerra ao colonizador, matando vaqueiros e despovoando as zonas então povoadas.

A fim de combater os indígenas e avançar na conquista do sertão, chamaram os paulistas. É fato que, em 1669, foi declarada guerra justa, nos termos da lei de 1611, contra os indígenas que, “infestando” sempre Ilhéus, Cairú, Jequiriçá e Jaguaripe, transpuseram o Rio Paraguaçu e entraram até as terras de João Peixoto Viegas.

Em 1671, os paulistas foram chamados novamente para combater os indígenas e restituir as terras ao colonizador.

“Em 1690, transposto enfim o alto Paraguaçu, estavam em guerra com os índios do alto rio das Contas o Capitão-mor Marcelino Coelho Bittencourt, seu filho Dâmaso Coelho de Pina e André da Rocha Pinto, seu genro.” (ABREU, 1976, p. 110).

Apesar de todos os esforços para tornar o interior habitável, ainda em 1721, Miguel Pereira da Costa, em seu relatório oficial, escreveu que, por todo litoral onde faz barra o rio das Contas, só há duas léguas de trato e lavoura, pela terra adentro. Dizia o seu relatório:

Pela extensão da costa, afastada do mar aquelas poucas léguas, corre uma mancha de mato virgem e é mato em que nunca houve corte, onde há quantidade de gentio, que para o sertão o mais que se estendem é pelo rio Pardo; este, perseguido dos paulistas, quando em outro tempo cuidaram mais de sua extinção, e andavam à caça deles, espalhados por estes sertões, se foi retirando para aquela parte, onde acantonados se têm conservados até o presente sem experimentarem a menor invasão, tendo produzido inumeravelmente pelas suas aldeias. (COSTA apud ABREU, 1976, p. 107).

Esses fatos demonstram o quanto era difícil o acesso às terras do interior baiano, partindo do litoral. Sabe-se que as entradas, sempre que possível, seguiam os cursos dos rios. Para seguir o curso do Rio das Contas a partir de Itacaré, seria necessário passar pelas dificuldades das matas, dos acidentes geográficos, além dos indígenas.

Considerando que a relação dos indígenas com os negros não era igual àquela que eles mantinham com os brancos, pode-se supor que tal fato tenha sido possível, visto que as nossas matas, no litoral, muitas vezes se assemelhavam às matas africanas.

O fato de não terem sido escravizados torna-se possível, visto que o mocambo de Rio de Contas antecede as descobertas das minas, mas não se descarta a possibilidade de ser um quilombo de negros fugidos dos engenhos. Coloca-se aqui a discussão sobre o povoamento do sertão baiano.

Na segunda metade do século XVII, bandeirantes do Sul, paulistas, tornaram-se estancieiros, criadores de gado na margem do São Francisco. Esse fenômeno desenvolveu-se a partir do sertão de dentro, à margem direita do mesmo rio, por todo interior do sertão da Bahia.

Ao falar da irradiação da população, Gama (1978, p. 145) informa:

A pequena, de efeito secundário na conquista das terras interiores, estende-se, desde o último quartel do século XVI, pela faixa campestre do “mimoso” próximo das povoações de beira-atlântico, pois, então os silvícolas ainda vedavam a penetração dos seus mais remotos domínios aos lusos e aos mamelucos setentrionais.

Entretanto, a partir da margem direita do São Francisco, Antonil (1976, p. 199) informa a respeito do sertão baiano:

E porque as fazendas e os currais do gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manente de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do Rio das Velhas, na do Rio das Rãs, na do Rio Verde, na do Rio Paramirim, [...] em os quais, por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais.

Ao certo não se sabe quando Antonil obteve essas informações, mas sabe-se que a primeira impressão do seu livro data de 1711.

No arquivo do IHGB, códice 376, há um informe sobre as distâncias entre as cidades da Bahia, as Minas do Rio de Contas, Minas Novas, a Vila Jacobina e o Arraial de Matias Cardoso, bem como os nomes de muitas fazendas de criação de gado *vacum*, situadas em tal zona e que já prosperavam antes do meado do século XVIII.

Para Neves (1998), que realizou estudos sobre a história regional e local, a organização econômica dos sertões repeliu o escravo negro. Embora este tenha sido associado à produção do açúcar, depois das minas e ainda mais tarde do café, era, na realidade, deslocado da economia rudimentar das caatingas e dos campos de criação de gado. Enquanto os escravos demandavam um alto preço, a exploração dos sertões tinha um baixo rendimento. Os serviços reclamavam apenas um número limitado de trabalhadores que deveriam ter conhecimentos geográficos e práticos nos campos, que exigiam mobilidade no trato com os animais. Por outro lado, esse modo de vida não oferecia possibilidade de uma severa fiscalização, como a que existia nos canaviais e nas minas, onde os feitores permaneciam atentos. Nos sertões, a pobreza era compensada pela liberdade. As forças que atraíram o homem para o sertão da Bahia, ainda desconhecido, foram as entradas e bandeiras e a criação do gado. Em ambas, o negro esteve ausente, pois, segundo o autor,

O conquistador português era bastante inteligente para compreender que o negro não tinha as qualidades necessárias para ser, no interior do Brasil, um varador de terras, vencendo obstáculos, transpondo rios, enfrentando perigos e provações em que o índio já estava perfeitamente amestrado e com o qual o negro, nesse trabalho não podia concorrer. (NEVES, 1998, p. 117).

Sabe-se que o índio era elemento indispensável nas bandeiras, devido ao seu conhecimento de nativo. Ainda em relação ao negro:

Também na criação do gado não prosperou o trabalho do negro escravo. O fato é fácil de explicar. Assentava principalmente em razões de ordem econômica. A criação além de não suportar as despesas exigidas pelo regime

escravo, fazia-se fora das vistas dos donos das extensas sesmarias, quase todos eles residentes nas cidades. Adotara-se por isso o sistema fácil de parceria. O vaqueiro não era um assalariado. Era um sócio. Da bezerrama “ferrada” em cada ano, 25% lhe pertencia como renumeração dos seus serviços. Dele, no entanto, se exigia duas qualidades imprescindíveis: fidelidade absoluta e domínio completo da região. (NEVES, 1998, p. 118).

No caso de fazendas mais ricas, nas casas mais afortunadas existiam escravos negros, em número bastante reduzido, apenas para os serviços domésticos.

Isso demonstra que havia um número pequeno de escravos na região. A grande corrida para o povoamento foi a partir da exploração das minas de ouro de Rio de Contas.

Portanto, os negros mocambados na margem esquerda do Rio de Contas Pequeno, no “Pouso dos Creoulos”, conforme primeira denominação do lugar, tiveram, possivelmente, de fazer um longo e difícil caminho para chegar ao planalto da Serra das Almas. Até agora não é possível saber suas origens.

A história oral da região dá conta que os negros foram trabalhar nas minas e, pelo fato de não terem sua condição de libertos de forma lícita, também não foram escravizados pelo fato dos primeiros garimpeiros não estarem garimpendo de forma lícita também. Porém é certo que quando as minas se tornaram legais, houve um grande número de escravos na região, que vieram acompanhando seus senhores ou mesmo sendo comprados pelos exploradores das minas.

Entretanto sabe-se que havia quilombos na região pois, conforme Magalhães (1944, p. 73),

A um dos companheiros do Anhanguera Júnior, o baiano Urbana do Couto, coube, finalmente, por ordem do governador de Minas Gerais, chefiar uma expedição contra os quilombos que se haviam formado na mesma zona da estrada para Goiás. Foi muito feliz no desempenho desse árduo encargo. Tendo atravessado o rio São Francisco e chegando até o São Marcos, deu nomes a diversos lugares por onde passou ou onde lutou com os quilombolas: Serra da Marcela, Glória, São Bento, Babilônia, Aragões, Piçarrão, Serra dos Paulistas, Serra da Onça, Almas, Andrequicé, Moquêm, Mutum, Pilões e Capão das Galinhas.

Mais recentemente, Almeida (2009, p. 31-54) publicou dados sobre a população cativa em Rio de Contas, referentes à análise no período de 1800 a 1850. Nesta pesquisa, a autora trabalhou com inventários *post mortem*, e sua amostra fornece informações sobre o sexo e a naturalidade de 1.477 cativos pertencentes a 161 proprietários. Essa população de cativos era composta de 70% de escravos nascidos no Brasil, sendo 23,3% nascidos na África. Vasconcelos (1998), com base no Livro de Matrícula de Escravos de 1748-1749, do município de Rio de Contas, período do auge da produção aurífera, informa que 90,2% de

escravos naquela época eram nascidos na África. Schwartz (1988, p.284) informa que entre 1778 e 1798, 2.844 escravos foram encaminhados de Salvador para o sertão.

Considerando que as descobertas do ouro não aconteceram apenas em Rio de Contas, mas também em regiões circunvizinhas e principalmente em Jacobina (BA), tem-se uma vasta área de distribuição de escravos. Esses dados são interessantes porque através deles podem-se verificar alguns aspectos que remetem ao povoamento negro na região. Outro fato interessante evidenciado por Almeida (2009, p. 35-38) é o grande número de escravos alforriados no município e a relação entre cor e alforria. Os mulatos e mulatas tinham prevalência nas alforrias. A autora indica que a população de Rio de Contas era composta por um grande número de pardos e mulatos, e este critério favorecia a alforria. “Em Rio de Contas, a cor indicava uma maior ou menor proximidade da condição de libertos.” (ALMEIDA, 2009, p. 39). Portanto, pode-se concluir que o povoamento negro na região, que se deu a partir da primeira década do século XVIII, difere do povoamento negro já existente anteriormente no chamado Pouso dos Creoulos.

O contexto aqui exposto aponta para alguns indícios sobre a origem étnica das pessoas das comunidades. A considerar:

1. O primeiro núcleo de negros amocambados foi mencionado nas Referências Básicas de Rio de Contas²⁰, e Araújo (1997, p. 30) diz que o sargento-mor Francisco Ramos, o cônego Domingos Vieira de Lima, Manuel Oliveira Porto e o Padre Antonio Filgueiras, ao percorrerem a região de Rio de Contas encontraram um núcleo de negros no século XVII, no local onde hoje é a cidade, denominado Pouso dos Crioulos. Na época, os escravos trazidos para a Bahia vinham de Angola (VERGER, 2002). Portanto deviam ser bantos. Neste caso, deve-se considerar a possibilidade de terem sido evangelizados em Angola. O ciclo de Angola e Congo chegou ao fim em 1637 quando os holandeses se apossaram do forte de São Jorge da Mina e expulsaram os portugueses da região.
2. No período de 1748 a 1749, conforme mencionado por Almeida (2009), vigorava o ciclo das minas. Os escravos que chegaram de Salvador para a região deviam, portanto, ser negros minas, os chamados jeje, que, em sua maioria, eram enviados para as minas.
3. A partir de 1750, vigora a proibição do tráfico ao norte do Equador. E o tráfico volta para o sul: Angola, Congo e até Moçambique. Mas o tráfico clandestino

²⁰ Consta no APMRC.

continua a ser praticado na região de Benin: é o ciclo de Benin, quando são carregados para Salvador levas e levas de yorubas. Na época, o reino de Oyó foi invadido pelos fulani que declararam a jihad e capturaram um número não só de soldados mas principalmente de civis e camponeses. Como não se necessitava mais deles nas minas, ficaram na cidade de Salvador, dando origem ao candomblé. No período de 1778 a 1798, portanto, é provável que tenham chegado na região de Rio de Contas tanto escravos bantos como alguns yorubas.

4. Alguns escravos que chegaram a Salvador no século XVIII podem ter se juntado ao núcleo inicial, o que está de acordo com a tradição oral que menciona a chegada de novas famílias e uma origem “misturada”.

Até aqui foram vistas as condições sociais e históricas impostas através da dimensão diacrônica do mito, interpretado em seu conteúdo explícito e sua função de ideologia.

Para Lévi Strauss (1978), deve-se ver o mito com o olho na sociedade que o produziu. O mito do navio permitiu aos habitantes das comunidades compreenderem e formularem o sistema de relações que mantêm enquanto grupo étnico de negros livres, com outros grupos: os negros escravos e os brancos livres, o que define sua identidade. A verificação do mito do navio naufragado exigiria uma exaustiva pesquisa documental referente aos navios perdidos em torno de Itacaré no século XVII, com sua proveniência e sua carga, que até hoje não foi feita por ninguém. Mas resolver esta questão não é um objetivo do presente trabalho. Que o fato seja verídico ou não, em nada muda sua função de mito de origem.

CAPÍTULO 5 – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: “SEMPRE FOMOS CATÓLICOS”

Foi visto no capítulo anterior como foi construída a identidade de homens livres a partir do mito de origem. Agora, a proposta é fazer uma discussão sobre o papel histórico da religião católica no Brasil considerando que o grupo em estudo se identifica como católicos. O objetivo é verificar como foi construída essa identidade.

Sendo fato que toda identidade é construída, a principal questão então diz respeito a como e por que isso se deu. Neste contexto, foi considerado que a história da Igreja Católica no Brasil, a religiosidade popular aqui estabelecida, serviram de trama para a construção dessa identidade, considerando a memória coletiva, os aparatos do poder religioso e do poder político.

A presença marcante da Igreja Católica em Portugal e na colônia, onde predominou em todo o período colonial, foi utilizada como meio de promoção social, haja vista as irmandades e ordens terceiras, que proporcionavam meios de obtenção de reconhecimento social e de gozar benefícios sociais e espirituais (BASTIDE, 1971, p. 141).

Para pensar a religião nesta pesquisa, foram adotadas algumas concepções, as quais dizem respeito aos conhecimentos até agora obtidos em relação aos acontecimentos no Brasil colonial. Buscou-se analisar como se deu a formação da Igreja Católica e como isso acabou por organizar e dispor os elementos essenciais para a formação de um corpo religioso, que ainda prevalece em muitas localidades do nosso território, especificamente naquelas que são objetos de estudos aqui. Nelas, as relações sociais são traduzidas em termos de estruturas relacionais expressas em simbolismos, através da religião.

O que se apresenta na pesquisa é que, no Brasil, a formação social e a formação religiosa católica interagem constantemente. A religião torna-se, então, um reflexo da estrutura social e das relações sociais. Bourdieu (1992), ao refletir sobre a gênese e estrutura do campo religioso, aponta para uma questão interessante. Acusa que, em nome de uma ideologia ingenuamente antifuncionalista, os etnólogos tendem hoje a descartar as relações entre a estrutura social e a estrutura das representações míticas ou religiosas. Nestas condições, não se pode colocar a questão (que só poderia ser resolvida através de estudos comparativos) da relação entre o grau de desenvolvimento do aparelho religioso e a estrutura ou temática da mensagem.

Examinando a formação estrutural das relações objetivas, impostas através do padroado, entre Igreja e Estado, é possível perceber a forma que tomou o sistema simbólico e

a estrutura que dele foi derivada. Surge daí a necessidade de se considerar a história e a conjuntura na formação do Brasil colonial.

Bourdieu (1992, p. XII) considera que:

Uma vez que os sistemas simbólicos derivam suas estruturas da aplicação sistemática de um simples *principium divisionis* e podem assim organizar a representação do mundo natural e social dividindo-o em termos de classes antagônicas; uma vez que fornecem tanto o significado quanto o consenso em relação ao significado através da lógica de inclusão/exclusão, encontram-se predispostos por sua própria estrutura a preencher funções simultâneas de inclusão e exclusão, associação e dissociação, integração e distinção. Somente na medida em que tem como sua função lógica e gnosiológica a ordenação do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito, é que a cultura dominante preenche sua função ideológica – isto é, política – de legitimar uma ordem arbitrária; em termos mais precisos, é porque enquanto uma estrutura estruturada ela reproduz, sob forma transfigurada e, portanto, irreconhecível, a estrutura das relações sócio-econômicas prevaletentes que, enquanto uma estrutura estruturante (como uma problemática), a cultura produz uma representação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas que, doravante, passam a ser percebidas como naturais e, destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes.

Para se falar de religião no contexto do Brasil colonial, é necessário antes de tudo pensar a Igreja Católica como uma dimensão do catolicismo, que não se resume apenas à Igreja enquanto uma instituição, mas é, sobretudo, uma religião nascida sob o signo do cristianismo, cuja mensagem se apoia na fé, na esperança e na caridade. Nascida a partir dos ensinamentos de Cristo, constituídos em religião, sua base está em Roma. A Bíblia, livro sagrado, no qual está exposto o velho testamento (de origem judaica) e o novo testamento que é a lei renovada, instituída por Cristo e seus discípulos, é seu principal pilar. Trata-se de uma religião híbrida, pois, no decorrer da sua formação, incorporou elementos do judaísmo além de outros tomados de empréstimos ao humanismo grego e diferentes cultos. Em 313 d.C., o imperador Constantino e Licínio declararam liberdade de culto a todas as religiões. A Igreja cristã se fortaleceu, podendo aglomerar os seus fiéis para a profissão da fé e dos ritos litúrgicos. Passou a ser denominada Igreja Católica (enquanto universal) Apostólica (porque implantada pelos apóstolos de Cristo) Romana (porque em Roma foi oficializada). No final do século IV, o imperador Teodósio proclamou o cristianismo como religião oficial do Estado.

De religião oprimida nos seus primeiros tempos, quando foi perseguida e muitos de seus seguidores tornaram-se mártires, a religião católica passou a ter privilégios: “Os cristãos não tiveram apenas liberdade de culto. Passam a ter a proteção e os privilégios imperiais. Os

membros do clero passam a gozar da isenção do serviço militar, do privilégio do foro e outros mais.” (HOORNAERT et al., 1983, p. 160).

A partir daí, estabeleceu-se uma ligação entre Estado e Igreja. Constantino havia atribuído o título de Pontífice Máximo, que pertencia ao imperador, ao chefe da Igreja Católica. Essa ligação entre Igreja e Estado foi aprofundando-se, a ponto de as leis da Igreja passarem a ser leis do Estado e os inimigos da Igreja, os hereges, passaram a ser inimigos do Estado. Essa concepção perdurou durante toda Idade Média e foi aceita pacificamente pela Igreja.

5.1 A Igreja no Brasil

Para compreender a implantação do catolicismo no Brasil é necessário reportar ao padroado português e à história da Igreja no território brasileiro. Este teve origem no século IV, com os privilégios concedidos por Teodósio à Igreja Católica. A mesma esteve sob proteção do Estado, na península Ibérica, durante toda a Idade Média e início da Idade Moderna. Em 1520, devido à reforma luterana, houve a ruptura na Igreja. A contrarreforma, implantada pela Igreja Católica, foi um movimento que influenciou, em todos os aspectos, a religião. A necessidade de sustentar, à força da inquisição, a ordem estabelecida até então recaiu sobre o Estado Português e em suas colônias. Os hereges eram inimigos da Igreja e do Estado e deveriam ser combatidos. O próprio papa instituiu o padroado português; através dele, o governo pôde exercer a função de proteção sobre a Igreja Católica, como única religião permitida pela nação. A obtenção do título perpétuo de Grão-Mestre da ordem de Cristo, pelo governo português, permitiu-lhe exercer o direito ao pleno domínio político e religioso nas colônias e terras conquistadas.

O direito de padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro de todo contexto da história medieval. Na realidade, não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuições religiosas da Igreja, mas de uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo português. (HOORNAERT, 1983, p. 163).

Foi dentro deste contexto que o catolicismo foi implantado no Brasil como a única religião permitida pela coroa.

No parágrafo 24, do regimento que foi oficializado ao primeiro governador geral do Brasil por D. João III, datado de 17 de dezembro de 1548, o rei deixa claro que assume o papel de chefe religioso do Brasil.

Porque a principal causa que me moveu a mandar às ditas terras do Brasil, foi para que a gente delas se convertesse à nossa santa fé católica, vos recomendo muito que pratiqueis com os ditos capitães e oficiais (das capitâneas) a melhor maneira que para isso se pode ter; e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos; e para elas mais folgarem de o ser, tratem bem todos que forem de paz, e os favoreçam sempre, e não consintam que lhes seja opressão nem agravo algum; e fazendo-lhes, lho façam corrigir e emendar, de maneira que fiquem satisfeitos, e as pessoas que lhos fizerem, sejam castigadas como for justiça. (apud HOORNAERT, 1983, p. 165)

O principal propósito, na colonização do Brasil, enaltecido pelo rei era a ampliação das fronteiras religiosas, a exaltação da fé católica e a salvação das almas, tal qual acontecia em terras africanas. Segundo Nóbrega, em carta a Tomé de Souza, datada de 1559, tem-se:

Mui mal olham (os colonos) que a intenção do nosso rei santo (D. João III) que está em glória não foi povoar tanto por esperar da terra ouro nem prata que não a tem, nem tanto pelo interesse de povoar e fazer engenhos, nem ter onde agasalhar os portugueses que lá em Portugal sobejam e não cabem, quanto por exaltação da fé católica e salvação das almas. (NÓBREGA, apud HOORNAERT, 1983, p. 198-199).

Ainda a bula de 25 de fevereiro de 1551, do Papa Julio III, que criou o bispado no Brasil, evidencia o compromisso existente entre a Igreja de Roma e o rei de Portugal. Este emerge como figura religiosa, delegado da Santa Sé para a evangelização das novas terras. Na mesma também é confirmado o direito ao padroado dos Reis de Portugal.

Do mesmo modo reservamos e concedemos o direito de padroado [...] ao dito Rei João, ou ao rei que então existir, [...] e ao dito rei compete como Grão-Mestre e administrador como igualmente lhe compete (nomear para vacância de cargo de bispo) em virtude de verdadeira e total doação, e não poderá ele (o nomeado) ser derogado nem mesmo pela Santa Sé, sem primeiro intervir o consentimento expresso de João, Rei e Grão-Mestre [...]. (MENDES, 1866-1973, p. 528).

Foi visto até agora como o catolicismo foi implantado no Brasil, bem como suas bases. Resta ainda demonstrar como essa religião foi difundida e como a população do período colonial apropriou-se da mesma.

O catolicismo no Brasil pode ser entendido como uma estrutura que sofreu modificações sem deixar de permanecer basicamente idêntica a si mesma. Hoornaert et al.

(1983, p. 30) apontam que a propagação da fé, que é aberta ou ocultamente guerreira, vem com os missionários, cujos discursos são universalistas, doutrinários.

Os movimentos missionários no Brasil estavam ligados ao movimento colonial. Os franciscanos vieram em número de oito na frota de Pedro Álvares Cabral – chegaram e voltaram. Só mais tarde iriam pensar em missões mais estáveis na região do Rio da Prata. Entretanto o estabelecimento desta irmandade só se deu de fato por volta de 1580 e está ligado à conquista da Paraíba. Já o estabelecimento dos jesuítas no Brasil está ligado ao plano de Dom João III, de colonizar o Brasil. A presença dos carmelitas e beneditinos é igualmente relacionada com a conquista da Paraíba. O número de missionários no Brasil estava ligado não apenas às missões, mas à necessidade da expansão colonial.

Os missionários faziam normalmente parte do esquema das “fronteiras (quer dizer que eles tinham que colaborar para que as fronteiras do sistema colonial se dilatassem sempre mais. [...] O padroado regulava o número de religiosos segundo as necessidades do sistema colonial, ora proibindo a fundação de novos conventos, ora fundando conventos em lugares ermos e desertos como ponto de segurança e avanço para a empresa. (HOORNAERT et al., 1983, p. 37).

Como os missionários eram pagos através da folha eclesiástica de pagamentos da administração colonial, obviamente seria difícil a manutenção da independência da Igreja em relação ao Estado. Parte de uma carta de um jesuíta do século XVI descreve o seguinte:

Para pagamento dos colégios do Rio e da Bahia ordenou El-Rei uma dízima sobre os ditos dízimos, a qual assinou aos padres dos ditos colégios, até a quantidade das respectivas rendas e a estas chamam de redízima. Eu não entendo esse embrulho de Portugal, nem sei como El-rei, sem autoridade do papa sobre os dízimos, possa assinar outros dízimos, e não vejo como esta coisa será legítima e firme. Ora os pobres padres sempre nos pagamentos são prejudicados pelos oficiais de El-Rei, que pagam mal e tarde. (apud HOORNAERT et al., 1983, p. 39).

A começar pelo litoral, os missionários penetraram no interior através dos rios. Na Bahia e em outros Estados, onde passa o Rio São Francisco, a penetração foi facilitada. Partindo das suas margens os missionários alcançaram quase toda adjacência do sertão. Através dos rios do Maranhão os missionários penetraram na região Norte.

Do catolicismo mineiro surgiu um movimento missionário que não partiu da Igreja como instituição, mas como obra de seus leigos, a fim exercer a religião de forma mais participativa.

Este acompanhava o garimpo com todas as suas vicissitudes e se exprimia na história das irmandades. Não se pode negar que houve em Minas Gerais um

genuíno movimento missionário a não ser que se queira restringir a missão aos seus aspectos clericais. (HOORNAERT, 1974, p. 42).

O movimento missionário, no Rio São Francisco e sertões adjacentes, teve sua época vital com os capuchinhos, como Martinho de Nantes, e com os oratorianos, na segunda parte do século XVII.

No caso dessas missões evangélicas, o que as tornou importantes para a pesquisa foi o fato de poder demonstrar como o catolicismo penetrou por todo solo brasileiro. Porém deve-se observar que toda bandeira levava o seu padre capelão. Isso representou a força da religião diante das conquistas.

Outra força religiosa, que influenciou profundamente a população colonial, foi a força da família patriarcal, citada por Freire (1963, p. 398):

Foi, porém ao calor da catequese católica [...] que se amoleceram nos africanos, vindos de áreas fetichistas, os traços mais duros e grossos da cultura nativa. A catequese era a primeira fervura que sofria a massa de negros, antes de integrar-se na civilização oficialmente cristã aqui formada com elementos tão diversos.

Enquanto os missionários oficiais estavam longe da vida dos engenhos, o capelão, quando existia, era o responsável pela vida religiosa nos mesmos, doutrinava negros, índios e brancos. O papel das mucamas na educação das crianças, inclusive a religiosa, é bem conhecido na história dos engenhos. Além disso, a própria senhora do engenho desempenhava um papel importante na religiosidade da casa grande. Havia ainda os ermitões que erguiam e cuidavam das ermidas, os beatos etc. que exerciam também um papel doutrinário, mesmo que fosse diferenciado da Igreja oficial.

5.2 O catolicismo brasileiro

Como foi possível deduzir do exposto anteriormente, o catolicismo no Brasil foi uma religião obrigatória. A inquisição veio fortalecer ainda mais o caráter da obrigatoriedade de se ter o catolicismo como religião entre as pessoas da colônia. Embora a inquisição no Brasil não tenha estabelecido um tribunal do Santo Ofício, a inquisição portuguesa estendeu seus tentáculos e influenciou profundamente o catolicismo brasileiro. Os acusados e suspeitos de

cometer heresias eram levados ao tribunal de Lisboa. Este fato influenciou a (de)formação da consciência católica no Brasil.

O Catolicismo no Brasil é o cimento que une a nação, o laço que prende a todos, o local da reunião e confraternização entre as raças as mais diversas que compõe a nacionalidade: afirmações como estas se repetem de geração em geração, embora elas pareçam bastante levianas para quem sentiu o clima de medo e de repressão existente na colônia. (HOORNAERT, 1974, p. 14).

Os negros e índios reduzidos à escravidão tiveram de se apresentar como católicos para serem aceitos na sociedade e garantirem a sua sobrevivência.

O mesmo se deu com os cristãos novos que se refugiaram no Brasil. Embora a religião e a fé judaica fizessem parte inseparável deles, ainda assim procuraram adaptar-se à religião católica no Brasil, pelo fato da inquisição ser mais branda aqui, comparada à efetuada em Portugal.

Mas mesmo os colonizadores descendentes de famílias tradicionalmente católicas trouxeram consigo para o Brasil o medo diante a inquisição: desde 1540 até 1765 houve regularmente a “celebração” de autos da fé em praça pública, onde judeus ou judaizantes eram queimados vivos à vista do povo, em Lisboa, Évora e Braga, onde existia tribunal do Santo Ofício. (HOORNAERT, 1974, p. 15).

Para Herson (2003), cristãos novos chegados ao Brasil queriam esconder o passado, a fim de proteger seus filhos, para evitar a perseguição da Inquisição e a discriminação da sociedade.

Viviam como católicos, com a esperança de poder um dia retornar à sua fé judaica. Mas como a Inquisição durou muitas gerações, nunca chegaram a contar a verdade aos seus filhos, levando ao túmulo seu segredo. As gerações seguintes e seus descendentes cresciam como bons católicos, se as teias da Inquisição não lhes descobriam o passado. (HERSON, 2003, p. 30).

Portanto, necessariamente, todos se declaravam católicos em solo brasileiro, negros índios e brancos.

Até aqui foram vistos a estrutura do sistema colonial e o papel preponderante da religião católica durante todo este período. Trata-se de um período de longa duração que levou a uma outra dimensão o catolicismo: aquela do catolicismo popular.

Não se quer aqui colocar alternativas simplistas de uma autonomia absoluta do discurso mítico religioso que se opõe à teoria reducionista que torna esse discurso o reflexo direto das estruturas sociais, mas entender, com Weber (1990, p. 101), essa alquimia

ideológica pela qual se opera a transfiguração das relações sociais em relação sobrenatural, inscrita na natureza das coisas e, portanto, justificada.

Esta visão permite verificar algumas contradições, pois, ao mesmo tempo em que existe todo este aparato para garantir a religiosidade católica, verifica-se o surgimento de novas formas de catolicismo erigidas por leigos, em virtude da não possibilidade de assistência por parte do clero em fornecer padres para atuarem junto a toda população. O catolicismo transforma-se diante das emergências do cotidiano, configurando práticas mágico-religiosas, que irão delinear outras formas do catolicismo.

De acordo com Bourdieu (1992, p. 69),

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem.

Azzi (1997, p. 127) enfatiza o aspecto histórico do catolicismo, que permaneceu inalterado durante os três séculos do período colonial e deu ao catolicismo brasileiro uma conotação particular: ele manteve-se leigo, com um caráter predominantemente colonial. Isso permitiu a participação do povo de uma forma bem acentuada. Por ser religião oficial do Estado, o catolicismo era considerado, pelos habitantes do país, como coisa própria, assumindo diversas manifestações religiosas; dessa forma, a religião passou a fazer parte do patrimônio cultural do povo. As manifestações religiosas, dado o catolicismo popular, impregnaram a vida do povo brasileiro, e hoje estão ainda presentes no catolicismo das comunidades negras do alto sertão baiano.

5.3 Algumas características do catolicismo popular manifestas nas comunidades

Azzi (1997, p. 127-138) cita algumas características do catolicismo popular que são encontradas nas comunidades.

5.3.1 A ereção das cruzes

No início, a cruz foi utilizada como marco de conquista da coroa portuguesa, como no caso da chegada dos portugueses às terras brasileiras, citada por Pero Vaz de Caminha. Entretanto passou a ter outros significados para o povo, como o de determinar o local de culto, assinalar a presença de uma comunidade cristã – mesmo de caráter transitório –, servir de local para preces onde se davam as rezas das ladainhas ou rosários, expressar o culto à paixão de Cristo, indicar o local da sepultura de uma pessoa, manifestar devoção às almas. No caso das comunidades, a cruz está erigida no centro das mesmas.



Ilustração 9 – A cruz no centro da comunidade

5.3.2 Os oratórios

Os oratórios são adaptados conforme a posse do devoto; nas comunidades, eles estão muitas vezes em formas de pequeninas capelas que podem ser levadas de um lugar para outro, mais apropriado para se fazer as orações. Às vezes, são adaptados sobre móveis, nas salas ou nos quartos.



Ilustração 10 – Oratório da família Aguiar



Ilustração 11 – Este outro oratório pertence à senhora Jovina, moradora de Barra.

5.3.3 As ermidas

Trata-se da designação da capela primitiva, muitas vezes erguida por apenas um indivíduo ou por toda uma comunidade. As construções de locais de culto, durante a época colonial eram controladas pela autoridade régia, mas, devido ao escasso controle exercido pela metrópole, em todo território conquistado ou desbravado se erguia uma ermida, que ficava aos cuidados dos ermitães. A ermida não se destinava tanto ao culto litúrgico e sacramental como ao culto devocional.



Ilustração 12 – Aqui está o que se pode denominar ermida. Esta se localiza no alto do morro, em Rio de Contas, sendo difícil o acesso. Presta-se ao culto do Senhor Bom Jesus, cuja festa se dá no dia 6 de agosto.



Ilustração 13 – A capela da comunidade de Bananal. A cruz a identifica como uma capela católica.



Ilustração 14 – Igreja de São Sebastião – Barra

5.3.4 As romarias

A romaria é um ato sagrado da devoção popular, pelo qual as pessoas, muitas vezes, deixam o seu trabalho por vários dias, para ir venerar o santo de devoção no lugar do seu santuário e cumprir a promessas devidas. O povo considera as promessas como um pacto sacrossanto com as forças divinas que regem o mundo e não podem ser olvidadas nem omitidas. Pagar promessa é uma das obrigações fundamentais no catolicismo popular.

5.3.5 As procissões

Estas são expressões sociais de fé; nelas, os sujeitos religiosos se reúnem em caminhadas, num percurso determinado, muitas vezes levando o andor do santo, rezando terços ou ladainhas, cantando hinos de louvores. Quando celebradas durante a festa do padroeiro, rendem glórias e expressam alegria e louvor. Às vezes são de rogações, onde prevalece adjacente uma súplica, seja para boas colheitas, para fazer chover acabando com a seca, etc. Existem ainda aquelas que se configuram como uma forma de sacrifício, como é o caso da procissão que sobe o morro no dia da festa do Bom Jesus, outras são feitas com intuito de se evitar um castigo divino, às vezes incluem a prática de flagelação. As mais solenes celebram o ciclo da quaresma e da Semana Santa, que é o período que rememora todo sofrimento e morte de Cristo, e Corpus Christis, quando é celebrada a instituição da Santa Eucaristia.

5.3.6 As devoções

A devoção é outro aspecto do catolicismo brasileiro. Este aspecto devocional tem sua origem no catolicismo português e medieval, pois, no catolicismo de origem tridentina, a ênfase é colocada no aspecto sacramental. Enquanto o primeiro é regido pela

piedade popular na devoção-promessa, o segundo vincula devoção-sacramento. Para Azzi (1997, p. 132),

A presença dos santos na vida humana é considerada viva e atuante. No mundo religioso popular não existe separação nítida entre os fiéis da terra, os santos do céu e as almas que estão na região dos mortos. O santo está presente na vida do pobre e do rico, em sua imagem ou oratório. O santo é visitado e honrado em sua igreja ou santuário. Como amigo, o santo atende aos pedidos que lhes são feitos, o que coloca o cristão na obrigação de cumprir as promessas feitas.

Os santos de devoção nas comunidades são principalmente seus padroeiros. São Sebastião, em Barra, mas há uma grande devoção em torno de Nossa Senhora Aparecida. Em Bananal, os santos padroeiros são: São José e Nossa Senhora da Conceição.

5.3.7 As festas

No período colonial, as únicas formas de expressão social da população eram as festas religiosas. Este aspecto social é inerente às festas católicas e inclui danças, representações de mistérios, músicas, fogos de artifícios, quermesse, jogos e comidas típicas. Essas festas geralmente compõem-se de duas partes: interna, dentro do templo ou capela com missa, celebrada por um padre, ou rezas efetuadas por leigos. A externa se dá quando se realizam as quermesses, as músicas etc. As festas – como a festa de Reis, do Espírito Santo – se prolongam por dias ou semanas; as festas juninas tinham um aspecto mais familiar, embora, hoje, isso tenha mudado bastante.

Nas comunidades, as festas dos padroeiros são celebradas nos seus respectivos dias de comemoração. Abaixo a capela, onde se realiza o aspecto interno das festas, as celebrações das missas, em homenagem à padroeira Nossa Senhora da Conceição.



Ilustração 15 – Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Bananal.

5.4 A religiosidade nas comunidades

Para descrever e analisar o catolicismo, como prática religiosa adotada nas comunidades – o que consta na pesquisa, desde a origem –, é necessário partir da etnografia. A visão etnográfica adotada, então, parte da fala, enquanto discurso que, como um evento comunicativo colocado no seu contexto, permite a compreensão do seu sentido. Mas não apenas isso. Como foi visto anteriormente, a história – enquanto campo estrutural, onde se forjaram as lógicas do contexto atual – deve, também, ser levada em conta. Esta é uma dimensão básica dos estudos desenvolvidos nas comunidades. Enquanto etnografia, ultrapassa o mero descrever dos atos presenciados, levando em consideração o aspecto comunicativo entre o pesquisador e o nativo, ao lado da situação vivenciada, buscando os múltiplos sentidos envolvidos numa situação que tem sua origem histórica. Não se trata aqui, apenas, de um contexto atual, mas também de uma transformação que delineou um perfil centrado historicamente.

A religiosidade católica nas comunidades manifesta-se através dos itens do catolicismo popular descritos acima e nas celebrações das missas, das procissões, incluindo

formas de rituais tais como as preces, orações, devoção aos santos, o fazer e o cumprir as promessas, que são partes integrantes do catolicismo oficial.

Os habitantes de Barra e Bananal, sempre que indagados sobre a religião que praticam e professam, dizem com ênfase que são católicos.

Pesquisadora – Vocês são católicos?²¹

J – Somos, graças a Deus. Sempre fomos católicos.

Pesquisadora – Você é católico?

A – É, católico.

Pesquisadora – Eu queria saber sobre sua religião.

B – Nossa religião é católica. Toda Barra. No catolicismo nasci e vivo até agora.

M – Ela já cresceu na religião mesmo. Ela já cresceu na religião. Ela rezava em latim. Ela não sabia ler, ela rezava em latim. Tudo na igreja ela começava assim... Eu cheguei aqui, eu falei: – Meu Deus, o que eu vou fazer?

Pesquisadora – Na questão da religião. Você sempre foi católico?

J – Sempre.

Pesquisadora – A vida inteira?

J – A vida inteira.

Pesquisadora – E seus pais?

J – Também.

Pesquisadora – E seus avós?

J – Também.

Pesquisadora – Desde quando você professa a religião católica?

J – É. A religião que a gente pratica aqui é a católica.

J – A religião que a gente foi nascida, que eu nasci e me criei, eu morro com ela. Que não tem dois Deus, só existe um. É o que a gente pede por ele, e sempre que somos atendidos. Às vezes tem várias religião, mas a minha, que meu pai minha mãe me batizou, que eu morro nela, que é a Igreja Católica.

Pesquisadora – Que era do seu pai e sua mãe também?

J – Era do meu pai e minha mãe. A Igreja Católica.

Pesquisadora – Vocês nunca tiveram trabalho aqui, de umbanda?

A – Nunca tivero, sempre católico, sempre católico, os pai deles era católico, eles rezava novena, Santo Antonio.

Pesquisadora – Eu gostaria de saber se as rezas eram de origem católica?

A – É católica, tudo católica, num tinha nada de candomblé, num tinha não.

Pesquisadora – A respeito ainda da religião, você se sente católico, tem orgulho em ser católico?

P – Tenho e nunca vou mudar, num tenho intenção de muda. Convite prá sê crente, pra mim todo crente é quem acredita em Deus. Pra passá pra Assembleia de Deus, pra passá pra num sei o que eu tenho tido muito, mas num tenho vocação.

²¹ O sinal marca a mudança para outro informante.

Pesquisadora – A respeito da religião, você pratica religião católica?
SA – Prático. Aqui todo mundo é católico. Não tem ninguém que pratica outra religião.

Como é possível observar, os moradores de Barra e Bananal, são católicos e sempre foram. Toda referência religiosa deles é da religião católica.

Orientando a pesquisa para verificar como se manifesta esse catolicismo, foram obtidas as seguintes respostas:

Pesquisadora – Como é esse catolicismo de vocês?

Jo – O padre vem duas vezes celebra a missa, setembro e março, que é tempo da padroeira e do padroeiro. O padroeiro é São José e a padroeira é Nossa Senhora da Conceição.

Pesquisadora – Além dessas missas que vocês têm duas vezes por ano nessa comunidade, vocês vão a outras missas em outras igrejas?

J – Vai muito na igreja, a gente vai na missa do Rio de Contas, vai no Jiló, na Barra, vai na Fazendola, Mato Grosso.

Pesquisadora – Na Barra tem missa?

J – Na Barra tem muita missa que o padre vai celebrá lá. Amanhã mesmo tem missa. A missa depende da zeladeira [zeladora]. Se a zeladeira não chama o padre ele não vem. Fica por conta da zeladeira. O Carmo falô que agora vai tê uma lá [missa] e uma aqui. Vai sê assim, mas dependi de quem convida. Se num convida pra vi aqui...

Pesquisadora – Você vai à missa sempre?

A – Vou.

Pesquisadora – De quanto em quanto tempo você vai à missa?

A – É uma, duas vezes por mês.

Pesquisadora – Vai em Rio de Contas?

A – Rio de Contas, aqui em Bananal, sempre tem missa aqui. Barra, Giló.²²

Além da missa, existem outras manifestações do catolicismo, como a leitura da Bíblia sagrada.

M – Ela falava assim: “Traz a Bíblia.” Ela falava prá mim. Eu lia e ela interpretava. Você já pensou? Eu lia a Bíblia e ela interpretava pra mim. Tinha muito conhecimento. Um dom assim especial. A pessoa não lia. Ela não lia. Dizia: “Traz a Bíblia pra lê. Hoje eu fui atrás da Bíblia prá lê também.” Ela falava bem grossão: “Hum, traz a Bíblia viu? Prá nós lê, assim de tarde nós lê.” “Nós lê”, ela falava.

A presença das imagens dos santos é outro item do catolicismo.

Pesquisadora – Sua bisavó era católica?

²² Comunidade rural próxima de Barra.

J – Foi tão católica que ela deixou as imagem aí tudo pra nois [essas imagens são santos talhados em madeira no estilo barroco que levam pinturas de ouro nos adornos das vestes e coroas, além das outras].

Pesquisadora – Você depois me mostra as imagens?

J – Tá aí na Igreja. É da Igreja aquelas imagens. Foi dela.

Pesquisadora – Então são bem antigas, aquelas imagens?

J – Aquelas imagem grande foram ganhadas agora.

Outra devoção praticada é a do Senhor Bom Jesus.

Pesquisadora – Tem santo de devoção?

A – Tenho. Nossa Senhora Aparecida.

Pesquisadora – Tem mais algum?

A – Senhor Bom Jesus, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião aí na Barra.

Entre as imagens dos santos de devoção estão as dos padroeiros, e a estes estão ligadas as capelas. Cada capela, de Barra e de Bananal, tem os seus padroeiros.

Na capela de Bananal:

Pesquisadora – Quem é o padroeiro e a padroeira?

J – O padroeiro é São José e a padroeira é Nossa Senhora da Conceição.

Pesquisadora – Como é que chama a capela?

J – É capela de Nossa Senhora da Conceição.

Pesquisadora – Quando é a festa de Nossa Senhora da Conceição?

J – A Nossa Senhora da Conceição é em setembro, nos dias 5 e 6. E a de São José é em março.

Em Barra:

B – Nós temos dois festejos no ano. Um é de São Sebastião, é nosso padroeiro. Ele é nosso padroeiro. Ele veio pra cá, porque nosso [parente] [o patriarca?] Isidro, fez uma promessa: que se a nossa comunidade não tivesse nem fome, nem peste, nem guerra, que ele trazia a imagem de São Sebastião pra comunidade. Então São Sebastião veio pra qui. São Sebastião está nos protegendo. E outro festejo é Nossa Senhora Aparecida. Em 12 de outubro festeja. Agora São Sebastião é em janeiro, aí a gente festeja.

Pesquisadora – A devoção de São Sebastião, quando começou?

C – Começou há muitos anos atrás. A gente não tem a data não. Mas começou... a nova igreja foi construída em 1925, teve uma capela antes que acabou. A devoção era numa casa. A igreja começou no quarto de uma casa, do seu Isidro José da Silva, porque era o patriarca. Todos da comunidade depende [descende] dele. Quase todas as família depende dele.

Pesquisadora – E como começou?

C – Aí foi invocado São Sebastião para livrar da peste, fome e guerra, doenças repentinas e males contráriosos. E por causa do garimpo [...] no garimpo as pessoas se resfriavam demais e dava febre e dava aquelas convulsões e o povo pensava que era doença ruim, então invocou São Sebastião. Então São Sebastião é invocado contra esses males. A peste, fome e guerra e doenças repentinas e males contráriosos.

Pesquisadora – São Sebastião é um santo guerreiro?

C – Ele foi soldado. Ele foi chefe de guarda Romana e era Santo [?] [homem] do Imperador Constantino [...] e aí ele foi perseguido por causa de ser cristão e ele foi morto. Ele é mártir, porque ele foi algemado e ele foi setado com setas venenosas prá ver se matava o Santo. Foi amarrado no mastro. A história de São Sebastião é muito comprida, muito assim... assim... de reflexão. Ele foi muito perseguido. Deram a ele várias propostas para ele deixar de ser cristão, mas ele não desistiu, então o Imperador mandou matar.

Na devoção a São Sebastião, fica explícita a crença de que os santos podem intervir nas questões cotidianas, existindo uma relação terrena entre os fiéis e os santos intercessores. O santo, neste caso, é como um parente próximo, com quem se pode contar nos momentos difíceis, numa relação de intimidade, sempre pronto a atender. Oliveira (1980, p.172) explica esta relação que compõe o catolicismo popular.

[...] a religião desempenha a função de representar a relação de dominação pessoal como forma de relação entre fracos e poderosos inscrita na ordem cósmica. O catolicismo popular, que tem como núcleo as relações entre os devotos e os santos protetores, reproduz no campo religioso as relações de dominação pessoal: assim como o camponês fraco se coloca na dependência do senhor poderoso, todo homem, naturalmente fraco diante do mundo, deve colocar-se sob a proteção de um santo padroeiro que do céu o protege e o guia neste mundo.

Representando as relações com os santos do céu, em consonância com aquelas entre fracos e poderosos, existentes na terra, o catolicismo passa do social para o sobrenatural e se inscreve na ordem cósmica que não deve e não pode ser mudada pelo homem.

5.4.1 Sobre as orações

As orações que são feitas nas comunidades são católicas. Sempre que se pergunta sobre estas, as respostas são sempre de orações católicas.

Pesquisadora – Vocês fazem orações?

A – Faiz.

Pesquisadora – Que oração você faz?

A – É padre-nosso, ave-maria.

M. fala sobre a doença repentina que atacou seu filho.

M – Colocava ele assim, de bruço, foi rezando, foi rezando. A Sá Ana fez um remédio que não sei o que foi. “Não vai sentir mais. Pronto acabou”.

Pesquisadora – Era prece de religião católica?

J – É, ela era da religião católica.
 Pesquisadora – As orações?
 J – Era, era...
 Pesquisadora – Era pai-nosso?
 J – Era. No final ela rezava pai-nosso, santa-maria.

Reesink (2009), que estuda a prece no catolicismo brasileiro à luz do pensamento maussiano, considera que sua abordagem é ainda pertinente, porque abre múltiplas interpretações desse fenômeno, visto que a prece é, antes de tudo, pensamento e ação. Segundo Mauss (2003, p. 358),

Na prece o fiel age e pensa. E ação e pensamento são estreitamente unidos, fluindo em um mesmo momento religioso, em um só e mesmo tempo. Esta convergência é, além disso, completamente natural. A prece é uma palavra. Ora, a linguagem é um movimento que tem um objetivo e um efeito, ela é sempre, no fundo, um instrumento de ação. Mas ele age ao exprimir ideias, sentimentos que as palavras traduzem de fora a substantificam. Falar é ao mesmo tempo agir e pensar: é por isso que a prece faz parte ao mesmo tempo da crença e do culto.

A prece pode ser classificada como um ritmo, um gesto mínimo que se encontra estendido em toda sua ritualidade. Como gesto mínimo coloca o homem em contato com a divindade católica e adapta-se a todas as situações devido a sua plasticidade. Às vezes é apenas um murmúrio, que pode ser expresso pelo devoto em qualquer circunstância, como a descrita acima.

As orações de terços também são praticadas nas comunidades.

Pesquisadora – Você aprendeu alguma reza, alguma coisa diferente?
 M. – Aprendi a oferecê o terço, mas assim: a reza eu sei responder. Tirando eu respondo, mas prá mim tirá, já num fica na cachola da cabeça, é isso mesmo, assim a gente oferecia o terço.
 Pesquisadora – Vocês costumavam rezar o terço aqui?
 M. – Quando é ocasião de festa.

A oração do terço aqui referida é aquela onde existe mais de um participante, ou seja, uma oração coletiva, podendo o mesmo ser rezado individualmente, o que é mais comum nas cidades.

Atualmente, devido ao movimento católico de oração carismática, o terço tem sido alvo de constante atenção pelos devotos, visto que está associado ao culto da virgem Maria. O mesmo presta-se para se realizar um número definido de preces, e para se conseguir graças e bênçãos. Nas comunidades, sua utilização não é muito manifesta senão nos ritos que assim exigem, nas novenas, em ritos fúnebres ou por ocasião das festas religiosas, como objeto de dimensão estritamente religiosa. Como instrumento de contagem de preces nele se reza e se

medita os mistérios da vida de Cristo. Ou seja: os momentos cruciais de sua vida terrena até a sua morte e ressurreição, conforme está relatado no Novo Testamento.

O termo *terço*, refere-se à terça parte do rosário e dele é derivado. O rosário é composto de cento e cinquenta contas, nas quais se rezam as *ave-marias*, intercaladas em grupo de dez, tendo uma conta maior, entre cada grupo, onde se reza o *pai-nosso*, formando um total de quinze grupos, correspondentes aos quinze mistérios do rosário, assim distribuídos: cinco mistérios gozosos, que se referem aos principais fatos da vida de Jesus Cristo, desde a sua concepção até a idade de doze anos; cinco mistérios dolorosos, que se referem aos momentos do martírio sofrido por Jesus Cristo; e cinco mistérios gloriosos, que se referem à ressurreição e ascensão de Jesus Cristo e à assunção de sua mãe Maria – ou seja, Nossa Senhora – ao céu. Portanto o *terço* corresponde a cinquenta contas para as *ave-marias*, cinco contas para os *pais-nossos*, e cada dia da semana corresponde a um mistério que é dito quando se encerra o grupo de dez *ave-marias* e de um *pai-nosso* e a pronúncia do *glória*. Assim, há a meditação e reza dos cinco mistérios que, dependendo do dia, podem ser gozosos, dolorosos e gloriosos. No sentido antropológico, temos o mito: o homem de origem divina, concebido na mais pura condição, sofreu martírios para salvar os outros homens, ou seja, para mostrar-lhes o caminho da glória. Uma glória que não é deste mundo, mas de um outro, divino. Na religião católica, tudo se refere a essa busca, a esse caminho.

Quando o colar de contas se encerra, tem-se a imagem de Nossa Senhora em uma medalhinha, seguida de uma conta maior, após um espaço estão três menores que ainda são seguidas de uma maior, finalizando com a imagem de Cristo na cruz. Esse final, na verdade, é o início, onde se faz o oferecimento do *terço* e rezam-se as três *ave-marias* em homenagem à Santíssima Trindade, formada pelo Pai, Filho e Espírito Santo, seguidas do *glória* ao Pai. Trata-se, portanto, de um objeto sagrado. Sua origem corresponde ao tempo das cruzadas, quando os cristãos usavam-no a serviço da divulgação da doutrina católica. (ALVES, 2001)

Para Oliveira (2009),

O valor sagrado dos *terços* e rosários repousam, em certa medida, em sua capacidade de mediar a relação entre devoto, Maria e Jesus. Como uma ponte na cadeia de mediadores em direção ao sagrado, o instrumento para a oração permite que o devoto bem sucedido em sua comunicação atualize em si mesmo a santidade.

Ao que parece, a reza do *terço*, nas comunidades, quase sempre realizada coletivamente, está ligada a um sentido diverso, pautado muito mais pela fé da comunidade neste ritual, onde o fazer e o dizer juntos estabelecem e compõem uma unidade entre os devotos e a divindade.

5.4.2 As novenas

As novenas são realizadas em homenagem aos santos de devoção e têm sentido de festa e celebração.

A – Eu tinha umas tias, mas já morreu, elas rezava muito.

Pesquisadora – Elas rezavam reza católica?

A – Católica. Elas rezava novena, elas eram muito devota... Sempre católico, sempre católico, os pai delas era católico, eles rezava novena de Santo Antônio.

M – Quando é ocasião de festa, da Nossa Senhora da Conceição e no mês de março a novena é pra São José, era nove noite, todo dia rezava e depois tinha a festa.

As novenas estão ligadas às festas, enquanto uma preparação religiosa para as mesmas.

5.4.3 As promessas

As promessas, que estão vinculadas aos pedidos feitos, para que o santo interceda a favor do solicitante, fazem parte do cotidiano religioso das comunidades.

Pesquisadora – Faz promessa?

J – Promessa a gente faz, só não faz promessa complicada. Num faço não.

Pesquisadora – Que tipo de promessa?

J – A gente faz de botá algum dinheiro no pé do santo. Que compra vela pro santo ou paga a luz pra igreja. Agora mesmo eu fiz uma promessa, pra mim dá cinco real pro meu sobrinho, lá de Rio de Contas pra botá no pé de São Bom Jesus. Agora tem que dá esse dinheiro pra ele essa semana, pra ele podê botá, ele é dono da novilha que sumiu.

Pesquisadora – O que você faz? Promessa?

A. – É, sempre faço.

Pesquisadora – Por que faz promessa?

A. – É quando tá sentindo alguma coisa, né.

Pesquisadora – É prá ficar bom?

A. – É pra ficar bom.

As promessas são feitas com orações em forma de súplica: para aparecer uma novilha que sumiu, ou qualquer outra coisa de valor, para curar uma dor que incomoda... mas essa promessa não deve ser difícil de cumprir.

Os procedimentos simbólicos adotados no catolicismo popular incorporam crenças e o aspecto expressivo, através do qual alguma coisa está sendo feita, alguma coisa está sendo dita. Expressam um objetivo, seja o de favorecer uma situação desejada, para reverenciar os santos ou para evitar uma determinada situação. Porém, a crença requer a fé e esta não se esgota em suas funções sociais. Para Houtart (2002), ela extrapola a posição dos indivíduos em suas relações sociais e em seu projeto de vida, permitindo, ao reunir todos esses aspectos, alimentar uma esperança pessoal e coletiva e viver o presente em função de uma utopia em permanente construção. Porém,

A força do símbolo está em estabelecer a comunicação, criar a convicção e chamar ao consenso. As religiões transportam um tesouro enorme de símbolos, mas o problema central está no modo de apresentá-los e interpretá-los. A riqueza de sentidos pode ser destruída por interpretações reducionistas que tendem a ser impostas pelas tradições ou por instituições religiosas que identificam o conteúdo com a expressão, o significado com o significante. (HOUTART, 2002, p. 44).

Nas comunidades, as procissões são realizadas com certa frequência, mas principalmente nos dias festivos dos padroeiros, conforme o depoimento:

Pesquisadora – E vocês fazem a procissão no dia da padroeira?

J – A gente fais uma roda assim em volta da praça, em volta da igreja, cantando, rezano e a lira tocano.

Pesquisadora – O que normalmente vocês cantam?

J – Canta o hino de São José, o Bendito, o Hino de Nossa Senhora da Conceição. [risadas].

Embora a procissão seja um momento solene da celebração religiosa, o sagrado acaba incorporando o profano na festa religiosa, como demonstra a risada da informante.

O contexto religioso, no qual se desenvolvem os serviços para as celebrações sagradas, é fonte de alguns atritos entre as pessoas da comunidade, que ficam explícitos na fala da informante a seguir:

J – Na Barra tem muita missa que o padre vai celebrá lá. Amanhã mesmo tem missa. A missa depende da zeladeira [zeladora]. Se a zeladeira não chama o padre ele não vem. Fica por conta da zeladeira. O Carmo falô que agora vai tê uma lá [missa] e uma aqui. Vai sê assim, mas dependi de quem convida. Se num convida pra vi aqui...

Pesquisadora – E vocês não pedem pra zeladeira falar para o padre vir aqui?

J – Nois num pedi nada, porque a meu ver, ela que tem de pedir, mas quase ela num fica mais aí, hoje mesmo ela num veio [zelar da capela], só se ela vim hoje, porque tem missa amanhã ela deve vim. Mas ela fica mais em Rio de Contas agora. Fim de semana ela fica em Rio de Contas. Ela vai dia de hoje e só vem segunda-feira.

Pesquisadora – Por que vocês não mudam de zeladeira?

J – Eu já fui zeladeira, quando eu fui me imbora entreguei a chave pro padre e ele entregou pra ela, quando minha mãe deu terreno pra fazê essa Igreja quem ficô com a chave foi eu.

5.4.4 As festas

As festas nas comunidades sempre são realizadas em extensão às festas dos santos padroeiros.

J. descreve uma dessas:

Pesquisadora – Quando é a festa de Nossa Senhora da Conceição?

J – A [de] Nossa Senhora da Conceição é em setembro, nos dias cinco e seis. E a de São José é em março.

Pesquisadora – Como é feita a festa de Nossa Senhora da Conceição?

J – Boa. Vem a lira dos artistas.

J – Aquela banda [Lira dos artistas] tem uns [festeros] que trais, agora mesmo vai trazer. Na que vem [festa] vai ter lira dos artistas.²³

Pesquisadora – Quem falou?

J – A Silvana.

Pesquisadora – Quem é Silvana?

J – A moça [festera] do São Filipe [hotel].

Pesquisadora – Que mora em Rio de Contas?

J – É. Mora em Rio de Contas. O festeiro daqui é mais de Rio de Contas.²⁴

Pesquisadora – Mas gente da comunidade também...

J – Tudo comunidade.

Pesquisadora – Mas que moram aqui ou moraram aqui?

J – Não, é de Rio de Contas.

Pesquisadora – São brancos ou são negros?

J – São todos brancos.

O fato de ser morador da cidade facilita na arrecadação dos fundos. Como é uma honraria ser festeiro, as pessoas sentem-se motivadas a promover a arrecadação dos fundos. Há também a questão financeira, com a qual o festeiro deve arcar, pois, em caso dos fundos arrecadados serem menores que as despesas da festa, é ao festeiro que cabe a obrigação de assumir essas despesas.

²³ A lira dos artistas é o nome dado a uma pequena orquestra filarmônica, mais parecida com uma banda, que se apresenta nas festas da cidade. Trata-se de um grupo de músicos, bem formados, que orquestram músicas religiosas, mas que se apresentam, também, nas festas profanas, tal como no carnaval.

²⁴ O(A) festeiro(a) é a pessoa que organiza financeiramente a festa. Ele(a) é o(a) responsável pela arrecadação dos fundos entre as comunidades e as pessoas da cidade de Rio de Contas. É por conta de arrecadar fundos que se faz o giro, bandeiras. Cada festa tem a sua bandeira e o(a) festeiro(a) é responsável por ela. Geralmente esses festeiros são da cidade. Porém não se trata de uma ordem que diz respeito a posses ou a questão financeira. Ser festeiro é uma honraria e é com orgulho que as pessoas, tanto das comunidades quanto da cidade, se organizam para eleger o(a) festeiro(a). Torna-se um benfeitor da festa, ao qual cabe parte das homenagens da mesma.

Pesquisadora – E aí como é essa coisa de festeiro?

J – Quem é festeiro chega aí e fais festa. É treis dia de festa aqui. Sábado, domingo, domingo é do povão. Agora na segunda-feira é a nossa, porque nois já tá cansado. No dia da festa nois num pega a festa e agora na segunda-feira é a nossa.

Pesquisadora – Como é a festa de vocês?

J – A nossa é o resto da comida que sobrar, a bebida e aí a gente vai. O forró corrido treis dia de festa.

J – Num dia é um tocadô, num dia é [outro] um tocadô e num dia é um [outro] tocadô. Quem vai tocá agora é um rapaz de Rio de Contas, marido de Sandra. Ele toca e o rapaz de Rio de Contas que vai tocá na igreja. Aí no outro dia vai tem um rapaz de Livramento²⁵. Vai vim um que vai tocá e aí na festa. A comida a gente que fais. No dia da missa dá comida, a noite se quizé alguma coisa, aqui fica cafezinho, fica voadô²⁶, dexa tudo aqui prá dá café prô pessoal.

Pesquisadora – Tem bebida?

J – A bebida compra na barraca.

Pesquisadora – Então tem barraca?

J – Aqui é cheio de barraca. Na barraca vendi espetinho de carne, vendi cachorro quente, mais no dia da missa vendi cocada, essas coisa vendi tudo aí. Vendi quentão, a maioria da festa a comida é de graça. O festero que tá dano.

Pesquisadora – Como que arrecada o dinheiro pra fazer a festa?

J – O festero pedi a gente prá fazer o giro²⁷.

Pesquisadora – Vocês fazem giro?

J – Tem até bandeira no nosso quarto. Já vai andá.

Pesquisadora – Quando?

J – Em agosto. Essa bandera, a festera já vai levá pra Rio de Contas que é a dela (a bandeira). Leva pra Rio de Contas, quando é no dia da festa trais a bandeira. Na véspera da festa ela trais e fica guardada na igreja.

Pesquisadora – Como é essa coisa de levar a bandeira?

J – A bandera a gente fais. Pega o prato, põe o pano em cima dele e sai com a bandeira e o prato nas porta. Cê [você] sai nas porta, Barra, Bananal, em tudo quanto é canto, só num entra em casa de crente. Aqui num tem crente. A bandera vai em Mato Grosso, quando entra grita viva São José, a senhora, o que for, aí já pega, vai lá. Dia de Nossa Senhora, grita [viva] Nossa Senhora, as pessoa já sabe que a bandera tá indo e já dexa o dinheiro, aí esse dinheiro que arrecada, a gente dá prô festero pra ajudá a pagá a banda, a lira, comprá coisa pá cumê.

Pesquisadora – E se faltar dinheiro?

J – Aí ele põe do bolso dele. Se tivé que deixá alguma coisa na igreja, eles deixa. Às vezes deixa tapete, mas o padre num qué mais tapete que iscorrega, as veis deixa alguma coisa, deixa bandera (a igreja ta precisano de bandera agora), precisano do andô (que o andô ta muito veio), o andô que bota a image em cima pá andá na procissão.

A festa é também uma forma de angariar fundos, que permitem a conservação dos objetos simbólicos e sagrados da celebração religiosa, a bandeira, o altar, o andor.²⁸

²⁵ Referência à cidade de Livramento do Brumado.

²⁶ Trata-se de um biscoito de polvilho doce, muito popular na região.

²⁷ Fazer o giro é um ritual que agrega um número de pessoas a fim de arrecadar fundos para a festa, no qual a bandeira tem um valor simbólico central. Não se faz o giro sem a bandeira.

As festas nas comunidades, em sua maioria, giram em torno da religião. Mesmo nos aniversários, quando comemorados, há preferência pela celebração da missa. Durante a presença da pesquisadora nas comunidades, foi possível participar da comemoração do aniversário do líder comunitário, na qual o próprio bispo da diocese regional estava presente. A festa religiosa acaba por unir as pessoas das comunidades e as pessoas da cidade.

Nas festas dos padroeiros, conforme relato acima, pode-se verificar como as mesmas mobilizam, não só as pessoas das comunidades, mas também congrega pessoas da cidade e de outras regiões.

No sábado, comparecem pessoas das comunidades e da cidade, que comemoram conjuntamente o início da festa, tendo ofertas de prendas e o início do leilão. No domingo, quando é realizada a festa propriamente dita, “a do povão”, esta é caracterizada pela celebração da missa, contando, além da presença geral das pessoas, com a presença de padres e de outras autoridades civis, prefeito, vereadores, assim como pessoas que exercem cargos proeminentes na cidade. Turistas que estão de passagem pela região também são convidados informalmente por moradores e acabam por colaborar com a festa. A comida, de forma geral, não é comercializada. É doada, em forma de solidariedade entre os grupos, em forma de caridade segundo a religião católica. Porém o espetinho de carne, o cachorro-quente, a cocada e a bebida pertencem à categoria dos alimentos-objetos comercializados durante a festa e que permitem um ganho a mais no complemento das despesas, caso a arrecadação de fundos não seja suficiente.

O que se apresenta nas comunidades durante a época das festas dos padroeiros sugere que o termo *comunicas* possa ser aqui aplicado, pois se trata de um ritual.

No fazer o *giro*, inicia-se o processo ritual. Toda a cidade e as comunidades estão neste momento limiar, como sugere o conceito, quando todas as posições sociais e étnicas permanecem suspensas. Este fato permite que todos, negros, brancos, ricos, pobres, nativos e turistas, participem da festa. Todos, neste momento, comungam de uma só condição que os projeta além das estruturas sociais. Em torno do estandarte e da bandeira do santo, se aglomeram pessoas, filarmônica, queima de fogos, as visitas nas casas e a retribuição ao santo em forma de doação para o custeio da festa, o que transcende aos sujeitos e objetos e permite a participação de todos. Só após a celebração da missa, das danças, comidas e bebidas, é que vai ocorrer a reintegração dos sujeitos participantes na estrutura social. É neste

²⁸ O andor é uma espécie de altar, tendo no centro um nicho enfeitado, no qual é acomodada a imagem do santo, sendo suas laterais formadas por dois suportes de madeira, também enfeitados, que permitem acomodá-lo aos ombros das quatro pessoas que carregam o andor durante a procissão.

momento que é colocada a fronteira: a festa da segunda-feira – “A festa de segunda-feira é só nossa”. Restabelece-se o *habitus*, de acordo com a teoria de Pierre Bourdieu.

O conceito de *habitus* é aqui entendido como um instrumental para se pensar a relação, a mediação entre os condicionantes sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos. A religião, dentro desta teoria, torna-se uma instância socializadora, produtora de valores culturais e referências identitárias. Como um sistema em constante reformulação, o *habitus* engendrado no passado orienta para a ação no presente. Ora consciente, ora inconsciente, como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas, habilita a pensar o processo de constituição das identidades, presente hoje nas comunidades.

Na segunda-feira é dia de festa para aqueles das comunidades que trabalharam na festa servindo, ajudando nos serviços gerais, limpeza, organização etc., mas é o último dia da festa. “É nossa”. A festa adquire um outro sentido. Faz-se a festa independentemente do festeiro, já que a comida e a bebida que sobrou não terão outra finalidade senão a de serem consumidas.

5.4.5 A festa do Bom Jesus

A festa do Bom Jesus é a festa religiosa mais popular em Rio de Contas e dela participam as duas comunidades, Barra e Bananal, outras comunidades, além das pessoas de toda cidade de Rio de Contas, visitantes e turistas. A ela pode-se aplicar, com algumas variantes, as mesmas análises conferidas às festas dos padroeiros.

Nos dias que precedem a festa, ocorre a coleta de donativos. Esta inicia-se com fogos de artificios na praça central da cidade que fica de frente à igreja matriz. É para lá que acorrem todas as pessoas que irão participar da arrecadação dos fundos. Uma das pessoas participantes leva uma bandeira é vermelha, onde se vê bordado em ouro a imagem do Bom Jesus, que é o símbolo da festa. A elas junta-se a filarmônica lira dos artistas, que é a responsável pela animação musical da festa. Daí eles saem em grande alegria, para percorrer as ruas da cidade. Os fogos e as músicas anunciam que o grupo das pessoas está próximo, enquanto duas outras se destacam, indo de porta em porta com um pequeno prato na mão forrado com uma toalhinha onde está bordada em dourado a imagem do Bom Jesus. As contribuições são ali depositadas. Muitas vezes essas contribuições fazem parte de promessas. A isto é dado o nome de correr a bandeira ou fazer o giro. A bandeira pode fazer esse

movimento mais de uma vez, no período que antecede a festa, tomando o cuidado de não passar em uma casa mais de uma vez.

Na igreja matriz, à noite é efetuado o tríduo, em honra do Bom Jesus, nos três dias que antecedem o dia da sua comemoração. O tríduo consiste em realizar, por três dias consecutivos, a missa sagrada, com orações específicas que visam a realçar as qualidades do divino Bom Jesus. No dia seis de agosto, que é comemorado como dia santo na cidade, durante a alvorada, já se inicia a festa, na mesma praça, com fogos de artifício. Acorda-se toda a população com o espocar dos rojões. As pessoas vão chegando à cidade, entre elas aqueles que pertencem às comunidades pesquisadas. Todos que podem participam. Então se misturam, pessoas da cidade, das comunidades e outros municípios, além dos turistas que estão na cidade, que muitas vezes são europeus, latino-americanos, americanos, até mesmo asiáticos. Muitas dessas pessoas, mesmo não sabendo o caminho, começam a caminhada em direção ao morro onde fica a capela, que se vê ao alto, acompanhando aqueles da cidade que conhecem o caminho. A procissão, propriamente dita, vem mais tarde, mais próximo ao tempo da realização da missa. Aqueles que irão comercializar doces, salgados e bebida se encaminham para lá bem cedo, através de uma estrada que dá acesso a carros.

A procissão sai da praça. À frente está o estandarte do Bom Jesus, depois vem uma das pessoas que participou da arrecadação do fundo financeiro, ainda com a bandeja nas mãos, forrada com o símbolo da festa, que é a imagem do Bom Jesus, onde pessoas que queiram colaborar podem depositar dinheiro durante o trajeto. A bandeira, carregada pelo festeiro, vem logo a seguir. Atrás dela está o corpo da procissão, formado por todas as pessoas que dela participam, em oração ou em conversas cotidianas. A filarmônica anima os caminhantes com músicas sacras. O padre celebrante, dado o caminho ser muito íngreme, nem sempre vem com o povo; muitas vezes vem de carro pela estrada que dá acesso à capela. Os anjinhos chegam em profusão, tanto antes como durante a procissão, e vão se assentando nos degraus externos da capela. As crianças, que representam os anjinhos, conversam, chupam pirulito, bebem água, conversam sem parar. Estão felizes. Muitas pessoas se concentram na reza de seus terços, que desfiam incansavelmente, imbuídos de fé. Os responsáveis pela liturgia dão os últimos retoques no altar; colocam a bíblia, o livro litúrgico, acertam o forro do altar, preparam as velas. O caminho, bem cansativo, tem como recompensa a chegada, o exercício do sacrifício em homenagem ao divino, o pagamento de promessas e a alegria de participar. Depois da chegada da procissão, o estandarte é fixado na parede de fora da capela, onde se celebrará a missa, dado o pequeno espaço interno e o grande número de pessoas. A bandeira é fixada ao lado do estandarte. As bandeirolas verdes e amarelas enfeitam o ambiente.

O padre entra no púlpito. A missa se inicia, não sem antes soltar rojões e a filarmônica entoar o hino ao Bom Jesus. O padre começa a celebração. As pessoas, que estão apertadas em seus lugares, ao ar livre, se concentram e silenciam. Participam das orações próprias da celebração. Comungam, recebem as bênçãos e a missa termina. Nesse momento, há um forte burburinho, que acaba por atingir o tom de voz normal, e muita movimentação. Todos querem entrar na capela e adorar o Bom Jesus, diante de sua imagem no altar, onde fazem outras oferendas.

Ao final da missa, temos novamente queima de fogos, hinos de louvores, executados pela filarmônica.

Espalhadas ao redor da capela estão as bancas com os alimentos comercializados: cocadas, bolos, maçãs do amor, sanduíches, pipoca, cachorro-quente, sorvetes, refrigerantes, cerveja; há até barraquinha com aguardente e derivados. Nestes espaços, as pessoas conversam, trocam informações, têm notícias de parentes e amigos distantes, os solteiros procuram pares. O ambiente é alegre, sorriem.

Para voltar, a maioria desce pela estrada onde circula veículos, que não é tão íngreme, mas o chão é cheio de pedras e fendas devido à erosão. Vê-se do alto a represa do açúde Luis Vieira, do Rio Brumado



Ilustração 16 – Pessoas iniciando a subida ao morro, aonde está a capela de Bom Jesus, na qual será celebrada a missa.



Ilustração 17 – Pessoas da comunidade de Bananal iniciando a subida.



Ilustração 18 – A cidade vista do alto do morro.



Ilustração 19 – Pessoas a caminho da capela. Chegada dos devotos. Chegada da bandeira.



Ilustração 20 – Chegada do estandarte e da bandeira com doações.



Ilustração 21 – O festeiro com sua bandeira.



Ilustração 22 – Pessoas da filarmônica, com seus instrumentos, e devotos.



Ilustração 23 –A procissão.



Ilustração 24 – Preparação para a Santa Missa.



Ilustração 25 – Início da Santa Missa.



Ilustração 26 – Senhora (quilombola) rezando seu terço.



Ilustração 27 – Comidas comercializadas na festa.



Ilustração 28 – Comidas comercializadas na festa.



Ilustração 29 – Final da celebração.



Ilustração 30 – Depois da celebração da missa.



Ilustração 31 – Altar do Bom Jesus, no interior da capela.



Ilustração 32 – Fiel depositando a sua doação.



Ilustração 33 – Fiéis em prece de oração.



Ilustração 34 – Depois da celebração da missa.



Ilustração 35 – Os anjinhos sem asas.

É possível observar as dinâmicas que se estabelecem. Os anjinhos, representados pelas crianças, não carregam mais asas.²⁹ Os anjos estão secularizados. O comércio se estabelece, mas não elimina a solidariedade. O símbolo então é redescoberto como instrumento de apreensão e expressão do real, e como representação de uma realidade incerta, não vinculada a uma ordem imutável, mas garantindo a possibilidade de um itinerário.

Ele [o símbolo] possibilitará a reconstrução daquilo que o instrumentalismo radical, culminando na economia capitalista de mercado, destruiu, em particular a simbiose entre o ser humano, a natureza e a solidariedade humana. O símbolo é a expressão de valores e força performativa. O símbolo ajudará a não perder os objetivos, apesar das incertezas, a ter uma visão coerente, embora aberta e não dogmática, a evocar a unidade sem negar a complexidade, a expressar as utopias sociais, a responder às aspirações da subjetividade. (HOUTART, 2002, p. 142).

²⁹ Em ocasião de festas católicas em homenagem a algum santo ou a Nossa Senhora, é comum crianças vestirem-se de forma que simbolizam anjos, usando uma bata, geralmente de cetim, uma coroa na cabeça e um par de asas nas costas. Pode-se verificar, através das fotografias, que as asas desapareceram.

5.4.6 Sobre os benzimentos

Buscar por práticas mágico-religiosas foi uma das propostas da pesquisa. Tendo em vista que as pessoas das comunidades eram católicas, a atenção foi direcionada para os benzimentos, que são práticas do catolicismo popular.

Como práticas populares, envolvem determinadas crenças e representações. Estas podem oferecer, na concepção popular, formas alternativas de cura, que se contrapõem ao sistema de cura oferecido pela medicina oficial. Essas práticas, devido à importância que assumem e à dimensão que ocupam socialmente, requerem uma atenção maior para determinar o seu contexto e sua base social. (CRUZ, 2001).

Inseridas no cotidiano popular, estas formas alternativas de cura possibilitam outros modos de ver a doença e buscar a sua cura através das representações das mesmas. Nessas práticas, a busca pela reconquista do bem-estar físico e emocional, encontrado na religião e na magia, unindo-se em formas de rituais, quase sempre concomitantes, oferecem respostas aos sofrimentos.

Não sendo reconhecidos oficialmente, os agentes dessas práticas, os benzedores ou rezadores, aqueles que passam o ramo, são considerados muitas vezes charlatões, embusteiros ou agentes de má fé. No entanto, no contexto da cultura e do catolicismo popular, podemos analisar essas práticas, para buscar os seus significados e a razão nelas atrelada.

Para compreender essas questões foram colocadas nas entrevistas perguntas informais, dentro do quesito religião. Os diálogos obtidos foram os seguintes:

Pesquisadora – Voltando à questão de religiosidade, se você tem uma dor de cabeça, você faz o quê?

J – Ou a gente procura um médico ou a gente fais um remédio, nois mesmo.

Pesquisadora – Reza nada?

J – Não porque aqui num tem.

Pesquisadora – Não tem rezadeira?

J – Não, num tem.

Pesquisadora – Você vai à benzedeira?

A – Não.

Pesquisadora – Em nenhuma benzedeira?

A – Já fui umas par de vez, várias vez, já fui, mas tem tempo que não.

Pesquisadora – Em que benzedeira você foi?

A – Já fui numa que mora num lugar que chama Espora, em Livramento.

Pesquisadora – Com relação a essa coisa de passar ramo? Sua mãe levava você pra passar ramo quando era pequena? Você levava seus filhos? Lembra disso?

B – Alembro. A gente sempre... É é porque... o que, na nossa comunidade sempre não tem benzedeira.

Pesquisadora – Por que não tem?

B – Infelizmente eu não conheci benzedeira na nossa comunidade não. O meu avô, né? ele falava muita coisa, coisa que ele benzia. Ele olha as pessoas e falava... fazia oração. E tinha lá algumas pessoas que fazia isso (eu não cheguei a conhecer) rezava, essas pessoas já faleceram.

Pesquisadora – Não tem?

B – É não tem aqui não. [Ela afirma com decisão].

Pesquisadora – Por falar em reza, quem mais reza aqui?

M – Faz, mas hoje aqui as benzedeiros assim, ficam... Eles benzem. A Cecê benze.

Pesquisadora – Hoje ela falou pra mim que não benze.

M – Ela benze, e ela é boa benzedeira, mas ela não benze tudo não.

Pesquisadora – Por quê?

M – Ela gosta muito de benzer é criança, porque adulto não gosta. E é boa.

M – Agora Cecê benze, e é benzedeira de mão cheia, agora assim pra benzer um gado, uma manga ou se um porco não quer comer ela vai lá e benze, pronto. Só no caso for de morte mesmo. A mãe de Manoel Ramos ela mesmo, se a mulher tivesse assim, pra ganhar neném ela rezava o parto, antes de ganhar neném ela rezava. Se o parto ia ser bom, se não, ia ser difícil, tudo ela sabia porque ela teve o pai dela [o dom]. O pai dela era curador, o avô de M.R.

Pesquisadora – O M. R. não aprendeu nada?

M – Ninguém sabe nada nessa família.

Pesquisadora – A respeito de benzedeira. Aqui tem benzedeira?

J – Têm. Benzedeira ainda existe.

Pesquisadora – Onde estão essas benzedeiros?

J – Têm. Aqui mesmo do outro lado do Rio, atravessando o rio ali, tem uma ali.

Pesquisadora – Ela já é muito idosa?

J – Não, não é muito idosa não. É nova ainda. Já é aposentada. Tem outra no Bananal.

Pesquisadora – Sá Maria?

J – Tem outra aqui. A ela benze também, pelo menos criança eu vejo ela benzer. Ela mora ali, perto da casa de S.

Pesquisadora – Jo, você conhece benzedeiros aqui?

Jo – Que benze? Agora não sei, mas já teve muito, mais agora... Não sei lá mais quem benze criança.

Pesquisadora – Tem gente que benze aqui?

Jo – Tem uma mais de idade, que mora do outro lado do rio.

Pesquisadora – Como ela se chama?

Jo – Ela chama Maria.

Pesquisadora – Eu ouvi falar de uma Ana Piaba do outro lado do rio. Mas que pertence à comunidade?

Jo – É. Pertence à comunidade também. Da comunidade mesmo.

Pesquisadora – Você sabe que tipo de oração ela usa pra...

Jo – Eu não gravo na cabeça que tipo de oração ela reza. Teve uma mulher que me ensinou, mas eu não aprendi. Eu devia ter copiado.

Pesquisadora – Era prece de religião católica?

Jo – É, ela era da religião católica.

Pesquisadora – As orações?

Jo – Era, era...

Pesquisadora – Era pai-nosso?

Jo – Era, no final ela rezava pai-nosso, santa-maria. A única coisa que eu sei; que me foi passado da minha mãe, da minha avó... Vó passou para minha tia que faleceu. Da minha tia foi passado pela minha mãe é dimitidura.

Pesquisadora – Como é?

Jo – Aí minha mãe, minha tia, que foi da minha avó, aí minha mãe me ensinou dimitidura.

Pesquisadora – E como é?

Jo – É assim. A gente reza: “nervo torto, carne rendida, osso quebrado. Eu te coso, em louvor a nossa Senhora da saúde.” Você reza três vezes fazendo a cruz. Aí termina com a ave-maria e termina com a santa-maria. “Eu te rezo nervo todo, osso quebrado, eu te rezo nervo tordo, osso rendido... osso quebrado.”

Pesquisadora – E você se lembra de ir à benzedeira para benzer dor de barriga, dor de cabeça...

M – A benzedera que tinha aqui, que sabia rezá, de oiádo, de vê quebranti, assim, já faleceu.

Pesquisadora – Mas como ela se chamava?

M – Ela chamava.... Minha vó, era Vitória e meu vô Miliano que sabia tamem benzê.

Pesquisadora – E a respeito de benzimentos, tinha?

P – Tinha, mas as pessoas que faziam morreram.

Pesquisadora – Ninguém mais aprendeu?

P – Não, não, o mais novo num aprendeu aquela tradição de reza, como antigamente tinha gente lá quando quebrava o braço, precisava de um médico, tinha uma pessoa lá que já sabia, infaxava direitinho, rezava, de osso quebrado, carne quebrada e por ali ora esse tipo de gente lá, que infaxava, amarrava lá e daqui a pouco tava...

Pesquisadora – Você quando era pequena, ou seu irmão pequeno, você se lembra se sua mãe levava vocês prá passar ramo? [Benzer]

A – Lembro. Lembro. “Oh! Nós tem de ver uma pessoa prá passar o ramo, você tá com mau olhado.” Que pessoas mais velha sempre tem essas coisas.

Pesquisadora – Hoje tem pessoas que passam o ramo aqui na comunidade?

A – Aqui tem uma que mora lá, do outro lado do rio. Ela chama Ana, aí a gente chama ela de Ana Piaba, mas o nome dela é Ana. Aí ela faz passar o ramo na gente.

Pesquisadora – Você sabe o tipo de oração? O que ela faz quando passa o ramo?

A – Não sei.

Pesquisadora – E ela não revela nunca?

A – Não.

Pesquisadora – Você já perguntou?

A – Eu já. Eu perguntei assim: “Ah! Tem que ensinar a gente rezá também.” Ela falou assim: “Ué, assim como eu aprendi, você tem que aprendê também.” Falei assim: “alguma pessoa te ensinou, então tem que passar pra outra também.” Aí ela só deu risada. Não falou nada.

Pesquisadora – E você tem vontade de aprender?

A – Ah! Eu tenho, eu tenho.

Pesquisadora – Eu fiquei procurando, mas não consegui localizar pessoas que benzem, passam o ramo, essas coisas. Aqui não tem?

SA – Tem! Mas tem poucas. Mas tem. Algumas mulheres porque eram idosas, já se foram. Mas algumas ainda benzem.

Pesquisadora – E elas aprenderam como?

SA – Com os pais, com os avós.

Pesquisadora – Você sabe que tipo de reza elas usam? Se é católica, espírita?

SA – Eu acho que é católica, porque tem uma senhora que ela reza o pai-nosso todinho, ave-maria. Todas passam o ramo. Ela reza alto, e eu fico ouvindo. Aí ela reza pai-nosso, ave-maria. Tem outra mulher que reza, quando vai terminar reza o pai-nosso e fala o nome da pessoa.

Pesquisadora – Naquela época tinha pessoas que benziam na comunidade?

C – Tinha, mas já morreu tudo, aqui você não acha – não tem. Parou, acabou. Agora os mais velho já não tem. Finado meu pai, rezava gente picada de cobra, mas acabou, os dois rezadô..

Pesquisadora – Mas essa reza era católica?

C – Era católica, de Deus.

Pesquisadora – De Jesus Cristo?

C – É.

Pesquisadora – Também vocês usam sempre remédios caseiros?

C – A gente sai caçano.

Pesquisadora – Você conhece todas as ervas?

C – No mato, conheço.

Pesquisadora – Mas reza, nada?

C – Prá rezá nos outros? Nada. Meu pai dizia “ta doeno aqui”. Rezava, saía na hora.

Pesquisadora – Sobre religião. Você tem alguma lembrança se sua mãe levava vocês a algum lugar, se costumava passar o ramo? Seu pai, sua mãe tinham uma outra crença além da religião católica ou se alguém que você conhece tem outra crença além da religião católica?

J – Na comunidade tem pessoas desse tipo que acredita em benzedeira, mas minha família seguiu muito a Igreja e na Igreja não tinha muito. Não frequentava casa de benzedeira, não. Às vezes tinha assim pessoas, quando a gente machucava uma perna ou então caía o ventre, tinha alguém pra poder benzer na comunidade, mas era só pra isso mesmo.

Pesquisadora – Essas benzedeiros benziam com a fé católica ou não, você se lembra? Conheceu alguma coisa.

J – As benzedeiros que eu conheci rezavam algumas orações, eu sei que era oração católica mesmo e o ramo também.

Pesquisadora – Hoje tem gente que benze aqui na comunidade?

J – Tem, ela tem até o apelido de Ana Piaba. Lá no Bananal tem uma senhora.

Pesquisadora – A Maria?

J – Lá tem também uma outra Maria: que benze criança que tá com o ventre caído. Teve uma senhora também que benzia, prá dimitidura.

Pesquisadora – O que é dimitidura?

J – E quando a gente cai, cai e machuca o braço, a mão, não é quebrado, mas é dimitido, deslocado. Aí ela também rezava, mas ela faleceu, tá com dois anos.

Pesquisadora – Eu soube que algumas pessoas aqui da comunidade fazem o que a gente chama de passar o ramo.

C – Isso não existe.

Pesquisadora – Sobre isso?

C – Já tem aí, é muito pouco hoje. O setor que faz isso.

Pesquisadora – Esse passar o ramo poderia estar ligado a outra religião?

C – Está ligado à religião afro, é no terreiro que tem isso de benzeção a pessoa. Tá ligado à religião afro. É uma manifestação. É chamada religiosidade popular.

Para melhor compreensão foi elaborado um resumo:

J. nega que existe benzedeira na comunidade.

A. diz que já foi à benzedeira fora da comunidade, mas hoje não vai mais.

B. fala com muita insegurança. A princípio, afirma a existência de benzedeira; depois, nega. Logo em seguida diz que o próprio avô benzia e que as pessoas que benziavam já faleceram.

M. fica hesitante sem saber o que responder, depois afirma que uma pessoa da comunidade benze. A pessoa indicada por ela já havia negado que benzia.

M. diz que a benzedeira só benze criança, mas depois afirma que benze pasto, gado, porco, quando há problemas de saúde com os animais. M. conta que a sogra rezava parto e tinha herdado o dom do pai que era curador.

J. confirma que existe benzedeira na comunidade, mas fica do outro lado do rio, portanto o acesso a ela é difícil, visto que ali não tem ponte. Diz que existe uma no centro da comunidade, mas que só benze criança.

Jo. diz que não conhece benzedeira apesar daquela que foi apontada por J. morar muito próxima dela.

M. afirma que a benzedeira que existia faleceu. P. faz o mesmo e diz que no passado tinha.

S.A. Diz que algumas “já se foram” e C. diz que acabou, parou, mas diz que o pai já falecido rezava gente picada de cobra.

JU. Afirma que a família seguiu muito a Igreja e que não frequentava a casa de benzedeiros.

C. nega a existência de benzedeiros, depois diz que “tem muito pouco” e que é uma manifestação de religiosidade popular.

A partir dessas afirmações pode-se deduzir que as benzedeiros existem, mas estão “ocultas” nas comunidades. São falecidas(os), estão do outro lado do rio, não benzem ou só benzem crianças e não passam esse saber a outras pessoas.

As negações da existência de práticas mágico-religiosas dentro das comunidades levam a pensar na interferência da Igreja sobre as mesmas e apontam para o catolicismo que foi engendrado pela reforma romanizadora, tendo como centro a Igreja de Roma. O chamado catolicismo ultramontano foi desencadeando estratégias para a consecução dos seus objetivos reformadores. No seu objetivo universalista e unitário, via-se como a única fonte da verdade e da salvação, não considerando as incompatibilidades e as alteridades identitárias.

Essa nova espiritualidade sacramental [...] engendrou a condenação de práticas religiosas anteriores, vigente desde o período colonial, isto é, as vivências de um catolicismo português leigo e despojado de um rigor teológico. Essas formas devocionais foram vistas então com uma forte carga de negatividade e acusadas de serem portadoras de sobrevivências pagãs, de superstições e de apresentarem atos exterioristas e sem profundidade. (GAETA, 1997, p. 3).

O católico que não era ultramontano era considerado como uma ovelha desgarrada, cheia de vícios que poderia ser reintegrada ao rebanho desde que despojada de seus antigos vícios, depurada de suas antigas crenças, tidas como atrasos e crendices.

Para concluir, deve-se considerar ainda que a liderança na comunidade se deu a partir da Igreja, conforme o depoimento do próprio líder comunitário:

Pesquisadora – Em 87, você já estava liderando aqui? Formando a associação?

C – Já. A liderança veio muito antes de eu estudar. A liderança minha veio a partir dos 13 anos.

Pesquisadora – É? Como foi isso?

C – O trabalho com a comunidade, da Igreja. Ajudando aí, eu tava só no primário, na 3ª série.

Pesquisadora – A Igreja, então, ajudou?

C – O meu ponto de partida foi a Igreja.

Pesquisadora – E hoje, qual a sua participação na Igreja Católica?

C – Eu sou ainda de Igreja, já fiz alguns trabalhos a nível de Diocese, já fui coordenador da Pastoral Diocesana, na Comunidade de Base. Hoje sou dirigente da comunidade, faço parte da direção.

Entre 1962 a 1965, houve o Concílio Vaticano II, fato que, em nível mundial, desencadeou as renovações eclesiais e abriu as portas da Igreja de Roma para as questões da modernidade.

O Concílio Vaticano II significou uma mudança da Igreja Católica em direção a uma perspectiva modernizadora mais ampla, rompendo com a atitude antimodernista e restauradora que marcou o período da romanização. (STEIL, 1996, p. 252).

A Conferência Episcopal de Medellín, em 1968, com vistas à desigualdade social existente na América Latina, fomentou um novo modelo de catolicismo preocupado com os problemas sociopolíticos que afligiam o continente. Surgiu então uma nova forma de organização da Igreja, pautada na formação de Comunidades Eclesiais de Base.

As CEBs, por meio da organização dos leigos, das reflexões acerca do cotidiano e dos problemas diários tendo como referência a Bíblia, além do apoio de padres e bispos para a mobilização popular, acabaram [...] apoiando vários movimentos sociais por todo país, tanto no meio urbano quanto no rural. (SCHIAVO; OLIVEIRA, 2008, p. 206).

É no contexto da Igreja Católica, sob a influência do Concílio Vaticano II que vão emergir as novas bandeiras de lutas que se levantaram em oposição ao racismo, à exclusão, em reivindicações de ordem étnica. A dimensão que a Igreja tomou, a partir das ações das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, tomando por princípio a opção pelos pobres no embate capitalista, foi fator decisivo para a afirmação e formação da liderança nas comunidades ora estudadas.

O apoio oferecido pela Igreja demonstrou sua eficácia ao possibilitar e incentivar a inserção dos membros das comunidades de Barra e Bananal nas lutas dos movimentos sociais e movimentos negros, derivando das mesmas as conquistas, tais como o reconhecimento e a titulação das terras como terras quilombolas, e, de alguma forma, o ressarcimento dos prejuízos causados pelo DNOCS.

BHABHA (2007), ao estudar os fenômenos culturais nas sociedades pós-colonizadas, descarta as possibilidades do sincrético e do plural, mas adere às possibilidades do hibridismo e aponta para outros rumos. O sincrético, para ele, postula a superação da diferença, pela qual os contrários se unem em um terceiro termo, (síntese?), transformando, paradoxalmente, a heterogeneidade em homogeneidade. O pluralismo, por outro lado, admite a existência pacífica de vários grupos, culturas e línguas, nos quais cada um se insere num conceito de homogeneidade, onde cada um se vê como presença plena, independente do outro, o que acaba por beneficiar o mais forte. Nele, a análise da diferença cultural depende da recusa ou da substituição de conceitos, devido às (im)possibilidades de contestação e de se mexer nos fundamentos do conhecimento. Assim sendo, aponta para a análise da diferença cultural que procura confrontar o espaço “anterior” do signo que estrutura a linguagem simbólica de práticas culturais alternativas e antagonísticas.

No caso do Brasil, talvez, essa lógica não se aplique, haja vista o processo de colonização datar de um espaço temporal remoto. Foi preciso discutir o processo de sincretismo nas comunidades a partir dos dados coletados e historicamente confrontados, o que possibilitou fazer uma (re)leitura das intersubjetividades que se opõem, presentes nas concepções mecanicistas da vida e nas formações de novas identidades.

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO 6 – A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: “SOMOS QUILOMBOLAS”

6.1 O quilombo

Segundo Moura (2004, p. 334), durante o período de escravidão no Brasil, quilombo significou ajuntamento de escravos fugidos. Porém os habitantes dessas comunidades alegam nunca terem sido escravizados. Por outro lado, a quilombagem, enquanto movimento histórico e social, caracterizou-se pela formação contínua de grupos negros rebeldes e fugitivos, os que constituíam os quilombos, ou seja: comunidades nas quais se abrigavam e se apoiavam mutuamente. Esse movimento perdurou durante todo o tempo em que houve a escravidão no país e foi um elemento de desgaste permanente do sistema escravista, exercendo um importante papel de resistência. Segundo o mesmo autor, quilombo é uma palavra angolana que diz respeito a uma organização em Angola, semelhante às que existiram no Brasil. Para ele, quilombo, no Brasil, era uma forma específica de resistência ao modo de produção escravista e correspondia, nas suas particularidades, aos outros tipos de exploração compulsória no restante da América. Os quilombos teriam se diversificado histórica e geograficamente, adquirindo formas diversas, conforme o território em que se formaram. “Em todo território nacional registra-se a existência de quilombos, cada um com suas próprias características e peculiaridades.” (MOURA, 2004, p. 334-335).

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sentindo a necessidade de atualizar o conceito de remanescentes de quilombos, elaborou um documento, cuja reivindicação é que a existência atual desses grupos prescinde de provas arqueológicas ou biológicas, por se tratar de grupos vivos que exercem sua reprodução cultural e social. Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação territorial ou necessita de comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, constituem-se em grupos que

desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção de seus modos de vida característicos e na consolidação de um terreno próprio.

O documento posicionava-se criticamente em relação a uma visão estática do quilombo, evidenciando seu aspecto contemporâneo, organizacional, relacional e dinâmico, bem como a variedade das experiências capazes de serem amplamente abarcadas pela ressemantização do quilombo na atualidade. Ou seja, mais do que uma realidade inequívoca, o quilombo deveria ser pensado como um conceito que abarca uma experiência historicamente situada na formação social brasileira. (LEITE, 2000, p. 14).

Dentro dessa perspectiva, em 22 de dezembro de 1999, o Governo do Estado da Bahia, considerando o Processo de Reconhecimento de Domínio, nº 216.564-3, realizou a outorga do Título nº 406.971, em caráter definitivo, de uma área de terras com 1.339 ha, pertencentes à Barra e Bananal, em nome da Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Barra do Brumado. O Título e os fundamentos legais da titulação foram de acordo com a legislação estadual/federal: artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, e artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; artigo 51 das Disposições transitórias da Constituição Estadual de 1998. Nesta data, nos *arraiais negros*, conforme foi publicado no jornal *A tarde*, constavam 74 famílias remanescentes de quilombo. Foi a segunda comunidade a ter reconhecimento oficial através da medida provisória que deu à Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, a responsabilidade de conceder títulos aos quilombolas. Paralelamente ao reconhecimento, deveriam ser implantados projetos culturais e de *desenvolvimento sustentado*, segundo a *vocação das comunidades*³⁰. A partir da titulação, os quilombolas passariam a ter direito aos créditos governamentais e à capacitação nas áreas do meio ambiente, da produção agrícola e até de informática, além de outros convênios. Porém, sob o ponto de vista dos habitantes das comunidades, o mais importante foi o fato de, a partir do reconhecimento das terras consideradas patrimônio quilombola, portanto território cultural, os mesmos passaram a estar assegurados contra qualquer invasão. Ao falar sobre as terras, alguns quilombolas evidenciam muitas contradições, que tornaram a vida dos remanescentes dos quilombos bastante vulnerável, quando ainda não haviam sido reconhecidos como tais. Como existe no quilombo uma forma de uso da terra, que implica no direito de explorá-la – não como mercadoria, que pode ser trocada, mas apenas para uso –, foram direcionadas perguntas, com esse teor, aos entrevistados.

³⁰ Conforme está escrito no jornal citado, de 28/12/1999.

Pesquisadora – A respeito da comunidade, você também possui terras? Como é isso?

[Ela pensou para responder]

Isabel – Não. Antigamente sim. Cada um tinha sua terra. Hoje... Agora o DNOCS³¹ veio, tomou nossos documentos, de terra, então nós ficamos sendo posseiros e quando você é posseiro, você fica assim.... A qualquer hora você vai ficar sem moradia. Então a gente... Reconheceu aqui como comunidade quilombola, e tiramos título de terra comunitária [...]. E ficou sendo assim: com esse título tudo que tem na comunidade é de todos. Então não diz: esse é meu, é de todos.

Foi perguntado ao líder da comunidade:

Pesquisadora – E depois que foi reconhecido como terras quilombolas, o que melhorou?

Ca – Foi em 99. Melhorou porque a gente tava numa situação de despejo. Ia ser despejado e aí a gente teve segurança. A segurança que temos é o documento nas mãos e outros problemas surgem. Surgem as invasões, alguém querendo dominar e todos esses problemas aí. Mas a gente não tem confronto com os fazendeiros, nossa terra é nossa por causa do tradicionalismo que nós, quando os bandeirantes chegaram encontraram a gente aqui.

Observa-se que, mesmo tendo a clareza que as terras sempre foram ocupadas por quilombolas, o iminente receio da desapropriação, das invasões e dos confrontos trazia a insegurança aos moradores sem o título de propriedade.

Outros fatores influenciaram no reconhecimento das terras enquanto quilombolas, advindo daí algumas vantagens que favoreceram os habitantes de Barra e Bananal. O principal foi a ação do DNOCS que, embora tenha prejudicado os habitantes de forma irreversível, contribuiu para o reconhecimento, na medida em que levou as lideranças locais a participar de movimentos sociais e políticos.

Pesquisadora – Eu queria saber sobre as propriedades das terras, antes do reconhecimento das terras enquanto quilombolas, e depois. Como é que ficou?

Carmo – Antes cada um tinha seu pedaço, alguns documentados outros eram posseiros, herdeiros de herança. E depois da invasão do DNOCS, porque a situação da gente surgiu mais por causa do DNOCS. Talvez a gente não era reconhecido, talvez. Todas as outras comunidades aqui do município estão sem reconhecer. Por que pelo fato, do DNOCS, divulgou muito rápido. A gente também fez a divulgação. Eu também estive em Brasília em 86, eu fiz parte de um encontro chamado *Governo e Cidadania* onde foi criado o Ministério do Meio Ambiente. Nesse encontro eu tive a fala e eu falei sobre o DNOCS. A minha fala era para falar sobre o DNOCS mesmo. Fazer uma reclamação pública.

Pesquisadora – Uma denúncia?

³¹ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Carmo – Uma denúncia pública. E aí fomos ficando vistos e a gente tinha pessoas do governo acompanhando a gente, nos defendendo. Na época tinha o Pró Memória que funcionava dentro do Ministério da Cultura, em Brasília. Tinha o Memorial Zumbi, que funcionava no Ministério da Cultura. Então aí isso ajudou. Esse pessoal tinha acesso ao Ministério.

A obra do DNOCS, que tanto os afetou e que ainda hoje tem um grande reflexo na vida das comunidades foi a construção da Barragem Luís Vieira, com a formação do açude do Rio Brumado, que teve por finalidade a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada, no vale do mesmo Rio, situado no município de Livramento de Nossa Senhora. O projeto teve sua infraestrutura projetada, implantada e operada através do poder público, de acordo com o artigo 8º da lei de irrigação. A finalidade principal da obra foi garantir o abastecimento de água ao *Projeto de Irrigação do Brumado* durante o período de estiagem e suprir de água mais de 5.000 ha, localizados no vale do mesmo rio em Livramento. Dourado (2010, p. 3) afirma que:

Atualmente essa área é bem maior, devido à expansão da agricultura irrigada, centrada na mangicultura. Sua execução vai de encontro com a Política de Irrigação do Nordeste, assumida como proposta governamental para resolver as desigualdades regionais, por meio do planejamento estatal. A viabilização desse empreendimento foi possível devido à construção da Barragem Luis Vieira, localizada a montante da cidade de Rio de Contas, com capacidade de armazenar 105 milhões de metros cúbicos de água. A água usada para a irrigação é aduzida por gravidade em adutoras, canais em curvas de níveis e sub-adutoras, até os aspersores distribuídos ao longo dos lotes em toda área irrigada. O perímetro irrigado compreende uma área total de aproximadamente 8.000 ha, com uma topografia pouco ondulada, com solos férteis (latossolo vermelho, amarelo) e incidência solar favorável à produção de produtos tropicais no decorrer de todo o ano, especialmente, a fruticultura.

Entre o início da construção da barragem e sua inauguração (ainda inacabada) decorreram mais de 20 anos. Os primeiros trabalhos de escavações foram iniciados em 1967, por uma empresa contratada pelo DNOCS (1999). Devido a uma falha geológica, transversal ao eixo da barragem, o trabalho foi interrompido por mais de 10 anos. Após novos estudos, em 1977, foi reiniciada a sua construção. A inauguração da mesma se deu em 1988, sob o governo de José Sarney. A obra foi financeiramente dispendiosa. Em sua fase inicial, foram gastos Cr\$ 200 milhões e posteriormente, saltou para Cr\$ 893 milhões, segundo cálculo feito pelo próprio DNOCS. Cheia de controvérsias e incertezas, esta obra não considerou os inconvenientes que viriam causar às populações por ela atingidas. Não foram apenas as comunidades quilombolas afetadas pela barragem, mas também aquelas que tradicionalmente ocupavam as terras, desde muitos anos em Livramento de Nossa Senhora. No decorrer de sua

instalação, ocorreu um processo de desterritorialização e reterritorialização, através da política de desapropriações e ocupações de lotes em Livramento de Nossa Senhora e a total saída, em virtude do alagamento, dos habitantes de Riacho das Pedras. Em ambos os locais, as indenizações ocorreram apenas em referência às benfeitorias e não em relação às terras. Em Riacho das Pedras, o DNOCS considerou-as como terras devolutas, portanto propriedade do Estado. As pessoas que ali moravam há centenas de anos relutaram em sair das terras porque toda uma teia de relações centenárias estava sendo desfeita, laços afetivos, relações parentais, sentimento de pertencimento, foram desconstruídos para possibilitar a concretização da política de desenvolvimento regional adotada para o Nordeste. Devido ao sistema de herança e posse das terras, nas comunidades, todos os habitantes foram atingidos. Alguns moradores de Bananal, relatando as reações das vítimas, falaram sobre seus sofrimentos.

Joanita, que mora em Bananal, mas sofreu perdas com a inundação, referindo-se a sua mãe, falecida, diz:

A barragem atrapalhou meio mundo, a barragem atrapalhou tanto que minha mãe apaixonou, ela foi embora, apaixonou por causa do terreno dela, que ela perdeu. Foi quatro terreno que foi: [na Comunidade de] Riacho das Pedras e o do Barro e Lagoa e um pedaço do Bananal.³² O Bananal é [era] do marido dela e o do Riacho das Pedras e do Barro é [era] do pai dela.

As pessoas de Barra e Bananal, embora tivessem sofrido com a pressão feita pelos técnicos para sair do lugar, conseguiram resistir porque o alagamento causado pela Barragem não chegou até suas moradias, embora tenham perdido parte de suas terras. Porém os moradores de Riacho das Pedras não tiveram a mesma sorte. Seu Zé, que atualmente mora no Bairro do Pirulito, na cidade, conta que teimava em ficar, mas que “A água foi tomando a estrada, aí ficamos presos. Só saímos quando vimos a água chegar”.

Joanita contou que uma senhora ficou três dias debaixo de uma árvore esperando meios de transportar suas coisas e que outras acabaram morrendo de paixão [desgosto].

A questão da terra, do seu lugar de moradia, significa, do ponto de vista quilombola, sobretudo, sua história de vida. Lá, eles e seus antepassados nasceram e foram criados, vivenciando as mesmas paisagens serranas, que tanto marcam o cenário. Dali, tiraram o seu sustento e o sustento de seus filhos. Ali, encontraram o amor e se casaram. Todas as lembranças e marcos de suas vidas estão ali, plantados tal como as rochas das serras.

Pesquisadora – Então as terras todas aqui de Bananal era do seu pai?

³² Barro e Lagoa eram bairros de Riacho das Pedras.

J – É do meu avô e do meu bisavô e depois ficou pros filhos. Tinha Duartina que era filha da Béba³³, tinha Bil que era filho de Béba, tinha a Maria do Carmo que é a Carminha que tô falando, tinha Manoel Ramos e tinha Celestrina e tinha Mané Sulina que é filho de Béba.

Sobre o número de pessoas de Riacho das Pedras, não dá para precisar, mas existe uma tabela que indica as pessoas que foram indenizadas e outra, na qual consta o nome daqueles que não foram. Isto não significa o número de moradores, mas o nome dos(as) chefes de família.

Pesquisadora – Quantas pessoas moravam em Riacho das Pedras?

J – É maior do que aqui.

Pesquisadora – Aqui tem quantas pessoas?

J – Agora só tem vinte e quatro família, mais em cada casa tem duas famílias, mas lá em Riacho das Pedras é maior do que aqui, a população lá é maior. Tinha mais gente.

Sobre as indenizações, estas foram efetuadas apenas àqueles lotes onde havia benfeitorias.³⁴

Pesquisadora – E todos receberam indenizações?

J – Receberam, lá receberam³⁵. Quem não recebeu memo foi só nois. O dinheiro chegou que foi di mãe, mas tava no nome de mãe. Quando o dinheiro chegou ela tinha falecido, mas a maioria do povo foi o que mais recebeu.

Pesquisadora – Vocês moravam no Riacho de Pedras ou moravam aqui?

J – Nois morava aqui, mas o terreno da minha mãe estava lá, que lá é que dava mais feijão, mas é terra de feijão mesmo. Mas nessa época a casa tava lotada de feijão, de saco de feijão, o feijão ficava até no fecho.

Pesquisadora – Lá era uma terra fértil?

J – É, lá era uma terra boa. Tinha água de rega, tinha tudo.

Em 1999, devido às lutas dos quilombolas das comunidades atingidas, o DNOCS elaborou um relatório para atender o ofício nº 1.456/98, da Procuradoria Regional dos Direitos Humanos, que solicitava esclarecimentos a respeito dos arraiais negros de Barra, Bananal e Riacho das Pedras. Nesse Relatório, o departamento reconhece os prejuízos sofridos pelos habitantes das comunidades. Além de coligir os dados, visando avaliar os efeitos da obra sobre a população remanescente do quilombo, se comprometeu com algumas medidas compensatórias, visando dar continuidade aos processos produtivos, interrompidos com o enchimento do lago, dando ênfase a não descaracterizar o patrimônio histórico e cultural ali existente. No mesmo documento reconhece que, embora o *Projeto Brumado* tenha

³³ Beba, era a avó, matriarca da família. De forma geral, na comunidade de Bananal, por ser formada por uma família extensa, com raras exceções, se reportam a Beba, como referência importante da família.

³⁴ Consideradas apenas as construções

³⁵ Indenizações sobre as benfeitorias em Riacho das Pedras.

tornado o município de Livramento de Nossa Senhora, situado a jusante da represa, próspero e com taxas de crescimento superior aos demais municípios da região, abastecendo o mercado interno e exportando o excedente para o mercado internacional, o mesmo provocou o agravamento da pobreza nas comunidades. Impossibilitou a prática da agricultura nos solos mais férteis do vale e deslocou essa atividade para as partes mais altas, nas quais, além da carência de minerais essenciais ao cultivo, não existe água para a manutenção das culturas.

Na fotografia abaixo, tirada do alto do morro, pode-se observar a formação dos solos nas encostas. Com formações quartizicas, o que facilita a erosão.

Spix e Martius (1981, p. 126) referem-se às terras das encostas desta forma:

[...] o sopé da montanha é formado por um micaxisto, em geral de lamelas delgadas, ora com predominância de quartzo, ora de mica de folhelhos pequenos, e acima dele jaz um xisto quartizico avermelhado e mais em cima branco.

Assim esses autores descreveram o solo da encosta das serras de Rio de Contas, no vale do rio Brumado, por volta de 1820.



Ilustração 36 – Nesta fotografia, tirada do alto do morro, pode-se observar a formação dos solos nas encostas. Com formações quartizicas, o que os tornam facilmente erodidos.

Na fala dos membros das comunidades existe uma queixa constante da falta de água para regar as plantações:

Pesquisadora – O que é água de rega?

J – Pra regá roça.

Pesquisadora – Vocês puxam água pra regar o pomar?

J – Aqui, aqui não.

Pesquisadora – Já foram atrás disso?

J – Já. Lá na Barra tem até o motô que é daqui. A minha sobrinha que faz Medicina e aquele menino que é de Jequié, que está estudando Medicina em Cuba, ele foi em Salvador, lá ele fez um pedido pro governo lá e aí ele pegou o motô, o motô tá na Barra, mas num tem condição, só deu o motô. Num deu cano, num deu negócio de mexê com a bomba, aí num tem condição de montá, o motô tá lá. Que vê que não? É perigoso a gente chegá lá e apanhá o motô. Eles acha que a gente num precisa, pega e leva.

O motor, ao qual se refere a entrevistada, segundo o líder da comunidade,

C – Tem uma bomba, tá na beira da barragem, já estragou toda.

Pesquisadora – Na Barra tem água?

J – Na Barra tem, a mesma dessa nossa! Tem vez que lá quando tem intupimento no cano, lá falta também, mas aqui falta mais. Tava té conversando com o Carmo pra reunir a população toda se uni e ir comprando o cano, e reuni, e cada um que pude ir comprano o cano, mas isso aí é coisa de Prefeito. É muito cano. Muito cano pra botá dentro do sistema, pra botá água. Eu acho que é muito cano pra gente mesmo comprá por conta da gente, seria uma obra muito grande. Nós achamo assim, se reunisse a comunidade de Barra e Bananal e todo mundo pudia comprá o cano, vai muito cano e muito dinheiro. Aí agora tem o dia meu de regá, tem o dia de Mané Ramo e tem o dia de Maria e depois agora depois o cano torná voltá pra ir pra Barra e é muito cano pá carregá. Moia aqui pra depois o cano subi pra cima fica difícil. Pra quem num tem um carro...

Pesquisadora – Quanto tempo tem de distância daqui até a Barra?

J – Pra nois aqui é meia hora.

Pesquisadora – Dá o que, dois ou três quilômetros?

A água para uso pessoal, banho, lavagem de roupas, utensílios domésticos é encanada e vem do rio Fazendola, conforme esclarece uma das pessoas da comunidade.

J – A água pra nois aqui é de vez em quando. Agora quando tá chovendo água aqui pra nois num falta, num falta não, é água direto, mais quando vai chegando perto de uma festa a água pra nois aqui acaba. A água pra nois acaba e tem vez que nois fica quinze, vinte dia sem água.

Pesquisadora – De onde vem a água?

J – A água vem da fazendola.

Pesquisadora – O que é fazendola?

J – A fazendola é uma cidadinha igual aqui, igual aqui.

Pesquisadora – E a água dela de onde vem?

J – É do rio.

Pesquisadora – Qual deles?

J – Da fazendola. Do rio fazendola.

Pesquisadora – Essa água do rio fazendola que é uma água limpa?

J – É. É pura. A nossa aqui também é limpa, mais depois da barragem aqui agora, nois num usa, pega assim pra lavá roupa. Porque quando ela tá cheia ela tá dentro do mato, dentro do mato, tem sapo, tem cobra, tem bosta de boi, tem tudo, aí nois num usa essa água pra bebê, tá dentro do mato!

Pesquisadora – Você falou ontem do banho...

J – É, do banho. É muita gente, nois num vamo fica usando essa água pro banho. Quando a barragem tá seca, a água tá bom de bebê, mas acontece que muito cheia de gente, nois num bebe dessa água não. A água desse rio aí pra nois bebê, nois num bebi. O sol esquentá... que vêm agosto, cê num vai achar lugar nenhum, nem pra estacionar o carro, na ponte do Coronel.

Os habitantes de Bananal recusam-se a beber a água contaminada pelas impurezas deixadas pelos turistas que frequentam a Ponte do Coronel. Embora esta ponte esteja dentro dos limites das terras quilombolas, não foi efetuada nenhuma ação pra regulamentar a entrada de turistas nesta região.



Ilustração 37 – Nesta fotografia, a beleza natural de uma das piscinas que se formam no Rio Brumado, próximo à Ponte do Coronel. Neste local, que faz parte do território quilombola, existe um espaço onde turistas acampam.



Ilustração 38 – Habitante da comunidade da Barra recolhendo lixo plástico jogado na margem do Rio Brumado.



Ilustração 39 – O Rio Brumado, quando passa pela comunidade de Barra, antes do represamento das águas.

Os conflitos cotidianos na vivência das comunidades existem. De um lado, a questão do turista que polui sem a preocupação de conservar o ambiente, e a consciência ecológica dos habitantes das comunidades; por outro lado, as consequências de um projeto de uma política de desenvolvimento que desconsidera os direitos e a cidadania dos habitantes das áreas atingidas. Como não se efetuou o projeto de irrigação que constava da proposta para reparar os danos causados pelas obras do DNOCS, a população permanece à mercê das “chuvas do céu pra podê moiá”.

Pesquisadora – E aqui no terreno que você usa, esse pomar, esse pomarzinho que você tem...

J – Esse pomar num dá pá prantá, a gente prantô uma mangueira, laranja, mas num dá pra prantá. A gente pranta mais morre. Outro dia comprei 120 muda de café; tá aí morreno porque num tem água pá moiá. Tamo esperando a chuva do céu pá podê moiá.

Pode-se verificar através desses depoimentos que as dificuldades no cotidiano das pessoas se sucedem numa constância.

No relatório do DNOCS (1999, p. 7), acima referido, está escrito:

Existem solos potencialmente irrigáveis, em uma mancha de aproximadamente 60 ha., com topografia relativamente plana e razoável fertilidade, não muito distante do leito do Rio Brumado, de onde se poderia, sem bombeamento, captar a água necessária para a irrigação.

O aproveitamento dessa mancha de solo, com irrigação, onde em princípio seria desenvolvida a horticultura, possibilitaria criar cerca de 130 empregos diretos e 250 indiretos.

Para a implantação do sistema de irrigação das comunidades, prevista para ser iniciado em março ou abril de 2000, seria necessário alocar-se no orçamento do Órgão para o próximo exercício, um montante de R\$ 810.000,00 [...].

Entretanto o que se vê nas comunidades, atualmente, é um pequeno rego, por onde corre a água de um pequeno riacho que serve para regar uma pequena horta comunitária, mostrada na fotografia a seguir.



Ilustração 40 – Horta comunitária.

A queixa pela falta de água para regar as plantações, ou de um sistema de irrigação é uma constante entre os habitantes das comunidades, mas principalmente em Bananal. Através das medidas tomadas pelo DNOCS, foi canalizada água para uso nas casas, mas apesar da barragem ter sido inaugurada há mais de vinte anos e ser um fato consumado, a revolta permanece, por ter-lhes tirado a parte do solo mais produtiva e não mais lhes possibilitar o cultivo do arroz e uma maior produção de feijão, entre outros prejuízos.

6.2 Ser quilombola

Até aqui foi possível demonstrar as mudanças sociais e econômicas ocorridas nos comunidades a partir do reconhecimento de suas terras enquanto terras remanescentes de quilombos. Entretanto é de interesse da pesquisa saber se houve uma mudança identitária em relação às pessoas das comunidades, e como isso se deu. É o que se propõe a demonstrar neste capítulo.

A titulação das terras se deu pela mobilização das comunidades a partir das lutas desencadeadas pelos prejuízos causados a eles pela instalação da Represa Luis Vieira do Rio Brumado e do alagamento de suas terras. Tanto o alagamento das terras como a titulação tiveram impactos sobre as comunidades. Foi possível observar que esse impacto foi gradual e qualitativamente diferente, conforme a faixa etária. Para melhor compreensão, estabeleceram-se três faixas etárias.

Pessoas com idade acima de 65 anos disseram que não se sentiram impactadas diante da nova condição identitária. Ao ser questionada, C., que tem 81 anos, respondeu:

Pesquisadora – O reconhecimento das suas terras, como remanescentes de quilombos, você acha que melhorou a partir do reconhecimento ou não?

C – Prá mim... sei não... pode ter melhorado alguma coisa, mas acho que continua a mesma coisa.

Pesquisadora – Se eu lhe perguntar quem é você, o que você me responde?

C – Sou quirambola.

Pesquisadora – Você é quirambola?

C – Sou quirambola.

Pesquisadora – Por que você diz isso?

C – Porque depois que passou, a gente tem que ser, é quirambola, agora quando a gente mora num lugar que passou a ser quirambola, entonce a gente tem que ser.

Pesquisadora – Vocês foram entrevistados por alguém durante o reconhecimento?

C – Eu não tinha conhecimento, nem sabia o que significava quirambola. Depois, agora que passou a ser entonce a gente conformou a ser.

Ela se entende como quilombola devido ao reconhecimento e à titulação. Mas não sente nenhuma alteração no seu modo de viver. É o que se constata na fala de Coló, 96 anos:

Pesquisadora – Esse pedaço de terra que vocês cultivam aqui sempre foi de vocês e de sua família?

C – Foi. Era de meu avô, de meu avô passou para o finado meu pai. Do finado meu pai ficou pros irmãos mais velhos, na roça de dentro.

Pesquisadora – E agora, com o Título de quilombola. Melhorou alguma coisa pra vocês. Como é isso?

C – Prá mim tá a mesma coisa.

Ela não percebe nenhuma diferença em ser ou não quilombola, visto que sua vida nada mudou. É quilombola porque pertence à comunidade. Pode-se perceber isso, também, na fala de Maria, 65 anos:

Pesquisadora – Você lembra de alguma coisa que seus pais falavam da origem de vocês?

M – Eu num lembro não, os mais véio falava, mas aí num ficô na cabeça pra gente contá, num ficô nada.

Pesquisadora – Você se sente, acha que é quilombola?

M – É porque nasci e criei aqui dentro do quilombo.

Pesquisadora – Quando você era pequena, chamavam aqui de quilombo?

M – Não, aqui chamava... existia quilombo por causa da barragem, porque levaro o título das terra das pessoa, as escritura, e aí quando veio pás pessoa vortá no seu terreno aí botô, Barra, Bananal e Rio das Pedra como quilombola, é, mas num tinha assim, num era quilombola, agora depois do título das terra que o governo tomô com as barragem, aí o título da terra ficô uma escritura todinha, aí feis assim como quilombola.

Para Maria, o título de quilombola está atrelado aos prejuízos causados pelas inundações.

Para as pessoas que participaram das entrevistas e estão abaixo dessa faixa etária e se constituem como mãe ou pai de família, a titulação como quilombola trouxe-lhes um misto de sentimentos ambíguos e contraditórios, causados pelas perdas e pelas conquistas.

Pesquisadora – Antes de ser reconhecido como quilombola e depois, mudou alguma coisa pra você?

J – Não... e mudou. De primeiro era complicado e difícil e agora é mais difícil, mas prá nós agora é melhor.

Pesquisadora – O que mudou, por exemplo?

J – Algum tempo aqui atrás, não tinha nada. Tinha nada dentro de casa. Não tinha uma televisão, a casa era de capim, era cama de vara. Não tinha um guarda-roupa, não tinha nada. Não tinha uma geladeira, não tinha um fogão.

Pesquisadora – A., você acha que depois que as terras de vocês foram reconhecidas como remanescente de quilombos, quilombolas, a situação de vocês melhorou?

A – É, melhorou.

Pesquisadora – Melhorou, em que sentido?

A – Por causa que... mal tinha condução de lá pra cá, o governo sempre ajuda um pouco.

Pesquisadora – Como o governo ajuda?

A – De vez em quando manda uma cesta.

Pesquisadora – Cesta básica? Alimentação...

A – É... alimentação. Outra hora ele ponhô água pra gente, naquela seca.

Pesquisadora – Para ajudar na irrigação?

A – É não... é prá casas prá gasto de casas.

Pesquisadora – Você se identifica como quilombo?

J – Sou quilombo.

Pesquisadora – Quando você era pequeno, você ouvia falar [de quilombola]?

J – Não ouvia falar não.

Pesquisadora – Nunca tinha ouvido falar?

J – Nunca tinha ouvido falar não.

Pesquisadora – O que seus pais contavam, de vocês, por morarem aqui? Como era isso? O que vocês sabiam?

J – Naquele tempo, a gente não sabia de nada também não, né? Trabalhava com a mãe na roça, mais ela, na roça.

Pesquisadora – Agora, depois que vocês obtiveram o título de quilombola, vocês acham que as coisas melhoraram aqui pra vocês ou não?

M – Miorô umas coisa e piorô outra, porque as nossa terra foi pá dibaixo d'água, né? E a coisa que mioro prá nois foi que a gente ia prá Rio de Contas, passava rio cheio e agora aí num tinha estrada. E agora miorô porque tem um carro que vem pega a gente aqui quando tá chaveno, né? Mas a

istrada quando é tempo de chuva que é aqui, esse riacho ali onde você passô, aquele de lá e esse de cá e aquele rio do Junco ali, quando dá a cheia, nois fica preso aqui. Porque num tem uma ponte no riacho, precisa fazê um buero nesses dois riacho e o rio do junco lá precisa fazê uma ponte prá podê nois travessá.

Pesquisadora – E depois que foi reconhecido como terras quilombolas? O que melhorou?

C – Foi em 99. Melhorou porque a gente tava numa situação de despejo. Ia ser despejado e aí a gente teve segurança. A segurança que temos é o documento nas mãos e outros problemas surgem. Surge as invasões, alguém querendo dominá e todos esses problemas aí. Mas a gente não tem confronto com os fazendeiros, nossa terra é nossa por causa do tradicionalismo que nós, quando os bandeirantes chegaram encontraram a gente aqui. Nós já tava ocupando essas terras, em 1718, que os bandeirantes chegaram, mas como nós chegamos aqui eu não sei.

Ser quilombola implicou em benfeitorias nas comunidades, tais como instalação de água domiciliar, instalações sanitárias, foi introduzida a energia elétrica, puderam usufruir de melhores estradas, facilitou na obtenção das aposentadorias e para aqueles que não têm renda suficiente o benefício da cesta básica. O atendimento médico tornou-se adequado às necessidades básicas de saúde, conforme as declarações da atendente e enfermeira da unidade de saúde local.

Pesquisadora – Qual é o seu trabalho aqui?

M – Atendente de saúde.

Pesquisadora – No Posto de Saúde da Barra?

M – No Posto de Saúde da Barra que atende Bananal também.

Pesquisadora – O que você faz exatamente?

M – Eu faço entrega de medicamento, tiro ficha prá atendimento médico, meço pressão, febre...só.

Pesquisadora – E o médico, quantas vezes vem aqui?

M – Uma vez por semana, sexta feira.

Pesquisadora – Ele atende toda a comunidade?

M – Toda a comunidade da Barra e do Bananal.

Pesquisadora – Quais são os maiores problemas de saúde daqui?

M – Pressão.

Pesquisadora – Pressão alta?

M – É. A maioria da comunidade tem a pressão alta.

Pesquisadora – A partir de que idade que isso se manifesta aqui?

M – Tem pessoas jovens de 20 anos que já tem caso de pressão arterial.

Pesquisadora – E além da pressão alta quais os outros casos de doenças mais frequentes?

M – Na época da seca tem problema assim de diarréia. Mas é um caso variado, não são todas as pessoas que sentem.

Pesquisadora – Diabete?

M – Diabetes não.

Pesquisadora – Maior problema é então a pressão alta?

M – É. Diabete que eu saiba só tem dois casos, que é um aqui e um no Bananal. Tem uma enfermeira, ela acompanha o médico, o nome dela é Consuelo. Aí tem uma vez por mês, ela vem aqui na comunidade prá

crianças menores de cinco anos. A partir de cinco anos quem já atende é a agente comunitária de saúde.

Pesquisadora – Tem caso de subnutrição?

M – Não. Graças a Deus, não; as crianças daqui não tem. São bem nutridzinhas.

Pesquisadora – E quando as pessoas estão com a pressão num nível bem elevado, como vocês fazem? Qual a atitude nesses casos?

M – Nesses casos, as pessoas que tem pressão alta, todas já passaram pelo médico e todas já tem o medicamento. Aí, quando a pressão, no caso, altera mais um pouco, aí o médico já deixa prescrito na receita que pode alterar a dosagem da medicação. As pessoas que tem, assim, a pressão alta, elas já são orientadas pelo médico, prá enfermeira. De três em três meses elas fazem um eletrocardiograma e fazem exame de sangue, que fazem no hospital, e em Rio de Contas tem laboratório prá isso.

Pesquisadora – E a questão de verminoses e outras doenças parasitárias?

M – Eles fazem exame de fezes, mas nunca assim... deu nada não.

Pesquisadora – Nunca deu nada?

M – Nunca deu nada.

Pesquisadora – Diarréia?

M – De vez em quando tem diarréia, mas é mais em adulto, não é nem em crianças.

No centro de Barra tem um telefone público para casos de urgência, e na casa do líder comunitário existe um outro.

Todos esses recursos só se tornaram efetivos após o reconhecimento e outorga do título de terras quilombolas, porém, não sem lutas.³⁶

Para os jovens e mesmo para pais e mães de jovens, o reconhecimento e outorga do título foi de grande importância, conforme indicam nas entrevistas:

B – Tenho três filhos estudando, um no pré-vestibular e dois nas faculdades de enfermagem e de Nutrição na UFBA. Eles ficam na casa de estudantes quilombolas, em Vitória da Conquista.

Pesquisadora – Como é esta casa?

B – Lá é uma casa que tem capacidade para 40 pessoas. O ano passado tinha 16, esse ano a gente tá com 13, mais o pessoal também do quilombo de Vitória de Conquista.

Pesquisadora – Essa casa recebe todo tipo de estudante?

B – Não, só os quilombos. Lá de Conquista também; alguns que tem interesse de estudar. É porque se for pra lá sem interesse de estudar não fica. É pelo estatuto. A gente fez esse estatuto. Então nesse estatuto, se for pra ficar na rua, ir pra festinhas, ficar lá só para ocupar lugar, esses não ficam lá. Chegou? Tem que mandar pro lugar onde a gente confia. Graças a Deus, num já aconteceu? Todos dos que vai pra lá, estudam. Não tem festa, não tem rua. Quando sai pra ver algumas coisas é o grupinho. Quando tem uma festa.

Pesquisadora – Seus filhos foram beneficiados pelas cotas?

B – Sim pelas cotas, todos que passou foi pela cota.

Pesquisadora – Sobre sua condição de quilombola. O que você acha disso?

³⁶ No final do capítulo está anexa cópia de documento que se refere às reivindicações pelos reparos dos danos causados pelo DNOCS.

R – Eu acho bom né? Fica... A gente é bem mais respeitado também. Quando a gente vê nós na rua, falam olha o quilombola aí. É bem mais respeitado.

Pesquisadora – Você gosta de seu quilombola?

R – Gosto.

Pesquisadora – Você era criança quando receberam o título de quilombolas? [Terras].

R – Era.

SA – Hoje graças a Deus fala assim. Ser quilombola com grande orgulho. Antes não se falava em quilombo, nessa identidade, mas hoje se fala. Hoje os jornais estão procurando mais informar. Antes as pessoas tinham até medo de falar, sou da Barra, sou quilombola. Viu? Por falta de respeito. Mas hoje não; temos esse direito, sou titulanda, falamos com muito orgulho.

Pesquisadora – Esse título, como quilombola, trouxe benefícios pra você, pra sua geração? Como é isso? Fala pra mim.

SA – Trouxe bastante benefícios. Hoje podemos até viver como quilombolas. Todos têm esse reconhecimento. Tanto pra mim como pros outros.

Pesquisadora – E quanto a esses jovens que estão saindo para estudar fora?

SA – É super importante, porque assim, se fosse pra todos nós formar e ficar aqui... A maioria ia trabalhar na roça e estudar fora é uma grande oportunidade. Eu sempre falo pra eles, que estão aí, estudem. Porque não é fácil pra quem não vai procurar uma formação. Então é muito importante pra eles irem. Espero que Deus ajude aqueles que estão lá, e que outros irão, pra poder trazer benefícios para a comunidade, porque é muito difícil para os pais manterem.

Pesquisadora – Hoje eles estão tendo mais incentivo para estudar, esses jovens de quinze e dezesseis anos? Eles se sentem mais incentivados para estudar?

SA – Sentem.

Pesquisadora – E você acredita que essa política de ações afirmativas tem dado resultado aqui na comunidade?

SA – Tem. Antigamente estudavam até o ensino fundamental e paravam, ia pra roça trabalhar e muitos deles, depois dos 18 anos, ia pra São Paulo trabalhar e hoje não. Saiu da quarta série já vão pro colégio [na cidade]. É difícil você achar um sem estudar.

Pesquisadora – Essas famílias que tem as crianças pequenas, não são ainda aposentados, eles recebem a cesta básica?

SA – Recebem a Bolsa Família, é uma ajuda muito boa graças a Deus.

Pesquisadora – Então todas as crianças da comunidade estão estudando?

SA – Estão. Não, tem uma que está aí. Só alguma. Poucas que estavam em Rio de Contas que desistiu.

Os mais jovens hoje usufruem dos benefícios e das conquistas das lutas daqueles que os antecederam. Ser quilombola é motivo de orgulho, significa ter esperanças num futuro melhor, numa possibilidade de ascensão social, mas sobretudo de não ser mais discriminado como “negro das comunidades”. “É bem mais respeitado”.

CAPÍTULO 7 – A ENDOGAMIA E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

7.1 A endogamia

A resposta obtida acima poderia satisfazer, porém as insistências das queixas sobre a falta de água levam a outras questões. Surge uma pergunta a ser respondida na pesquisa: O que, de fato, significou para eles a inundação das terras e a consequente poluição das águas? Qual o significado da água limpa? Passamos, então, ao domínio da cultura.

Lévi-Strauss (1978, p. 21) ensina que:

Quando somos confrontados com fenômenos demasiado complexos para serem reduzidos a fenômenos de ordem inferior, só o podemos abordar estudando as suas relações internas, isto é, tentando compreender que tipo de sistema original formam o seu conjunto.

Os habitantes das comunidades vivem neste espaço desde tempos imemoriais. O mito de origem relata que, quando vinham da África, o navio no qual estavam seus antepassados teria naufragado nas costas da Bahia, mais precisamente em Itacaré. De lá, eles teriam vindo, através do leito do Rio das Contas, e, por fim, chegado através das margens do Rio Brumado, onde eles estão. Mesmo não considerando esse mito, uma coisa é bastante clara: seus antepassados vieram da África, e trouxeram toda a sua cultura com eles. Mesmo considerando que, no Brasil, pudessem ter sido despojados da mesma, devido às condições de trabalhos forçados, nos garimpos ou pelo sistema escravista, a sociedade que se formou nas comunidades conseguiu preservar o modo de organização social, dentro da economia doméstica. Produzem para a autossustentação e o excedente gerado é colocado na feira semanal de Rio de Contas e cidades vizinhas, principalmente em Livramento de Nossa Senhora.

No decorrer do tempo, outras pessoas de outras origens agregaram neste espaço, conforme indicam os depoimentos:

Pesquisadora – Me parece, parece não, você estava confirmando isso. No Bananal, eles acolheram pessoas de outra região, aqui (Barra) não tem acontecido isso?

J – Não. Pela pesquisa que eu fiz, até fiz um trabalho sobre miscigenação³⁷, lá no Bananal. Lá eu pude perceber que as famílias de lá teve mais misturas. Que assim, a minha família, de dona B., que é prima da minha mãe, também é uma família miscigenada.

Pesquisadora – A dona B. sempre foi daqui? Os pais dela? Todos? Do Bananal?

J – Isso, do Bananal, mas assim, já morou em outros lugares.

Pesquisadora – Ela é bem mais clara.

J – Exatamente isso. Ela é prima da minha mãe e a minha avó era assim, da cor da dona B.. Ela era filha de europeu e a mãe, de Índio. A família de Edilaine que é de lá do Bananal também já é uma família miscigenada. O pai dela é da comunidade de “Sacumbal” e mora aqui na Barra, lá no Campo Verde³⁸ tem a família de Diana também é uma família miscigenada. Então eu acho que lá houve mais uma mistura. A família da minha mãe eu sei um pouquinho só da história, agora do meu pai eu não sei muita coisa. A família de minha mãe tem uma miscigenação. Sangue de europeu, sangue de índio. Eles vieram de uma comunidade que chama Cascalho, que é no município da Paramirim.³⁹ Eles vieram no ciclo do ouro prá cá. No ciclo do ouro a minha mãe foi morar num lugar chamado Mata.

Numa outra entrevista:

Pesquisadora – Sua mãe era da mesma família?

C – A finada minha mãe não era de família daqui.

Pesquisadora – De onde ela era?

C – Era lá de Rio de Caixa.

Pesquisadora – Onde é Rio da Caixa, é perto daqui?

C – Não é, não. É longe.

Pesquisadora – Vinha muitas pessoas de fora? Era permitido?

C – Não, é que já tinha parente.

Em outra entrevista:

Pesquisadora – Vinham muitas pessoas de fora? Era permitido?

M – O povo aqui num tinha essas coisa de pessoa chegá de otro lugá assim, acho que dos parente deles mesmo, aí garimpava...

M. já havia dito sobre Maria que reza:

M – A Maria que reza, ela já num é daqui da comunidade. Ela chegô por aqui, mas é da tal Lagoa.

Pesquisadora – Ela disse que veio pra garimpar.

M – Garimpá, foi.

Ao que parece, as pessoas que vinham de outro lugar e eram recebidas nas comunidades, tinham um grau de parentesco com as pessoas do lugar, com exceção de Maria, que não tem terras para cultivar, senão apenas aquela do seu quintal. De qualquer forma, essas

³⁷ J. fez graduação em história, a distância, e seu trabalho de conclusão de curso foi sobre a miscigenação nas comunidades.

³⁸ Bairro da comunidade de Barra.

³⁹ Paramirim é uma cidade que fica do outro lado da serra e também faz parte do ciclo do ouro.

peessoas constituíram família nas comunidades e hoje são integrantes das mesmas. Adotaram os mesmos costumes. Entre eles é corrente o dizer que todos são parentes. E, de uma forma ou de outra, de fato são, devido aos casamentos endogâmicos. Durante as entrevistas, sempre se mencionavam os parentescos com uma ou outra pessoa da comunidade.

Pesquisadora – Qual o seu nome?

C – Claudina Martina da Silva.

Pesquisadora – Você é Silva?

C – Todos são. Nesse meio de mundo, tudo aqui é Silva.

Pesquisadora – Aqui na comunidade sempre foram pessoas, com o sobrenome Silva, Aguiar, que moraram aqui?⁴⁰

C – Os Aguiar? No Bananal.

Pesquisadora – Mas sempre vocês que moraram por aqui?

C – Tudo misturado. Mas tem muito Silva lá na comunidade do Bananal.

Na comunidade de Bananal prevalece a família Aguiar e em Barra prevalece a família Silva.

Foi possível observar, em uma das festas na qual a pesquisadora esteve presente, que alguns casais de jovens namorados, que ali estavam, eram primos.

No projeto de pesquisa havia uma proposta para verificar como se davam os casamentos endogâmicos dentro das comunidades; daí as perguntas com referência aos mesmos. Na realidade, supunha-se que poderia ser uma questão de preconceito, o que não se confirmou, ou ainda uma forma de estabelecimento de fronteiras étnicas, o que também não se confirma.

Pesquisadora – A respeito de casamento. Você é solteira, não é? Você não se casou por quê?

J – Porque num deu certo. A sorte num ajudou.

Pesquisadora – Se você tivesse que se casar, você se casaria com uma pessoa daqui de Bananal ou de fora?

J – Qualquer lugar, a sorte dano eu casava com qualquer um.

Pesquisadora – Qualquer um?

J – Éra. Mas a sorte num deu.

Pesquisadora – A gente escuta falar que as pessoas daqui só se casam com gente daqui.

J – É nada! É porque os rapaiz daqui não procura namoro com as de fora. Mas se procurava bem que casava.

Pesquisadora – Os rapazes daqui querem se casar com as pessoas daqui?

J – É, casa. Muitos casa com rapaz daqui. Moça daqui também casa com rapaz de fora.

Pesquisadora – As moças daqui casam com rapaz de fora?

J – É, casa, achano...

⁴⁰ Tudo indica que a permanência destas famílias no lugar data de mais de duzentos anos e elas são tidas como as fundadoras.

Observa-se que os rapazes não procuram moças fora da comunidade para se casar, enquanto as moças não acham moços para se casar fora das comunidades. Mas, se saírem fora da região e conseguirem trabalho, muitas vezes se casam e não voltam mais para as comunidades.

A pessoa que deu esse depoimento trabalhou durante a juventude em uma cidade grande. Voltou para a comunidade e permanece solteira.

Pesquisadora – Tem caso assim, de casar? [casar fora da comunidade].

J – É aqui nós num tem. Tem uma moça daqui que saiu daqui e casou com rapaz de fora. Ela casou em São Paulo. Ela casou lá e até veio agora. Na Barra tem uma moça prima minha que é irmã daquele Zé, ele falou que a irmã dele casou lá em São Paulo.

As pessoas aqui referidas, não voltaram a morar nas comunidades. Apenas voltaram para visitar os parentes.

Pesquisadora – A sua esposa é aqui de Bananal?

J – Ela morava em Rio de Contas.

Pesquisadora – Ela não era daqui?

J – A vó dela era.

Embora a esposa morasse na cidade, a avó pertencia e morava na comunidade. Pelos laços de parentesco, ela pertence à comunidade.

Pesquisadora – Você é casada?

B – É, agora meu marido morreu.

Pesquisadora – Ele era da comunidade?

B – Ele era de outra comunidade chamada comunidade do Sapé. Eu fui trabalhar lá como professora. Sou viúva agora, sou aposentada, professora aposentada. Ele foi embora para São Paulo e lá ele faleceu. Aí eu fiquei aqui criando meus filhos. Agora sou mãe e pai, já acostumei fazer esse trabalho.

Observa-se aqui que o esposo não passou a pertencer à comunidade, embora seus filhos e esposa sejam. Neste caso, a mulher se casou com um homem fora da comunidade, teve filhos, mas o casamento não deu certo.

Em seguida:

Pesquisadora – Se você fosse casar hoje, você preferia se casar com pessoa daqui da comunidade ou fora da comunidade?

R – Daqui da comunidade.

Pesquisadora – Por quê?

R – Porque a gente já conhece as pessoas, é mais fácil.

Pesquisadora – Seu esposo era daqui?

M – É, era daqui.

Pesquisadora – Vocês são parentes?

M – É parente, mas bem longe.

Pesquisadora – Com respeito aos casamentos aqui. Como você vê isso, você é uma pessoa da comunidade que se casou com pessoa da comunidade. Você acha que isso é bom ou não. Como é isso pra você?

M – Eu acho bom. Sabe por quê? Porque você já conhece a família. É seus parentes mesmos. É bom casar.

Pesquisadora – Sempre foi assim?

M – É. Sempre foi assim. Hoje é que alguns já casam fora, mas naquele tempo era só aqui mesmo. O rapaz ia pra São Paulo e voltava. Deixava as moças aqui, e ficavam correspondendo por carta e as moças ficavam esperando. Um tinha confiança um no outro, não era igual hoje que o povo vai e não lembra de voltar mais, e naquele tempo não. Aí voltava construía suas casas, casava era assim.

Esta resposta, que contém um depoimento, é indicativo das mudanças que vêm ocorrendo nas comunidades, as quais serão discutidas posteriormente.

Seguindo:

Pesquisadora – Casamento. Você é casado?

J – Não. Sou solteiro.

Pesquisadora – Não vai se casar?

J – Por enquanto, não.

Pesquisadora – Falando em casamento, as pessoas daqui geralmente se casam entre eles?

J – Geralmente é.

Pesquisadora – A que se deve isso?

J – Não sei. Rapaz por exemplo casam com meninas de outros lugares, né. Agora a parte feminina, já é difícil. Talvez seja porque o número de mulher tá muito grande, né? Então, um rapaz de Livramento, de Brumado, não vai sair de lá para procurar uma moça aqui.

Pesquisadora – E se ele vier?

J – Se vier não tem problema.

Pesquisadora – Não? Não vai levantar a ficha dele, não?⁴¹

J – Porque o homem não precisa andar muito por aí para arranjar namorada ou que seja. Então normalmente a moça daqui quando casa.... Os casamentos que acontecem é com rapaz daqui mesmo. É raro acontecer, um rapaz de outro lugar mais distante casar aqui. Agora pode acontecer.

Pesquisadora – E se o rapaz não for negro, for branco. Como fica a comunidade, em relação a isso?

J – Particularmente eu nem vejo nada que implique isso aí, né? Mas...

Pesquisadora – Tem pai que não gosta?

J – Pode ter alguém da comunidade, a própria comunidade pode até não aceitar muito. Às vezes falar alguma coisa a esse respeito, mas já aconteceu de rapaz casar com menina de fora.⁴²

Quando se casam com pessoas de fora das comunidades, eles passam a morar fora da comunidade.

⁴¹ Observação: O J. já havia dito informalmente, em uma conversa que tivemos, que, se um rapaz de fora, procurasse uma moça da comunidade para se casar, eles iriam levantar a ficha dele para ver qual era o seu interesse. Nesse momento ele omitiu o que havia declarado antes.

⁴² Trata-se de pessoa considerada branca, porém o casal não mora na comunidade.

Pesquisadora – E a respeito de casamento? Você é daqui da comunidade e seu marido?

J – Também, somos primos carnal.

Pesquisadora – São primos carnais?

J – É. São todos da família.

Pesquisadora – Porque se casam entre si?

J – Não sei. A gente vai se veno, se gosta. Aí não sai pra fora. Aqui só entre família mesmo. E as outras pessoas que é casado fora é porque, de lá mesmo onde mora, casa com outra. Mas aqui é só da família.

Pesquisadora – Então você é prima carnal do seu marido. E se você tivesse que se casar com uma pessoa de fora, suponhamos, se você não tivesse alguém que gostasse de você dentro da comunidade, você ficaria solteira ou se casava?

J – Eu sei lá. Ficava solteira, ia trabalhar.

Mais uma vez se confirma que o casamento se dá entre famílias, e que dentro das comunidades só se casa com pessoas das mesmas, mas membros das comunidades que moram fora podem casar com pessoas do lugar onde moram.

Outra entrevista:

Pesquisadora – E a respeito de casamento, sempre foram realizados entre vocês mesmos?

A – É...

Pesquisadora – E se aparecesse um moço de outra comunidade?

A – Casava! [risadas].

Pesquisadora – Mas você casou com [homem] daqui?

A – Casei no Riacho das Pedras, com uma pessoa do Bananal.⁴³

Pesquisadora – Vocês falam que casariam com pessoas de fora, mas todas casaram com os daqui.

A – Bem, a maioria dá preferência pra casar aqui. É, Barra, Bananal...

Pesquisadora – Sua mãe que era de Riacho das Pedras?

M – É. Minha mãe era do Riacho das Pedras e meu pai era daqui, meu pai também, minha mãe, meu avô morava aqui em cima, era tudo daqui do Bananal, bisavó, uma morava na Barra e a outra morava aqui. A gente casô e ficô morano tudo aqui no Bananal.⁴⁴

Pesquisadora – Todas se casaram com pessoas da comunidade mesmo!

M – É. Todos da comunidade mesmo.

Pesquisadora – Sua filha, ela é casada com pessoas daqui da comunidade?

M – É da família, é uma minha irmã, que mora em Livramento. Também é casada. É daqui, da família também. O marido que é daqui também. Ela é filha da minha irmã e o marido dela [da irmã] é filho da Pretinha ali.

Pesquisadora – É. Eu vou falar com a Pretinha

M – Ela chama Maria, e fala Pretinha e .Antonio também casô com a filha dela.

Pesquisadora – Seu filho?

M – É, meu filho. O dono dessa casa aí, ó [ela mostra a casa em construção, que fica na frente da sua, mas em outro lote]. É casado com a filha dela.

Pesquisadora – Por que há tanto casamento na comunidade?

⁴³ A depois do casamento, passou a morar em Bananal.

⁴⁴ Nos lugares citados, estão os lotes de cultivo, que herdaram pela filiação e pelo casamento.

M – É porque aí interessa, vai namorano, num é não? e vai gostano... e aí dá casamento.

Pesquisadora – Mas por que não namora com gente de fora?

M – Pro cê vê, num namorô!

Em outra entrevista:

Pesquisadora – Ou casam com gente da Barra ou com Riacho das Pedras. E aqui o pessoal de Bananal casa com o pessoal de Bananal?

M – Casa...

Pesquisadora – Você acha que tem problema casar com pessoas de fora?

M – Num tem, mais num casa (risadas), se a gente gosta, casa, né? Se namorá pessoa de fora, casa.

Pesquisadora – Seu marido era de onde?

M – Era de Bananal...

Pesquisadora – Você e ele eram de Bananal? Mas vocês dois não eram parentes?

M – Não, os pai que era primo, inclusive quando nois casô, o padre veio e deu a dispensa assim pos primo casá, mas era primo já longe, num teve pobrema.

Pesquisadora – P., eu gostaria de saber: no começo você disse que é da Barra...

P – É, nasci e me criei na Barra...

Pesquisadora – E a sua esposa?

P – É do povoado do Bananal.

Pesquisadora – E, por que você escolheu a pessoa de uma comunidade próxima, que faz parte, é quilombola também...

P – É quilombola. O pai dela é de Riacho das Pedra, da comunidade Riacho das Pedra, a mãe dela é do Bananal e o meu pai e minha mãe é da Barra, e, terminou de gostá, namorar, gostou e aconteceu que a gente casou; uma festa muito grande, graças a Deus. O forró dançô, rodô a noite toda, e a gente convida o pessoal...

Pesquisadora – Você deu preferência para casar com pessoa da mesma comunidade?

P – Não.

Pesquisadora – A mesma comunidade, eu digo, incluindo Riacho das Pedras e Bananal. Você preferiu casar com pessoas dali...

P – Dali mesmo.

Outra entrevista:

Pesquisadora – Você é casada?

A – Sou, mas sou separada.

Pesquisadora – Seu esposo era daqui também?

A – Também era.

Em outra entrevista:

Pesquisadora – E você se casou aqui, dentro da comunidade?

SA – Me casei aqui na comunidade.

Pesquisadora – Você é parente de seu esposo?

SA – Não. Pode até ser, mas é muito longe.

Pesquisadora – Se você tivesse que se casar com um homem fora da comunidade, se você... suponhamos não encontrasse alguém aqui na comunidade, você se casaria fora da comunidade?

SA – Eu casaria.

Pesquisadora – Você se casaria com homem branco?

SA – Casaria.

Pesquisadora – E seu marido casaria com mulher branca?

SA – Eu acho que sim.

Pesquisadora – Você tem preferência por casamento dentro da comunidade?

SA – Não. Não. Eu não, acho que ele também não.

Pesquisadora – Mas tem gente que tem?

SA – Com certeza. Mas eu acho, eu acho não, tenho certeza que não.

Pesquisadora – Algumas pessoas dizem que tem preferência porque já conhecem.

SA – É! Porque já conhecem, isso é verdade.

Pesquisadora – Esse fato de conhecer, de viver junto, se a família...

SA – Ainda tem primas que casam com primos. É, porque aqui a maioria tem parentesco. E se casam.

Outra entrevista:

Pesquisadora – Sobre casamento. Você namora?

J – Não, namorado não tenho.

Pesquisadora – Por quê? Você não quer?

J – Querer eu quero, mas não é assim.

Pesquisadora – Você tem preferência prá casar com pessoas da comunidade?

J – Tenho. É, da comunidade.

Pesquisadora – Por quê?

J – Porque da comunidade são pessoas que praticamente conhece desde criança até a fase que estão hoje.

Pesquisadora – Isso tem a ver com a questão de cor, da cultura, do entrosamento?

J – Com a questão da cor, nem tanto, não levo prá esse lado não. Cultura e religião também. Bem acho que é isso.

Observa-se que os motivos do casamento não passam pelo critério da cor.

Nova entrevista:

Pesquisadora – Agora uma coisa que eu queria que você falasse pra mim, é a respeito dos matrimônios. Eu tenho observado que as pessoas têm certa preferência para se casarem entre membros da comunidade, dentro deste espaço territorial.

C – Essa... essa... espaço... é do conhecer também. De conhecer mais aquele que tá em volta. Então tem que ser encarado é assim, todas comunidades aqui é assim. Tem que ser casado na própria comunidade. No Jiló também é assim. Agora quando se vai prá São Paulo, de lá já se casa com outro, de outros lugares misturados.

C. deixa claro que tem que ser casado dentro das comunidades. Se for para lugares distantes então se casa com pessoas fora da comunidade.

Pesquisadora – Eu tenho visto muito assim, uma pessoa do Bananal que é casada com outra de Barra.

C – Isso. Comunidades de Riacho das Pedras, Bananal e Barra se casam entre si. Se casam mais entre si. É difícil um casar fora.

Pesquisadora – A que se deve isso?

C – Eu não sei como explicar, casava muitos primos.

Pesquisadora – Primos com primos?

C – É.

Pesquisadora – Continua casando ainda?

C – Continua.

Como é possível observar nos depoimentos acima, os casamentos nas comunidades são endogâmicos e se inserem nas leis de parentesco. Quando J. fala sobre as mulheres das comunidades, subentende que as mesmas estão disponíveis para os homens das comunidades. Elas circulam como bens, através dos casamentos. Pertencem aos homens das comunidades, que têm o controle sobre as mesmas. Esses traços podem definir uma economia doméstica próxima àquelas praticadas nas comunidades africanas e onde a teoria do parentesco e dos casamentos endogâmicos da etnologia clássica se aplica. Esse modo de produzir e reproduzir, distinto de outros, servirá de referência e de diretriz nesta análise. É dentro dos conhecimentos constituídos por autores que estudaram comunidades na África, tais como Balandier (1969), Eades (1980), Meillassoux (1977), que a pesquisa se volta, para tentar explicar a cultura, o modo de vida, a produção e a reprodução dentro das comunidades. Sabe-se que, na África, os grupos de parentesco dos yorubás e dos daomeanos são exogâmicos. Não se pode casar dentro. Mas existem, na África negra, sociedades que praticam o casamento entre primos cruzados.

7.2 A estrutura fundiária

Embora na sociedade aqui estudada não apresente um poder constituído por chefe, existem as lideranças, tanto em Barra como em Bananal. O modo de viver dos seus habitantes está entrelaçado por redes de um sistema de heranças. Os casamentos endogâmicos reforçam a estrutura fundiária. Por outro lado, ao considerar o modo de produção doméstico, o mesmo permite responder a respeito das queixas pela falta de água e dos distúrbios causados pelo alagamento das terras nas três comunidades. Neste modo de produção, os cereais são considerados essenciais.

As mulheres, até onde foi possível verificar, movem-se para a casa dos maridos, tal como na sociedade yorubá, onde a residência patrilocal é norma e a característica mais comum é que grupos de descendência não são localizados, mas geralmente têm membros espalhados por toda cidade (EADES, 1980). No caso aqui estudado, trata-se de uma forma de mobilidade social, visto que as mulheres das comunidades transitam de uma para outra, na maioria dos casos; mas é também uma forma de preservação e aumento de poder, pois as mulheres, tais como os homens, herdaram bilateralmente, tanto da mãe quanto do pai. Desta forma, quando um casal se une através do matrimônio, ele acumula lotes de terras cultiváveis quase sempre nas duas comunidades; o que é interessante, visto que nem todas são.

Tem-se, como exemplo:

L. se casou com M. Ela pertencia à comunidade de Barra. Ao se casar, foi para a comunidade do esposo, que é Bananal. Hoje, o casal possui terras agricultáveis em Barra, as quais L. herdou da mãe que era viúva na época do seu casamento. O esposo herdou os lotes de terras agricultáveis da comunidade de Bananal, da parte do pai e do avô, que também eram de Bananal. Os lotes da comunidade de Riacho das Pedras, relativos às partes não inundadas, foram recebidos, pelo mesmo, como herança por parte da mãe. Com o salário da esposa, pago pelo município, devido ao trabalho que realiza na comunidade, foi possível um acúmulo de capital, o que possibilitou a compra de outros dois lotes em Riacho das Pedras⁴⁵. A viabilização de obtenção de lotes na comunidade Riacho das Pedras se deu pelo fato daqueles que tinham o direito de explorá-las estarem hoje impossibilitados de fazê-lo, porque estão morando na cidade, e pela distância que isto implica.

Os casamentos são, portanto, uma forma de aumento de poder, que se dá, na esfera social, na medida em que participam dos eventos das duas comunidades, e na esfera econômica, possibilitando uma maior renda. Sob esse aspecto, é possível compreender o interesse e até mesmo o incentivo dos familiares para que se casem entre eles, como denota a frase de M: “Eles vão ficando junto e vão se gostando”.

Nela está implícito que o gostar surge a partir da convivência, e não o contrário. Não se convive por gostar, mas gosta-se por conviver. Pode-se também compreender o poder dos homens sobre as mulheres das comunidades, demonstrado quando J. fala em levantar a ficha de qualquer pretendente que se atreva a ir procurar namoro com moças da comunidade.

O fato de a convivência endossar o fato de se gostar, já exclui de certa forma a possibilidade de encontrar um parceiro no ambiente externo da comunidade e as dificuldades

⁴⁵ Note-se que as terras são quilombolas, portanto inalienáveis. A “compra” só se dá pelo valor de uso.

impostas aos possíveis parceiros externos. Indicam que as mulheres das comunidades pertencem aos homens das comunidades. Quando a regra não é seguida, ou seja, quando se casa com pessoa fora da comunidade, passa-se a morar fora da comunidade, muitas vezes, distante. Esse mecanismo impossibilita ao(à) estranho(a) a apropriação da terra em benefício próprio, passando então o direito de usá-la para outros membros da família, irmãos ou pais, que permanecem nas comunidades.

O êxodo rural é provocado muitas vezes por este motivo, mas é também, na maioria dos casos, devido ao sonho de buscar melhores condições de vida em outra cidade, como São Paulo. Atualmente, os jovens têm deixado suas casas e famílias a fim de prosseguir seus estudos, às vezes fora do país. Quando isso acontece, os membros da comunidade raramente voltam, a não ser para visitar os familiares.

Como na história das comunidades, isto tem acontecido com certa frequência, pode-se cogitar, como o fez Galizoni (RIBEIRO; GALIZONI, 2007) ao estudar a herança e sucessão, como fatores que movem as populações rurais no alto Jequitinhonha, ao concluir que: as migrações são uma contra partida da herança. Salvaguardando os fatores diferenciais entre as populações, pode-se pensar que o mesmo ocorre nas comunidades estudadas. Mas também apontam para um possível descontentamento visto que nem todos estão satisfeitos com a estrutura social e com o sistema econômico prevalecente. As migrações do alto Jequitinhonha, quase sempre são sazonais e não definitivas, embora também possam ser; mas o que prevalece são as sazonais.

Nas comunidades estudadas, verificou-se em outros estudos (HARRIS, 1956; MESSEDER; MARTINS, 1991) que o mesmo fato se dava, ou seja, migrações sazonais, até mesmo com certa intensidade. Porém, na pesquisa agora efetuada, verifica-se uma mudança para migrações definitivas, o que leva a pensar o descontentamento em relação à estrutura social e ao sistema econômico. Aqueles que permanecem, o fazem por opção, por estar seguros de que estão onde devem estar.

Embora os membros, quando se afastam, tenham o direito de voltar e reintegrar a posse de seu lote, para uso próprio, quase nunca o faz. O uso das suas terras por irmãos ou outros parentes, é denominado de “tomar conta”. Tomam conta dos lotes até o outro voltar e se apossar novamente para seu uso, o que é raro acontecer, a não ser que as condições externas de vida sejam muito hostis. O que se vê nas comunidades é que algumas pessoas, filhos ou filhas, residentes em São Paulo, estão construindo casa apenas para passar férias ou temporada, perto de seus familiares e isto requer apenas uma pequena parte dos lotes. Enfim, o controle matrimonial, dentro das comunidades, torna-se um dos elementos do poder

socioeconômico. A endogamia entre os membros da comunidade implica, portanto, na possibilidade de uma maior produção.

Antes das terras serem consideradas como remanescentes de quilombos, eram consideradas terras devolutas pelo Estado, e como terras devolutas também não podiam ser vendidas. Alguns moradores tinham documentos relativos à posse da terra, que, segundo o DNOCS, não lhes davam a posse da terra; mas para os moradores das comunidades é diferente. Como o DNOCS não devolveu os documentos, hoje se sentem lesados nos seus direitos, pois através dos mesmos poderiam, no entendimento deles, obter a posse através da lei que rege o usucapião.

De qualquer forma, essas terras sempre foram usadas, até onde se sabe, pelos membros das comunidades, que desenvolveram ali uma sociedade de economia doméstica, com todas as suas características; nesse caso, as relações de produção não se estabelecem através da propriedade jurídica dos meios materiais de produção. A organização da terra é comandada pela organização social. A produção consiste em produtos destinados à sobrevivência dos mesmos indivíduos, tais como o feijão, o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar, o milho, feijão andu, hortaliças, legumes e frutas. Quando geram excedentes, estes são vendidos na feira de Rio de Contas ou de outra cidade vizinha.



Ilustração 41 – Produtos das comunidades, expostos para vendas, na feira em Rio de Contas: óleo de pequi, pimenta, abóbora picada, feijão andu.



Ilustração 42 – Uma produtora vendendo suas hortaliças.



Ilustração 43 – Produção da horta da família: tomates, pepinos, verduras.



Ilustração 44 – Acima: cenoura, andu e pepino.



Ilustração 45 – Horta com as verduras que servem ao consumo dos moradores e são vendidas na feira aos sábados em Rio de Contas e sexta em Livramento do Brumado.



Ilustração 46 – Horta com as verduras que servem ao consumo dos moradores e são vendidas na feira aos sábados em Rio de Contas e sexta em Livramento do Brumado.



Ilustração 47 – Palma.



Ilustração 48 – Colheita de feijão andu, feita na sexta-feira, para ser vendido na feira de sábado, em Rio de Contas.



Ilustração 49 – Um dos lotes de terra cultiváveis.



Ilustração 50 – Roça com mangueiras ao fundo, um pé de pequi, palmas e pés de feijão andu.



Ilustração 51 – Rapaz com a colheita de feijão de sua roça.



Ilustração 52 – Roça de cana ao fundo.

Sahlins (apud MEILLASSOUX, 1977, p. 18) designa o modo de produção doméstico apoiando-se menos na troca que nas características de produção. Estas características seriam:

- a) divisão sexual de trabalho, baseada na família mínima: um homem e uma mulher;
- b) uma relação entre o homem e o utensílio resultante do manejo individual deste;
- c) uma produção destinada à satisfação das necessidades de base, donde resulta uma limitação das capacidades produtivas;
- d) direito sobre as coisas, exercendo-se através do direito sobre as pessoas;
- e) predomínio do valor de uso.

Dessa forma, a economia doméstica, para ele, é pouco segura e funcional, e exige a reciprocidade entre as comunidades e a solidariedade. Nela existe uma forma sutil de apropriação, através do estabelecimento de relações pessoais. O problema crítico reside na organização social em dois níveis: o da comunidade e o da associação. O caráter particular da produção explica essa organização contraditória.

Meillassoux faz uma crítica a este modelo por não considerar a especificidade histórica. Aprofundando sua análise das formas de organização social para situar corretamente a economia doméstica no conjunto dos sistemas econômicos:

A minha ambição [...] consiste em mostrar que é possível desenvolver critérios, que espero pertinentes e científicos, capazes de caracterizar sistemas sociais a que se aplicam conceitos específicos. A assimilação desses sistemas ao modo de produção resulta da apreciação que cada um pode fazer de cada caso, apreciação que permitirá talvez precisar eventualmente esta noção e fornecer-lhe valor operativo. (MEILLASSOUX, 1977, p. 22).

Para ele, é evidente que numa sociedade organizada para a sobrevivência, os grupos constitutivos são os que se mostram capazes de satisfazer as suas necessidades materiais e, mais particularmente, as nutritivas. A organização social das comunidades agrícolas de economia doméstica é construída simultaneamente e de maneira indissociável em torno das relações de produção, tal como se estabelece a partir das restrições económicas impostas pela atividade agrícola, levada ao cabo nas condições definidas pelo nível das forças produtivas, e em torno das relações de produção necessárias à perpetuação da célula produtiva. Resulta daí a importância dos casamentos endogâmicos. As relações de produção, na sua essência, criam relações vitalícias orgânicas entre os membros da comunidade; suscitam uma estrutura hierárquica baseada na anterioridade; contribuem para a constituição das células económicas e sociais funcionais, coerentes, organicamente ligadas no tempo; definem uma estrutura e um poder de gestão atribuídos ao mais antigo no ciclo produtivo.

A partir dessas colocações, pode-se compreender a participação do líder comunitário dentro das comunidades. O mesmo pertence à família Silva, cujos membros alegam ser a família fundadora de Barra, tal como, em Bananal, a família Aguiar. Nas entrevistas, foi possível apreender os discursos:

Pesquisadora – Entretanto ele [referindo-se ao líder comunitário] sempre assume a liderança e outra coisa que eu ouvi das pessoas da comunidade, não dessa vez, mas da outra vez que eu estive aqui, é que as pessoas não fazem nada sem a permissão dele.

X – Oitenta por cento do pessoal que tá ali; o principal é ele, agora eu não me conformo...

Pesquisadora – Mas as pessoas aceitam a liderança dele.

X – Eu sozinho não adianta, só se brigá com os outro, por que tá todo mundo numa dessa, porque talvez a parte que eu to veno, eu chego pra os outro, os outro diz: Ah! não, dexa pra lá, ele que tem, que tá na frente, num sei de que. Então acaba todo mundo sendo prejudicado.

[A pessoa entrevistada discorda com algumas atitudes da liderança, mas a maioria apoia]

Pesquisadora – Eu fiquei curiosa, essa liderança dele..., essa liderança passou de pai pra filho?

X – Não, ele foi o principal fundadô da associação. Tem uns vinte e dois ano mais ou menos que começou com isso, mas num chego o ponto de passa de geração pa geração não...

Pesquisadora – Porque eu ouvi falar uma história de um tal de Isidro...

X – Aí foi o negócio da Igreja, quem trouxe a imagem de São Sebastião da Barra na época, isso aí nem ele era nascido nesse tempo. Esse Isidro, foi no

tempo que tinha fome e peste e guerra, peste é uma doença. Foi ele que trouxe a imagem de São Sebastião pra cá, e aí começou o festejo. Esse aí foi passado de geração pra geração, mas fais muitos e muitos anos. Agora eu não tenho, assim, certeza se é o avô ou bisavô de Carmo. Desse tempo, eles fala dos Isidro que foi quem trouxe o festejo de São Sebastião, essa promessa e aí enquanto tivé um dos Silva, com fé em Deus, a festa vai sê feita, ou no mês de janero ou no mês de feeverero vai sê continuado isso aí passa pra sempre.

Na entrevista com o próprio líder, tem-se:

Pesquisadora – A devoção de São Sebastião, quando começou?

C – Começou há muitos anos atrás. A gente não tem a data não. Mas começou... a nova igreja foi construída em 25, teve uma capela antes que acabou. A devoção numa casa. A igreja começou no quarto de uma casa, do seu Isidro José da Silva porque era o patriarca. Todos da comunidade depende [descende] dele. Quase todas as família depende dele.

Sobre a liderança:

C – Já. A liderança veio muito antes de eu estudar. A liderança minha veio a partir dos 13 anos.

Pesquisadora – É? Como foi isso?

C – O trabalho com a comunidade, da igreja. Ajudando aí, eu tava só no primário, na 3ª série.

Pesquisadora – Agora por que razão você é líder aqui? Como se deu sua liderança?

C – Se deu num... liderança nenhuma é votada, nem... foi liderança nata. Porque fui me envolvendo, me interessando pelas coisas e depois fiquei como líder, sem ter uma eleição.

Pesquisadora – A sua família, porque a comunidade é muito antiga, tinha essa tradição de liderança?

C – Tinha. Minha família sempre é... as pessoas muito doce, que o povo gostava mais, que dava conselho, que tava ali, era quem conduzia. Meus pais era quem carregava o pessoal pras festas, todo mundo que ia pras festas procurava eles pra ir se eles fossem nos lugares longe, então esse modelo de liderança.

Pesquisadora – Então mantém uma tradição?

C – Tradição.

Pesquisadora – No Bananal... tem liderança lá no Bananal ou é você também o líder do Bananal?

C – No Bananal tem, cada comunidade tem a sua. Mas como quilombolas eu faço parte da liderança quilombola também, mas das comunidades como liderança quilombola das três comunidades. Mas cada comunidade tem a sua, como te indico alguém como a Joanita, Lourdinha e assim por diante, a saudosa Conceição, que Deus chamou.⁴⁶

Pesquisadora – Das três comunidades, se fossem dizer, a voz final ficaria para você?

C – No momento tá ficando pra mim né. Todos indica pra cá, qualquer coisa é indicado pra cá, mas eu tenho três pessoas que indica pra cá, se procura tem como indicá as pessoas de que devo conversar. A gente indica uma pessoa para ser o condutor, para assumir.

⁴⁶ Essas pessoas citadas são da família Aguiar.

Em uma economia doméstica, a essência está na produção de cereais, pela possibilidade de armazenamento e de troca a qualquer momento. Pode-se, então, compreender porque a queixa sobre a falta de água para produção de grãos, principalmente do arroz.

Entrevistando uma pessoa da comunidade, ela diz:

J – Trabalhavam, mas é... todo mundo tinha dentro de casa, mas não vendia muita coisa. E hoje em dia, não. A gente trabalha, tem menos, na verdade. Que de primeiro a gente tinha mais coisa na roça. Na roça, a gente tinha de tudo. Tinha um ano mesmo que só eu só, tinha a casa da tia Carminha, eu enchi de cima em baixo de arroz. Eu sozinha. Hoje em dia, não tem como colher arroz, eu compro. Eu não tenho.

S – Por quê?

J – Por causa da barragem. Onde a gente plantava o arroz, que o arroz dava bom. Eu entrava dentro do arroz, ninguém não me via dentro da roça. De bom, e hoje em dia, não. Não tem nada pra fazer.

S – Não tem jeito mais de plantar arroz?

J – Não, porque a terra tá de pântano. Como é que planta dentro da água? Não seca, não dá... e depois também que a barragem tomou conta, quando a barragem sai, fica aquele capinzinho ali, aquilo ali, acho que a água comeu, já carregou o adubo.

Pesquisas efetuadas em comunidades rurais, apontam para aspectos que, a primeira vista, poder-se-ia dizer que são os mesmos localizados nas comunidades de Barra e Bananal. Os casamentos entre parentes é um desses aspectos. Embora os mesmos também busquem preservar a posse de terras, nem sempre são endogâmicos. O mesmo pode-se dizer dos sistemas de heranças (GALIZONI, 2002; MOURA, 1978; SEYFERT, 1985). Esses autores estão trabalhando com terras que têm valor de troca e não apenas valor de uso, como no caso das comunidades aqui estudadas. Cândido (2001), ao analisar a mobilidade das sociedades caipiras, em busca de novas terras, enfoca o acesso a elas através da abertura de posse nas matas da área.

Portanto, estão se referindo aos outros costumes, às outras posses de terras, aos outros casamentos. Ribeiro e Galizoni (2007), nos estudos efetuados com comunidades rurais, citam uma frase de um dos seus entrevistados, que ilustra bem a diferença entre as comunidades aqui estudadas e as comunidades estudadas por outros autores: “roça é comida, lavoura é dinheiro, gado é negócio”.

Nas comunidades de Barra e Bananal, não foi possível ver nenhuma carroça, não existe criação de gado para venda, apenas para consumo próprio, o mesmo se dá em relação a porcos e galinhas, estes raramente se veem.

Embora haja nas comunidades um discurso de desenvolvimento sustentável, com cuidados ecológicos, com vistas à maior produção sem afetar o meio ambiente, vê-se também

seu dismantelamento, quando se fala em comprar adubos químicos para aumento da produção ou para a produção de novos produtos agrícolas, como no caso da mangicultura, entre outros, que estão em curso de desenvolvimento, inclusive fomentado pelo aparelho estatal, apontando para o aprofundamento das formas capitalistas de produção, que aos poucos penetram e corroem a produção doméstica. A autossustentabilidade, considerada como uma característica crítica, dentro da mesma, sem ser determinante, implica num certo prazo, na dissolução das relações domésticas.

Em outro momento, torna-se claro como as mudanças e as contradições vêm ocorrendo, a partir do reconhecimento das terras, enquanto quilombolas, e das propostas de desenvolvimento fomentadas pelo DNOCS, conforme já citadas na fala de uma das entrevistadas acima, quando ela diz que “antes era complicado e difícil e agora é mais difícil, mas pra nós é melhor”. Ou seja: se antes havia abundância de cereais, agora há mais possibilidade de comprar itens que faltam em casa, tais como geladeira, televisão, guardarroupa etc.

Hoje, nas casas, encontramos esses bens, embora sejam obrigados a comprar o arroz.

Pesquisadora – Você diz que, hoje, vocês têm menos em termos de produção, mas têm mais em termos de poder adquirir as coisas. Você pôde construir a casa, ter uma casa confortável, você tem um ótimo banheiro, tem ótimos quartos e agora?

J – Algum tempo a gente tinha tudo de roça e não tinha as coisas. Tinha assim... colchão de capim, cama de vara...

Pesquisadora – Mas o que proporcionou a vocês ter essas coisas todas?

J – Mas, hoje, a gente trabalha e tudo que trabalha a gente adquire. Pouco ou muito, mas vem na mão da gente, né. E também tem o rapaz em Rio de Contas que vende pra gente pra poder pagar... Ele não vai cobrar o dinheiro da gente tudo de uma só vez... a gente vai pagando por mês. Então tudo isso tem. Naquele tempo não tinha, né.

S – Agora você também é aposentada?

J – É. Mais tem outros que não são e tem a mesma coisa que eu tenho. A mesma coisa tem quem não é aposentado.

S – Tem?

J – Tem porque eles pode chegar em uma loja, comprar pra poder pagar tanto por mês, todo mês paga tanto. Tá em Rio de Contas, umas pessoas boas, dá da gente procurar alguma coisa, ele manda pra gente. E qualquer uma coisa, no caso de negócio, mandou procurar, vem mesmo.

Carvalho Franco (1996) aponta para a lógica das relações tradicionais que podem ser articuladas no mercado, onde o comércio e dinheiro podem centralizar determinadas estratégias. Dentro dessa mesma lógica, as relações de proximidades cimentam as relações econômicas e permitem a circulação de mercadorias.

Eventos, como a formação do lago e o conseqüente alagamento das terras e benfeitorias nelas existentes, provocaram o engajamento dos membros das comunidades em lutas sociais e políticas. Isto resultou no reconhecimento das comunidades e de suas terras, enquanto quilombolas. A dinâmica do resultado dessas lutas provocou uma reestruturação social, na qual se podem perceber algumas transformações de uma sociedade agrária, voltada para uma economia doméstica, agora desenvolvendo culturas, como a mangicultura e a produção de abacaxi, voltadas para o comércio e a tentativa frustrante da produção de subprodutos de avestruz. Como resultado, já despontam as contradições do capitalismo, evidenciadas nas colocações acima e nas queixas daqueles indivíduos, quando alegam não poderem vender as suas terras, visto que elas “são de todos”. Na aplicação das rendas para a “compra” de novos lotes, ou na aplicação do valor das aposentadorias em insumos agrícolas e até mesmo nas falas, quando em conversas informais dizem: “Agora é tudo no dinheiro”.

Apesar dessas mudanças que vêm ocorrendo, os casamentos endogâmicos continuam dando sustentação a toda rede de heranças, o que possibilita a persistência do modo de produção doméstico. A terra tem apenas o valor de uso e é de todos, como eles dizem, mas o uso dos lotes para o cultivo está assentado na família nuclear. Como terra de remanescentes de quilombos, legalmente reconhecida, não pode ser alienada, fato este que não provocou mudanças na estrutura fundiária, pois o mesmo se dava antes, quando consideradas terras do Estado, isto é, devolutas (ver mapas 3 e 4, anexos, indicando a produção da região).

7.2.1 As famílias

As famílias extensas formam um núcleo. Devido ao sistema de heranças, suas casas são edificadas lado a lado; dessa forma, torna-se possível auxiliar umas às outras em qualquer necessidade, como foi possível observar em várias ocasiões, durante o trabalho de campo. Filha que levava o prato feito para mãe, cunhada que levava um prato diferente para a outra, sobrinhos que dormiam com a tia para não deixá-la só durante a noite, sobrinho que cuidava da tia doente; enfim, inúmeros casos de solidariedade entre seus membros. À noite, nos finais de semana, realizavam atividades lúdicas entre eles, tais como jogos de dominó ou cartas, quando todos participavam, principalmente as crianças, e outras brincadeiras e conversas ao redor da mesa até tarde da noite. As danças aconteceram por ocasião das festas de aniversários, que podem ser de pessoas da cidade que gostam de frequentar as comunidades.

A família é sedimentada pela organização social integral, na qual a economia também é integrada.

A divisão dos lotes não causa atritos. Há tanto tempo que a família domina seus lotes que seu uso já é consolidado pela tradição. Às vezes, quando distribuídos entre os vários filhos, a área dos lotes diminui, porém como a população flutua, conforme a idade dos componentes, o número de famílias pouco tem se alterado no decorrer do tempo. Em 1988, no censo realizado por Messeder e Martins, eram 76 famílias. Hoje o número total de famílias cadastradas nas comunidades, pela unidade do centro de saúde, órgão que oficializa o número de famílias para assistência médica e social, soma setenta e duas famílias, sendo que 28 são de Bananal.

7.2.2 Projetos de geração de renda que foram implantados nas comunidades

Os projetos que visavam à reparação dos danos provocados pelo represamento das águas do rio Brumado não chegaram a se concretizar.

A horta comunitária se tornou uma horta muito pequena, não oferecendo exigência de mão de obra específica. A irrigação se dá através de um pequeno canal, que não oferece grandes possibilidades de irrigação. O projeto de irrigação, que iria possibilitar a plantação nos lugares mais altos, não foi concluído, pelo fato do técnico responsável ter sido vítima de assassinato. O projeto da criação de avestruz estava em vias de extinção, quando foi realizado o trabalho de campo, devido ao seu alto custo e dificuldades para escoar seus produtos. O projeto de produção de polpa de frutas também estava paralisado. Embora o prédio esteja concluído, faltam máquinas e outros insumos. Existem várias máquinas de costura industrial, no prédio do centro de múltiplo uso, que não têm sido aproveitadas por falta de preparo de mão de obra. Entretanto não foi observado queixas a esse respeito. Apenas em relação ao projeto de criação de avestruz, que existe alguma crítica.

Na comunidade de Bananal, que teve grande parte de suas terras alagadas, mais do que em Barra, está a maior queixa da falta de água, para agricultura. Seus membros estão de fato interessados em água que possa lhes proporcionar o cultivo, principalmente do arroz. O trecho da entrevista, a seguir, pode dar ideia do problema que a falta de água e de um projeto para irrigação causa a eles.

A – Aqui, Salete, eu acho que miorava, aqui pra comunidade era água, porque o povo sabe trabalhá, o povo sabe lidá com a terra; então eu acho, teve projeto prá outra coisa né, mas em primero lugar pra mim, veio uns pessoal aí de coronel, tem chegado alguma coisa e eles fala que vai fazê um projeto mas eu falei que ainda num tá no meu objetivo. Ele perguntô: o que é que tia? Eu falei: eu queria água, eu sei lidá com a terra, eu trabalho desde que eu era pequena, eu sei trabalhá, eu sei fazê horta, sei fazê roçá, sei fazê tudo. Si tivesse a água eu sei que tava bem; cum vida e saúde eu tava bem, que eu sei trabalhá, e tendo água você pode trabalhá em qualqué tempo, com terra seca como é que você pranta? Num pode prantá!

Pesquisadora – E a água tá aqui, né.

A – E a água tá ali, tem pé, mais num pode dá o curso, cadê a força, né! Cadê o dinheiro pra pudê puxa a água, prá pudê botá motô lá, botá uma coisa lá.

Pesquisadora – Mas aqui tem energia, está tudo fácil, tem água. Eu estava passando ali e estava ouvindo o barulhinho de água, deve ter algum riacho por aqui.

A – Riacho? Não, cê passô ali... [Tem um riacho perto]

A – Então, o problema é trazer essa água pra cá, né. Então, não custa nada fazer o projeto de irrigação? Porque a água num tá longe, tem muita água daqui no Rio de Conta, né!

Pesquisadora – Todos estão com uma queixa só, não é só você não, aqui no Bananal.

A – Na Barra tem muita água. Tem um rego grande, um rego que rega muita terra e desce de lá e pára ali assim, onde uma irmã minha morava.

Pesquisadora – E a água desse rego vem de onde?

A – Da ponte do Coronel.

Pesquisadora – Eles desviaram?

A – Um desvio, mas agora depois da barrage, ele é rego de água, de muita água.

Pesquisadora – Rego de água não é um riacho?

A – Não, é o mesmo rego, tira lá da ponte do Coroné e vem...

A falta de consideração pela posição dos membros das comunidades está evidenciada na frase: “mas eu falei que ainda num tá no meu objetivo. Ele perguntô: o que é que tia?”. Embora conste no projeto elaborado pelo DNOCS (1999, p. 8): “Qualquer programa que venha a ser estabelecido para as comunidades negras de Barra, Bananal e Riacho das Pedras, deve levar em conta os recursos naturais existentes e a identidade cultural dessas comunidades.”



Ilustração 53 – Rio Brumado, quando passa na comunidade de Barra. Essa é a transparência de suas águas, que permite ver o fundo. Este lugar não foi atingido pelo represamento..

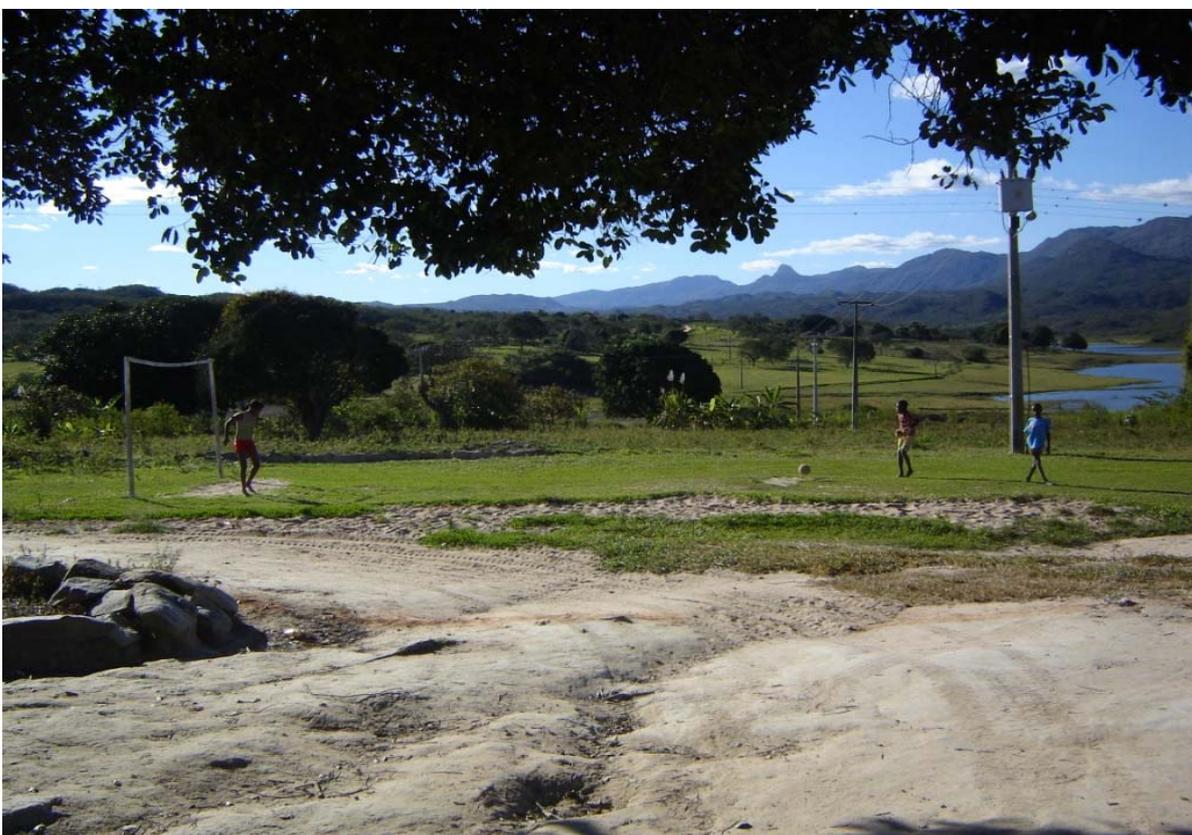


Ilustração 54 – Crianças brincam de jogar bola, na comunidade de Bananal. Ao fundo, a represa Luis Vieira, do Rio Brumado.

CAPÍTULO 8 - IDENTIDADES CAMBIANTES

O propósito deste capítulo é fazer uma análise breve e conclusiva de como as identidades de trabalhadores livres, católicos e quilombolas, foram construídas, como são cambiadas e quais circunstâncias são responsáveis por esse câmbio.

Para se pensar as formas de viver nas comunidades e o câmbio de identidades, foram utilizadas as premissas teóricas e metodológicas da abordagem estruturalista, por um lado, e, de outro, da interpretativa, no sentido de situá-las em relação aos rumos recentes do “pensamento moderno”, mais fluído, menos cristalizado sobre o social. Cada vez menos provinciano e mais pluralista, este pensamento abdicou de teorias gerais em favor de um conhecimento mais contextualizado, antiformalista e relativista, a fim de entender essas questões. A antropologia, como disciplina favorável a essas novas tendências do pensamento, é historicamente concentrada em entender perspectivas outras, formuladas pelos diversos grupos em torno das experiências destes no contexto “local” em que se situam. Nesse sentido procurou-se trazer para a discussão como o sujeito sociológico elabora sua concepção de identidade. Existe um alinhamento das subjetividades com os lugares nos quais os sujeitos estão inseridos social e culturalmente. “A identidade, então costura [...] o sujeito à estrutura.” (HALL, 2003, p. 12). Entretanto, o próprio Hall argumenta que essa noção está mudando. O sujeito está se tornando fragmentado, composto não de uma, mas de várias identidades enquanto asseguradoras da conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura.

8.1 A identidade de homens livres

A identidade de homens livres, apreendida no mito de origem, enfatiza o caráter de fricção interétnica. Nela, as relações são moldadas por uma estrutura de sujeição e dominação. No plano étnico, reporta à estrutura de classe do plano social global, num sistema hierárquico que comporta status com base em categorias liberto/cativo, para o ser e para o trabalho.

Entretanto foi possível observar na pesquisa que este mito está desaparecendo, sendo esquecido. Na fala de uma das entrevistadas, ainda jovem, foi declarado:

Pesquisadora – Existe também outra história que teriam naufragados na Costa de Itacaré...

J – Isso... Já ouvi essa história também.

Pesquisadora – Em Bananal alguém conta essa história?

J – Não. Eu já conheci essa história a partir de um documento que eu li.

Pesquisadora – Que documento?

J – Alguns depoimentos, algumas entrevistas, algumas pessoas que vieram fazer estudo, sabe, aí eles deixaram arquivado.

A existência desse mito, passado de geração em geração, através da história oral, hoje sobrevive para os jovens, somente através de entrevistas escritas e arquivadas, meio pelo qual será perpetuada. Como o mito é reflexo da estrutura social e das relações sociais (LÉVI-STRAUSS, 1978), o fato de estar sendo esquecido é um dos indícios da mudança da estrutura, mas, principalmente, das relações sociais. Possivelmente está sendo substituído pela identidade quilombola. No imaginário dessa população, esta identidade está ligada à questão da escravidão, por isso, hoje, a ênfase identitária tem como referência um passado, não confirmado por todos, no qual a escravidão existiu entre eles, o que não era dito há aproximadamente dez anos, quando a pesquisadora iniciou as visitas às comunidades.

8.2 A identidade quilombola

Hoje, essa identidade tem preferência à identidade de homens livres, conforme é apresentada na pesquisa.

Pesquisadora – Vocês se declaram quilombolas porque têm título?

C – Não, porque somos refugiados, fomos escravos e somos libertos. Se declara como remanescente. Mas não é o título, a gente tem que identificar a gente mesmo. Somos descendentes de africanos e passamos por um processo de sofrimento, de escravidão. Nossos antepassados foram escravizados. E aí nenhuma entidade pode declarar como remanescente, quem tem que se declarar é a própria comunidade. Depois a fundação Palmares tem que emitir o título.

Pesquisadora – Se sentir quilombola, a questão identitária de vocês ficou mais forte a partir do reconhecimento?

C – Ficou mais forte na parte da assistência, agora os quilombolas podem ter uma associação e o governo pode acompanhar. Tem a SEPIR⁴⁷ que é a Secretaria Racial, realmente voltada para a questão de comunidades tradicionais, os quilombos também é comunidade tradicional.

⁴⁷ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

A identidade, no caso, como autorreconhecimento, parte da ideia de autoproteção, o que, na emergência do cotidiano vivido nas comunidades, visava à legalização de suas terras. Isto condiz com as teorias da escolha racional, que consideram que os membros do grupo étnico se definem em razão de sua pertença involuntária e de sua interiorização inconsciente dos valores do grupo, porém se unem fortemente quando desejam adquirir bens que não chegam a conseguir com estratégias individuais.

8.3 A identidade religiosa

Analisar a implantação do catolicismo em territórios quilombolas, suscitada pela existência de populações afrodescendentes que se despiram de toda religiosidade de origem afro para tornarem-se católicos, professando a fé com a mesma intensidade do branco colonizador, embora tenham preservado o isolamento da comunidade e o casamento endogâmico, é uma tarefa bastante complexa.

Hoornaert (1974), baseado em afirmações de viajantes do século XIX, que penetraram nos sertões da Bahia e outros Estados, afirma que os quilombolas foram propagadores da fé cristã e evangelizadores. Para o autor, estamos diante de uma forma original de propagação da fé, fora do alcance do controle clerical e por isso mesmo fora da imposição branca.

A partir desta colocação, pode-se perguntar como foi a implantação do catolicismo nos diversos quilombos que praticaram esta religião e quais as suas especificidades. Qual o sentido que o catolicismo teria de fato para os negros fugitivos? Pode-se supor, hipoteticamente, que a religião atuava como elemento de coesão do grupo e estimulava a defesa contra o invasor, conforme indica o autor citado. Sendo assunto praticamente inexplorado, fica-se no terreno das generalidades e sua importância se revela por ser uma forma típica de evangelização do interior brasileiro.

O catolicismo nos quilombos – considera o mesmo autor – teria assumido um outro significado, que é o da libertação, sendo alternativo do catolicismo nos engenhos: “os símbolos (ritos, cerimônias, santos, devoções) são os mesmos, mas os significados são diferentes. Enquanto nos engenhos significavam escravidão, no catolicismo livres dos quilombos significavam libertação.” (HOORNAERT, 1974, p. 133). O mesmo autor, partindo de algumas pesquisas, questiona os motivos que levaram os quilombolas a proibir o culto africano e aderir ao culto católico, e levanta algumas razões:

- a) o catolicismo representava a segurança da tradição recebida nos engenhos;
- b) os santos católicos já eram mais costumeiros aos fugitivos que os orixás africanos; em consonância com o que a cultura popular ainda hoje guarda, o céu do Pai Eterno é melhor que o de Olorum;
- c) o sepultamento cristão, com missa de sétimo dia, é obrigação para as “filhas de santo” dos terreiros africanos em Salvador na Bahia, e a missa católica entra perfeitamente nos ritos afro-brasileiros.

Para a mentalidade popular não há problema nisso. O problema surge a partir da ortodoxia católica, que dá mais atenção aos ritos do que ao seu significado.

Sob este aspecto, ele procura analisar o valor da tradição na religião dos marginalizados como sinal de segurança e de força. Para ele, o catolicismo fazia união entre negros de diversas procedências africanas.

Sabe-se que os senhores de engenho tinham o máximo cuidado em separar as “nações” africanas (angolanas, gege, nagô, moçambique, etc.) por medo de revolta.

Neste sentido, há concordância com Edson Carneiro (1937, p. 12), quando diz:

[...] ainda em começos do século XIX, o conde dos Arcos achava prudente manter as diferenças tribais entre os negros permitindo os seus batuques, porque proibir o único ato de desunião entre os negros, vem a ser o mesmo que promover o governo, indiretamente, a união entre eles.

Porém essa posição não explica como seria concretizada a unidade dos cultos de origem africana, tendo por modelo a religião dos negros na Bahia. O mesmo aponta as causas: poucos estudos, mas, por vezes, facilmente presumíveis, que determinavam a predominância de uma ou de outra das religiões africanas nos vários pontos do novo mundo, considerando que:

Uma vez organizado o culto, facilmente se compreende que, de preferência ao culto católico de que nada ou pouco podiam compreender houvesse os negros de outras nações e procedências adotadas com sua religião africana que estava mais ao alcance de sua inteligência rudimentar, e mais de acordo com seu modo de sentir. (CARNEIRO, 1937, p. 14).

Para Edson Carneiro, os negros da Bahia não tiveram dificuldade em impor sua religião à maneira escrava. Já preparado para receber a religião católica, reinterpretava-a para manter fidelidade à terra de origem.

A postura da religião católica oficial é a de liberdade do ser humano. Como duas coisas tão antagônicas – liberdade e escravidão – poderiam sobreviver numa mesma sociedade? Pode-se dizer que o catolicismo implantado na colônia exigia transformações

urgentes. O catolicismo praticável, nascido nos engenhos, é considerado um sincretismo entre a religião católica ibérica e o ambiente escravocrata no Brasil, e seu resultado é uma quase impossibilidade de transmissão da mensagem de liberdade essencial no cristianismo. (HOORNAERT, 1974, p. 75). O que não ficou explícito é que essa liberdade deve ser interpretada para a pós-morte.

A proposta jesuítica, capaz de encarar as tarefas impostas pela evangelização como proposta de libertação, se dirigia sobretudo ao índio. Em relação aos negros, fracassou e não conseguiu penetrar no mundo dos engenhos, pois o patriarcalismo não o possibilitava. O catolicismo no Brasil, através de uma classe de proprietários locais, moldou a mentabilidade católica e preservou as expressões de cultura africana nos engenhos onde não vigorava, sob os olhos do senhor. Porém, furtivamente, havia a sua preservação, em práticas não autorizadas pela Igreja Católica.

No entanto, a magia, o animismo, o fetiche não eram práticas próprias apenas dos africanos que vieram trabalhar como escravos. Sabe-se que eram praticadas na Europa, principalmente na era medieval e que continuaram existindo, apesar de toda condenação efetuada pelo Concílio de Trento, que desencadeou a contrarreforma. Que já existiam em Portugal, fica muito claro, através das Ordenações Filipinas de 1603. Não apenas eram praticadas, como também eram condenadas oficialmente. Certas práticas, das quais, hoje, temos conhecimento, e que são praticadas em terreiros de umbanda, macumba e quimbanda, já estavam previstas como crime de condenação nas referidas Ordenações. O livro V, das Ordenações, é pródigo no que se refere a feiticeiros e benzedores. Torna-se ilustrativo citar o título III e IV desse livro.

Título III – dos Feiticeiros:

Estabelecemos que toda pessoa de qualquer qualidade e condição que seja, que de lugar sagrado ou não sagrado toma pedra d'Ara, ou Corporais ou parte de cada uma destas coisas, ou qualquer outra coisa sagrada, para fazer com ela alguma feitiçaria morra de morte natural.

Qualquer pessoa que em círculo ou fora dele, ou em encruzilhada invocar espíritos diabólicos ou der a alguma pessoa a comer ou beber qualquer coisa para querer bem, ou mal a outrem, ou, outrem a ele, morra por isso de morte natural. No mesmo título há ainda as citações dos objetos usados pelos feiticeiros: “água”, cristal, espelho, espada, coisa luzente, etc. No que diz respeito a outras práticas: fazer figuras, ou imagens, trabalhos de adivinhações com cabeça de homens mortos; nem se faça coisa para que uma pessoa queira bem, ou mal a outra, nem para ligar homens, nem mulheres, para não poderem haver ajuntamento carnal.

Além dessas citações, há muitas outras práticas que ainda hoje se encontram, quando se estuda a cultura popular.

No título IV, encontramos referência àqueles que benzem cães ou bicho sem autoridade do El Rey ou dos Prelados. A pena para quem praticasse esse tipo de benzimento podia chegar ao degredo. Souza (1986), estudando a religiosidade popular na colônia, cita diversos casos de feitiçaria e benzimentos, e Cruz (2001) demonstra que apesar do Brasil ser um país predominantemente católico, essas práticas estão presentes no cotidiano popular. O benzedor que participou da pesquisa efetuada no interior do Estado de São Paulo, pela última autora acima citada, benzia doenças em humanos, causadas por picadas de animais e doenças em animais, principalmente bicheira. Comumente benzia para afastar cóleras e febres, aranhas, cobras e outros tipos de animais peçonhentos do convívio humano e os mandava que fossem para lugar adequado, onde o homem não precisava ir. Afirmava que aquele que não o obedecesse teria por pena a morte natural.

A pedra pode estar em um altar de celebração católica, de um terreiro de umbanda ou candomblé (BASTIDE, 1971), o santo pode ser lavado ou conduzido ao rio ou cachoeira na tradição da cultura popular (BOSI, 1986), mas o que importa é o que significa, o que estão querendo dizer com isto.

As práticas do feitiço, o sortilégio, a magia tão presentes nos ritos mágico-religiosos só podem ser interpretados quando inseridos na realidade daqueles que os praticam, porque são ressignificados no trânsito, ao passar de uma cultura para outra ou de um sistema simbólico para outro.

O catolicismo popular, no Brasil, não apenas se apropriou das práticas trazidas pelos colonos portugueses, mas também se recriou e ressignificou nas comunidades negras quilombolas. Ao que parece, ao assumir o catolicismo, os habitantes dessas comunidades não o fazem como imposição do colono branco sobre eles, nem como fator de coesão apenas, conforme discutido anteriormente, mas permite pensar em uma outra possibilidade, proposta pela ressignificação, qual seja, de uma formação identitária. Neste caso, não estaria envolvido o caráter de libertação como é proposta da religião católica ou do catolicismo pregado pelos jesuítas ou pela Igreja Católica, enquanto instituição a serviço do catolicismo oficial. Também exclui os mecanismos de opressão exercidos no Brasil através da Igreja Católica e dos representantes do santo ofício.

Mas existe um outro olhar possível, quando se analisam as festas católicas populares, nas comunidades. Nelas, a identidade étnica atravessa a religiosa, quando impõe as fronteiras ao sair do processo de limiar, no sentido dado a *communitas*, e introduzir-se no *habitus*, derivado da própria etnicidade do grupo. Pois:

É de natureza da sociedade que ela se exprima simbolicamente em seus costumes e em suas instituições; ao contrário, as condutas individuais normais jamais são simbólicas por elas mesmas: elas são elementos a partir dos quais um sistema simbólico, que só por ser coletivo se constrói. (LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 17).

Desta forma, entende-se que a vida social nas comunidades aqui estudadas, é um mundo de relações simbólicas, compreendidas no contexto coletivo e não fora dele.

CONCLUSÃO

Foi visto como a identidade quilombola atualmente se sobrepõe à identidade de homens negros e livres, que nunca foram escravizados. O mito é aos poucos deixado de lado ao dar ênfase à identidade quilombola. “Desde que passou a ser quiranbola, agora tem que ser”, conforme disse dona Cecê, do alto da sabedoria que lhe confere os seus oitenta e seis anos. Ser quilombola não necessariamente prescinde de ter sido ou não escravizados. O artigo 216 da Constituição Federal do Brasil (1988), § 5º, que trata do tombamento dos documentos e sítios dos antigos quilombos, insere-se na seção da Constituição destinada à cultura, cujo princípio norteador é que a nacionalidade brasileira se forma a partir de grupos étnicos diferenciados, com histórias e tradições diversas. O’Dwyer (2002, p. 3) afirma que a identidade destes grupos não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela trajetória vivida e a experiência compartilhada de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Além da realidade inequívoca, o quilombo deve ser pensado dentro de um conceito que abarca uma experiência historicamente situada na formação social brasileira. A Constituição de 1988, ao reconhecer o Estado brasileiro pluriétnico e multicultural, assegura aos diversos grupos formadores da nacionalidade o exercício pleno de seus direitos. Sendo assim, os territórios físicos por eles ocupados constituem-se em espaços simbólicos de identidade, de produção e de reprodução cultural, portanto imanente à identidade.

Embora os estudos sobre as identidades cambiantes tenham apontado para a prevalência da identidade quilombola em detrimento da identidade de homens livres, e essas duas identidades são assumidas com mais ou menos ênfase, a identidade de homens católicos não sofre, aparentemente, nenhuma alteração.

Ao indagar sobre esse fato e os motivos que conduziram a ele, pode-se distinguir dois fatores sociais, implícitos no contexto onde emerge e submerge a identidade quilombola e a identidade de homens livres, respectivamente. O primeiro fator social que surge e está diretamente ligado à religião católica é o Concílio Vaticano II, e o segundo é a Constituição Federal de 1988, a qual abarca os movimentos sociais negros, que até então tinham, por força das circunstâncias, sido abafados.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) desencadeou uma série de renovações eclesiais e eclesiásticas e, juntamente com estas, a Igreja Católica pretendeu abrir as portas para as questões da modernidade, sobretudo as relacionadas às injustiças sociais, a um novo ecumenismo, ao diálogo com as demais religiões e mesmo com os não crentes (BEOZZO,

1993, p. 7). Na América Latina, na Conferência Episcopal de Medellín (1968), a Igreja consolidou sua “opção preferencial pelos pobres”. A teologia abordada voltou para a realidade do continente na sua expressiva desigualdade social em consequência do sistema capitalista aqui desenvolvido. Uma segunda conferência, que teve como tema: A Presença da Igreja na Atual Transformação da América Latina fomentou um modelo de catolicismo preocupado com os problemas sociopolíticos do povo e deu legitimidade a uma nova forma de organização. Esta nova organização foi pautada pela formação de Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. A atuação dessas comunidades propiciou a consolidação das propostas da teologia da libertação (LESBAUPIN, 2000). As CEBs, definidas como pequenos grupos de leigos organizados nas paróquias, abarcavam bairros urbanos e rurais. Uma dessas comunidades foi implantada nas comunidades de Rio de Contas aqui estudadas. É da CEB, de Barra e Bananal, que o líder comunitário, atuante até hoje, fala:

Pesquisadora – Em 87 você já estava liderando aqui? Formando associação?
 Carmo – Já. A liderança veio muito antes de eu estudar. A liderança minha veio a partir dos treze anos.
 Pesquisadora – É? Como foi isso?
 Carmo – O trabalho com a comunidade da Igreja.
 Pesquisadora – A Igreja então ajudou?
 Carmo – O meu ponto de partida foi a Igreja.
 Pesquisadora – E hoje qual a sua participação na Igreja Católica?
 Carmo – Eu sô ainda de Igreja, já fiz alguns trabalhos a nível de Diocese, já fui coordenador de pastoral diocesana na comunidade de base. Hoje sou dirigente da comunidade, faço parte da direção.

Ao líder comunitário cabia provocar reflexões acerca do cotidiano e dos problemas diários, tendo como referência a Bíblia. A problemática surgida a partir dos danos causados pelo represamento das águas do Rio Brumado, mais os problemas referentes à propriedade territorial vieram para as discussões e destas ao público. Os intelectuais ligados à Igreja Católica (LESBAUPIN, 2000; RODRIGUES, 1997; TEIXEIRA, 1996) atribuem grande parte dos ganhos dos movimentos populares à atuação das CEBs.

Do outro lado, viam as forças desencadeadas através das discussões com os movimentos negros de Salvador, da criação da Fundação Cultural Palmares em 1988, das possibilidades abertas através da Constituição Federal de 1988. Foi dentro desses espaços que se abriram que a denúncia a respeito dos danos causados pela inundação das terras quilombolas e as lutas que se desenrolaram levaram as comunidades ao título de patrimônio quilombola em 1999.

Segundo o líder comunitário, foi feita uma denúncia pública, anterior.

C – Uma denúncia pública. E aí fomos ficando visto e a gente tinha pessoas do governo acompanhando a gente, nos defendendo, na época tinha o pró-memória que funcionava no Ministério da Cultura, em Brasília. Tinha também o memorial Zumbi, que funcionava no Ministério da Cultura. Então isso ajudou. Esse pessoal tinha acesso ao Ministério.

Embora pareça um tanto contraditório que políticas reconhecidamente tão díspares, da Igreja Católica e dos movimentos negros, possam, em determinado contexto, se complementar e favorecer determinados objetivos para atingir as metas propostas, ou seja, no caso, a condição de remanescentes de quilombos. Hoje, constitucionalmente garantida pela condição de patrimônio cultural, enquanto grupo étnico, a identidade prevalecente tem sido a identidade quilombola. Porque não houve fricção entre esta identidade e a identidade católica, a última permanece inalterada.

Se é possível deparar com alguns indícios de mudanças, conforme citados anteriormente, há porém outros indícios bastante fortes para que as fronteiras sociais e culturais permaneçam devido não somente aos casamentos endogâmicos, relacionados à estrutura fundiária, mas também pelas relações de desigualdade e estratificação internas, que são mínimas. A segurança, hoje vivida pelos remanescentes de quilombos, foi conseguida através do título da posse das terras onde habitam; o mesmo torna a terra, por definição, intransferível, o que não afeta o processo produtivo e o princípio de organização canalizado para a distinção étnica.

A dimensão da religião nessas comunidades, quando levada em conta a sua contribuição na formação da identidade católica, cria recursos que podem ser mobilizados para a manutenção do status da comunidade frente a outros grupos. A identidade católica, além de estabelecer fronteiras, conforme foi visto, torna-se, não obstante, um atributo étnico, porque é utilizado como marcador de pertença de um grupo étnico que tem uma origem comum.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JÚNIOR, B. **Margens da Cultura**: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ABREU, J. C. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1960.
- _____. **O Descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- AGLUCKMAN, M. **Custom and Conflict in África**. Illinois: The Free Press, 1955.
- ALMEIDA, N. L. F.; CARNEIRO, Z. O. N. (Org.). **Amostra da Língua Falada em Bananal/ Barra dos Negros**. Feira de Santana: UEFS, Depto de Letras e Artes, 2002.
- ALMEIDA, K. L. N. Consideração do Perfil do Alforriado em Rio de Contas, Bahia (século XIX). **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 31-54, jul./dez. 2009.
- ALVES, H. Santo Rosário. Poderosa arma de eficácia comprovada. **Revista Catolicismo**, maio 2001. Disponível em: <<http://www.lepanto.com.br/DCTerço.html>>. Acesso em: 3 out 2010.
- ALVES, P. Perspectivas Acerca do Método e Técnica de Análises dos Discursos. **Revista História**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 33-37, 1983.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- ARAÚJO, E. P. **História de Jequié**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1997.
- ARRUTI, J. M. **Mocambo**. São Paulo: Edusc, 2006.
- AZZI, R. Catolicismo Popular e Autoridade Eclesiástica na Evolução Histórica do Brasil. **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, p. 125-149, 1997.
- AZEVEDO, L. **Épocas de Portugal Econômico**. Lisboa: Ed. Livraria Clássica, 1928.
- BALANDIER, G. **Antropologia Política**. São Paulo: Edusp, 1969.
- BANDEIRA, M. de L. Terras e Territórios de Negros no Brasil. **Textos e Debates**: Revista do NUER/UFSC, Florianópolis, ano 1, n. 2, 1990. Disponível em: <www.nuer.ufsc.br/textosdigitais.html>. Acesso em: 3 out 2010.
- BANDEIRA, L. A. M. **O Feudo**: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da Conquista dos Sertões à Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BARBOSA, A; CUNHA, E. T. **Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In.: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Edunesp, 1998, p. 187-227.
- BASTIDE, R. **As religiões Africanas no Brasil**. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli, 1971.
- BETHELL, L. **História da América Latina**. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1997. v. I.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BOSI, E. **Cultura de Massa e cultura popular: leituras de operárias**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. et al. **Ofício de Sociólogo: Metodologia da Pesquisa na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: 34, 2001.
- CARNEIRO, E. **Negros bantus**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.
- CARVALHO, F. M. S. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1996.
- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- COSTA, S. **Dois Atlânticos**. Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- COSTA E SILVA, A. **A Enxada e a lança**. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.
- CRUZ, S. A. **As Benzedeiras de Vera Cruz**. Cultura Popular e a Escola Pública no Oeste Paulista. 2001. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.
- CUNHA, M. C. **Negros, Estrangeiros**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: DAMATTA, R. **Exploração da Sociologia interpretativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 97-119.
- DNOCS. Divisão de Estudos e Projetos. **Relatório Técnico - 4ª DR/E**. Salvador, 1999.

DOURADO, J. A. L. Irrigação no nordeste: considerações a partir da implantação do projeto de irrigação Livramento de Nossa Senhora (BA) In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: IMPERIALISMO, NACIONALISMO E MILITARISMO NO SÉCULO XXI, 4, 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2010.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EADES, J. S. **The Yoruba Today**. Cambridge: Press syndicate of de University of Cambridge, 1980.

FRANCO, F. de A. C. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. Séculos XVI – XVII – XVIII. Minas Gerais: Itatiaia, 1989.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Brasília: Editora da UnB, 1963.

FUNCH, L. S. e outros. **Plantas Úteis Chapada Diamantina**. São Paulo: Rima, 2004.

FLORENTINO, M. (Org.). **Tráfico, cativo e liberdade**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

GAETA, M. A. J. V. A Cultura Clerical e a folia popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0102-01881997000200010&ln>. Acesso em: 3 fev. 2011.

GALIZONI, F. M. Terra, ambiente e herança no alto do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 40, n. 3, p. 37-48, 2002.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. **Saber Local: Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GORENDER, J. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GOULART, M. **A escravidão africana no Brasil**. Das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GUERRIERO, S. **O estudo das religiões: desafios contemporâneos**. São Paulo: Paulinas, 2003.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. São Paulo: Humanitas, 2003b.

HARRIS, M. **Town and country in Brazil**. New York: Colúmbia University Press, 1956.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPRJ, 2005.

HERSON, B. **Cristãos novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)**. São Paulo: Edusp, 2003.

HOORNAERT, E. Pressupostos Antropológicos para a Compreensão do Sincretismo. **Revista de Cultura**, Petrópolis, n. 7, p. 563-572, 1977.

_____. **Formação do catolicismo brasileiro, 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____ et al. **História da Igreja no Brasil, Tomo II/1 e II/2**. Petrópolis: Vozes, 1983.

HOUTART, F. **Mercado e Religião**. São Paulo: Cortez, 2002.

IMPrensa NACIONAL. **Crônica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos portugueses**. Portugal: Casa da Moeda, 1986.

JOVCHELOVITH, S. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITH, S. (Org.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 64-85.

KABENGELE, M. **Negritude**. Usos e Sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra**. Metodologia e pré-história da África. v. I. Brasília: Ministério da Educação, Governo Federal. 2010. Disponível em: <unesdoc.inesco.org./images/001902/190249P>. Acesso em: 12 dez. 2010.

KLEIN, H. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 137-140, maio/ago. 1987.

KUPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: Edusc, 2002.

LAPA, J. R. do A. **A Bahia e a carreira da Índia**. São Paulo: Hucitec, 2000.

LAPLANTINE, F; TRINDADE, L. **O que é Imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Primeiros Passos, 309).

LATOUR, B. **Reflexão Sobre o Culto Moderno dos Deuses Fe(i)tiches**. São Paulo: Edusc, 2002.

LEACH, E. **Cultura e Comunicação**. A lógica pela qual os símbolos estão ligados. Uma introdução ao uso da análise estruturalista em antropologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

LEITE, I. B. Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. **Textos e Debates: Revista do NUER/UFSC**, Florianópolis, n. 7, 2000. Disponível em: <http://www.nuer.ufsc.br/artigos/os_quilombos.htm>. Acesso em: 13 dez. 2008.

LEMAÎTRE, N. et al. **Dicionário Cultural do Cristianismo**. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1999.

LEONARDI, V. **Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília, DF: Paralelo 15, 1996.

LÉPINE, C. **O Inconsciente na Antropologia de Levi-Strauss**. São Paulo: Ática, 1974.

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify; 2003.

_____. **Myth and Meaning**. Toronto: University of Toronto, 1978.

_____. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1970.

_____. **Raça e História**. Lisboa: Editorial Presença, 1952.

LOVEJOY, P. E. **A Escravidão da África: Uma História de suas Transformações**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

MAGALHÃES, B. de. **Expansão geográfica do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1978.

MALHEIRO, P. **A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília, DF: INL, 1976.

MARCHANT, A. **Do escambo a escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DF: INL, 1980.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOSO, K. M. Q. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEILLASSOUX, C. **Antropologia da Escravidão. O ventre de Ferro e Dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **Mulheres, Celeiros & Capitais**. Porto: Afrontamento, 1977.

MENDES, C. **Direito Civil Eclesiástico Brasileiro: antigo e moderno em suas relações com o Direito Canônico**. Rio de Janeiro, Garnier, 1866-1873.

MESSEDER, M. L. ; MARTINS, M. A. M. Arraiais de Rio de Contas: uma comunidade de cor. **Caderno CRH: Suplemento**, p. 36-49, 1991.

MIRA, J. M. L. **A Evangelização do Negro no Período Colonial Brasileiro**. São Paulo: Loyola, 1983.

MONTENEGRO, J. A. de S. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

- MOURA, C. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.
- MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NASCIMENTO, A. do. **O quilombismo**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002.
- NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da cor: identidade raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.
- NEVES, E. F. **Uma comunidade sertaneja: Da sesmaria ao Minifúndio**. Salvador: Edufba, 1998.
- O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos-Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- OLIVEIRA, A. J. M. de. **Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2008.
- OLIVEIRA, P. L. Circulação, usos sociais e sentidos sagrados dos terços católicos. **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 82-115, 2009.
- OLIVEIRA, P. R. Religião e Dominação de Classe: O caso da Romanização. **Revista Religião Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 167-187, 1980.
- OLIVEIRA, R. C. **Caminhos da identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Edunesp; Brasília, DF: Paralelo 15, 2006.
- _____. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- ORDENAÇÕES Filipinas. Disponível em: <<http://www.1.cic.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ni.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2008.
- ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PEIRANO, M. **Rituais Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **O Dito e o Feito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- PEREIRA, A. G. de. **De como entrou a mineração na Bahia**. Estudo Histórico. 6ª Palestra do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Salvador: Litho-Typ, Reis & C, 1912.
- PESSOA, O. F. Raça e Eugenia. In: SCHWARCS, L. M.; QUEIROZ, R. da S. (Org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 11-34.
- PIERUCCI, A. F. **A Magia**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- PIRES, M. de F. N. **O crime na cor: escravos forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Edunesp, 1998.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

QUERINO, M. **A Raça africana e seus costumes**. Salvador: Progresso, 1955.

REESINK, M. L. "Rogai por nós". Religião e Sociedade. **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 82-115, 2009.

REIS, J. J. Recôncavo Rebelde: Revoltas Escravas Nos Engenhos Baianos. **Revista Afro-Ásia**: Revista da UFBA, Salvador, n. 14, p. 100-126, 2005.

_____; GOMES, F. dos S. (Org.). **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; SILVA, E. **Negociação e Conflito**. A resistência Negra no Brasil Escravagista. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

REZENDE, C. B.; MAGGIE, Y. Raça como retórica: a construção da diferença. In: _____. (Org.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 11-25.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI M. F. A arte da catira: Negócios e reprodução familiar de sitiantes mineiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 67-74, jun. 2007.

RIBEIRO, J. da S. Antropologia Visual, Práticas Antigas e Novas Perspectivas de Investigação. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 2, 2005.

ROCHA, E. **O Que é Mito**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, N. **Os Africanos no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SAHLINS, M. D. **Cultura e Razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANCHES, P. Ainda Durkheim, ainda religião. In: ROLIM, F. C. (Org.). **A religião numa sociedade em transformação**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-31.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SANTOS, J. T. dos. **O poder da cultura e a cultura no poder**. Salvador: Edufba, 2005.

SCHIAVO, R. A.; OLIVEIRA, F. R. C. Da teologia ao rural: reflexões acerca de idéias religiosas e concepções políticas na Arquidiocese de Mariana. **Rev. Ideias – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 203-230, jul./ dez. 2008.

SCHWARTZ, S. B. **Roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

_____. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial: 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEGALEN, M. **Ritos e Rituais Contemporâneos**. São Paulo: FGV, 2002.

SERRA, O. T. **Barra, Bananal e Riacho das Pedras**: Comunidades Contemporâneas. Arquivo Municipal de Rio de Contas, 1998.

SEYFERT, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 52, 30 maio 1985.

SOUZA, L de M. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SPIX, J. B. von; MARTIUS. **Viagem Pelo Brasil**: 1817-1820. v.2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

STEIL, C. A. **O Sertão das Romarias**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Romeiros e turistas no santuário de Bom Jesus da Lapa. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 354-393, 2003.

TRINDADE, L. **Conflitos Sociais e Magia**. São Paulo: Hucitec, 2000.

TURNER, V. **Dramas, campos e metáforas**: ação simbólica na sociedade humana. Niterói: UFF, 2008.

VASCONCELOS, A. L. **Ouro, conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão**: Bahia do século XVIII. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 2001.

VELHO, O. G. **Capitalismo, Autoritarismo e Campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. O cativo da Besta Fera. In: _____. **Mais realista do que o Rei**. Ocidentalismo, religião e modernidades alternativas. Rio de Janeiro: TopBooks, 2007. p. 103-133.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e Bahia de todos os Santos**. Dos séculos XVII a XIX. Salvador: Corrupio, 2002.

VIANA FILHO, L. **O Negro na Bahia**. São Paulo: Martins; Brasília, DF: INL, 1976.

WEBER, M. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. Lisboa: Presença, 1990.

WEHLING, A; WEHLING, M. J. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

APÊNDICE A - ENTREVISTAS

Entrevista com a Senhora Joanita Maria de Aguiar, moradora da Comunidade de Bananal, de Rio de Contas.

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Joanita.

S – Joanita, você pode falar o seu nome e sua idade?

J – Meu nome é Joanita Maria de Aguiar. Tenho 58 anos

Moro aqui desde que nasci. Fui trabaíá em Salvador com uma família. Depois mandei construir essa casa. Aí o carrapeta daqui, caiu e aí eu empreitei com um homem de Rio de Conta ganhava quarenta e quatro conto que era o salário e depois ele pediu seiscentos e sessenta reais fora os ajudante e eu não tinha como pagar que eu ganhava quarenta e quatro e minha patroa falou pode mandá ele fazer e depois você vai me pagando e aí eu fui assim mesmo que fiz . Eu mandei o rapaz vim fazer, o rapaz veio fazer a casa e eu fiquei de lá pagando.

S – E o material?

J – O material da casa eu comprei lá na mão do pessoal mafa que tem eu fiquei pagando tudo a prestação. Aí foi por isso que eu saí. (Foi trabalhar em Salvador.) Toda a vida nossa casa foi cheia de turista, toda vida, desde o tempo de minha mãe, minha mãe recebe muita gente, e aí ela faleceu e ficou nós no lugar. Ou eu ou Manuel Ramos, minha irmã Maria, qualquer um recebe o pessoal que chega aqui em casa recebe. A casa que mais recebe mesmo é aqui os outros tudo vai prá casa dela.

S – Você acha que mudou a comunidade, alguma coisa, desde que você era pequena até hoje?

J – Não, Mudá mudou, porque a comunidade que a gente mudou num tinha nergia, lá num tinha nergia, tinha candieiro, sifó, e aí agora mudou, porque hoje em dia já tem istrada, já tem nergia.

Na época não tinha nem istrada – num tinha nada, num tinha istrada, lembro que uma vez a Isabel lá de cima, caiu e desloco a perna dela e aí pra podê levá ela pra o Riacho das Pedras tivemo que levá ela de cadeira, no bangüê de cadeira, e levou ela da Barra até o Riacho das Pedras pra pegá o carro e levá ela pro Rio de Contas, pra podê levá pra Livramento, então eu acho que agora miorô dimais. Prá nós agora miorô.

S – Essa melhoria se deve a quê? Deve-se à prefeitura, aos projetos?

J – Pra nós aqui, nós ta achando que miorô. A Prefeitura num ajuda a gente quase aqui não, quem ajuda nós aqui mesmo é o governo.

S – Desde quando o governo ajuda vocês?

J – Ele manda pra nós cesta básica, agora num sei a idade certa. O governo mais ajuda nós agora é estrada, quem faiz mais a estrada nossa memo é a comunidade aqui, ajunta a rapaziada, os homi e vai fazê de braço e comé que fala...

S – Mutirão?

J – Faiz mutirão, faiz mutirão. Mais a estrada de fora é o prefeito qui faiz, mais agora a nossa mesmo, esse pouquinho que você vê passano aí é nois que faiz. Agora no tempo do Dr. Pedro, o Dr. Pedro fazia a estrada para nós, mas agora quando nós pediu a ele, ele falo que ataió é ataió. Ela ta melhor porque o caminhão consertou e ontem também o menino que trabaia com o Carmo também, a Prefeitura trabaiou um pouquinho na estrada, deu um repasse bom aí na estrada.

S – E a questão da água?

J – A água pra nós aqui é de vez em quando. Agora quando tá chovendo água aqui pra nós num falta, num falta não, é água direto, mais quando vai chegando perto de uma festa a água pra nós aqui acaba. A água pra nós acaba e tem veiz que nós fica quinze, vinte dia sem água.

S – Por que acaba no tempo da festa?

J – Num sei, eu acho que é eles que tira pra moía algum mantimento aí pra cima.

S – De onde vem a água?

J – A água vem da fazendola.

S – O que é fazendola?

J – A fazendola é uma cidadinha igual aqui, igual aqui.

S – E a água dela de onde vem?

J – É do rio.

S – Qual deles?

J – Da fazendola. Do rio fazendola.

S – Essa água do rio fazendola é uma água limpa?

J – É. É pura. A nossa aqui também é limpa, mais depois da barragem aqui, agora nós num usa, pega assim pra lavá roupa. Porque quando ela tá cheia, ela ta dentro do mato, dentro do mato tem sapo, tem cobra, tem bosta de boi, tem tudo. Aí nós num usa essa água pra bebê, ta dentro do mato.

S – Você falou ontem do banho...

J – É, do banho. É muita gente, nós num vamo fica usando essa água pro banho. Quando a barragem ta seca, a água ta bom de bebê, mas acontece que muito cheia de gente, nós num bebe dessa água não. A água desse rio aí pra nós bebê, nós num bebi. O sol esquenta...que vê agosto sê num vai achar lugar nenhum, nem pra estacionar o carro, na ponte do Coroné.

S – Gente de Rio de Contas?

J – De qualquer lugar, de Livramento... tudo quanto é lugar, falô ponte do Coroné vem. De Brumado pra cá tudo.

S – A barragem atrapalhou vocês?

J – A barragem atrapalhou meio mundo, a barragem atrapalhou tanto que minha mãe apaixonou, ela foi embora, apaixonou por causa do terreno dela que ela perdeu quatro terreno, que foi Riacho das Pedras e o Barro e Lagoa e um pedaço do Bananal. O Bananal é do marido dela e o do Riacho das Pedras e do Barro é do pai dela.

S – O Barro é outra comunidade?

J – É o Riacho das Pedras. Cada pedaço tem um nome. Cada pedaço tem um nome.

S – Quantas pessoas moravam em Riacho das Pedras?

J – É maior do que aqui.

S – Aqui tem quantas pessoas?

J – Agora só tem vinte e quatro família, mais em cada casa tem duas famílias, mas lá em Riacho das Pedras é maior do que aqui, a população lá é maior. Tinha mais gente.

S – E todos receberam indenizações?

J – Receberam, lá receberam. Quem não recebeu memo foi só nós. O dinheiro chegou que foi di mãe, mas tava no nome di mãe. Quando o dinheiro chegou ela tinha falecido, mas a maioria do povo foi o que mais recebeu.

S – Vocês moravam no Riacho das Pedras ou moravam aqui?

J – Nós morava aqui, mais o terreno da minha mãe estava lá, que lá é que dava mais feijão, mais é terra de feijão mesmo. Mais nessa época a casa tava lotada de feijão, de saco de feijão, o feijão ficava até no fecho.

S – Lá era uma terra fértil?

J – É, lá era uma terra boa. Tinha água de regá, tinha tudo.

S – O que é água de regá?

J – Pra regá roça.

S – Vocês puxam água pra regar o pomar?

J – Aqui, aqui não.

S – Já foram atrás disso?

J – Já. Lá na Barra tem até o motô que é daqui. A minha sobrinha que faz Medicina e aquele menino que é de Jequié, que está estudando Medicina em Cuba, ele foi em Salvador e lá ele fez um pedido pro governo lá, aí ele pegou o moto. O motô tá na Barra, mais num tem condição, só deu o motô. Num deu cano, num deu negócio de mexê com a bomba, aí num tem condição de montá, o motô ta lá. Que vê que não? É perigoso a gente chegá lá e apanhá o motô. Eles acha que a gente num precisa pegá e levá.

S – Na Barra tem água?

J – Na Barra tem, a mesma dessa nossa! Tem veiz que lá quando tem intupimento no cano, lá falta também, mais aqui falta mais. Tava te conversando com o Carmo pra reunir a população toda se uni e ir comprando o cano e reuni e cada um que pude ir compra no o cano, mais isso aí é coisa de Prefeito. É muito cano. Muito cano pra botá dentro do sistema, pra botá água. Eu acho que é muito cano pra gente mesmo comprá por conta da gente, seria uma obra muito grande. Nós achamo assim, se reunisse a comunidade de Barro e Bananal e todo mundo podia comprá o cano, vai muito cano e muito dinheiro. Aí agora tem o dia meu de regá, tem o dia de Mané Ramo e tem o dia de Maria e depois agora depois o cano torná voltá pra ir pra Barra e é muito cano pá carregá. Moιά aqui pra depois o cano subi pra cima fica difícil. Pra quem num tem um carro...

S – Quanto tempo tem de distância daqui até a Barra?

H – Pra nós aqui é meia hora.

S – Dá o quê, dois ou três quilômetros?

J – Eu não entendo nada de quilômetro.

S – A respeito de casamento...você é solteira, não é? Você não se casou por quê?

J – Porque num deu certo. A sorte num ajudou.

S – Se você tivesse que se casar, você se casaria com uma pessoa daqui de Bananal ou de fora?

J – Qualquer lugar, a sorte dano eu casava com qualquer um.

S – Qualquer um?

J – Era. Mas a sorte num deu.

S – A gente escuta falar que as pessoas daqui só se casam com gente daqui.

J – É nada! É porque os rapaiz daqui não procura namoro com as de fora. Mas se procurava bem que casava.

S – Os rapazes daqui querem se casar com as pessoas daqui?

J – É, casa. Muitos casa com rapaiz daqui. Moça daqui também casa com rapaiz de fora.

S – As moças daqui casam com rapaz de fora?

J – É casa, achano...

S – Tem caso assim, de casar?

J – É aqui nós num tem. Tem uma moça daqui que saiu daqui e casou com rapaz de fora. Ela casou em São Paulo. Ela casou lá e até veio agora. Na Barra tem uma moça, prima minha que é irmã daquele Zé, ele falou que a irmã dele casou lá em São Paulo.

S – Com branco ou com negro?

J – Num dá pra saber, mas o jeito dele é de negro.

S – Você gostaria de se casar com branco?

J – Eu já namorei com branco. Quase que eu casei. Mas eu ficava com vergonha da mãe dele, foi indo e não deu certo não (risos). Ele mora em São Paulo hoje, ele perdeu a terra dele toda...

S – Perdeu como?

J – Saiu e quando chegou outro invadiu a terra dele. Era aqui no Barro que mais tinha terra.

S – Foi inundada pela represa?

J – Tudo! E outra pessoa chegou e tomou a terra dele e plantou muito feijão. O lugar que dava mais feijão bom era na terra desse rapaz. Foi embora. A mãe dele até já faleceu.

S – Mas ele não era negro, né?

J – Não, nem a mãe nem o pai.

S – Aqui a comunidade Bananal é de quem?

J – Bananal? Bananal foi da minha bisavó. O terreno todo aqui foi da minha bisavó Béba.

S – O que mais você lembra de sua bisavó?

J – Eu num lembro dela porque num conheci, só conheci Maria do Carmo que era filha dela. A Maria do Carmo que criou meu pai. A Béba faleceu e ficou Maria do Carmo tomando conta de meu pai. Meu pai foi embora e ficou Joinda, aquela que mora em Brasília e Floriza que mora em Rio de Contas e tem o filho na cama. Ele foi embora e deixou a filha dormindo com a tia dele, a tia que criou ela. Aí ele falou que vocês sai daqui da casa da tia Carminha depois que ela falecer. Ele foi embora pra São Paulo e deixou ela aí.

S – Então as terras todas aqui de Bananal era do seu pai?

J – É do meu avó e do meu bisavô, depois ficou pros filhos. Tinha Duartina que era filha da Béba, tinha Bil que era filho de Béba, tinha a Maria do Carmo que é a Carminha que to falando, tinha Manoel Ramos e tinha Celestrina e tinha Mané Sulina filho de Béba. Aí agora os outro caso ficô aí na casa. A comunidade é um asó eu não posso dizer que minha, a terra é de um só, eu num posso dizer que é minha. E aí agora tudo é de Béba. Aqui nós num tem terra comprada.

S – Como vocês usam a terra hoje?

J – A gente usa, plantá um punhadinho de feijão, um pouco de mandioca igual aquele que você viu. Aí nós rançando cana, tem caninha é só meu irmão aí, é só. O lugar de dava roça boa é só dentro da barragem que a água ta tomada, que a água ta dentro da terra. Quando a água sai a gente corre e planta, mais acontece chove torna a tomá até metade da horta.

S – E agora como está a barragem?

J – Tá cheia, quando a água desce a gente planta, mais tem ano quando ta chovendo muito a barragem nem seca direito pra podê plantá.

S – O que vocês plantam?

J – Feijão, porque é o mais rápido pra dá.

S – Agora além do feijão o que mais vocês plantam?

J – Tem a mandioca, mais a mandioca planta fora do terreno que meu irmão comprô do outro lado da barragem.

S – Quem comprou?

J – Meu irmão. Manoel.

S – Ele comprou um pedacinho de terra?

J – Comprô, comprô, planto mandioca, feijão, milho, planto laranja, tudo no terreno dele.

S – E aqui no terreno que você usa, esse pomar, esse pomarzinho que você tem...

J – Esse pomar num dá pra plantá, a gente plantô uma mangueira, laranja, mais num dá pra plantá. A gente plantá, mais morre. Outro dia comprei 120 muda de café tá aí morreno porque num tem água pá moía. Tamo esperando a chuva do céu pá podê moía.

S – E chove bastante aqui?

J – Esse ano choveu, esse ano foi chuva mesmo.

S – Que época choveu?

J – Dezembro. Novembro, dezembro, janero, feeverero, aí é época de chuva mesmo.

S – E choveu bastante? Todo ano chove...

J – Todo ano chove...

S – E depois?

J – Aí istiô. Dá uma pancadinha de chuva assim ó, mais num é pá plantação não.

S – Essa fininha como vimos agora de manhã...

J – É, mais agora dá a chuvada porque vai entrá o tempo da flor e aí começa a chuvê.

S – E o feijão andu?

J – O andu dá em qualqué tempo.

S – Aí vocês colhem?

J – Colhe! E torna plantá outro.

S – O que vocês colhem para vender na feira?

J – Moça, tem dia que num tem nada pra vendê na fera. Hoje mesmo só tinha aquele anduzinho...

S – E outros dias, tempo de mais fartura, o que tem para vender na feira?

J – Laranja, quando tem laranjinha, abróba, quando dá abróba. Farinha quando quem tem que faiz.

S – Farinha? Quem faz farinha aqui na comunidade?

J – Terezinha mesmo, aquela que tava limpano a igreja hoje. Levo, ela feiz onti.

S – Ela fez ontem? Eu queria ter ido ver.

J – Ô, ela feiz, ralá de motô.

S – Devia ter ido lá.

J – Ela tava fazeno farinha onti, ela tem a roda de motô.

S – Aquela roda de motor é só dela ou da comunidade?

J – Não, é dela, ela e mais o cunhado dela compro. É dela. Mais Maria, minha irmã, tem uma rodinha ali, mais o motô de mão, não tem moto não, de mão. Tem uma mulher do outro lado de Barra que vendi farinha na casa dela.

S – Como é feita a farinha?

J – Rala a mandioca na roda de mão, bota no saco de linhage, bota a massa tudo dentro da prensa e bota a taba em cima da massa. Aí corre toda aquela água e aí bota as pedra em cima, pau em cima, pau e as pedra, e vai cresceno, cresceno até a hora que a massa enxuga. Quando tá seca a massa, tá enxutinha, aí cê passa na penera, vai jogano no forno, bota fogo no forno e vai queimano aos pouquinho.

S – Vai torrando...

J – Vai torrano, e torra...

S – E essa água que escorre da mandioca?

J – Joga fora!

S – A gente está ouvindo o gado aí, esse gado as pessoas criam aqui dentro da comunidade?

J – Cria, cria só duas cabecinha. Daqui mesmo. Tem ano que num tem pasto pros bichinho comê, tem que tá dano o que dá pá cume.

S – E ali em volta da barragem todo mundo pode por o gado ali pra pastar?

J – Pode.

S – Todas as pessoas que tem gado?

J – Pode. Cada qual no seu pedaço, né.

S – Ah, mas tem os seus pedaços?

J – Tem cada qual no seu pedaço. Pra lá do riacho, que tem pra lá, já é o da comunidade que tem prá lá, já é o da pessoa. Pra lá já é deles, da manga de cá que tem lá já é deles, de lá pra cá já é nosso.

S – E ali já são divididas as mangas?

J – É dividido... dividido...

S – Não é de uso comum?

J – Não...

S – E aqui é de uso comum? Você pode usar qualquer lugar?

J – Aqui é. Se você batê uma serra igual do Durval ali, ele cerco o pedaço, ali onde ele cerco a gente num amarra animal. É da comunidade, a terra é uma sozinha. Aí se cercou o seu pedaço aí você sozinho que toma conta. A terra é da comunidade, se chegá parti algum dia ele num vai ganha essa terra toda.

S – Mas você poderia também cercar a sua parte?

J – Poderia, mas ele cerco primero, mais foi mais ladino. Cerco primero. Mais ele não podi cercá tudo, mais se aparecê os dono daqui que a maioria do pessoal daqui ta tudo em São Paulo, o dono da terra tem muito herdero, só tem dez irmão, esses dez irmão que é filho do dono da terra tem que diminui a terra, ele tem que dá o pedaço pos outro que vem de fora. Tem gente daqui em Livramento, tem na Vargem, tem lá em baixo, tem na curva, é tudo dono daqui.

S – Enquanto eles não estão aqui vocês usam?

J – Agora se chegar os herdeiros e nós tivé uma terra grande tem que diminuir, pro outro poder fazer.

S – Como é feito?

J – Como é que é feito? A terra é assim. Por exemplo: nós não tem essa casa aqui? Ele vai saber que é eu que vai tocá, aqui no lugar da minha mãe. Sabe que é eu que vai tocá ,então

ele vai tocá ali mais na frente. Tem que ficar aqui pros outros herdeiros. Tem aí outros herdeiros. Mais é nós que está aqui segurando o lugar. Os outros tão lá fora, mais é herdeiro a mesma coisa.

S – E depois que o governo concedeu o título pra vocês dessas terras?

J – Deu, tá com Carmo, o título de Riacho das pedras, Bananal e Barra tá com Carmo e foi concedido pra toda comunidade. A comunidade é uma só.

S – Eles não dividiram as terras pra cada família?

J – Agora o título da terra é uma sozinha mesmo.

S – Você pode plantar onde você quiser?

J – Onde você quiser, na terra nossa. Na que foi do meu avô, do Bananal, do Bananal. Nós tem na Barra, mais na Barra nós num planta nada.

S – Se tem um pedaço de terra e o Manoel quer plantar lá, e você também quer, como é que fica?

J – A gente planta tudo junto, ele tira um pedacinho e eu tiro outro, e aí planta, cada qual aqui dentro desse quintal tem seu pedacinho dentro do seu quintal. A Maria Mercedes tem seu pedacinho ali, que eu tenho um pedacinho no fundo, Manoel Ramos tem outro pedacinho cá, Maria já tem um pedaço ali, tem um pedacinho de abacaxi ali em cima.

S – A Maria benzedeira tem um pedacinho?

J – Ela não, ela só tem mesmo o quintal que foi metendo as cara, ela só tem mesmo o luar da casa. Ela vai descendo o sarrafo embaixo, mais o herdeiro vai chegá e vai fazer ali dono da terra, vai fazer uma casa ali agora. Ele morava na furna e ele saiu da furna alugou uma casa em Rio de Contas e agora vai dar essa casa aí que vai fazê pro pessoal. Nós incaxô ele aí pra fazê a casa, ali os alicerce que tem perto da casa da Maria benzedeira é do pai dele.

S – Essa coisa do governo fazer casa é da comunidade?

J – É! Pra quem num tem casa.

S – E tem muita gente aqui que não tem casa?

J – Tem. Ali mesmo tem casa que tem três famílias numa casa. Ali o prefeito que foi depois do Dr. Pedro já deu uma casa, uma casa numa menina ali e já ajudou muito aqui também. Já fez duas casa de telha ali, fez uma casa lá em cima da Barra pra um rapaz. Agora que o Manuel num tá fazendo, mais uma casa ali nova que foi Evilázio que fez.

S – Quem é o Evilázio?

J – Foi o prefeito que o Dr. Pedro entregou pra ele.

S – Agora vamos falar de religião. Vocês são católicos?

J – Somos, graças a Deus.

S - Sempre foram católicos?

J - Sempre fomos católicos.

S- Sua bisavó era católica?

J - Foi tão católica que ela deixou as imagem aí tudo pra nós (essas imagens são santos talhados em madeira no estilo barroco que levam pinturas de ouro nos adornos das vestes e coroas, além das outras).

S - Você depois me mostra as imagens?

J- Tá aí na Igreja. É da Igreja aquelas imagens. Foi dela.

S - Então são bem antigas aquelas imagens?

J - Aquelas imagem grande foram ganhadas agora.

S - Como é esse catolicismo de vocês? Vocês freqüentam a missa toda semana?

J - O padre vem duas vezes celebra a missa, setembro e março, que é o tempo da padroeira e do padroeiro.

S - Quem é o padroeiro e a padroeira?

J - O padroeiro é São José e a padroeira é Nossa Senhora da Conceição.

S - Como é que chama a capela?

J - É capela de Nossa Senhora da Conceição.

S - Quando é a festa de Nossa Senhora da Conceição?

J - A Nossa Senhora da Conceição é em setembro, nos dias 5 e 6. E a de São José é em março.

S - Como é feita a festa de Nossa Senhora da Conceição?

J - Boa. Vem a lira dos artistas.

S - O que é lira dos artistas?

J- Aquela banda. Tem uns (festero) que traiz, agora mesmo vai trazer. Na que vem vai tê lira dos artista.

S - Quem falou?

J - A Silvana.

S - Quem é Silvana?

J- A moça (fester) do São Filipe (hotel).

S - Que mora em Rio de Contas?

J - É. Mora em Rio de Contas. Os festero daqui é mais de Rio de Contas.

S- Mas gente da comunidade também?

J - Tudo comunidade.

S - Mas que moram aqui ou moraram aqui?

J - Não, é de Rio de Contas.

S - São brancos ou são negros?

J - São todos brancos. Amanhã já vai tê fêra aqui.

S - E aí como é essa coisa de festero?

J - Quem é festero chega aí e faiz festa. É treis dia de festa aqui, sábado, domingo e segunda, domingo é do povão. Agora na segunda-feira é a nossa, porque nós já ta cansado. No dia da festa nós num pega a festa e agora na segunda-feira é a nossa.

S - Como é a festa de vocês?

J - A nossa é o resto das comida que sobra, a bebida e aí a gente vai. O forró corrido treis dia de festa. Num dia é um tocadô, num dia é um tocadô e num dia é um tocadô. Quem vai tocá agora é um rapaiz de Rio de Contas, marido de Sandra. Ele toca e o rapaiz de Rio de Contas que vai tocá na igreja. Aí no outro dia vai tê um rapaiz de Livramento. Vai vim um que vai tocá e aí na festa da comida a gente que faiz. No dia da missa da comida à noite se quisé alguma coisa, aqui fica cafezinho, fica voado, dexa tudo aqui pá dá café pô pessoal.

S - Tem bebida?

J - A bebida compra na barraca.

S - Então tem barraca?

J - Aqui é cheio de barraca. Na barraca vendi espetinho de carne, vendi cachorro quente, mais no dia da missa vendi cocada, essas coisa vendi tudo aí. Vendi quentão, a maioria da festa a comida é de graça. O festero que tá dano.

S - Como que arrecada o dinheiro para fazer a festa?

J - O festero pedi a gente pá fazê o giro.

S - Vocês fazem giro?

J - Tem até bandera no nosso quarto. Já vai andá.

S - Quando?

J - Em agosto. Essa bandera a festera já vai levá pra Rio de Contas que é a dela (a bandeira). Leva pra Rio de Contas, quando é no dia da festa traiz a bandeira. Na véspera da festa, ela traiz e fica guardada na igreja.

S - Como é essa coisa de levar a bandeira?

J - A bandera a gente faiz. Pega o prato, põe pano em cima dele, sai com a bandeira e o prato nas porta. Cê sai nas porta, barra, bananal, em tudo quanto é canto, só num entra em casa de crente, aqui num tem crente. A bandera vai em Mato Grosso, quando entra grita viva São José, a senhora, o que for, aí já pega, vai lá. Dia de Nossa Senhora, grita Nossa Senhora,

as pessoa já sabe que a bandera tá indo e já dexa o dinheiro, aí esse dinheiro que arrecada a gente dá pô festero pá ajuda a pagá a banda, a lira, compá coisa pá cume.

S - E se faltar dinheiro?

J - Aí ele põe do bolso dele. Se tivé que dexá alguma coisa na igreja, eles dexa. As vezes dexa tapete, mais o padre num qué mais tapete que iscorrega, as veiz dexa alguma coisa, dexa bandera. A igreja tá precisano de bandera agora, precisano do ando, que o ando ta muito véio, o ando que bota a image em cima pá andá na procissão.

S- E vocês fazem a procissão no dia da padroeira?

J - A gente faiz uma roda assim envolta da praça, em volta da igreja. Cantando, rezano e a lira tocano.

S - O que normalmente vocês cantam?

J - Canta o hino de São José, o Bendito. O hino de Nossa Senhora da Conceição.
(risadas)

S - Além dessas missas que vocês têm duas vezes por ano nessa comunidade, vocês vão a outras missas em outras igrejas?

J - Vai muito na igreja, a gente vai na missa do Rio de Contas, vai no Jiló, na Barra, vai na Fazendola, Mato Grosso.

S - Na Barra tem missa?

J - Na Barra tem muita missa que o padre vai celebrá lá. Amanhã mesmo tem missa. A missa depende da zeladeira (zeladora). Se a zeladeira não chama o padre ele não vem. Fica por conta da zeladeira. O Carmo falô que agora vai te uma lá(missa)e uma aqui. Vai se assim, mais dependi de quem convida. Se num convida pra vi aqui...

S - E vocês não pedem para zeladeira falar para o padre vir aqui?

J - Nóis num pedi nada porque a meu ver ela que tem de pedir, mais quase ela num fica mais aí, hoje mesmo ela num veio (zelar da capela), só se ela vim hoje, porque tem missa amanhã ela deve vim. Mais ela fica mais em Rio de Contas agora. Fim de semana ela fica em Rio de Contas. Ela vai dia de hoje e só vem segunda-feira.

S - Por que vocês não mudam de zeladeira?

J - Eu já fui zeladeira, quando eu fui me imhora entreguei a chave pro padre e ele entregou pra ela. Quando minha mãe deu terreno pra fazê essa Igreja quem fico com a chave foi eu. Aí também tem a ministra da igreja daqui.

S - Aqui tem benzedeira?

J - Benzedeira? Só tem essa Maria aí, só ela, mais pra mim ela num servi não.

S - Por quê?

J - Eu num gosto dela não.

S - Você não gosta dela ou da reza dela?

J - Eu num gosto é dela.

S - E outro tipo de benzedeira?

J - Aqui num tem, aqui num tem não. Só tinha mesmo ela e ela é boa pra benzê. Ela feiz coisa...

S - Mas você não gostou? Ela tomou conta dos seus frangos?

J - Tomou e tudo que chega crau, aí eu num gostei.

S - Os frangos aqui, galinhas e galos são criados soltos?

J - São criado solto, mais a noite eu prendo. Mais o pulero não presta e de manhã tá tudo na rua.

S - Você dá conta de saber quais são os seus?

J - Ah, conheço todos. Se faltá um no meu terrero eu conheço. Eu compro milho direto. Cabano o saco de milho, eu compro milho, aí compro galinha pra mim cumê. E o meu fica no terrero.

S - Essas do terreiro você não come... Você vende?

J - É muito difícil, eu gosto de vê quando chamo a galinha aqui o terrero enchê. Eu gosto de vê o terrero cheio memo. Toda vida, desde o tempo de minha mãe. A que mais gostava de criá galinha aqui era eu.

S - Voltando a questão de religiosidade, se você tem uma dor de cabeça, você faz o quê?

J - Ou a gente procura um médico ou a gente faiz um remédio nós mesmo.

S - Rezar nada?

J - Não, porque aqui num tem.

S - Não tem rezadeira?

J - Não, num tem.

S - Faz promessa?

J - Promessa a gente faiz, só num faiz promessa complicada. Num faço não.

S - Que tipo de promessa?

J - A gente faiz de botá algum dinheiro no pé do santo, que compra vela pro santo ou paga a luz pra Igreja. Agora mesmo eu fiz uma promessa pra mim dá cinco real pro meu sobrinho lá de Rio de Contas pra botá no pé de São Bom Jesus. Agora tem que dá esse dinheiro pá ele essa semana pá ele podê voltá, ele que é dono da novilha que sumiu, benzedô aqui tem pouco. Uma coisa que num tem aqui é benzedô.

S - Você sente falta de um benzedor?

J - Agora meu avô era. Meu avô era curador. Curador mesmo de verdade.

S - Você se lembra de alguma coisa que ele fazia?

J - Eu num lembro, eu já era nascida mais muito pequena. Ele chorô na barriga da mãe dele e num contou e viro curado. Ele trabalhava com livro, se o livro que ele trabalhava caía a foia a pessoa não escapava, se ficasse em pé a pessoa escapava, era curador mesmo de verdade. Mas Deus não quis que a gente ficasse pra conhecê ele não.

S - E danças?

J - Tem uma tal de pisadinha que está tendo hoje em dia, é tango bolero, valsa.

S - Vocês têm dança diferente do branco?

J - A dança do branco é dança normal prá nós aqui é. A gente dança com eles... É normal.

S - E o bendegó?

J - Ah! Bendegó tem. Dia 5 mesmo vai ter, é lá em Rio de Contas. O pessoal de fora quem pediu bendegó.

S - Quem vai dançar?

J - Nós e o pessoal de Barra. É do tempo da minha avó, da minha mãe. Quem vai fazer é um professor que vem lá de fora, é de Salvador, não sei não.

S - Vocês cobram por isso?

J - Depende. Agora mesmo a gente feiz. Um pessoal de São Paulo que tava ai, eles pediu um reis, esse reis ta gravado. Gravou e mandou o CD. Aí agora ele deu 100 reais. Era um grupo muito grande tinha mais de vinte pessoas prá cantar, a gente cantou. Todo ano a gente canta reis na cidade, em cada casa...nóis risca o reis.

S - Como é riscar o reis?

J - Cantando. A gente canta o reis, mais é na casa que você pede.

S - Que época vocês cantam o reis?

J - Nós canta em Janeiro. Começa a cantar dia 6 de Janeiro.

S - E quando acaba?

J - Não tem tempo não. Tem veiz que o pessoal da cidade pede o reis.

S - Se eu pedisse um reis agora vocês fariam?

J - Fazia porque é um pedido, mais a época certa é 6 de Janeiro. Vai com 2 pandeiros, caixa, zabumba, triângulo, viola, tem tudo. Aí risca o número do toque da viola, e aí tira o reis.

S - Antes de ser reconhecido como quilombola e depois, mudou alguma coisa pra você?

J - Não... e mudou. De primeiro era complicado e difícil, e agora é mais difícil, mais prá nós agora é melhor.

S - O que mudou por exemplo?

J - Algum tempo aqui atrás, não tinha nada. Tinha nada dentro de casa. Não tinha uma televisão, a casa era de capim, era cama de vara. Não tinha um guarda roupa, não tinha nada. Não tinha uma geladeira, não tinha um fogão.

S - O que proporcionou você obter essas coisas?

J - É trabalhar. Se a pessoa não trabalhar ...

S - Mas antes vocês também trabalhavam.

J - Trabalhavam, mais é...todo mundo tinha dentro de casa, mais não vendia muita coisa. E hoje em dia não. A gente trabalha, tem menos na verdade. Que de primeiro a gente tinha mais coisa na roça. Na roça a gente tinha de tudo. Tinha um ano mesmo que só eu só, tinha casa da tia Carminha, eu enchi de cima em baixo de arroz. Eu sozinha. Hoje em dia não tem como colher arroz, eu compro, eu não tenho.

S - Por quê?

J - Por causa da barragem. Onde a gente plantava o arroz, que o arroz dava bom... eu entrava dentro do arroz, ninguém não me via dentro da roça. De bom, e hoje em dia não. Não tem nada pra fazer.

S - Não tem jeito mais de plantar arroz?

J - Não, porque a terra tá de pântano. Como é que planta dentro da água? Não seca, não dá... e depois também que a barragem tomou conta, quando a barragem sai, fica aquele capinzinho ali, aquilo ali acho que a água comeu, já carregou o adubo.

S - Você diz que hoje, vocês têm menos em termos de produção, mas tem mais em termos de poder adquirir as coisas. Você pôde construir a casa, ter uma casa confortável, você tem um ótimo banheiro, tem ótimos quartos e agora?

J - Algum tempo a gente tinha tudo de roça e não tinha as coisas. Tinha assim...colchão de capim, cama de vara...

S - Mas o que proporcionou a vocês ter essas coisas todas?

J - Mas hoje, a gente trabalha e tudo que trabalha a gente adquire. Pouco ou muito mais vem na mão da gente, né. E também tem o rapaiz em Rio de Contas que vende pra gente pra poder pagá... Ele vai cobra o dinheiro da gente tudo de uma só vez...a gente vai pagando por mês. Então tudo isso tem. Naquele tempo não tinha, né.

S - Agora você também é aposentada?

J - É. Mais tem outros que não são e tem a mesma coisa que eu tenho. A mesma coisa tem quem não é aposentado.

S - Tem?

J - Tem, porque eles pode chegar em uma loja comprar pra poder pagar tanto por mês, todo mês paga tanto. Taí em Rio de Contas, umas pessoas boas, dá da gente procurar alguma coisa, ele manda prá gente. E qualquer uma coisa, no caso de negócio, mandou procurar vem mesmo.

S - Eles mandam aqui?

J - Mandam... esse mesmo (armário) ta com oito dias que eu comprei. O rapaiz veio e eu ainda não paguei.

S - O armário? O que está no seu quarto ou no meu?

J - No seu novinho. Ainda nem paguei, não dei entrada, mais não é bom? Mandou vir de qualquer uma loja daquela, mandou vir, vem mesmo. O pessoal daqui, tudo manda buscá. Mais a gente tira tudo só naquela loja. Loja de negócio que tem ali em Rio de Contas ou de mercadoria de comida... a gente mandou buscar eles mandam. É boa pessoa, a pessoa de Rio de Contas. Pra nós não tem melhor. Mandou buscar, vem mesmo.

S - Mas isso não tem a ver com o título, da posse de terra?

J - Não, nós não tem nada do título da terra.

S - Agora tem políticas (vamos dizer assim) que favorecem vocês. No caso dos estudantes as ações afirmativas...

J - No caso dos estudantes é o governo, é o governo quem dá...

S - Tem a ver com a política das ações, ações afirmativas, o fato de estudantes daqui terem ido estudar na UFBA?

J - Tem graças a Deus. A maioria dos meninos aqui estão tudo formado, os que não estão estudando mais em Rio de Contas já tá tudo formado.

S - E eles estão ficando aqui?

J - Tão, não tem trabalho pra eles. Uma que tem aqui formou e ta trabalhando aqui na roça mesmo.

S - Quantos jovens vocês tem aqui na comunidade? Você tem idéia?

J - Hoje em dia, acho...só tem mais é jovem. Não tem véio. Os mais véios que tem aqui sou eu mesmo e Manoel Ramos.

S - E a Cece? A Cece tem aquele menino que ela cria.

J - A Cece é bem mais velha. Não é!

Encerrou aqui a entrevista com a Joanita.

Entrevista com o Senhor Almiro, morador da Comunidade de Bananal, de Rio de Contas

Profª Salete gravando entrevista com Sr Almiro.

S - Qual seu nome?

A - Amiro.

S - Quantos anos você tem?

A - 40 anos.

S - Com quantos anos você se casou?

A - Eu casei com 22 anos.

S - E a sua esposa?

A - Casou com 24.

S - Ela era de Bananal também?

A - Não, era de Riacho das Pedras.

S - Quantos anos de casado?

A - Tem quase quarenta.

S - Desde que vocês se casaram moram no mesmo lugar?

A - É no mesmo lugar.

S - Onde você nasceu?

A - É, onde eu nasci.

S - Você tem sua casa própria ou mora com a mãe?

A - Não, é casa própria.

S - Sua mãe e pai estão vivos?

A - Não, já faleceu.

S - Os da esposa? (pais)

A - Já.

S - Você tem filhos?

A - Tenho cinco.

S - Todos estão aqui em Bananal?

A - Não, mora tudo em São Paulo. Só tem uma que mora em Rio de Contas.

S - Eles vêm sempre te visitar?

A - De vez em quando vem.

S - Gostam daqui ou não?

A - Gostam. De vez em quando vem passear e voltam.

S - Eles se casaram com pessoas daqui?

A - Não, lá de São Paulo.

S - E a que está em Rio de Contas?

A - Casou com rapaz daqui mesmo.

S - Daqui da comunidade?

A - É daqui da comunidade.

S - Bananal mesmo?

A - É de lá de Barra.

S - Você acha que é bom ou ruim casar com pessoas de fora da comunidade?

A - É, vai do interesse (resposta sem muita convicção). Se eles gostam está tudo bom.

Se eles gostam...

S - Você se casaria com pessoas de fora da comunidade?

A - Não.

S - Você não se casaria?

A - Não.

S - Só se casaria com pessoa da comunidade?

A - É daqui que é conhecido, né? É melhor.

S - Mas poderia ser de Riacho de Pedras, de Barra ou de Bananal mesmo?

A - Éé.

S - Você se casaria com uma pessoa de Bananal mesmo, ou preferia casar com uma pessoa de Barra ou de Riacho das Pedras?

A - Casar com de Riacho das Pedras (a esposa do senhor Almiro é da extinta Riacho das Pedras).

S - Por quê?

A - Porque é conhecido.. é gente da roça, a gente trabalha é na lavoura né? A gente fica mais por dentro né.

S - É importante pra você?

A - É.

S - Por quê? Ela te ajuda?

A - É, ela ajuda na lavoura, na colheita. Isso é bom. É.

S - Seus filhos se casaram com pessoas brancas ou negras?

A - Tudo moreno. É.

S - Sua mulher é morena?

A - É, é morena. Minha mulher é morena.

S - Assim como você? (ele é negro)

A - Mais clara do que eu, um pouco.

S - E hoje? Você é aposentado?

A - Sou aposentado.

S - Aposentado por quê? Idade?

A - É, idade. (obs. O senhor Almiro tem apenas 40 anos. Esses casos são freqüentes nas comunidades. Pessoas que se aposentam por idade, sem ter a idade devida.)

S - Não foi pela questão do trabalho rural?

A - Não, foi pela idade.

S - Almiro, você acha que depois que as terras de vocês foram reconhecidas como renascente de quilombos, quilombolas, a situação de vocês melhorou?

A - É melhorou.

S - Melhorou em que sentido?

A - Por causa que mal tinha condução de lá pra cá, o governo sempre ajuda um pouco.

S - Como o governo ajuda?

A - De vez em quando manda uma cesta.

S - Cesta básica? Alimentação?

A - É...alimentação. Outra hora ele ponhô água pra gente, naquela seca.

S - Para ajudar na irrigação?

A - É não... é prá s casas, prá gasto de casas.

S - Ah certo. Então é o encanamento das casas, foi de projeto do governo?

A - É, foi.

S - E para a plantação?

A - Prás plantas foi chão. É lavoura, né? Sempre joga é a água do rio.

S - Como?

A - A gente busca água pelo canal e rega.

S - Dentro do canal?

A - É.

S - Agora aqui em cima não dá para fazer isso?

A - Não, não dá. Prá rega não dá. Dá mesmo é pras casas, né?

S - O que você planta?

A - Eu planto de tudo. Planto arroz, planto milho, planto feijão, mandioca, cana.

S - Cria gado?

A - Cria.

S - O que mais você planta?

A - Mangueira.

S - Pequi tem também?

A - Pequi tem... bastante.

S - Quando você colhe o que planta vai para feira? E o arroz, o feijão, vende ou é para seu consumo?

A - Vai para a feira também.

S - No caso, a sua esposa ajuda você?

A - Ajuda na lavoura, na hora da colheita. Isso tudo ela ajuda.

S - Você é católico?

A - É, católico.

S - Você vai à missa sempre?

A - Vou.

S - De quanto em quanto tempo você vai à missa?

A - É uma, duas vezes por mês.

S - Vai em Rio de Contas?

A - Rio de Contas. Aqui em Bananal sempre tem missa aqui. Barra, Giló...

S - Vai você e sua esposa?

A - Vai, nós vamos.

S - Vocês fazem orações?

A - Faiz.

S - Que oração você faz?

A - É padre nosso, ave Maria.

S - Tem santo de devoção?

A - Tenho. Nossa Senhora Aparecida.

S - Tem mais algum?

A - Senhor Bom Jesus, Nossa Senhora da Conceição, São Sebastião aí na Barra.

S - Você faz orações para eles?

A - Faço.

S - O que você faz? Promessa?

A - É sempre faço.

S - Por que faz promessa?

A - É quando tá sentindo alguma coisa, né?

S - É pra ficar bom?

A - É pra ficar bom.

S - Você vai à benzedeira?

A - Não.

S - Em nenhuma benzedeira?

A - Já fui umas par de vez, várias vez já fui, mas tem tempo que não.

S - Em que benzedeira você foi?

A - Já fui numa que mora num lugar que chama Espora, em Livramento.

S - Zona rural?

A - É.

S - E ela benzia com orações católicas? Incorporava santo, alguma coisa assim? Você iria a uma benzedeira de outra religião?

A - Eu ia. Umas duas vez eu fui lá.

S - Você foi por quê?

A - É que eu tava sintino uma dorzinha aqui no estômago, né. Aí eu fui lá. Diz que era muito boa, daí eu fui.

S - Melhorou?

A - Ficou até bom. Me dei bem com ela. Me dei bem.

S - E a sua esposa?

A - Minha esposa nunca mexe com essas coisas não. Não acredita também não. (risos)

S - Só na religião católica mesmo?

A - É, só na católica.

S - Reza?

A - Faz.

S - Pedidos?

A - Faz.

Aqui se encerra a entrevista.

Entrevista com o Senhor Joaquim, morador da Comunidade de Bananal, de Rio de Contas.

Profª Salete gravando entrevista com Sr Joaquim.

S - Sua idade?

J - Trinta e seis anos.

S - Você sempre foi católico?

J - Sempre fui católico.

S - Você sempre morou na comunidade?

J - É.

S - Desde que você nasceu?

J - Foi.

S - Batizado?

J - Batizado.

S - Crismado?

J - Crismado.

S - Casou na Igreja?

J - Casei na Igreja.

S - Católica?

J - Católica.

S - Você se identifica como quilombo?

J - Sou quilombo.

S - Quando você era pequeno você ouvia falar (de quilombola)?

J - Não ouvia falar não.

S - Nunca tinha ouvido falar?

J - Nunca tinha ouvido falar não.

S - O que seus pais contavam, de vocês por morarem aqui? Como era isso? O que vocês sabiam?

J - Naquele tempo a gente não sabia de nada também não, né. Trabalhava com a mãe na roça, mais ela na roça.

S - Ninguém tocava nesse assunto?

J - Ninguém tocava nesse assunto não.

S - Seus pais falavam se vocês eram descendentes de escravos ou não?

J - Não.

S - Você é descendente de escravo?

J - Não, não.

S - Seus familiares, seus avós eram livres?

J - Era.

S - Isso você sabe?

J - Eu sei.

S - Por que você sabe?

J - Porque sempre falava né?

S - O que eles falavam?

J - Eles falavam que não usava esse negócio de escravo não.

S - Eles trabalhavam na mina?

J - No garimpo?

S - É.

J - No garimpo eles trabalhava.

S - Não eram escravos?

J - Não. Não eram escravos não.

S - Você lembra alguma coisa que eles contavam a respeito disso?

J - Não lembro não. Me lembro que minha mãe sempre contava um causo. Um causo que eles trabalhava em garimpo, em baixo de terra assim, óia. Depois o barranco arriou em cima dela e do meu pai. Ela mais meu pai ficaram tudo de baixo do chão ai os homens que tava prá fora foi cavando, cavando, até achou eles e tiraram de baixo da terra. Tava todos de baixo do chão.

S - Vocês eram em quantos irmãos?

J - Nós era em onze irmãos.

S - Hoje eles estão onde?

J - Um já faleceu, um mora em Livramento, um mora em Santo Antônio.

S - Não ficaram por aqui?

J - Não, esparramou tudo.

S - Só você ficou por aqui?

J - Não, ficou em Livramento, aqui morava cinco também e um morava em Santo Antonio.

S - E se eles voltarem pra cá, eles tem direito a terra?

J - Tem. Eles são donos também.

S - E o título da terra? Está com você?

J - Não, tá com o Carmo.

Aqui se encerra a entrevista.

Entrevista com o Senhor Joselito, morador da Comunidade de Bananal, de Rio de Contas.

Profª Salete gravando entrevista com Sr Joselito.

S- Seu nome?

J- Joselito.

S- Você é de Barra?

J- Sou aqui de Bananal. Nasci aqui e fiquei aqui até os três anos e depois mudei pra Caroba, donde que meus filhos mora. Aí morei lá.

S- Você foi com sua mãe e seu pai?

J- Não, fui com meus tios.

S- E sua mãe e seu pai?

J- Minha mãe e meu pai ficaram aqui, aí depois quando eu completei meus dezesseis anos eu voltei prá cá de novo, aí eu fui pra São Paulo. A primeira viagem eu fui pra Paraná, fui e voltei de novo. Fiquei lá oito meis, voltei prá aqui, depois voltei prá capital.

S- Você saiu daqui por quê?

J- Foi porque aqui ninguém tinha salário naquele tempo.

S- Que tempo foi esse?

J- 88.

S- Em 88 você saiu e foi procurar emprego?

J- Foi.

S- Trabalhou em que, no Paraná?

J- Trabalhei na usina de açúcar.

S- Cortando cana?

J- Não. Trabalhei dentro da usina mesmo.

S- Você saiu de lá por quê?

J- Porque tem a safra, deu o tempo de terminar, manda todo mundo embora, ai eu fui e saí. Só que ele (Chefe) nem queria que eu saísse naquele tempo. Ele queria que eu ficasse, mas eu queria vir embora, voltei de novo prá cá.

S- E depois?

J- Quando foi com treis méis, eu voltei pra capital de novo.

S- Trabalhou do que lá?

J- Trabalhei na construção civil. Trabalhei lá, fiquei lá, foi o que?.... Foi um ano e seis meis. Aí tornei a voltar, vim prá cá, fiquei um meis, depois tornei a voltar e fiquei lá seis anos de novo sem vim aqui. Aí depois eu ia e voltava.

De dois em dois anos eu ia e voltava. Aí depois minha mãe foi com meus irmãos, ficou aqui. Eu vim aqui, o primeiro irmão meu que faleceu eu não vim aqui não. Na segunda, que era minha irmã, faleceu, eu vim. Cheguei aqui na missa de sétimo dia, depois eu voltei de novo. Aí eu fiquei lá uns tempo, aí minha mãe adoeceu aqui e aí eu vim prá cá.

S- Você é o único irmão aqui?

J- Hoje eu sou o único por que... nós era em três, faleceu dois.

S- Você veio pra cuidar do seu pai, ficar junto?

J- Foi. Tenho um sobrinho que ele é órfão também, não tem pai nem mãe, que é filho dessa minha irmã que faleceu, aí eu vim prá cá.

S- Aí você ficou com seus pais?

J- Foi. Eu fiquei com minha mãe porque meu pai não morava com minha mãe não. Aí eu fiquei com minha mãe, depois ela adoeceu e depois ela faleceu. E aí meu pai morava separado dela, ele tinha outra família. Aí eu fiquei com meu sobrinho e eu tenho um filho que veio morar comigo também. Aí eu não quis voltar por causa deles.

S- A sua esposa é aqui de Bananal?

J- Ela morava em Rio de Contas.

S- Ela não era daqui?

J- A vó dela era.

S- E a segunda esposa?

J- Era de Pernambuco. A gente se casou em São Paulo, depois viemos pra aqui, ficamos uns dois anos e depois ela foi embora.

S- Hoje você mora só?

J- Moro, eu, meu filho e meu sobrinho.

S- Você cuida da terra aqui?

J- Cuido.

S- A terra que seu pai e sua mãe cuidavam?

J- É a terra que minha mãe cuidava.

S- Você achou melhor se casar com pessoa que era de origem aqui de Bananal ou com uma pessoa que era de fora?

J- Óia... eu me dei bem melhor com a pessoa que morava fora que a que morava, que é daqui mesmo, ave Maria, (risos). Não dá certo não. Até hoje eu encontro ela e nós discutimos. Não dá certo não.

S- É mãe de seus filhos?

J- É, eu tenho uma filha e um filho com ela.

S- Morou quanto tempo com a outra? Com a de Pernambuco?

J- Morei onze anos.

S- Teve filhos com ela?

J- Ela era operada.

S- O reconhecimento das suas terras, como remanescentes de quilombos, você acha que melhorou a partir do reconhecimento ou não?

J- Prá mim sei não ... pode ter melhorado alguma coisa, mas acho que continua a mesma coisa.

S- Você é Católico?

J- Sou.

S- Sua mãe era Católica?

J- É. Ela sempre foi Católica.

Encerrou a entrevista

Entrevista com a Senhora Maria Almecê dos Santos, moradora da Comunidade de Bananal, de Rio de Contas.

Profª Salete gravando entrevista com Sra Maria Almecê, conhecida na comunidade como Cecê, 80 anos (12 de julho).

S – Por que Cecê?

C- Desde quando me entendo por gente, já me foi chamado de Cecê e ficou.

S- Quantos anos você tem?

C- Passei dos oitenta agora. Mas ainda estou agüentando trabaiá. Plantar uma frutinha, umas coisinhas... Tem hora que eu pago uma pessoa pra mim, ir fofando. Minha luta é essa. Porque nasci, criei, (.....) se eu sinto mau, se eu não fazer o meu serviço, eu tenho que amanhecer o dia... só foi hoje que eu não fui na roça, que eu fui torrar café. Que até a menina vem tirá prá mim... que depois que eu operei o olho eu não pisco. Agora trabalho devagarzinho, colho, conforme a senhora ta vendo aí, colho uns três quilo de feijão, um feijãozinho pra despesa. É só compra outras coisas.

S- Você tem um dinheiro da aposentadoria, para garantir um pouco?

C- Tenho. Agora mesmo muito bom. Dele mesmo eu pago um trabalhador, eu acho melhor do que só ficá comprando quilo. Com a terra aí eu acho errado, só comprá quilinho.(.....) eu acho meó eu tirá pagá um trabaiadô, fazê uma roncinha ali...Com aquela roncinha eu como muito dias. Esses dias mesmo, peguei ali, plantei um feijãozinho, já vendi uns dez quilo e tem ai pra mim comer uns dois meis. Esse noventa reais que eu paguei de serviço, eu achei que aumentou.

S- Por quanto você vendeu o quilo de feijão?

C- Eu vendi a dois. E o resto taí prá come até...quando torná...já plantei outra vez nas beradinha, um três quilo ali na roça já plantei de novo.

S- Quem trabalha para você? É gente daqui?

C- É vizinho mesmo.

S- Se eu te perguntar quem é você, o que você me responde?

C- Sou quirambola.

S - Você é quirambola?

C- Sou quirambola.

S- Por que você diz isso?

C – Porque depois que passou a gente tem que ser é quirambola, agora quando a gente mora num lugar que passou a ser quirambola, entonce a gente tem que ser.

S - Vocês foram entrevistados por alguém durante o reconhecimento?

C - Eu não tinha conhecimento, nem sabia o que significava quirambola. Depois, agora que passou a ser entonce a gente conformou a ser.

S- Certo. Você tem alguma memória, algum costume que a maioria das pessoas negras tem?

C- Aqui as duas comunidades de Bananal e Barra é tudo quirambola.

S- E de falar, alguma língua diferente, alguma dança?

C-Tem que ser diferente, porque o pessoal que ta andando hoje, pelo menos não andava, depois que passou a ser quirambola agente ta sentindo mais, o pessoal de fora de Salvador, Conquista, a gente ta sentindo... Agora a gente sabe o que é.

S- O quê? A freqüência das pessoas ou o termo quilombola?

C- A gente não sabe o que significa. Se é porque eles estão gostando da gente ser um quirambola... Aí eu não entendo. Só sei que eles estão freqüentando, a gente tem que receber. Espero que eles não vêm trazer maldade. Até o momento nunca trouxe. A gente espera que cada vez mais vá melhorar, não trazer (...). Se não tiver com que freqüentar. Na Barra tem um médico, mas se a gente não agüentar caminhar até a Barra a pé, fica aqui à toa. É o que a gente ta passando, sem ter uma condução, pois se a gente adocece e não pode ir a Barra a pé, sem ter uma condução, não pode ir a Barra de a pé para fazer um exame, tem que ir de carro de boi, tem que levar doente na Barra até de carro de boi.

S- Tem carro de boi aqui?

C- Tem. Meu primo ali tem o carro, tem uma junta de boizinho. Tem um rapaiz ali que tem uma rural. Se a gente não tiver R\$50,00 reais pra fretar ele pra ir a Rio de Contas, a gente fica a míngua. Que o médico não vem aqui.

S- Cobra R\$50,00? É para ir a Rio de Contas?

C- Esses dias mesmo, o marido meu tava aqui com um negócio que deu no pé, aí precisou fazer exame. Pegou febre, febre dia e noite, aí foi que fui lá na casa da moça e procurei ele. Ele falou dá, amanhã cedo dá pra eu levar. Aí que nós levamos ele. O médico falou:

C - Acho que foi uma queda que ele tomou, ele é paralítico de um lado. Vixe a Senhora foi sabida, que a febre dele se deixasse para amanhã podia dar tétano. Aí o médico deu duas injeções. Aí falou: - Se ele agüentar, ele vai tomar outra. Vai tomar três. Ai ficamo lá em Rio de Conta. Quando depois de meio dia, a enfermeira deu um copo de leite para ele. Ele tomou o copo de leite, ai fez o teste, ele agüentou a outra. Ele tomou outra. Tomou as três, aí trouxe a outra para tomar aqui na Barra no dia que o médico viesse. Esse mesmo moço tornou aqui:- vim buscar ele pra levar na Barra pra tomar a derradera injeção. Aí já melhorou, a única dificuldade que ta aqui pra nós é isso. Esse dia, se eu não tivesse R\$50,00 reais ele ficava jogado aí... que não tinha médico, não tinha condição de leva.

S - Não vem médico aqui?

C - Já na Barra vem, mas aqui não vem. Se uma pessoa que não agüenta caminha, vai caminha daqui na Barra? Não tem condições, é a coisa que nós somos muito a toa aqui, é pra doença. A gente chega em Rio de Conta é muito bem atendido, mas eles não tem como vir aqui, mas tem hora que a gente não tem condição de ir lá.

S – Agradece e finaliza a conversa, combina para voltar se necessário, novamente.

Entrevista com a Senhora Isabel Presilina Silva Pina, moradora da Comunidade da Barra, de Rio de Contas.

S- Seu nome?

B- Isabel Presilina Silva Pina.

S- Idade?

B- 45 anos.

B- Tenho três filhos estudando, um no pré- vestibular e dois nas faculdades de enfermagem e de Nutrição na UFBA. Eles ficam na casa de estudantes quilombolas, em Vitória da Conquista.

S- Como é esta casa?

B- Lá é uma casa que tem capacidade para 40 pessoas. O ano passado tinha 16, esse ano a gente ta com 13, mas o pessoal também é do quilombo de Vitória de Conquista.

S- Essa casa recebe todo tipo de estudante?

B- Não, só os quilombos, lá de Conquista também, alguns que tem interesse de estudar. É porque se for pra lá sem interesse de estudar não fica. É pelo Estatuto. A gente fez esse Estatuto. Então nesse Estatuto, se for pra ficar na rua, ir pra festinhas, ficar lá só para ocupar lugar, esses não ficam lá. Chegou? Tem que mandar pro lugar onde a gente confia. Graças a Deus, num já aconteceu? Todos dos que vai pra lá, estudam. Não tem festa, não tem rua. Quando sai pra ver algumas coisas é o grupinho. Quando tem uma festa.

S- Seus filhos foram beneficiados pelas cotas?

B- Sim, pelas cotas. Todos que passou foi pela cota.

S- Eu queria saber sobre sua religião.

B- Nossa religião é católica, toda Barra. No catolicismo nasci e vivo até agora.

S- Como você pratica o catolicismo?

B- Aqui como sempre a gente tem a celebração, todos os dias tem curso de catequese. Agora mesmo tá acontecendo um curso de crisma. É Primeira Legião de Maria, trabalha também no grupo de desenvolvimento da comunidade. A gente participa de toda movimentação católica também, qualquer movimentação da comunidade a gente ta participano.

S- Você é casada?

B- É, agora meu marido morreu.

S- Ele era da comunidade?

B- Ele era de outra comunidade chamada comunidade do Sapé. Eu fui trabalhar lá como professora. Sou viúva agora, sou aposentada, professora aposentada. Ele foi embora para São Paulo e lá ele faleceu. Aí eu fiquei aqui criando meus filhos. Agora sou mãe e pai, já acostumei fazer esse trabalho.

S- A respeito da comunidade, você também possui terras? Como é isso?

(Ela pensou pra responder)

B- Não.... antigamente sim. Cada um tinha sua terra, hoje.... Agora o DNOCS veio, tomou nossos documentos, de terra, então nós ficamos sendo posseiros e quando você é posseiro, você fica assim....a qualquer hora você vai ficar sem sua moradia, então a gente.... Reconheceu aqui como comunidade quilombola, e tiramos título de terra comunitária, como três (3) comunidades, com desenvolvimento comunitário de Barra, Bananal e Riacho de Pedras, em nome de nossa associação. Das três (3) comunidades, então a gente adquiriu o título de terra, então esse título é de todos. E ficou sendo assim: com esse título tudo que tem na comunidade, é de todos. Então não diz esse é meu, é de todos.

S- Mas existe um espaço que você cultiva? Que você....

B- Sim. O título é comunitário, mas cada pessoa é.... trabalha e vive no que você tinha direito. A gente fala assim divisa né, cada um tem sua divisa, e todo mundo respeita sua divisa, tem seu pedaço de terra, todo mundo tem, é respeitado.

S- E com relação, por exemplo, aos seus filhos como é isso? Se eles quiserem ficar aqui na comunidade cultivando, como fica para eles?

B- Cultiva onde pertence a eles. Cultiva onde era meu, da minha mãe, o que era nosso. Sendo de todos ainda, cada um trabalha, tem sua propriedade. A gente não sai prá trabalhar na propriedade do outro.

S- Cada um tem seu espaço embora a propriedade seja comum?

B- É.

S- Com relação a essa coisa de passar ramo, sua mãe levava você pra passar ramo quando era pequena? Você levava seus filhos? Lembra disso?

B- Alembro. A gente sempre...é.... é porque... na nossa comunidade sempre não tem benzedeira.

S- Por que não tem?

B- Infelizmente eu não conheci benzedeira na nossa comunidade não. O meu avô né, ele falava muita coisa, coisa que ele benzia. Ele olha as pessoas e falava... fazia oração. E tinha lá algumas pessoas que fazia isso (eu não cheguei a conhecer) rezava, essas pessoas já faleceram.

S- Não tem?

B- É não tem aqui não. (Ela afirma com decisão).

S- Benzedeira não tem?

B- Não.

S- Não conhece nenhuma reza?

B- Não.

S- Você teve, parece que você falou para mim que o pai de seus filhos é um. Seu marido é outro?

B- Não gostaria de falar isso (Trata-se de um relacionamento, cuja lembrança lhe é dolorida pelo fato do pai do seu filho, por ser branco, ela sofreu uma pressão muito forte para abandonar o relacionamento que mantinha com ele, e que durou um curto período. Segundo ela disse em conversa informal, ele também morava na comunidade.)

S- E sobre a permanência de vocês aqui? Você tem uma história aqui no território não é? Você poderia contar essa história?

B- Sobre?

S- Como vocês chegaram aqui? Como você ouviu contar da chegada?

B- Eu ouvi contar, essa história de boca, é, tem um escrito assim...(Essa historia foi escrita e está hoje no Arquivo Municipal de Rio de Contas) confirmo... nós chegamos assim... assim... Não temos, (talvez se refira a documentos) tem de boca em boca, que nós chegamos aqui, no século XVII a XVIII, mas não temos um escrito, então quando a gente não tem.....não é.... Fala que nosso fundador foi Isidro Joaquim da Silva, e quando a gente vai fazer assim uma pesquisa sobre a nossa independência a gente vê que a gente roda, vai roda, roda em círculo que chega no Silva. É nossa assinatura aqui, Joaquim Isidro, Silva, Jesus e rola, rola, a gente chega sempre naquele parente.... Atravessou a mesma pessoa. Mas também não temos certeza se foi ele o nosso fundador. É porque, a gente.... Nos entendemos, nós, nossos antepassados não foram que chegaram a Isidro. Meu avô... diz que chegaram..... Diz que não foram escravizados. É ... O meu avô, ele morreu em 55 ou 57 e ele morreu com 105 ou 110 anos, e ele não foi escravizado. O Isidro, que foi o pai dele, ele era... quem se sabe falar mais dessa história lembra, mais era ali, minha tia Claudina. Ele tinha 16, 17 filhos e um desses filhos foi meu avô. Então é.....dizem que nossos ancestrais éeles que vieram... não sei se foi Isidro com quem veio..... eu não tenho certeza, acho que não foi Isidro que veio nesse navio... é que nós viemos lá da África, qual parte foi da África, se do Sul, não sabe também qual foi o lá no navio..... É. Penso que para trabalhar aqui, e chegô em Itacaré, o navio quebrou e eles vieram subindo rio acima. O rio, não o rio de Contas (pequeno) mas o Rio das Contas, que é do outro lado lá, de Juciapé, até que chegaram aqui e foi formado essas comunidades, Riacho das Pedras, que fica no serrado, no morro do outro lado do Rio, passando o rio Brumado, pro lado de cá, já não é o rio que eles subiram rio a cima, que eles veio pelo rio, depois passou serra, mais serra, mais serra até que chegou em Riacho das Pedras aí passou Riacho das Pedras, pra chegar até nossas comunidades de Bananal e Barra. A gente tem que atravessar esse rio que a gente tem aqui no nosso quintal, aqui que é o Rio Brumado, que vem do Pico das Almas, e aí foi formado..... Bananal, depois é que a nossa comunidade.... É issoformou.

S- E quanto à garimpagem?

B- Teve muito garimpo, não só no Rio, mas nas margens, nos morros é... Não só Barra e Bananal, não só Barra e Mato Grosso gerou muito ouro, muito mesmo. Antigamente a gente chegava e limpava, garimpava aqui e trocava esse ouro em Mato Grosso. É, mas já existiu... Eu ainda conheci o garimpo.

S- Onde era o Garimpo?

B- É nas margens do Rio... nos morros.... O garimpo mais é nas margens do Rio.

S- Nas margens tinha ouro?

B- Tinha, tinha. Qualquer, qualquer..... chamava caldeirão de pedra, nós encontrava nele, levava aí e encontrava ouro. Mas hoje não existe mais. Hoje não existe e também o IBAMA ta aí. Hoje não pode fazer isso, hoje tem que preserva né. E hoje além de preservá, as pessoas não precisa, mas hoje tem muito recurso, né? Tem aposentadoria e já tem mais recurso no serviço, porque tem já arado, já ara. Tem já o trator ajuda para ará a terra, esse desenvolvimento. As pessoas mais velhas que sabem, que os jovens já não sabem mais fazer serviço de batear, e, quem sabe, hoje já não agüenta mais. Tem também, além da aposentadoria aqui, tem o trabalho desenvolvemo mais, tem lá os adubos, o esterco de gado que nos ajuda muito, e a roça dá mais a produção, dá mais. A gente não usa adubo químico, a gente usa o orgânico, em qualquer plantação. A plantação já começa dá, até o abacaxi a gente não usa agrotóxico, não ta assim, mais melhorou. E tem também a bolsa família..... já vai ajudando.

S- Você recebe bolsa família?

B- Não, não. Não recebo porque eu tenho salário. Aqui quem tem um salário, não sei porque não recebe a bolsa família. Você tem cadastro, mas não recebe. Mas eu também trabalho no artesanato.

S- Tem gente que não tem salário e não recebe bolsa família?

B- Não tem salário e não recebe também bolsa família, não foi contemplado.

S- E a aposentadoria? Muito de vocês são aposentados. É sempre por idade? Tem algum benefício?

B- É por idade. Aqui não tem uma aposentadoria, feito assim prá quirambola. Aqui a aposentadoria é vem pelo sindicato dos trabalhadores rurais. Então você se aposenta por tempo de serviço ou invalidez, mas assim, uma aposentadoria é igualmente. Quem não é quirambola e quem não é , a aposentadoria igual.

S- Fala um pouquinho do seu serviço, do seu artesanato.

B- Ah sim. Pois bem, além do artesanato, falano de cultura, logo vai falar de cultura e eu vou pela culinária, que faz parte também da nossa cultura. Então começando da nossa culinária, da nossa comida típica daqui, que nos socorria no tempo da que as coisas era bem difícil, não era tão fácil como é, agora tudo ficou mais fácil, mesmo pra transportar na hora de vender. Como hoje já tem os automóvel aí, pra nos ajudá, e então hoje, que aqui...tem o feijão que é mesmo da nossa terra, tem o feijão andu. A comida típica da região é o

cortadinho de maniçoba, que é da folha de mandioca, beiju de farinha, temos a galinha caipira, temos cortadinho de palma, essa é a nossa comida.

S- Tem comida feita com banana?

B- É o cortadinho de banana, que também é uma delícia. É o que mais come aqui, pelo menos aqui em casa isso é uma festa.

S- Como é feito isso?

B- Chama de banana caturra eu aqui é conhecido como banana caturra agora em outro lugar é conhecida como banana nanica. Aquela banana, ... é tem a prata e a banana caturra. A gente casca ela, não quando ela ta de vez, ela não fica descasca, tira aquela casca, corta põe para cozinhar, com algum tempero mesmo, como cheiro verde, é tipo ...

S- Põe carne no meio?

B- Se quiser põe, mas se não quiser, faz ela pura.

S- É o mesmo que o godó?

B- Não que o godó, é do bago que sai depois do cacho da banana, que sai é do coração da banana, depois do cacho, mas aqui eu não fiz não, não fiz.

S- Não sabe fazer?

B- Sabe, sabe mas nunca fiz.

S- Como faz?

B- Não cheguei fazer não, algumas pessoas da comunidade. Já falei de culinária, você me perguntou pra falar do artesanato, to falando da nossa cultura, maniçoba a gente tem um samba, a gente tem o samba de roda, aqui também tem o reisado e além do reisado tem uma dança chamada bendengó, que a gente apresenta para outras comunidade, às vezes até em faculdade, que nos chama a gente pra sair e apresentar essa dança que até já apresentou e teve já palestra e teve a apresentação no final, na UNEB de em Brumado, e também já apresentou em Salvador, em Boninal e em outras comunidades do municípios circunvizinhos. A gente já apresentou essa dança chamada bendengó, e tem reizado tem também encomendação das almas, isso é da nossa cultura.

S- Como é a encomendação das almas?

B- É na semana Santa. Todo mundo se veste e vão rezar.

S- Se vestem de que cor?

B- De branco, do pé a cabeça e vai rezá na encruzilhada.

S- Como é isso? Fala um pouquinho.

B- É, a gente nem muito fala, só fala mais.... só vendo, mas a gente não fala ela. É uma rezaque, só reza naquela época, na semana Santa.

S- E o reizado?

B- Tem várias músicas.

S- E a data?

B- A data aqui é Janeiro, mas quando vai apresentar essa dança do bendengó a gente faz abertura com o reizado.

S- Como é o reizado?

B- A gente vai de casa em casa canta:

Oi de casa,

oi de dentro,

vai busca seu dinheiro, vai.

A partir do oriente,

a partir do oriente,

na chegada do terreiro,

na chegada do terreiro.

Na chegada de terreiro,

na chegada do terreiro

Me dê aridade.

Vai daí pra frente fala do dono da casa, fala do filho da casa.

Canta:

Prometo à senhora

Prometo à senhora

Pratas finas brasileiras

Pratas finas brasileira

Saiu na porta do meio

Saiu na porta do meio

Na varanda que lavei

Na varanda que lavei

E também dos seus filinhos

E também os seus filinhos

E de quem nasceu maior

E de quem nasceu maior

Os pequenos véu de seda

Os pequenos véu de seda

Os maior torna menor

O maior torna menor

E também dona de casa

E também dona de casa

Vai louvano a dona da casa. A gente grita o santo reis e ai a gente samba...

Tudo aqui faz parte do grupo a não ser no mês de Janeiro.

S- (Canta outra vez, acho que não consegui gravar)

Foi nascido reis Messias

Foi nascido reis Messias

Antes do galo cantar

Antes do galo cantar

Antes do galo cantar

Entre nós estava o rei.

Antes do galo cantar

Bateu asas cantou o galo

Dizendo Cristo nasceu

Dizendo Cristo nasceu

Dizendo Cristo nasceu

Cristo nasceu em Belém

Cristo nasceu em Belém.

E daí pra diante, eu já disse. A gente chega na casa e vai levando de acordo com as pessoas da casa. E ai a gente grita viva o Santo Reis.

Na casa onde tem presépio canta o Santo Reis e viva o menino. Aí tem o samba, a gente se despede e aí vai para outra casa e aí a gente encerra esse reizado aí na Igreja, (depois de correr várias casas). Isso no mês de Janeiro. Mas quando somos convidados a apresentar em outros eventos aí canta também os reis.

S - E o samba de roda?

B - O samba de roda é assim, porque tem também o samba que não é de roda que fala do samba e da roda. O samba você samba sozinho. Cada um vai sambando vai batendo palma, tem caixa que bate, pandeiro e violão e coisa. (triângulo). Faz a roda batendo a palma.

S - Esse vocês costumam ainda a praticar nas festas? Na comunidade?

B - Não, nas festas não... na comunidade quando somos convidados.

B- (Canta)

Amanhã eu vou embora.

É mentira eu não vou não.

Ei diá, ei dia

Se tivesse ido embora

Eu aqui tava mais não

Ei diá, ei diá

E também dona Salete venha ajudá nós cantá

Ei diá ei dia

Quando nós cantava juntos

Fazia a pedre chorá

Ei diá (4 vezes)

O menino da escola

No colégio... (não consegue ouvir)

Ei dia (4 vezes)

A roda você vai com a mão (ela bate palma no ritmo da dança)

S- E sobre o trabalho?

B- É, eu faço trabalho de artesanato. Eu trabalho com crivo rústico, é um trabalho de sacaria e além.....

S - Explica como é esse trabalho de sacaria.

B - É um trabalho no saco, aquele saco a gente compra para passar no chão. É um produto maravilhoso, muito bonito. A gente faz caminho de mesa, pano de prato, lavabo. E colcha, cama e mesa. A gente faz jogo americano, tiara de amarrar no cabelo. A gente faz também guardanapo, faz muita coisa bonita mesmo.

S - Como chama esse bordado que você põe?

B -É o chamado pé de galinha. A gente faz.

S -Eu estou falando aquele quadrado que vocês fazem.

B -É o crivo rústico, chamado saco.

S - Vocês usam o saco e o que mais?

B -O saco, agulha e tesoura tem que ter um padrão. A gente trabalha com centímetro, com metro, para ter um padrão, porque se não, não vende. Aí a gente mede assim três centímetros, talvez a gente conta os fios, às vezes 8 fios. É tudo contado, se não for, a gente que medir tamanho por tamanho. Ah! esqueci de falar a gente faz almofada também as bolsas, a gente faz uma muchilinha assim para carregar livros para ir ao colégio a faculdade e tudo isso, no saco.

Eu gosto muito de reciclar malha, aqueles retalhos que vai jogar fora, eu faço trabalho belíssimos, tapete, bolsa.

S-Como você faz?

B - As bolsas com retalho de malha, aí já faço no crochê.

S-E além disso vocês tem lugar para expor?

B-Agora a gente tem. A gente ta vendendo lá no centro de múltiplo uso, que é uma casa de reunião, e além disso a gente faz também tricô, também faz cocada, vende a cachaça do quilombo.

S - Vocês fazem cachaça?

B -A cachaça é feita aqui também.

S - Vocês fazem a cachaça também? Vocês tem engenho?

B -Não, nós não temos. Tem um engenho no quilombo, mas não é da associação.

S- Certo, onde fica?

B - Ta ajuntando os recursos pra gente fazer, pra conseguir um engenho. Mas (esse) não é da associação.

~~~~~  
Silêncio

S - Vocês fazem doce também?

B - A gente faz doce também (fala sorrindo).

S - Qual órgão que tem dado apoio a vocês?

B - Nesse sentido, comecei com instrutor, mas o órgão que mais ajudou com o trabalho de crivo, foi o Sebrae e o Senac, e da cooperativa de Rio de Contas da qual eu faço parte. Então, ela é que indica e desenvolve com o apoio do SEBRAE, junto com a cooperativa de Rio de Contas.

S - Quando você começou a fazer o crivo rústico, há muito tempo? Desde pequena sua mãe fazia,ou é coisa recente?

B - Fazia, mãe fazia assim. Hoje a gente vai lá pega o saco no mercado. Eu conheci mãe fiando. Ela fiava e mandava tecer, lá no Jiló. Hoje essa tecelagem não existe mais. Eu

não conheci as roupas, mas cama e mesa sim. Coberta, que chamamos de cobertor e a toalha muito bonita. A gente fazia as toalhas assim, na parede. Então eu conheci. Eu até tenho trabalho fiado com linha a mão, eu tenho, rústico mesmo sem máquina por que antigamente tudo era assim, até para bater o algodão tinha um aro assim, fazia assim, tinha uma banda chamada carrapeta, ela não quebra, ela enrola, enrola, mais não quebra, Batia o algodão e fazia. Fiava a linha e fazia esta. Só que eu não conheci a roupa.

Então assim.....Então hoje nós já faz esse trabalho de casa, trabalho bonito, mais sofisticado, porque a gente tem mais conhecimento, mais desenvolvimento né. A custa de curso, a gente tomou curso pelo Senac. Curso de capacitação, a gente tá mais capacitado

Despedidas e agradecimentos

No dia seguinte foi gravado, com sua permissão, ela demonstrando como é realizada a dança do bendengó.

B- Aí começa: na 3º vez você tem que bater palma com a mão.

Eu canto:

Papai mamãe, titia cadê vovó

Papai mamãe, titia cadê vovó

Papai mamãe, titia cadê vovó

Aí dá as mãos

Eh Eh bendengó

Eh Eh bendegó

Papai mamãe, titia cadê vovó

Papai mamãe, titia cadê vovó

Papai mamãe, titia cadê vovó

B- A gente inventa de acordo com o evento.

S- A respeito dos festejos?

B- Nós temos dois festejos no ano. Um é de São Sebastião, é nosso padroeiro. Ele é nosso padroeiro. Ele veio pra cá, porque nosso ... (parente) (o patriarca?) Isidro fez uma promessa: que se a nossa comunidade não tivesse nem fome, nem peste, nem guerra, que ele trazia a imagem de São Sebastião pra comunidade. Então São Sebastião veio pra qui. São Sebastião está nos protegendo. E outro festejo é Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro festeja. Agora São Sebastião em Janeiro, aí a gente festeja.

S-Agora em Bananal tem outros festejos?

B- Bananal tem dois festejos: Nossa Senhora da Conceição e São José.

S- E lá é por causa da avó? D. Sá Ana?

B- Não sei.

S - Existe um parentesco entre vocês?

B- É, gente lá mora aqui e gente daqui mora lá.

S - Lá eles costumam muito se referir a Sá Ana?

B - É que Sá Ana já foi uma das fundadoras.

S - E a Sá Ana tem parentesco com você e com sua família ou não?

B - Não. É porque ela, Sá Ana, é dos Aguiar.

S - Lá é mais família Aguiar e aqui mais Silva?

B - É ....(Silêncio.)

Bel se lembra que no dia 15, 16 e 17 de junho (2009) teve curso de cooperativismo e associativismo ministrado por técnicos do Sebrae.

Depois Bel canta uma cantiga dos antepassados e sente saudades.

B - Ai que tempo bom. Como era animado.

B – (Canta)

“Minha comadre, meu compadre morreu.

Minha comadre vai ficar sozinha.

Quando o difunto do compadre sair.

A preferência de comadre é minha”

Ela ri e canta novamente.

“O nego tira a chave do Baú.

Entra no carro que agora vou viajar.

O negro atira.

A bala passa na catinga de fumaça

pega o negro no punhal.”

B - Jesus. Ah Jesus como era bom.

S - E as festas de vocês? Vocês cantam, vocês dançam?

B - Agora a festa mudou, agora mudou. Nós temos a banda. A primeira banda daqui foi dos meus meninos como eu te falei.

S - É rock?

B - É forró. Aqui na região nossa não existe rock não, é só forró.

S - Seus filhos tinha uma banda?

B - Tinham. Mas acho esse que está nessa banda é o marido de Sandra, antes era de Marquinho (...) e Suelem, Marquinho toca qualquer instrumento. Depois de Marquinho no teclado, foi estudar, foi contemplado (com bolsa de estudo). A vocalista era Suelem. Agora depois Marquinho foi fazer o pré vestibular e ficou Renilson no teclado. Aí ele saiu da banda, ele foi para Bananal.

S - O que houve ontem no Bananal?

B - Foi aniversário de Silvana e ela fez a festa lá.

S - Silvana é da comunidade?

B - Não, ela é de São Filipo (hotel da cidade), ela é uma das donas e ela gosta de Bananal.

Finalizou a entrevista.

### **Entrevista com Rafael da Silva, morador da Comunidade da Barra, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com Rafael.

S - Qual é seu nome?

R - Rafael Silva.

S - Sua idade?

R - 17 anos.

S - Estuda?

R - Sou estudante da 7ª série.

(Rafael havia parado de estudar e voltou agora)

S - Porque voltou a estudar?

R - Me deu vontade de estudar, pra fazer faculdade, alguma coisa.

S - Tem dificuldade?

R - Tenho emprego.

S - Você é da comunidade da Barra?

R - Sou.

S - Você como jovem, pretende ficar aqui ou sair?

R - Eu pretendo sair daqui.

S - Você acha que é melhor lá fora?

R - Eu acho, com certeza.

S - Pra onde pretende ir?

R - Pra Salvador.

S - Estudar?

R - Estudar, me formar e trabalhar.

S - Se você fosse casar hoje, você preferia se casar com pessoa daqui da comunidade ou fora da comunidade?

R - Daqui da comunidade.

S - Por quê?

R - Por que a gente já conhece as pessoas, é mais fácil.

S - Religião sua?

R - Católico.

S - Você vai à missa?

R - Eu vou de vez em quando, em Salvador eu ia direto.

S - Você já morou em Salvador então?

R - Já. Com minha mãe e uma Senhora que mora lá.

S - Sua mãe é daqui?

R - É.

S - Você gosta mais daqui ou de Salvador?

R - Por enquanto gosto daqui. Se não gostasse depois .....

S - Se der certo lá fora?

R - Se der eu fico por lá.

S - Então sua mãe ainda mora em Salvador?

R - Não. Minha mãe já faleceu.

S - É por isso que você veio para cá?

R - Foi.

S - O que sua mãe fazia em Salvador?

R - Tava trabalhando num projeto.

S - Sobre sua condição de quilombola. O que você acha disso?

R - Eu acho bom né? Fica... a gente é bem mais respeitado também. Quando a gente vê nós na rua falam: olha o quilombola aí. É bem mais respeitado.

S - Você gosta de ser quilombola?

R - Gosto.

S - Você era criança quando receberam o título de quilombolas? (Terras)

R - Era.

S - Você acha mais importante ser católico ou ser quilombola?

R - Os dois.

S - É isso Rafael. Muito obrigada.

R - De nada.

**Entrevista com a Senhora Maria de Lourdes do Nascimento Aguiar, moradora da Comunidade de Bananal, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Maria de Lourdes.

S- Seu nome completo?

M - Maria de Lourdes do Nascimento Aguiar.

S - Quantos anos você tem?

M- 50.

S - Quantos filhos?

M - Quatro.

S - Você é casada?

M - Sou casada.

S - Mora com seu esposo?

M - Moro e três filhos. Tem outra filha que mora em Salvador.

S - O que ela faz em Salvador?

M - Ela estuda medicina.

S - Que ano ela está na faculdade de medicina?

M - Tá no 3º ano.

S - Você sempre morou aqui?

M - Morei em Barra, depois fui trabalhar em Rio de Contas como Babá, lá e... Os patrões se interessou pra me colocar pra estudar, viu a dificuldade de minha mãe. Muito pobre com sete filhos. Aí falou você vai ter que estudar, sua mãe é boa. Naquela época tinha mobral, né? Escola do mobral. Aí eu ia com uma amiga deles que era recém casada. Aí ela me chamava pra ir junto, eu tinha muita vontade de estudar aí eu levava um caderninho. Ia me ensinando pra fazer umas letrinhas aí no nobral. Aí eu consegui sair do mobral. Quando eu saí do mobral, eu fui pra quarta série no grupo “Barão de Macaúba” e lá eu terminei. Uma turminha muito boa. Eu era muito ruim de matemática e a turminha era muito boa de matemática, me ajudava muito, foi ótimo. Lá eu consegui terminar a quarta série. Naquele tempo tinha que fazer um provão para entrar no colégio, eu falei: gente, é muito difícil passar nesse provão, porque tenho que trabalhar ( eu tomava conta das meninas ). A dona Marlene era diretora do grupo, aí ela falou: eu levo as meninas para o grupo. Lá sou a diretora e lá

mesmo tomo conta das meninas, ela só tinha um período, só pela manhã, então (eu) só passava uma vassoura no chão, então aí eu comecei a estudar. Ela levava as meninas, que ela trabalhava quase que o dia todo. O marido dela era médico. E aí eu fui fazer essa prova. É outra família que eu tenho. Até hoje é minha família.

S - Eles deram apoio a sua filha também?

M - Já é outra família.

S - Ah! Já é outra.

M - É parente, são primo. Aí eu consegui, né. Lá mesmo comecei a namorar com Manoel Ramos e ... Como é que você vai casar agora? Tem que arrumar um trabalho depois que se formar. E nós namoramos oito anos e dois meses. E quando eu me formei, em 85, aí no ano seguinte eles me arrumaram um trabalho para eu começar em Brumadinho, longe. Aí eu falei: Meu Deus! Mas eu tenho que ir. Seu Umberto não queria que eu isse né, que era o patrão, eles me pagavam bem. Eu ganhava 200 contos, mas ela me falou:- não, ela não tem que ganhar duzentos contos aqui porque ela tem que fazer a vida dela, ela arrumou uma oportunidade de trabalho, ela tem que ir. Vai fazer muita falta pra gente, vai. Deixa ela trabalhar, ela tem que sustentar a vida, ela estudou pra quê? Pra ficar aqui? Não, agora não quero. Já morou 16 anos, vai trabalhar e todo final de semana você volta.

Isso mesmo, eu ia e todo final de semana eu voltava. Na segunda eu ia de novo, aí no ano seguinte foi que em 87 eu me casei, trabalhei um ano.

S - Daí você veio dar aula aqui?

M - Foi. Tinha uma colega. Ela falou: eu to com uma proposta em Salvador, mas eu vou agüentar até você se casar. Pra não colocar outra pessoa no seu lugar. Aí ela agüentou ( risos). Daí eu me casei, eu vim para aqui e ela foi embora pra Salvador. Tá lá até hoje e eu vim pra cá.

S - E você está aqui até hoje?

M - É, já com 23 anos.

S - Seu esposo era daqui?

M - É, era daqui.

S - Vocês são parentes?

M - É parente, mas bem longe.

S - Aqui vocês da comunidade tem o costume de casar com parente, na verdade vocês se casam com pessoas da própria comunidade?

S - Agora aqui na comunidade muitas pessoas já saíram, não é?

M - É já saíram pra trabalhar, prá estudar e por conta também da barragem. Que a outra comunidade, de Riacho das Pedras, ela era das maiores comunidades, e por conta dela ficar numa baixada, a água foi tomando tudo, né. Aí o pessoal teve que sair, todo mundo teve que sair, que a água foi ocupando o terreno. Esse pessoal se encontra em Rio de Contas, tem um bairro lá chamado pirulito, a maior parte deles de Riacho das Pedras se encontra lá, em Livramento, mas a maior parte em Rio de Contas. Eles foram para um lugar chamado Barro Branco, perto de Rio de Contas, aí eles ficaram morando lá por uns tempos. Mas era um lugar muito seco, sem água, aí mudaram para Rio de Contas.

S - Bairro Barro Branco? Bairro pirulito?

M - É, mas é praça coronel Carlos Souto, pirulito é o apelido que colocaram no Bairro, mas é praça Coronel Carlos Souto.

S - Com respeito aos casamentos aqui. Como você vê essa coisa, você é uma pessoa da comunidade que se casou com pessoa da comunidade. Você acha que isso é bom ou não. Como é isso pra você?

M - Eu acho bom. Sabe por quê? Porque você já conhece a família. É seus parentes mesmo. É bom casar.

S - Sempre foi assim?

M - É. Sempre foi assim. Hoje é que alguns já casam fora, mas naquele tempo era só aqui mesmo. O rapaz ia pra São Paulo e voltava, deixava as moças aqui e ficavam correspondendo por carta, e as moças ficavam esperando. Um tinha confiança no outro, não era igual hoje que o povo vai e não lembra de voltar mais, naquele tempo não. Aí voltava construía suas casas, casava, era assim. Eu também. O Mané Ramos foi pra São Paulo, a gente namorava, ele foi pra São Paulo e a gente ficava correspondendo. Eu morava em Rio de Contas.

S - E ele voltou...?

M - Voltou.

S - E vocês construíram a casa logo em seguida?

M - Não, a casa nós construímos depois, que eu já tinha a menina. Aí ele voltou em São Paulo, que as coisas estavam tão difícil, naquele tempo eu ganhava muito pouco. Era assim, a prefeitura pagava só o que você trabalhava. Ela não pagava suas férias, não podia contar... Aí ele voltou pra São Paulo e ficou lá nove meses, trabalhando e mandava dinheiro. Naquele tempo eu não conhecia ninguém. Pedia ao Carmo: \_ Ô Carmo como é que eu faço para comprar as telhas. Carmo dizia: \_ Pode deixar que eu ajudo. Compro pra você. Foi ele

que comprava, eu não conhecia ninguém, não sabia sair, não sabia nada da vida sabe? Ah! Eu não saía.

S - Você só ficava em sua casa em Rio de Contas e ia para o colégio?

M - Quando eu casei fiquei naquela, fiquei morando na casa da minha sogra. Aquela casa não tinha energia, não tinha nada.

S - Mas você continuava dando aula?

M - Continuava dando aula. Pouquinho dinheiro, mas assim mesmo eu juntava com o que ele me mandava pra comprar material. Carmo comprava pra mim, porque ele conhecia as pessoas. Naquela época em Rio de Contas não tinha pessoas... ( como é que diz?) distribuidora de material de construção, hoje tem. Naquele tempo ele tinha que encomendar a telha, a madeira não tinha. A madeira você tinha que pagar alguém pra tirar no mato.

S - Isso em que ano mais ou menos?

M - Isso em 89, 90, já era noventa, noventa. É aí... a madeira era um rapaz que tirava pra mim. Aí começamos a fazer o adobão, essa casa é feita de adobão. Quando meu marido chegou, nós começamos a fazer o adobão.

S - Ela é toda de adobe?

M - Só essa parte aqui que não. Mas o restante é tudo adobão. É tudo adobão. O adobe dura muito tempo. Foi nessa época que eu tive um aborto, muito peso e eu pegando o adobão para poder empilhar ( empilhar ). Dois dias depois que cortava, você tinha que empilhar e cobrir, porque poderia vir chuva e aí derretia tudo. Já tava tudo sequinho. E aí eu trabalhei igual uma condenada. Ia pro mato quando saía da escola, cinco horas da tarde, eu ia buscar vara de madeira chamada jurema, que ela é muito resistente, ela não apodrecia fácil. Aí eu ia tirar pedra, pra fazer o alicerce. Uma loucura.

S - A madeira para quê?

M - Prá fazer a cobertura da casa.

S - É essa daqui? (referindo a madeira do telhado)

M - Não essa daqui é outra. Ela era dali prá frente a casa. Depois é que a gente aumentou. No lugar que era cozinha eu coloquei meu quarto. Aí deu uma mudada nela. A gente subiu mais o ponto dela. Ela era baixinha.

S - Agora mudando de assunto têm alguma coisa escrita sobre vocês que conta a origem? Você deve conhecer que teve um navio que naufragou em Itacaré e vieram subindo, vieram até aqui. O que você me diz disso?

M - Eu já ouvi falar.

S - Seus pais falavam?

M - Quem falava mesmo era uma velha que morava aqui, Sá Ana. Ela quem me contou essa história. Ela falava com firmeza que o bisavô dela chegou aqui a partir de Itacaré, veio subindo o Rio de Contas.

S - Mas só o bisavô dela?

M - Não, acho que veio mais gente. Veio em grupo.

S - Teria vindo direto da África para cá?

M - Deve ter sido e chegou até Rio de Contas e ficou aqui. Ela (Sá Ana) morreu com muitos anos, com 115 anos, morreu lúcida.

S - Faz quanto tempo?

M - Ele ta... faz 14 anos.

S - Tem que fazer as contas. Você é parente de Sá Ana?

M - Eu não, é Mané Ramos (seu esposo). A gente naquele tempo não dava importância naquilo que as pessoas falavam. Achava até engraçado, né? Mas você não sabia que tinha o valor extraordinário que tem. Contava a gente ouvia.... Todo dia eu ia lá conversar com ela, contava as coisas, contava da mãe.

S - O que você lembra dessas coisas que ela contava?

M - Não me lembro nada não.

S - Não?

M - (Risos.) Às vezes quando você está assim sentada, vem alguma coisa.

S - Se você lembrar de alguma coisa, você escreve para mim? Sobre a questão do negro refugiado. Você se lembra de alguém contar de senhores, que eram cativos?

M - Eu acho que sim. Porque o que acontece só ficou essas terras comunitárias, né. Só nelas que tinham os negros. Porque já Jiló não é. Fazendola tem negro, mas não é igual aqui.

S - E aquela coisa da tradição das cantigas de roda, das festas, nesse sentido assim: animadas. Era só roda, versos, samba. Agora a religião que não bate né? A religião você sabe, ela foi importante. A religião foi importante. Só não bate a religião, a religião não bate. Porque o negro não tinha religião católica?

S - O que Sá Ana dizia disso?

M - Ela já cresceu na religião mesmo. Ela já cresceu na religião. Ela rezava em latim. Ela não sabia ler, ela rezava em latim. Tudo na igreja ela começava assim... Eu cheguei aqui, eu falei: "Meu Deus, o que eu vou fazer?"

Ela falava assim: (Engrossando a voz para imitar Sá Ana)

"Você tem que saber. A senhora vai ter que saber rezar em latim."

Eu falei: “Meu Deus, o que que eu vou fazer com esse latim? Não sabia nada em latim, não sabia nada em latim.

“Vai lá pra casa de tarde que eu vou lhe ensinar.”

E ela me ensinava. Era uma figura. Ela chegava assim: ajoelhava, tinha uma cadeirinha assim. Quando foi um dia ela falou assim:

“Eu já to ficando doente, já não to aguentando mais fazer as coisas da Igreja, alguém vai ter que ficar, copiar tudo para poder rezar a ladainha.” A ladainha tinha que ser rezada em latim até hoje .

Ai ela ... tinha uma menina lá no Barro Branco, que era assim, no Riacho das Pedras, também ela estava rezando na Barra; Cida foi minha colega. Aí ela veio, começou ensinando e a gente foi aprendendo... A Terezinha que reza hoje.

S - A que é a Zeladora da Igreja?

M – É, a que é zeladora da Igreja. Mas a Sá Ana era uma figura. Algumas vezes você estava com alguma coisa assim e dizia: \_ Eu estou sentindo mal. Será o que que é? Ela falava assim: “Deixa eu dar uma rezadinha.” Uma vez Tiago (filho), deu uma dor que ele entortou todinho. Eu entrei em desespero, porque o menino chorava... que era uma coisa fora de série. Ela pegou: “Me dá o menino aqui.”

Colocou o menino assim no colo. Ela... a gente chamava ela assim madinha: madinha será que ele vai morrer?

“Vai não. Vai não, ele tá com cólica no imbigio. Cólica no imbigio pode deixar: me dá o menino.”

Colocava ele assim, de bruço, foi rezando, foi rezando. A Sá Ana fez um remédio que não sei o que foi. \_ “Não vai sentir mais. Pronto acabou.”

S - Por falar em reza, quem mais reza aqui? Que faz remédio? Por que a Maria faz?

M - Faz, mas hoje aqui as benzedeadas assim, ficam... eles benzem. A Cecê benze.

S - Hoje ela falou pra mim que não benze.

M - Ela benze, e ela é boa benzedeadora, mas ela não benze tudo não.

S - Por quê?

M - Ela gosta muito de benzer é criança, porque adulto não gosta. E é boa.

S - Queria tanto saber.

M - Agora Cecê benze, e é benzedeadora de mão cheia, agora assim pra benzer um gado, uma manga ou se um porco não quer comer ela vai lá e benze, pronto. Só no caso for de morte mesmo. A mãe de Manoel Ramos ela mesmo, se a mulher tivesse assim, pra ganhar neném ela rezava o parto, antes de ganhar neném ela rezava. Se o parto ia ser bom, se não, ia ser difícil,

tudo ela sabia porque ela teve o pai dela (o dom). O pai dela era curador, o avô de Manoel Ramos.

S - O Manoel Ramos não aprendeu nada?

M - Ninguém sabe nada nessa família. O homem era uma coisa incrível. Um dia desses eu conversava com Birrinha, Birrinha que é nora dele, só tem ela, Birrinha é mãe dessa Maria, que tem o menino em Cuba.

S - Ela é aqui da comunidade?

M - Ela é aqui da comunidade. Se você não encontrar ela aí, você fala para o Fernando: Fernando eu quero ver Birrinha. Ele sabe quem é.

S - Ela tem casa aqui também?

M - Tem. E Palmira também.

S - Quem é Palmira?

M - Palmira é aquela que eu estou falando. Mora na Beira da estrada, na beira da estrada naquela casa. Ela sabe muita coisa, sabe aquele avô dela chamado Emiliano, você deve achar nos arquivos coisas dele \_ Emiliano\_ Emiliano Domingos.

S - Você não sabe de ninguém que narrou esses fatos?

M - Não, não tem ninguém.

S - Essa sabedoria de curar, fazer remédios, ele não passou pra ninguém?

M - Ele, fala Palmira (que a gente chama de Fininha), que quando ele ia rezar uma pessoa assim, ele tinha um livro. Então quando ele abria o livro, se a pessoa...o mal fosse da pessoa escapar, a folha ficava em pezinho, se não fosse ela deitava.

S - Esse livro ninguém herdou?

M - Ninguém. Perdeu. Quando... Porque a morte dele foi muito rápida, ele tava morando lá no Riacho das Pedras, ele tinha engenho. Ele tava até com o marido de Palmira, quando ele morreu, e o marido de Birrinha também junto, Birrinha sabe lhe contar esta história muito bem e Palmira também. Aí ele morreu, caiu lá no engenho, de repente.

S - Pode ter sido o coração.

M - Morreu de repente. Aí quando chegou... aí foi aquela coisa (comoção), teve gente que carregou o livro. A família num achou nada. Desapareceu. Quando terminou o velório, sepulto, ninguém achou mais nada, ninguém achou mais nada. E tudo dele era assim anotado. Tinha uns livros velhos aí na casa de uns amigos, tudo com as data de tudo, dos filhos que nasciam, da comunidade, quem nasceu.

S - Ele tinha anotado isso?

M - Ele anotava tudo.

S - Será que Joanita não tem?

M- Não sei, tava lá na outra casa velha. Não sei quem pegou de lá. Um dia eu vi lá. Tinha anotação de tudo, de filhos, de netos, do povo da comunidade. Ele sabia ler e escrever. Acho que tinha um dom. Um dom assim de curar.

S- Dom de cura?

M - Dom de cura. E era respeitado por todo mundo. Ele era naquele tempo inspetor. Então ele tomava conta dessas comunidades todas. Lá em Rio de Contas mesmo, tremiam quando falava: \_ “lá vem Emiliano.”

S - Emiliano, o sobrenome é?

M - Domingos. Pergunte a Joanita se ela não tem nada do avô dela escrito.

S - Eu vou perguntar.

M - Faz muito tempo que eu vi. Lia e deixava lá, naquela casinha velha.

S-.....

M - Na casa de Sá Ana tinha tanta coisa. Cecê queimou tudo. Botou fogo em tudo.

S - A Cecê, o que é de Sá Ana?

M – É sobrinha. Mas tinha tanta coisa... Porque tinha o finado Joaquim, o finado Joaquim era outra figura.

S - Joaquim do quê?

M - Joaquim Domingos. Ele era inspetor. Outro inspetor.

S - Ele era aqui da comunidade?

M - Ele era. Não casou. Era irmão de Sá Ana. Quando eu cheguei aqui, só não tinha Joaquim, mas tinha Petó, Sá Ana ainda era viva, tinha Fitinha que era cego, morava tudo aí.

S - Quem é filho de Domingos?

M – Joaquim? Não, ele não teve filhos, não casou. Só Fitinha é que teve filho, era cego ele.

S - Ah! Ele teve um filho. Mora aqui hoje?

M - O filho não, mora em São Paulo.

S - E o Fitinha também já faleceu?

M - Já faleceu. A mulher com quem ele teve um filho, filho particular, ela morreu também.

S - Que pena.

M - Mas era assim, uma figura. Pensa assim numa pessoa super simpática. Você perdia tempo. Eu vou ali, mas hoje não vou muito, como quando Sá Ana tava ali sozinha. Meu Deus, não sei porque.... eu achava tanto tempo. Ela falava assim: \_ “Traz a bíblia.” Ela

falava prá mim. Eu lia e ela interpretava. Você já pensou? Eu lia a bíblia e ela interpretava pra mim. Tinha muito conhecimento. Um dom assim especial. A pessoa não lia. Ela não lia. Dizia: -“Traz a bíblia pra lê. Hoje eu fui atrás da bíblia prá lê também.” Ela falava bem grossão: “ \_ Hum, traz a bíblia viu? Prá nós lê, assim de tarde nós lê.” Nós lê, ela falava.

S - Eu vi a fotografia dela. A Maria tem fotografia dela. Você também tem fotografia de Sá Ana?

M - Não tem não. A Cecê também tem.

S - A Cecê precisa se abrir comigo. Você não consegue a reza de Cecê pra mim?

M - Não consegue não. Ela é assim fechada, assim mesquinha. Não é igual Dona Maria, não é.

S - Cá entre nós, a reza da Dona Maria (Sá Maria) não é tradicional, né?

M - Não é, que ela não é da comunidade.

S - O que seria de vocês, exatamente. Isso é uma coisa que diferencia, prá mim na realidade, a Maria é importante por causa disso. Ela é uma pessoa diferente na comunidade e essa diferença, não é que é mais ou menos, essa diferença demonstra que se chegar as pessoas aqui, já sabe se é ou não da comunidade.

M – É, já sabe que ela não é, com certeza.

S - O Fernando falou que ela benze, mas ela não se declara. Tem outra na Barra que também é benzedeira e também não se declara.

M - Às vezes eu chego: \_ Ô Cecê reza minha cabeça ta doendo... Ela \_ “num, hoje não posso.” (Risos) Hoje não posso. Hoje não posso to com dor, não sei onde, não sei onde.

S - Você que é aqui da comunidade, você percebe características da cultura negra aqui? Seja modos de fazer uma cerâmica, um benzimento, como rezar, onde rezar. O benzimento poderia ter mais de uma origem, nas religiões afro, que a Maria não pegou aqui. A gente não sabe se elas benzem com rezas católicas porque elas também não falam, da Maria já dá para saber. Mas assim a fala de vocês me parece uma fala comum, não vejo características de povos africanos?

M - A não ser pelo samba, não.

S - Que jeito é esse samba?

M - A gente faz a roda, canta, bate palma, entra na roda, samba. Tem reizado...

S – É, tem reizado.

M - Têm cantiga de Roda, versos.

S - Os versos, você sabe dizer versos?

M - Não, quem sabe é Dete.

S - Será que ela passa?

M - Ela passa, com certeza. Gosta muito de cantar viu.

Finalizou a entrevista

**Entrevista com o Senhor José Cardoso dos Santos, morador da Comunidade da Barra, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sr José.

S - Seu nome?

J - José Cardoso dos Santos.

S - Sua idade?

J- 43.

S - Qual a sua profissão?

J - Formei em Magistério e em técnico em contabilidade.

S - Você exerceu a profissão?

J - Exerci a profissão durante 12 anos. Trabalhei num povoado chamado Rio de Caixa, não é nem Rio de Contas não, pertence a Eurico Cardoso. E fui transferido pra qui pra comunidade da Barra. Trabalhei aqui durante dois anos, foi oito anos (aliás).

S - E deixou?

J - Deixei.

S - Por quê?

J - Problema da prefeitura né? Eu era funcionário do município. Aí, primeiro fiz um (contrato) concurso em 95, passei no concurso, fui aprovado para ensinar. Quando foi no finalzinho de 95, ai em 96 tomei posse. Trabalhei o ano de 96 todinho. Ai em 97 entrou o outro prefeito. Aí diz ele que tinha anulado o concurso, e aí a gente ficou eu e os outros funcionários que fazem o concurso. Em 2002 mais ou menos aí teve um outro concurso eu já não fui aprovado. Agora não fui aprovado por quê? Primeiramente porque eu já era repetente, descobriram que o concurso não foi anulado. Mas como já tinha mais de 5 anos que eu já estava fora do trabalho, não tive como voltar mais.

S - E você acabou se aposentando?

J - Aposentei em 2002.

S - Por que você se aposentou?

J - Me aposentei porque o prefeito, depois do concurso de 2002, aí o prefeito veio conversar comigo e tal. Aí ele achou por bem, ao invés de eu voltar ao trabalho, ele achou por

bens eu me aposentar, que o salário era compatível com o que eu ganhava ensinando, aí eu achei melhor abandonar e fica só com a aposentadoria.

S - E hoje, o que você faz aqui?

J - Ultimamente nada. Porque aqui na comunidade não tem nem assim atividade que eu possa fazer. As atividades aqui é lavoura, criação de gado né. É trabalho que pra mim num serve.

(nota: o José teve uma parte de sua perna amputada)

S - Por que não serve?

J - Porque na minha condição, eu não posso ir trabalhar na roça.

S - Você poderia explicar melhor?

J - Por causa da minha deficiência, por causa da minha deficiência.

S - Não tem condição?

J - Não tem a mínima condição de ir para a enxada e mexer com gado, e outras coisas assim.

S - Então você fica mais aqui na comunidade, faz uma coisa aqui, outra ali. Você dirige também?

J - Dirijo.

S - E você faz alguma viagem? Você ganha alguma coisa?

J - Depende do momento e da necessidade, né. Porque aqui tem outras pessoas que tem carro. Mas se, por exemplo, tem uma necessidade aqui, adoece uma pessoa e se no caso não tiver outro carro aqui, pra socorrer eu levo para o hospital.

S - Você tem carteira de motorista?

J - Não. Tempos atrás mesmo, eu já levei uma mulher mesmo, pra ganhar criança, no hospital. Ela já estava em trabalho de parto. Num dia de domingo. Não tinha ninguém aqui. Aí a gente estava em casa, chegaram me chamando: \_Socorri ali, que a mulher ta passando mal. Mas eu não sabia nem o que era. E eu sem gasolina esse dia. Gasolina tava pouco. Ai eu falei: \_ Eu não vou, não tem como ir lá porque a gasolina é pouca, não dá para chegar em Rio de Contas... Aí: \_ Ah! Mas só tem você aqui. Como faz? Não tem nenhum carro aqui no momento. Aí o que que eu fiz? Pedi dois litros de gasolina emprestado, de uma moto, coloquei no carro para acabar de completar, para chegar lá, para completar. Várias outras pessoas que precisam alguém para socorrer, eu socorro.

S - Você falou em ter que levar pessoas para fazer parto em hospital. Hoje em dia não tem parteira aqui na comunidade? Vocês não usam parteiras?

J - Já usou muito, anos atrás, porque antes nem hospital tinha. Você sabe que hospital de Rio de Contas é novo, né?

S - De quando que é?

J - Eu não sei assim, precisamente, mas deve ser de uns dez anos pra cá.

S - Nessa época tinha parteira?

J - Antes ia pra Livramento.

S - Ia para Livramento?

J - É, as mulheres ganhavam criança em Livramento, antes de ter o hospital de Rio de Contas. Mas o hospital de Rio de Contas eu não sei precisamente, mas é de 10 anos pra cá. É hospital novo.

S - Essas parteiras não estão mais aqui?

J - Não, não. Morreram né. Vai envelhecendo e morre e ali pessoas mais novas não vão aprendendo. Hoje não tem mesmo. Pode dizer que não tem. Porque também hoje as pessoas se preocupam mais é em ir para o hospital, não é mais naquele tempo que ficava na casa e é bom mesmo que vai para o hospital, porque pode ser que seja um parto complicado igual já houve aqui, morte de mulher, né. Às vezes o parto é complicado e acaba morrendo.

S - Aproveitando, falando de parteira. A respeito de benzedeira, aqui tem benzedeira?

J - Têm. Benzedeira ainda existe.

S - Onde estão essas benzedadeiras?

J - Têm. Aqui mesmo do outro lado do Rio, atravessando o rio ali, tem uma ali.

S - Como chama?

J - É Ana. O pessoal chama ela de Ana Piaba.

S - Ana Piaba?

J - É.

S - Ela já é muito idosa?

J - Não, não é muito idosa não. É nova ainda. Já é aposentada. Tem outra no Bananal.

S - A Sá Maria?

J - Sim. Dona Maria.

S - A Sá Maria eu consegui localizar. A Ana tem a dificuldade pra atravessar o Rio.

J - Tem outra aqui. A Laurinda, ela benze também, pelo menos criança eu vejo ela benzer. Ela mora ali, perto da casa de Sandra.

S - Mas não é a sogra de Sandra?

J - Não é não. Ela é só vizinha.

S - Eu quero falar com ela.

J - Pois é, benzedeira sempre tem por aí, mas parteira eu não vejo, não tem mais não.

S - Na questão da religião. Você sempre foi católico?

J - Sempre.

S - A vida inteira?

J - A vida inteira.

S - E seus pais?

J - Também.

S - E seus avós?

J - Também.

S - Desde quando você,, a religião é a católica?

J - É. A religião que a gente pratica aqui é a católica.

S - No meio disso não tem nenhuma crença espiritual?

J - Não.

S - Alguma coisa que se pode dizer que veio da África, ou coisa assim?

J - Não. O pessoal aqui, nem entende muito de falar, por exemplo: candobré, essas coisas. Esse pessoal de mais idade eles não sabem nem o que é.

S - Espiritismo, nada?

J - Não, não.

S - Casamento. Você é casado?

J - Não. Sou solteiro.

S - Não vai se casar?

J - Por enquanto não.

S - Falando em casamento, as pessoas daqui geralmente se casam entre eles?

J - Geralmente é.

S - A que se deve isso?

J - Não sei. Rapaz por exemplo casam com meninas de outros lugares, né. Agora a parte feminina, já é difícil. Talvez seja porque o número de mulher ta muito grande, né? Então um rapaz de Livramento, de Brumado, não vai sair de lá para procurar uma moça aqui.

S - E se ele vier?

J - Se vier não tem problema.

S - Não? Não vai levantar a ficha dele não?

(Observação: O José já havia dito informalmente, em uma conversa que tivemos, que, se um rapaz de fora procurasse uma moça da comunidade para se casar, eles iriam levantar a ficha dele para ver qual era o seu interesse.)

J - Porque o homem não precisa andar muito por aí para arranjar namorada ou que seja. Então normalmente a moça daqui quando casa.... Os casamentos que acontecem é com rapaz daqui mesmo. É raro acontecer, um rapaz de outro lugar mais distante casar aqui. Agora pode acontecer.

S - E se o rapaz não for negro, for branco. Como fica a comunidade, em relação a isso?

J - Particularmente eu nem vejo nada que implique isso aí, né? Mas...

S - Tem pai que não gosta?

J - Pode ter alguém da comunidade, a própria comunidade pode até não aceitar muito. Às vezes falar alguma coisa a esse respeito, mas já aconteceu de rapaz casar com menina de fora.

S - Tem menos rapaz que mulher?

J - Tem menos.

S - Sai daqui e vai casar lá fora? Têm que casar aqui. (risos). Não pode deixar as meninas solteiras não.

J - Qual parte que a pessoa for andar hoje, você vê mais mulher, do que homem.

S - A população feminina é maior?

J - É maior.

Agradeço, encerra-se a entrevista.

### **Entrevista com a Senhora Jovina Isidra da Silva, moradora da Comunidade da Barra, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Jovina.

S- Qual o seu nome?

J - Meu nome é Jovina.

S - Jovina do quê?

J - Isidra da Silva.

S - Você é Isidra?

J - Sou Isidra.

S - Por que Isidra?

J - Por causa do sobrenome dos nossos familiares que tem Isidra e o final Silva. É o sobrenome de nossa família, que somos daqui mesmo. Os nossos pais, os nossos avós.

S - E os... Você... O Carmo também é Isidro?

Obs: O Carmo é primo de Jovina.

J - É... O Carmo não é Isidro. É que Isidro, meu pai colocou Isidro da Silva. Minha mãe é Maria Teresa Santos da Silva. Meu pai é o Silvano Joaquim da Silva. Por que no meu documento, quem tirou não foi minha mãe, foi meu pai. E, às vezes, ele tirou um pouco trocado, que eu vou ter que tornar renovar de novo, consertar um erro que ele fez no meu documento.

S - E o que ele fez?

J - É que o nome da minha mãe mesmo - eu chamo de Odete, mesmo é Maria Tereza da Silva, aí ele colocou: Odete Isidra da Silva. Aí colocou meu nome Jovina Isidra da Silva. Mas no nosso documento, do nosso povo, não tem Isidro. Tem algum que tem Isidro que nem nosso bisavô é Isidro daqui da comunidade. Mas minha mãe e meu pai não têm Isidro.

S - Seu bisavô é um dos fundadores da comunidade?

J - É, da comunidade. São Isidro. Meu bisavô é Isidro, meu avô é filho de Isidro, que é que é Aurélio, avô de meu pai. Aurélio é o pai de meu pai, que é pai do pai de Carmo. Eu mais Carmo somos primos, primos carnal. Meu pai mais o pai dele são irmãos. Desse povo que são irmãos, da família do meu pai só existe mesmo meu pai da irmandade, só existe mesmo o meu pai.

S - Seu pai ainda é vivo?

J - Meu pai ainda é vivo.

S - Seu pai não é um senhor que está ali sentado não?

J - É não, ele tem problema assim, um pouco da cabeça. Ele mora em outra casa. Ele tem 83 anos, minha mãe 75.

S - Sua mãe também é viva?

J - Minha mãe mora pra lá do cemitério.

S - Jovina, que idade você tem?

J - Eu tenho trinta e nove.

S - Você estava falando de religião você perguntou se eu era católica. Eu falei que era, e eu perguntei de você. O que você me respondeu mesmo?

J - A religião que a gente foi nascida, que eu nasci e me criei, eu morro com ela. Que não tem dois Deus, só existe um. É o que a gente pede por ele, e sempre que somos atendidos. Às vezes tem várias religião, mas a minha, que meu pai minha mãe me batizou, que eu morro nela, que é a Igreja Católica.

S - Que era do seu pai e sua mãe também?

J - Era do meu pai e minha mãe. A Igreja Católica.

S - Você conheceu alguém na comunidade que não fosse católico?

J - Que não fosse?

S - É. Que não fosse católico e que fosse de outra religião.

J - Meu irmão mesmo.

S - Que religião ele é?

J - Da Assembléia. Ele nasceu aqui, é batizado na Igreja Católica, mas depois que foi para São Paulo, lá ele mudou de Religião. Ele mora em São Paulo.

S - Jovina, você conhece benzedeadas aqui?

J - Que benze? Agora não sei, mas já teve muito, mais agora... Não sei lá mais quem benze criança.

S - Tem gente que benze aqui?

J - Tem uma mais de idade, que mora do outro lado do rio.

S - Como ela se chama?

J - Ela chama Maria.

S - Eu ouvi falar de uma Ana Piaba do outro lado do rio. Mas que pertence a comunidade?

J - É. Pertence à comunidade também. Da comunidade mesmo.

S - Você sabe que tipo de oração ela usa pra...

J - Eu não gravo na cabeça que tipo de oração ela reza. Teve uma mulher que me ensinou, mas eu não aprendi. Eu devia ter copiado.

S - Era prece de religião católica?

J - É, ela era da religião católica.

S - As orações?

J - Era, era...

S - Era pai nosso?

J - Era, no final ela rezava pai nosso, santa maria. A única coisa que eu sei que me foi passado da minha mãe, da minha avó... Vó passou para minha tia que faleceu. Da minha tia foi passado pela minha mãe é dimitidura.

S - Como é?

J - Aí minha mãe, minha tia, que foi da minha avó, aí minha mãe me ensinou dimitidura.

S - E como é?

J - É assim. A gente reza: “nervo torto, carne rendida, osso quebrado. Eu te coso, em louvor a nossa Senhora da saúde.” Você reza três vezes fazendo a cruz. Aí termina com a Ave

Maria e termina com a Santa Maria. “Eu te rezo nervo todo, osso quebrado, eu te rezo nervo tordo, osso rendido... osso quebrado.”

S - Carne rendida?

J - É, eu misturei.. “Eu te rezo nervo torto, carne rendida, osso quebrado. Assim mesmo eu rezo em louvor de São Frutuoso. Eu te rezo nervo torto, osso rendido, carne quebrada (ela fez uma inversão) assim mesmo rezo em louvor de São Frutuoso.” Você reza três vezes e oferece a Pai Nosso e uma ave Maria a Nossa Senhora da saúde. Pai nosso que está no céu..... Sempre fazendo a cruz. Reza Ave Maria e termina com Santa Maria. Ela termina com Ave Maria e Santa Maria, aí termina e diz: “Deus que ponha a Santa virtude.”

S - Sempre fazendo a cruz?

J - Sempre fazendo a cruz. Ele benze com Ramo, assim fazendo a cruz.

S - Aqui tem gente que acredita em guia, coisas de outra religião?

J - Às vezes acredita e às vezes nem fala pra gente. Eu não creio muito nessas coisas. Sobre feitiçaria, sobre essas coisas. Não tem porque quando tem, na comunidade todo mundo sabe. Não tem.

S - E a respeito de casamento? Você é daqui da comunidade e seu marido?

J - Também, somos primos carnal.

S - São primos carnais?

J - É. São todos da família.

S - Porque se casam entre si?

J - Não sei. A gente vai se veno, se gosta. Aí não saí pra fora. Aqui só entre família mesmo. E as outras pessoas que é casado fora é porque, de lá mesmo onde mora, casa com outra. Mas aqui é só da família.

S - Então você é prima carnal do seu marido. E se você tivesse que se casar com uma pessoa de fora, suponhamos, se você não tivesse alguém que gostasse de você dentro da comunidade, você ficaria solteira ou se casava?

J - Eu sei lá. Ficava solteira, ia trabalhar.

S - Você tem filhos?

J - Eu tenho três, mas morreu o menino de oito anos e a menina de quatro meses.

S - Por quê?

J - Problema de gripe forte e às vezes, naquele época, às vezes era difícil descobrir e os médicos não tirava chapa. Quando atacava era de vez, atacava era o pulmão. Que nem um dia, levou o menino mais velho, foi caminhando daqui pra Rio de Contas. Quando chegou lá, deu, o doutor passou remédio. Com vinte e quatro hora começou dano o remédio. Ele tava

com sete anos se tivesse aqui tinha dezoito. Depois dele é o menino que eu tenho, ta com dezesseis anos, e depois foi a menina e depois eu opereí. Na gravidez a varizes estorou todinha,, eu fiquei sem poder fazer nada. A menina teve o mesmo problema. O menino também deu, só que nós levamos em Livramento. Nessa época nós não tinha dinheiro, nem condição de pagar um médico bom pra fazer um exame pra ver o que ele tinha. Depois que a menina morreu fez oito dias eu falei: \_ to cansando de ver aquele chiado. ( O outro filho também estava doente) Mas...(não se consegue ouvir ) levou ele pra mim, chegou lá bateu uma chapa. Já tava formando. Também tomando ( o pulmão ), comprei medicamento, ele saiu graças a Deus, ele saiu fez 16 anos dia 20.

S - Você não é aposentada? Seu marido? Vocês vivem do quê?

J - Vive de roça. Eu trabalho na roça. Ele trabalha também. Nós vive na roça, tem dia que eu tiro 82, tem dia que eu vendo artesanato. Tem dia que eu vendo verdura em Rio de Contas. Meu filho também. Tudo que eu tiro, entra dentro de casa.

S - Ele já está fazendo colegial?

J - Já. E é difícil. Às vezes o que a gente pega na roça não dá, às vezes vende artesanato. Minha hora determinada, que às vezes termino, a noite é que eu faço um paninho. Quando chega turista é que a gente vai vender. É que a gente só vende um. Uma hora vende a minha (produção), outra hora vende de outra (pessoa), também todo mundo precisa. E é assim a vida.

S - Então você vive praticamente do trabalho da lavoura e também do artesanato?

J - Do artesanato quando vende. Eu falo assim comigo sobre isso: eu não sobrevivo dele. Na hora eu vendo, ele me ajuda muito.

S - O que vocês cultivam na roça?

J - A gente cultiva milho, planta feijão, mandioca. Agora tá fazeno planta de manga, laranja.

S - Tem plantio de manga também?

J - Tem, um pouquinho e a laranja a gente tá começando plantar também um pouquinho, de uns tempos pra cá.

S - E onde vocês vendem esses produtos?

J - É assim. A manga é um carro de fora que compra, mas tem hora que compra assim... até muito barato. Na época que chega de Livramento, o caminhão, como o ano passado mesmo, a gente vendeu de cinco real a caixa. A gente planta abacaxi também.

S - Você vende em Rio de Contas e em Livramento na feira?

J - É.

S - Hoje você não foi? ( para Livramento)

J - Hoje não fui, é difícil eu ir totalmente. Essa época nem tem nada pra gente levar na fera pra vender. Não tem fruta. Já é mais difícil a gente ir prá fera.

S - Agora tem colheita de feijão não?

J - Mas é coisa pouca, se a gente for vender tudo, fica sem nada, tanta coisinha pouca também. Só pra sobreviver mesmo, pra manter dentro de casa.

S - E trabalha você e seu esposo?

J - É. Eu trabalhei na roça e trabalho em casa, é o dia todo. Eu já falo, tamo que nem cigarra. Amanhecer o dia, ta pra qui, ta pra cá, ta pra lá. ( risos).

S - Trabalhando muito?

J - Eh! Trabalha.

S - E quando chega turista aqui, como você faz para mostrar?

J - Eu levo. Quando o pessoal conta como aqui eu já tenho duas sacola, aqui tem trabalho meu. Aqui eu pego as duas sacolas. A das outras meninas que moram também muito distante, que é difícil ficar aqui, eu pego a esteira pra colocar em cima ali daquela caminha, que é cama de vara. Como usava primeiro.

S - Deixa eu ver a cama de vara?

J - É ali na barraquinha, é lá da barraquinha. Aqui a cama já é moderna.

S - É moderna mesmo.

J - Aqui eu pego essa sacola pego a outra, coloco aqui e saio. (leva as coisas com ela) Quando ta chovendo a gente molha todo artesanato, molha. É aquele sofrimento, é o esforço pisando na lama. Como agora graças a Deus, a Nossa Senhora, foi à força que Nossa Senhora me deu, que eu fiz aquela comodozinho ali. Que só me falta caia ele, rebocô ele, fiz o contra piso.

S - Com o que rebocou?

J - Com areia e cimento.

S - Agora você vai pintar?

J - Vou pintar com tinta. Com essa tinta verde. Aí eu vou pintar ela, vou fazer uma plaquinha.

(Ouvem-se pessoas gritando alegremente)

Jovina explica.

J - É as meninas que foram jogá futebol hoje. Aí, ele vem chegando (seu filho).

S - Ah! Ele estava estudando?

J - Tava. E ai eu vou coloca lá (no cômodo que ela construiu) prá livra dessa correria de lá pra cá. Aí eu pego essa parte, a minha vizinha pega a outra parte e a gente coloca junto.

Termina aqui a entrevista.

S - Você pode me mostrar o artesanato?

J - Pode.

(ela me mostra vários tipos de bordados, centros de mesa, jogos de casa, guardanapos, toalhas, bordados de linha do próprio tecido o qual é típico daqui).

### **Entrevista com a Senhora Alberta Socorro da Silva (Dete), moradora da Comunidade de Bananal, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Alberta.

S - Seu nome?

A - Alberta Socorro da Silva

S - Sua idade? Quando você nasceu?

A - Sessenta e cinco ano, tô véia, gente assim da nossa cor, quando envelhece já tem muitos ano.

S - Acho que não é todo mundo não. Tem gente que envelhece como a gente, normalmente. Você está falando sua idade, mas dá pra gente dizer que não é verdade porque você parece mais moça.

A - Interei sessenta e cinco... interei sessenta e quatro. Tinha sessenta e cinco e passei agora no dia catorze de maio pá sessenta e seis.

S - E seu marido também é daqui?

A - É. Ele foi lá, você converso com ele lá no sábado (na praça do quiosque), o Almiro é que o apelido dele é fia.

S - E os pais garimpavam?

A - Garimpava na seca. Dava uns orinho fraquinho, era besterinha, só pra num fica parado.

S - E você lembra como era a vida de vocês quando era pequena?

A - Quando era pequena era muito difícil a vida, vamo dizê.... Trabalhava longi, fazia roça longi, lá no timbó, lá nesse lugá aí pra baixo, eu num cheguei trabalhá, quem trabalhava era meus irmão, eu num cheguei trabalhá, era difícil, tudo era tão difícil, era tão custosa a vida, agora a gente foi cresceno, já foi abrino roça, era difícil porque a gente, o povo trabalha assim fora, porque às veze aqueles patrão tinha arado pra gente tomba a terra e a gente num

tinha, e aí ajudava ( o arado ), né. Dava uma força e tinha que jogá aquela terra toda de inchada, né. E aí o arado ajudava, e aí a gente trabalhava fora e aí Deus ajudô que foi ino, as coisa foi miorando, alguém foi comprano o arado, fazeno uma junta de bizerro, Deus ajudô que a gente foi se firmano aqui, foi trabalhano e deu muita roça. Dá muita roça aí, a gente ficô muito desgastado por causa da barrage. Mas que aí pra baxo era lugá de muita roça. Aí a gente plantava milho, plantava... Eu num sabia o que era compra feijão, feijão, milho, a gente plantava bastante, vendia e dava prá cumê. Vindia prá comprá as outra coisa e dava pra cumê. E depois que a gente mudô pra qui, lugá seco, fraco, a terra seca, num tem água, quem vai faze sua roça? A gente pranta nas água, aí quando o tempo é bom a gente colhe a roça e quando bate solão ou com chuva se perde tudo. É sacrifico, aí se vai levano. A barrage aqui, só foi boa porque era um sofrimento pra í pra Rio de Conta. Quando chuvia de quarta-fera em diante a gente já ficava preocupada. Quantas e quantas vez eu passava com água bem nos peito, lá no rio bonito pá í na fera vendê e comprá as coisa muitas vez, só pra isso que a barrage foi boa pra nós.

S - Mas por causa da barragem foi criada a estrada?

A - Por causa da barrage, feiz a barrage, ali a gente passa e Deus ajude que ela não pode quebra. Né? Ali a gente num passava, tinha dia que o rio tava cheio, a gente ia pá lá e vortava, porque num podia passá, num tinha nada, tinha que passá de pé dentro do rio.

S - E agora, não entendi direito porque você fala que melhorou?

A - Melhoro porque... piorô porque as terra melhó da gente fico tudo dentro da água e agora a gente num preocupa com o rio, porque quem qué ír pro Rio das Pedra, tem o barco, tem canoa prá passa. Quem vai prá Rio de Conta, vai pro caminho de fora do barco, né. Nós travessa lá no Rio de Conta, né!

S - Naquela época não tinha caminho por fora?

A - Tinha um caminho, mais era ruim, era istrada ruim, uns carrero. Hoje em dia tem istrada boa, tem carro, né. De primero era um sofrimento. A gente ia na fera levava as coisa na cabeça, trazia e levava as compra, num tinha carro como tem hoje. Hoje não, pode tê o tanto de coisa que tivé, nós põe ali na istrada, o carro tá aí. Primero nós ia no caminhão, hoje nós vai no ônibus. O ônibus pega e depois torna trazê de tarde. Duas e meia, treis hora, nós tá aqui. Já foi na fera, já vendeu, já comprô e já tamo aqui. Chegamo cedo, já lavo a ropa, limpô a casa, faiz muita coisa.

S - Nesse sentido que você fala que melhorou. Agora vou fazer uma pergunta: o fato de vocês terem obtido o título de Terras quilombolas, melhorou alguma coisa?

A - Melhorô? É, tem um projeto aí, mais algum, né. Que a gente queria assim, que desenvolvesse um trabalho pra todo mundo trabalhá aqui... Como é seu nome?

S - Salete.

A - Aqui, Salete, eu acho que miorava, aqui pra comunidade era água, porque o povo sabe trabalhá, o povo sabe lidá com a terra; então eu acho, teve projeto prá outra coisa né, mas em primero lugar pra mim, veio uns pessoal aí de coronel, tem chegado alguma coisa e eles fala que vai fazê um projeto, mas eu falei que ainda num tá no meu objetivo, ele perguntô: o que é que tá? Eu falei: eu queria água, eu sei lidá com a terra, eu trabalho desde que eu era pequena, eu sei trabalhá, eu sei fazê horta, sei fazê roçá, sei fazê tudo. Si tivesse a água eu sei que tava bem. Cum vida e saúde eu tava bem, que eu sei trabalhá e tendo água você pode trabalhá em qualqué tempo, com terra seca como é que você pranta? Num pode prantá!

S - E a água tá aqui, né?

A - É, a água ta ali, tem pé mais num pode dá o curso, cadê a força, né! Cadê o dinheiro pra pudê puxa a água, prá pudê botá motô lá, botá uma coisa lá...

S - Mas aqui tem energia, está tudo fácil, tem água. Eu estava passando ali e estava ouvindo o barulhinho de água, deve ter algum riacho por aqui.

A - Riacho? Não, cê passô ali...

(Tem um riacho perto)

S - Então, você tem água, o problema é trazer essa água aqui?

A - Então, o problema é trazer essa água pra cá, né. Então, não custa nada fazer o projeto de irrigação, porque a água num tá longe, tem muita água daqui no Rio de Conta, né.

S - Todos estão com uma queixa só, não é só você não, aqui no Bananal.

A - Na Barra tem muita água. Tem um rego grande, um rego que rega muita terra e desce de lá e pára ali assim, onde uma irmã minha morava.

S - E a água desse rego vem de onde?

A - Da ponte do Coronel.

S - Eles desviaram?

A - Um desvio, mas agora depois da barrage, ele é rego de água, de muita água.

S - Rego de água não é um riacho?

A - Não, é o mesmo rego, tira lá da ponte do Coroné e vem...

S - Faz um desvio?

(Trata-se de um canal por onde desce a água que é desviada para ele, desde a ponte do Coronel. Ele passa a uma boa distância do rio, onde o terreno é íngreme. Através dele pode-se irrigar a água das plantações da comunidade de Barra)

A - Faiz um disvio, num é riacho, é um rego mesmo, num é muita água.

S - Sai da ponte do Coronel e vem até aqui na barragem?

A - Vem até ali.

S - Deságua ali na barragem?

A - É.

S - E lá eles conseguem plantar?

A - Lá conségui plantá. Agora nóis, chama a roça do feijão e do milho da seca, agora do meis de julho e agosto, até agora em agosto ainda pranta.

S - Agora vocês estão plantando?

A - Nóis num planto, ainda agora.

S - Não? Mas tem gente que plantou?

A - Tem gente que plantô milho e feijão.

S - Vocês estão colhendo agora?

A - A gente chama de brinde esse que tá colheno, porque passô as águas. O mês das água é novembro e dezembro, de feverero em diante é a nebrina e aí a gente pranta, pranta treis pranta por ano de feijão, mas agora da cheia, quando fô em outubro ranca, colhe...

S - E aí, perde ou não perde o feijão?

A - O que a gente tem é sobra de rega, esse da agora, que tem água prá regá, entendeu? Agora novembro e dezembro todo mundo planta. Quando chove todo mundo tem roça, quando o solão bate.

S - E arroz vocês não conseguem plantar!

A - Não, a gente já plantô muito, um ano deu uma rocinha.

S - Eu gostaria de saber tradições africanas, de canto, de dança, de benzimentos, de oração?

A - Não, eu tinha umas tia, mas já morreu, elas rezava muito...

S - Elas rezavam reza católica?

A - Católica. Elas rezava novena, elas era muito devota.

S - Vocês nunca tiveram trabalho aqui, de umbanda?

A - Nunca tivemo, sempre católico, sempre católico. Os pai deles era católico, eles rezava novena, Santo Antonio.

S - Eu gostaria de saber se as rezas eram de origem católica?

A - É católica, tudo católica, num tinha nada de candomblé, num tinha não.

S - E seus pais o que falavam desse espaço, que eles tinham vindo de algum lugar?

A - Os pai já eram daqui.

S - Eles não contaram se foram escravos?

A - Não, eles num foro escravo. Eles contava que teve escravo, mas era que trabalhava lá no Mato Grosso, mas aqui mesmo num trabalhava.

S - Os pais contavam isso?

S- É eles falava...

(chega a Maria Ramos)

M.R - Boa tarde!

A - Ê Maria Ramo, cê sabe que hora que o carro vai amanhã, Maria Ramos?

M.R -Você num vai não?

A- Não!

M.R – Ah, tá. Tá certo. Chega aí, João.

S- Bom, então eles diziam que não foram escravos?

A- Sempre trabalhado na roça pra si mesmo. Talvez trabalhado prá alguma pessoa, porque nesse meio tinha uns que podia mais, né. Pagava a pessoa pra trabaiá, né. Mas que foi escravo, não.

S - E esse pessoal do Mato Grosso, eles não trabalharam pra esse pessoal do Mato Grosso? A minas eram lá, né?

A - Lá era lugar de muito ouro, meus pai sempre contaro que Rio de Conta era lugar de muito ouro, mas eles num chegaro a trabaiá lá.

S - Eles também não contavam que tinham vindo de algum lugar?

A - Não, nunca contaro.

S - E a respeito de casamento, sempre foram realizados entre vocês mesmo?

A - É.

S - E se aparecesse um moço de outra comunidade?

A - Casava! (risadas).

S - Mas você casou com (homem) daqui?

A - Casei no Riacho das Pedra, com uma pessoa do Bananal.

S - Vocês falam que casariam com pessoas de fora, mas todas casaram com os daqui.

A - Já os meu filho casô fora. Casaro em São Paulo. Uma é do Paraná e a outra é da Bahia, Itabuna.

S - São brancos ou negros?

A - Como é que fala? Pardo, vermelho, sim são vermelho. A mulhé de Pretinho é morena e a de Toninho é vermelha.

S - E eles são da sua cor?

A - O menino é, o pai é preto né, se num saísse alguma coisa tava errado.

S - Bem, a maioria dá preferência pra casar aqui?

A - É, Barra, Bananal...

(chegou uma outra pessoa).

P - Boa tarde, como é que vai?

A - To bem, e ocê?

P - To bem graças a Deus. Agora to aqui, oh!

A - Ai é bom (risadas), muito bom.

A - Pega ali fio aquele balde de água. Já trabalhou muito.

P - Tava caçano uma vaca minha, mais num encontrei não.

A - É que é grande, come num sorta.

S - Vocês têm várias vacas?

A - Tem duas.

S - E boi, tem?

A - Tem um - Pra dá conta do recado!

S - E tem leite?

A - Agora num tá teno.

(A pessoa vai embora e voltamos ao assunto do casamento)

A - Agora o povo do Mato Grosso num casava com a gente preto não. Hoje se fô fala, eles num aceita, mas num casava não e agora tamém tá casano. Muda, né? Muda pá melhó, né?. Lá é tudo branco, branco mesmo.

S - São descendentes de portugueses?

A - São descendente...

S - Eram eles que cuidavam das minas aqui?

A - Não, acho que era os iscravo, num sei, deve sê eles que vinha, né.

S - Agora a questão do reconhecimento das terras, houve coisas que melhoraram: políticas, projetos?

A - Tem uns projeto aí, mas num desenvolveu grande coisa, porque pra miorá a comunidade tem que todo mundo trabalha, eu acho, né. Tem que se uma forma de todo mundo trabalha, desenvolve, mas pra um sozinho ou dois. Pra mim num resolveu nada, num

é projeto, num é da comunidade, porque tem que se pra todo mundo trabalha, num é? E meu modo de pensá é uma coisa assim, todo mundo tem que trabalha ali junto pra desenvolvê né.

S - E como tem sido as reuniões, você tem participado?

A - Às veiz eu vô.

S - Quem vem fazer as reuniões com vocês?

A - Uns de Rio de Contas...

S - E esse projeto aí das aves é por conta de quem?

A - Das aves. Esse aí é por conta o home de Salvador. Aí, quem sabe desses detalhes é só Carmo, Carmo.

S - Só Carmo?

A - É, aí ele só que dá alguma coisa, mais só pra não perder. Ele que entendi mais, ele que anda, né.

S - Ele que corre atrás?

A - É!

S - E você concorda que é quilombola? Acha que você é quilombola? Você sentiu isso?

A - Eu sinto não. Ié, se o projeto que tão falano aí, a gente é quirambola a gente tem que acompanhá, né? Tá no meio, né. A gente tem que seguir também, né. A gente ta lutano pra tê uma coisa só pra todo mundo. Uma coisa pro bem de todos, né. Por que se fosse pra piorá não daria, né.

S - Você tinha títulos de terra lá no Riacho de Pedras?

A - Não. A terra lá era assim, era do pai, foi dos pai deles, aí eles ficaram trabaiano, eles morreram, a gente ficou assim trabaiano, mas ficou assim... a gente não tinha titulo, não tinha... como fala aqui, num tinha iscritura.

S - Algumas pessoas tinham?

A - Algumas pessoa tinha.

S - Tinha mesmo?

A - Tinha, algumas pessoas tinha. Muitas pessoas lá não tinha, né.

S - Embora tenham muito tempo morado lá não tinham escritura? E o que o pessoal de DNOCS fez com vocês?

A - Feiz a barrage, pro povo chegá aí e era pro povo saí... eles indenizaro.

S - Deu pra comprar casa na cidade?

A - Algum deu.

S - Eles davam em dinheiro ou em material?

A - Dinheiro mesmo, mas foi muito pouco, naquele tempo mesmo que as coisa valorizou, né. Perdê tudo que tinha – chácra de café, manguera, tudo, tudo, né. Foi pouco demais.

S- Agora vocês têm um bom pedaço de terra aqui, não é?

A - É, se tivesse água, conforme tô dizeno. Mais dava pra trabaiaá a vontade, dava pra trabaiaá, a gente sabe trabaiaá, então... dava pra gente desenvolve bem. Em que a gente faiz isso, né.

S - Agora, voltando na questão de lembranças, você sabe alguma cantiga?

A - A gente cantava muita roda, sambava muito.

S - O que é samba pra você?

A - Samba?

(a fita do gravador enroscou e não gravou parte da entrevista, daí o pedido que foi feito a seguir)

S - Desculpe, mas você poderia cantar para mim outra vez?

D - O quê?

S - Cantar roda ou Bendegó. Canta os três para mim.

D - Eu vou cantar outra.

S - Eu não gravei nada. Eu peguei errado.

A - Canta samba.

A – “Vai trabaiaá moleque malandrêla

Pra tu casá

Muleque malandrela

Tu é malandro

Tu ainda qué malandriá.

Muleque malandrela.

Eu vou ti pedi uma lima.

Muleque malandrela

Da limeira de teu pai.

Muleque malandrela

Tu não tem limão não.

Mas eu sei que a lima vai.

Muleque malandrela.

Vai trabalhá.

Muleque malandrela.  
Prá tu casá muleque malandrela  
Tu é malandro.  
Tu ainda quer malandriá.  
Muleque malandrê.

Quando eu era pequenininho.  
Muleque malandre.  
Eu sentava na cadeira.  
Nós sabia namora.  
Muleque malandrê.  
Vai trabalha.  
Muleque malandre.  
Prá tu casa.  
Muleque malandre.  
Tu é malandro.  
Tu ainda qué malandriá.  
Muleque malandrê.

Eu procurei meu pai.  
Muleque malandre.  
Se eu podia namora.  
Muleque malandre.  
Ele me arrespondeu.  
Que namora não faz mal  
Muleque malandre.”

A - Ai é roda.

S - Como é feita essa roda?

A - É assim: junta de 10 a 20 pessoas, vai dano a mão ao outro e vai rodando.

S - E agora o samba? O samba também faz roda?

A - Faiz.

S - Daí samba mesmo?

A - Samba.

S - Então você poderia cantar?

A - Viche, já saiu tudo da cabeça.

Ela pensa e canta.

“Sá, Maria veio?

Não veio não.

E porque não veio?

Não sei não.

Ela tava doente?

Não tava não.

E porque não veio?

Não sei não.

Sá, Maria veio?

Não veio não.

E porque não veio?

Não sei não.

Ela tava doente?

Não sei não.”

S - E agora o bendengó?

A - Cantando

“Papai, mamãe

Titia cadê vovó?

(uns fala titia, outros fala dindinha tudo pode, ela diz.)

Papai, mamãe

titia cadê vovó?

Eu fui numa festa.

É do bendegó.

Eta povo bom.

É do bendegó.

Papai, mamãe

Titia cadê vovó?

Eu fui numa festa

É do bendegó.

Eta povo bom.

É do bendegó.”

Vai botando verso e vai cantando (cantando na festa apresenta).

Finalizou a entrevista.

**Entrevista com a Senhora Maria Santa Cruz de Souza, moradora da Comunidade de Bananal, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Maria.

S - Qual a sua idade?

M - Minha idade, vô fazê cinqüenta, sessenta e cinco, agora, no mês de setembro.

S - Você nasceu aqui?

M - Nasci aqui... Vem cá com a vó (criança chorando).

S - Eu queria que você falasse pra mim como foi sua vida quando você era pequena. Você sempre viveu aqui na comunidade?

M - Sempre vivi aqui na comunidade, lutano, trabalhano. Trabiava aqui, trabiava no Rio das Pedra, trabalhaiva ali em Livramento pá ganha um dinheirinho que a gente num tinha nada aqui. Aí a gente tinha que i em Livramento compra uma roupa, sapato pá gente í nas festa, aí a vida era muita correria.

S - De quando pequena você lembra o quê?

M - Lembro que a gente ia pá iscola e brincava de roda, prosiano, era uma vida gostosa a vida da gente quando pequena.

S - Você ia à escola aonde?

M - Fazia escola na Barra...

S - Tinha escola ali?

M - Tinha iscola ali, no meu tempo de iscola. A professora chamava Maria, ela casô e foi pra São Paulo e casô.

S - Você fez até que série?

M - Fiz até o terceiro ano e a cabeça muito tampada, e num aprendi nada, só aprendi memo assiná o nome. Num sei iscreve uma carta, num sei lê uma carta, só sei memo iscreve meu nome, num aprendi nada não.

S - E as cantigas de roda você lembra?

M - As cantiga de roda num lembro não. Num tinha roda, num tinha brinquedo assim, insinava nois cantá, a dança. Tinha uma dança cum pau aqui e a gente ia trocano as fita (tentou cantar a musica) e agora parô, era bonito.

S - O estado de SP ressuscitou essa dança.

M - Vai trançano todinha, enrolava a fita, rezava um hino na iscola.

S- Qual hino?

M - Assim ó (cantando: Ouviram do Ipiranga as marge plácida).

S - Ah, sim. O Hino Nacional.

M - É, o Hino Nacional, rezava um padre nosso, uma ave maria, aí agora entrava na iscola.

S - E você sempre foi católica?

M - Sempre fui católica.

S - E na escola sempre rezou o pai nosso?

M - É, sempre rezava.

S - Você nunca teve outra religião?

M - Não, nunca tive.

S - E você aprendeu alguma reza, alguma coisa diferente?

M - Aprendi a oferecê o terço, mas assim a reza eu sei responde, tirano assim eu respondo, mas pra mim tirá já num fica na cachola da cabeça, é isso memo, assim a gente oferecia o terço.

S - Vocês costumavam rezar o terço aqui?

M - Quando é ocasião de festa, da Nossa Senhora da Conceição e no mês de março a novena pra São José, era nove noite, todo dia rezava e depois tinha festa.

S - E você se lembra de ir à benzedeira para benzer dor de barriga, dor de cabeça?

M - A benzedera que tinha aqui, que sabia rezá, de oiádo, de vê quebranti assim já faleceu.

S - Mas como ela se chamava?

M - Ela chamava....Minha vó, era Vitória e meu vô Miliano que sabia tamém benzê.

S - Emiliano?

M - Isso, Emiliano.

S - Ninguém ficou no lugar dele? Ninguém quis aprender?

M - Naquele tempo num sei o que era, porque agora se dexasse por escrito pra os novo aí aprendia. Né? Mas quem sabia morreu, cabô. E aí aqueles novato num ficô com nada de aprendê assim as oração, mas ele sabia, ele era curadô memo...

S – Era. Ele curava o quê?

M - Ele sabia. Se tivesse uma doença ali ele chegava, ele tinha um livro e levantava se o mal num tivesse cura, aí a foia ela num subia, se tivesse cura a foia ficava impezinha.

S - Era Bíblia, o que era?

M - Era livro memo. Num lembro se era Biblia.

S - E outros tipos de reza, ele benzia mordida de cobra?

M - De cobra num sei não, ele benzia só a pessoa de olhado. Se tivesse um animal sumido e benzia, achava.

S - Tem alguém na comunidade que sabe fazer isso?

M - Não, ninguém sabe.

S - Mas a Sá Maria faz?

M - A Maria sempre reza, ela já num é daqui da comunidade. Ela chegô por aqui, mas é da tal lagoa.

S - Ela disse que veio pra garimpar.

M - Garimpá, foi.

S - Vocês também garimpavam?

M - Minha mãe garimpava, eu uma veiz garimpei, mais a gente num sabe lava, num lava os cascaio direito. A gente vai lavano, no fim aquela faisquinha de ouro que tira a gente num sabe banhá, ele tem que sabê direitinho. E aí a barage tamém tomô conta do rio e aí a gente num achô local pá garimpa mais, cabô.

S - É bateia?

M - É, bateá.

S - Tinha pedra aqui no rio?

M - Tinha, muita pedra qui nem nesse aqui tinha pedra, mas as pedra mais bunita que tinha tamém era no rio das pedra. Ah, tinha pedra bunita.

S - No Riacho das Pedras?

M - É, no Riacho das Pedra.

S - Ainda tem ouro lá ou acabou?

M - Ainda tem, na cabecera do rio, ainda tem. Agora na marge do rio memo num tem.

S - Que pedra que tinha?

M - Pedra de sarrão, pedra pixe, bunita, vermelhinha... o rio cabô com tudo, a barrage cabô com tudo.

S - Tinha roça aqui e na barragem?

M - É tinha no Riacho das Pedra, a gente plantava cana, feijão, plantava milho, mandioca...

S - Como que foi pra você essa coisa de barragem?

M - A barrage na época que a barrage fechô, num sei não, porque agora veio o pessoal. O prefeito assinô prá fazê a barrage e o governo mandô fazê a barrage, aí naquele ano a gente

perdeu muita roça, porque a gente prantava arroiz assim, dentro do leito do rio. O rio enchia, mas a água que vinha do rio descia e voltava pá trais e agora depois que fez a barrage, que a barrage tava feita, que subiu a parede, a água que foi juntano foi represano, aí a água chegava na bera da roça, a água num tinha como descê, só ia recoieno prá trais e a roça só ia perdeno. Perdeu muito feijão, muito milho, muita mandioca, cana, pé de árvore.

S - Dizem que você tinha título de propriedade?

M - É, cada qual tinha sua iscritura, minha mãe tinha, meu pai tamém tinha daqui. Minha mãe tinha de Rio das Pedra.

S - Sua mãe que era de Riacho das Pedras?

M - É. Minha mãe era do Riacho das Pedra e meu pai era daqui, meu pai tamém. Minha mãe, meu avô morava aqui em cima, era tudo daqui do bananal. Bisavós, uma morava na Barra e a outra morava aqui. A gente casô e ficô morano tudo aqui no Bananal.

S - Todas se casaram com pessoas da comunidade mesmo?

M - É. Todos da comunidade memo.

S - Sua filha, a Percilia, ela é casada com pessoas daqui da comunidade?

M - É da família, é da minha irmã, que mora em Livramento. Tamém é casada. É daqui, da família tamém. O marido que é daqui tamém, ela é filha minha irmã e o marido dela, é filho da Pretinha ali.

S - É, eu vou falar com essa Pretinha.

M - Ela chama Maria, e fala pretinha e Antonio tamém casô com a filha dela.

S - Seu filho?

M - É, meu filho. O dono dessa casa aí ó (ela mostra a casa em construção que fica na frente da sua, mas em outro lote). É casado com a filha dela.

S - Por que há tanto casamento na comunidade?

M - É porque aí interessa, vai namorano, num é não? E vai gostano... e aí dá casamento.

S - Mas por que não namora gente de fora?

M - Pro cê vê, num namoro.

S - Ou casam com gente da Barra ou com Riacho das Pedras. E aqui o pessoal de Bananal casa com o pessoal de Bananal?

M - Casa.

S - Você acha que tem problema casar com pessoas de fora?

M - Num tem, mais num casa (risadas). Se a gente gosta, casa. Né? Se namorá pessoa de fora, casa.

S - E se um moço de Livramento vier aqui e quiser casar com sua filha?

M - Ué, casa! Num tem problema... se fô uma pessoa boa, direito.

S - Mas como você vai saber que é direito?

M - É, num tem como, ninguém sabe quando alguém é. Ninguém tem istrela, né.

S - Mas você deixa mesmo assim?

M - É, deixa, se os dois gosta né, qui vai fazê, né? É fazê o casamento.

S - Seu marido era de onde?

M - Era de Bananal.

S - Você e ele eram de Bananal? Mas vocês dois não eram parentes?

M - Não, os pai que era primo, incrusive quando nois caso o padre veio e deu a dispensa assim pos primo casá, mas era primo já longe num teve pobreza.

S - E hoje seu ex-marido é casado com quem? Com mulher da comunidade?

M - É amigado com uma mulher lá da Fazendola.

S - E você não tem parente lá?

M - Tem uns primo que morava em Riacho das Pedras e mudou pra Fazendola.

S - A mulher dele é negra?

M - É mulata, cor de chocolate (risada).

S - E se você for casar novamente?

M - Eu num quero não.

S - Você escolheria de onde?

M - Homem pra mim num teve valia não, nem se eu achá num quero mais.

S - Você lembra de alguma coisa que seus pais falavam da origem de vocês?

M - Eu num lembro não, os mais véio falava, mas aí num ficô na cabeça pra gente contá, num fico nada.

S - Você se sente, se acha que é quilombola?

M - É porque nasci e criei aqui dentro do quilombo.

S - Quando você era pequena, chamavam aqui de quilombo?

M - Não, aqui chamava... existia quilombo por causa da barrage, porque levaro o título das terra das pessoa, as escritura, e aí quando veio pás pessoa vortá no seu terreno aí botô, Barra, Bananal e Rio das Pedra como quilombola. É, mas num tinha assim, num era quilombola, agora depois do título das terra que o governo tomô com as barrage, aí o título da terra ficô uma escritura todinha, aí fez assim como quilombola.

S - Vocês tinham escritura de fato daqui?

M - Tinha, tinha iscritura.

S - E pra onde foi?

M - Os constutô da barragem que levo os documento da gente tudo. Era de pai, era de mãe, era dos fio.

S - Mas as escrituras da terra também?

M - É, tudo levo, e agora inclusive ele pegô.

S - Como vocês tinham conseguido as escrituras da terra?

M - Tinha conseguido. É porque aqui todo mundo plantava um pedaço de terra e aí tinha um rego, né, tinha que pagá aquele inca, daquela água que chegava, e aí agora tinha as iscritura da terra daqui do Bananal, Riacho das Pedra e ali da lagoa, mas a barrage que tomô tudo, porque falô que ia recebê o benefício das terra aí levô as iscritura do povo daqui tudo.

S - Levou toda a documentação?

M - Levô as iscritura prá dá outro pedaço de terra, aí agora o DNOCS levô tudo, os documento da gente que a gente tirô que nem assim o registro, essas coisa assim e a gente já tirô a segunda via, porque eles levô o documento o registro da gente tudo.

S - E vocês tiraram no cartório daqui?

M - É, no cartório daqui.

S - E as escrituras estavam no cartório daqui?

M - E as iscritura tava no cartório do fórum, porque da veiz que botô pra recebê o registro, eles disse que ia levá o documento dos pai e o registro dos fio prá recebê aquela porcetage dali da terra e os benéfico, aí num devolveu nem iscritura nem o registro da gente...

S - E agora a terra é coletiva?

M - É, agora a terra é de todos daqui.

S - Mas você tem demarcado o pedaço de vocês?

M - A gente pranta num pedaço assim, a gente pranta o otro já num pranta, cada um tem o pedaço que tem o custume de prantá.

S - É porque permaneceu o costume, a tradição que seu pai e sua mãe tinha?

M - É.

S - Os filhos das pessoas daqui tem saído pra fora?

M - Sai muitos pra fora... uns vai prá São Paulo, outros vai prá Brasília, outros vai pro Rio de Janeiro.

S - E eles saem para quê?

M - Prá trabaiaá porque aqui num tinha trabalho aqui prá trabaiaá, né.

S - E hoje continua saindo também?

M - Hoje em dia os que tá fora, ta. Os que tá pra cá já num tem assim... prá saí mais, porque tem hora que vai e aí num acha emprego, fica aqui trabaiano, né, aí fica trabaiano na roça memo.

S - Que vocês estão cultivando aqui?

M - A gente planta de tudo, é feijão, é mandioca, é milho... arroiz que a gente dexô de planta por causa que a água baixa e toma tudo no tempo de quando é pá colhe a roça, a água cobri e aí a gente dexô de planta arroiz, mas aí a gente planta de tudo, num dá mais porque nóis aqui num tem água, a água que tem é água de bebê e num é pá irrigá.

S - Mas tem a possibilidade de por um motor lá e tenta puxar água pra irrigar?

M - É, mas num tem motô de óleo, nergia num pode puxa porque num tem nergia na bera da água, né.

S - Nunca ninguém fez um projeto pra isso?

M - Nunca feiz um projeto pra isso.

S - Fizeram o da criação de Avestruz, mas é da Barra, né?

M - De Avestruz? É das treis comunidade.

S - E parece que não está dando certo?

M - Avestruz, ela mesmo cumeu o projeto dela.

S - Como assim?

M - Porque ela tinha o dinheiro de mantê ela, mas o dinheiro da ração dela é muito cara e aqui num tinha, tinha que trazê di fora e o dinheiro que era prá comunidade ela memo cumeu, porque tinha que comprá o alimento pra ela.

S - E agora como vocês estão fazendo?

M - E agora taí, compro milho, falero, dá ração pra ela, mas da ração dela mesmo é muito cara.

S - E está morrendo muito?

M - Muitio cara... Hoje ela memo cumeu o beneficio dela, ela memo cumeu.

S - E ninguém falou de fazer outro tipo de plantação, ou seja, incentivar a produção?

M - Agora tá parado aí agora.

S - Nunca ninguém incentivou a irrigação aqui?

M - A rigacao, muitos tem falado que vai traze, mais vem falano, mais nunca já conseguiu.

S - Agora depois que vocês obtiveram o titulo de quilombola, vocês acham que as coisas melhoraram aqui pra vocês ou não?

M - Mielho umas coisa e pioro outra, porque as nossa terra foi pá dibaixo da água, né e a coisa que mioro pá nois foi que a gente ia pá Rio de Contas, passava rio cheio e agora aí num tinha istrada e agora mioro porque tem um carro que vem pega a gente aqui quando ta chueno, né. Mas a istrada quando é tempo de chuva que é aqui esse riacho ali onde você passo, aquele de lá e esse de cá e aquele rio do Junco ali, quando dá a cheia, nós fica preso aqui, porque num tem uma ponte no riacho, precisa fazê um buero nesses dois riacho e o rio do junco lá precisa fazê uma ponte prá podê nós travessá.

S- Mas isso é agora ou antes?

M - Agora, tem hora que chovi, tempo das água, a gente vai pegá carro na Barra com as coisa na cabeça porque o carro num entra aqui. Aquele riacho ali...

S - São dois ali da estrada?

M - É. É dois riacho. Ali quando chovi, esse riacho aí, vai feito um buraco, né. Aí agora o carro num entra, nem ônibus que vem pega nois. Aqui já num entra, nós tem que carregá as coisas lá prá cima, prá Barra, prá podê pegá o ônibus lá em cima. Num tinha muita coisa prá nós. Aqui já miorô.

S - Você acha que a melhoria foi mais aqui ou foi na Barra?

M - É prá Barra ta milhó, porque o povo lá, porque a água num impata eles, porque tem a ponte, a ponte coroné lá, o ônibus passa dereto lá entra na Barra e segui pá lá e já nós aqui acha dificuldade porque o riacho, o rio do junco acolá, num tem ponti.

S - Tem um rio de água potável que brota da serra, não tem?

M - Esse rio grande que entra na barrage ele brota no pé da serra.

S - E ele atravessa a estrada?

M - Travessa a istrada de lá do jiló, essa da ponte coronel, mas tudo tem ponti e já esse que é da serra que nós passa, do rio do junco num tem ponti, ele é piquinininho, mas quando chovi que ele enchi, ele é forti.

S- E é esse que nasci no pé da serra que você está falando? A Joanita me falou que não sabia onde ele nascia e que ele tem barulho.

M - É, a gente num vê aonde ele nasci, mas a gente vai tirá casca no morro e a gente vê ele zuano por debaixo da terra e a gente num sabe onde é a nascente dele, mas ele passa por debaixo da terra, ele ta aí.

S - Você fala em tirar a casca, o que é tirar a casca?

M - Na pedra, prá faze presépio, cada um faiz um com memo desenho, né.

S - E depois vocês rezam?

M - Depois a gente canta o reis.

S - E o Bendengó?

M - O bendengó a gente faiz, e a gente canta.

S - Amanhã você vai?

M - Amanhã a gente vai, só num tô sabeno o horário que vai...

S - É. Disseram que o carro vem aqui.

M - Eu mesmo num sei a hora que é, que hora vai... se vai mais tarde.

S - Os seus pais garimpavam ou plantavam?

M - Plantava muito, garimpavam, plantava a roça, mais num saía muito e então tinha que ir pru garimpo no dia de sol prá pudê comê. Garimpava no rio e na serra.

S - A Maria me falou que na serra tem muitos buracos, que é perigoso.

M - Mais nesses buraco acho nosso bisavo e pai num trabaíram não. Esses buraco aí já foi otras pessoa de fora que veio garimpa, né.

S - Vinha muitas pessoas de fora? Era permitido?

M - O povo aqui num tinha essas coisa de pessoa chegá de otro lugá assim, acho que dos parente deles mesmo aí garimpava.

S - Diz que até japonês veio.

M - Garimpava. Aí comia, garimpava.

Encerrou a entrevista aqui.

**Entrevista com a Senhora Maria Ferreira (Sá Maria), moradora da Comunidade de Bananal, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Maria.

S - Maria, o seu nome completo?

M - Maria Ferreira.

S - Quanto tempo você mora aqui?

M - Já ta... uns vinte ano.

S - E a sua idade?

M - A minha idade... eu já tô chegano no sessenta já.

S - Como você veio pra cá, Maria?

M - Eu vim pá garimpá.

S - Você veio para garimpar?

M - Vim junto com meu marido pá garimpá.

S - Seu marido era daqui?

M - Meu marido era de Votuporanga.

S - Então, vocês não pertenciam à comunidade?

M - Não.

S - Vocês garimpavam?

M - Garimpemo, mas nós num teve sorte porque ele veio pá garimpá ouro, essas coisa, mais num achava, só faisquinha e no rio acha mais ferro do que ouro.

S - Acha mais ferro?

M - É, acha mais ferro do que ouro.

S - Isso antes da barragem?

M - Não, na seca a gente passa por dentro, aí então é nesse tempo que pode garimpá. Pega as pedrinha verde, pega essa que nem esmeralda, de cristal.

S - Pega no rio? Até hoje?

M - Até hoje. A hora que ele seca... a hora que o rio seca.

S - E quando que o rio seca?

M - O rio seca... conforme...se lá puxa muito esse negócio dessas barrage de lá do Livramento. Puxa muito na água de molhação, nessas coisa, aí ela baxa, mais ela tá sempre cheia.

S - Mas, se abaixar você ainda acha?

M - Se abaixá eu ainda garimpo, eu tenho uma batéia pequena aí.

S - E você sabe garimpar?

M - Eu sei... eu sei garimpa. Quem me ensinô foi meu marido, ele era garimpero, de ametista. Era o que ele achava, era pedra, era carvão, o que tivesse, era barita. Galena, é que ele num gostava muito que dá poblema, chumbo tamém da muito poblema no organismo da gente. Lidá com mercúrio tamém adueci. Então ele gostava de pegá as pedra que num tinha muito trabaio, pá num trazê muita doença prá vida, aí era metisti, a pedra águas marina, se ele achasse era oivina, era aquela... o que fosse, cacita, carvão preto, o que ele achasse, que desse dinheiro ele garimpava tudo. Era topázio...

S - Mas isso tinha aqui?

M - Tem, aí na serra tem, o cristal e tem topázio e morion.

S - E diamante tem?

M - O morion tem da cor de rosa e paramim das criola e aqui tem do que, da cor... dessa cor daqui.

S - Esse é o morion que você está falando?

M - É, a pedra morion, é a que faz prato, faz xicra, faz copo, aquela amarelinha, bem amarelinha, aquilo lá chama morion, aquele tipo daquela pedra. Se ele num pintá a pedra antes deles fazê o produto aí ela sendo dissolvida, ela fica daquele jeito quiném vidro. A cristal e metista da cor daquela, negocinho petititico ali (mostra algo), da cor de uva, roxinha, então, até eu tenha ela num canto aí, num sei onde é.

S - Você tem?

M - Tenho, a pedrinha metista, tenho junto com os cristal.

S - Mas e hoje você garimpa alguma coisa?

M - Eu garimpo, se dé certo ainda. Ô meu Deus, faço uma farofa, aí eu levo um refrigerante, uma coisa assim, a gente garimpa, mas num vô pá serra mais não, porque é muito perigosa, né.

S - Por quê?

M - Muito perigosa, tem muito buraco, muita coisa, a gente que é de idade tem que í com uma pessoa que tem muito cuidado que sabe de tudo por lá, pá gente num caí num buraco, porque tem beral de buraco de garimpo, se a pessoa cai dentro, ô meu Deus, num vê nem o grito, acho que num sei se é cem palmo, sessenta, quanto é...

S - E tem antigos garimpeiros aí?

M - Tem, é japoneis, é de tanta gente que veio garimpá por aí, até japoneis já veio garimpá. Tinha o finado Izaulino, que sabia todo o tipo de péda, do grafite que é procurado pra avião, a péda de alimini e o grafite, diz que eles são pra fazê negócio de avião, né, e a outa maganesa que é uma péda pesada, eu acho que eu tenho ela aí nas pranta. A péda maganesa, ela é pra fazê peça pra guerra, aqueles coiso, aqueles tambô que anda, né e agora...

S - Agora você sobrevive do que Maria?

M - Eu sobrevivo do meu trabaio, é um tapete, é uma pranta, é uma flori, é uma horta, pranta mio, feijão abóbra , palma...

S - Você conseguiu aposentadoria?

M - Já, graças a Deus, já vai faze treis ano.

S - Você conseguiu como quilombola?

M - Como quirambola, num sei não, sei que tenho pra quirambola, agora que foi eu aposentei pela velhice né, porque eu to muitos ano aqui mesmo, trabaiano por aqui mesmo, trouxe meus minino piquinininho pra cá, aí agora num sei se foi por quirambola, mais eu habito aqui muitos ano.

S - E hoje o que você leva pra feira?

M - Eu lévo andú, é o feijão catado quando tem, o mulatinho, esse negócio, é palma, é maracujina, laranja.

S - Você tem plantação de mandioca?

M - Tem, tem lá no fundo, aí morreu uns pé, mas inda vô torná escaldá ele pá pô os pezinho novo, das rama...

S - Planta cana também?

M - Pranto cana, pranta capim... a gente aqui si mexi.

S - Você tem gado?

M - Eu num tenho não, mas a gente vendi pra quem tem... mas a gente vendi cana pra quem tem ou se não, no engenho desse moço ali que é irmão dessa moça que você dormiu na casa, mode fazê rapadura, fazê mel, fazê rapadura.

S - O engenho ainda está funcionando?

M - Tem um que ta com poblema, agora o otro é bom. É dois, mas o pra lá é melhor do que o di cá, o di cá deu poblema num sei se foi no denti, quando aperta, foi alguma coisa aí...

S - O que você faz com a farinha?

M - A farinha a genti vendi, come, faiz biju, é isso aí. A gente faiz biju em casa tamém, rala no ralo.

S - Arroz você compra?

M - O arroiz eu compro, porque prantá eu num pranto.

S - O pessoal aqui recebe cesta básica?

M - Recebi.

S - Você também recebe?

M - Eu? Me dero, agora eu num sei se vai me dá, eu já recebi.

S - Já recebeu quantas vezes?

M - Recebi umas treis vez ou foi quatro.

S - Todo mês?

M - Não, é lá de veiz em quando. Num é não, aqui num é não.

S - O pessoal recebe todo mês?

M - Acho que não, só de veiz em quando, quando o carro vem, aí a gente recebi.

S - Quando o carro vem, traz pra os outros e pra você também?

M - Traiz pra todo mundo, a gente é comunidade, aí se o rapaz for o caso que ele não tendo o recurso, mas que de algum problema, que seja o tempo de chuva ou alguma coisa

assim, a gente ajuda com dois reais, cada um da comunidade ajuda com dois reais pra aquele motorista.

S - Maria, qual é a sua religião?

M - A minha religião é católica, nunca mudei.

S - Mas você trabalha com o espiritual.

M - Eu trabalho com Alan Kardec, é a melhó, eu acho. Eu trabalho no negócio de orixá de umbanda, mais o certo que é a católica junto com Alan Kardec. A gente num temos muito pecado e num dá tempo de pensa no muito pecado. Porque os guia são branco, os guia de Alan Kardec é branco, eles num gosta de pecado, quem fuma, quem dança. Eu danço, mais fumá eu num fumo mais. Eles tiraro, acho que foi por eles mesmo. Já briguei com o cigarro e num fumei mais nunca e agora, eles que tira. De veiz em quando eu bebo em festa, assim bebo, e agora eles qué tirá e num é pra fica assim não, mais não é. É inda puxano a outra corrente que eu trabalhava.

S - Qual corrente?

M - De umbanda.

S - Onde você aprendeu trabalhar na umbanda?

M - Eu trabalhei em Salvadô.

S - Não era candomblé, era umbanda?

M - Era umbanda, mas lá chama candomblezeiro, bate aquele tabaco.

S - E o que você fazia lá?

M - Eu fazia, gostava mais de mesa branca, e limpá mungangá delas, uma salas de mugangá assim.

S - O que é mugangá?

M - Mugangá que a gente chama de ilê, é mugangá, e chama ilê, é que tem os santo. Tudo tem ali dentro daquele quarto, naquela sala dos habitante que chega, istalta (estátua) de tudo que é coisa.

S - As pessoas que vão visitar?

M -É, as istalta assim de santo, dos santos deles, de todo santo, e da dos cavaleiro visto aquilo que eles tem lá a compreensão deles. Que a gente sabe intendê eles, é que a gente trabalha, mas a gente num sabemos intendê o fundamento, mais é um trabalho. Meu guia começô a trabalhá, mas foi um caso que, quando ele começô trabalha, ele só queria puxa somente umbanda. Aí meu marido tiro. Pediu os preto véio de lá, que ele trabalhava de carregadô, uma carta que se eu sentisse uma coisa assim, qualquer pessoa que abria aquela carta, prá ele num isquecê, si valesse deis reais, vinte, o que valesse lá da revista, eles punha

aquele tanto dentro de um envelope e levava as carta, chegava lá ele chamava de veiz em quando fulano lá numa parede desse tamanho (com as mãos) assim, de vidro. E o fulano ficava lá dentro, via tudo, tudo, se to sentada assim conversano na hora que ele chamasse lá, eu tava lá sentada lá dentro, entendeu? Era assim desse jeito. Agora eu, eu trabalhava na vida, mais sem exploração, trabalhava na vidência e gosto de fazê mais outra coisa.

S - Você já fez o mal?

M - Bom, fazê o mal a ninguém não, alejá ninguém não, porque aí gente não tem nada com Deus. Prá fazê muito mal pros otro num tem nada com Deus.

S - Até que ponto você faz o mal?

M - Bom, agora só posso dize, se for provado e eu puder tira, e o que o fulano ganhá de volta eu mesmo pessoalmente num faço nada, o povo tudo faz. Agora desmantela eu gosto.

S - Desfazer, você faz?

M - Desfaze? Oh meu Deus, só se for pra aleijado, do braço, da cabeça, da perna. Por poucas hora eu mexo com fulano e ele chega o guia, daí eu faço, porque tem a macumbaria, entendeu.

S - Você sabe quando uma pessoa está com macumba?

M - Eu sei.

S - Se eu pedisse a você pra fazer um trabalho pra mim você faria?

M - Eu faria, mas sozinha eu num posso trabalhá, porque a explicação talvez você num entenda. É que eu tenho uma pessoa pra iscrevê, na hora que eu acordo, sai a noção da cabeça. Eu posso tá olhano pra você, mas ali a memória num volta do que eu falei, o guia sim. Eu posso tá olhano pra você e conversano tudo, mas aquela memória da fala ela não vem.

S - E como o guia vem em você?

M - O guia vem, eu chamo, eu aperto, se eu aperto ele vem.

S - Mas se você chamar ele agora?

M - Num pode, eu num posso trabalha sozinha.

S - Você trabalha com quem?

M - Eu trabalho sempre com o menino, quando ele tá aqui.

S - Com seu filho?

M - É, ele intende.

S - Você trabalha de dia?

M - Trabalho de dia, qualquer hora. Só num posso tê muita hora na parte da noite porque eles fala da quibanda. Diz que se agente não tendo uma pessoa, uma mão mais forte

que a gente, que pode ficá o sofrêdo ali cê num pega no médium, mas ela pega em outra pessoa, que tive fora da porta, então eles...

S - Como é Maria, eu não entendi?

M - A hora do forte é da meia noite em diante, intão eles qué que trabalha de deis hora a onze hora pra trais. Quem tivé de ficá e trabalha, é sempre assim, porque aí já é quibanda. Não é mais a mesa branca.

S - Passou da meia noite...

M - É, passô da meia noite, só se tivé um trabalho prá trabalhá de uma hora em diante. É, tem o trabalho da meia noite, é a pra pessoa fazer, ou disarrego em algum ou sinão, fazê o que num tá certo, aí já num dá pra mim. Eu só gosto de trabalhá de onze hora prá cá. Agora de dia, não. De dia eu trabalho a hora que fô.

S - E o seu menino virá hoje aqui?

M - O meu menino tem um trabalho ali, ta lá na istrada trabalhano.

S - Mas o que te ajuda?

M - É o que ta na rua, ta fazeno até um curso, num sei de que que é. Ele diz: - Ô mãe, tem hora que vai caino as prova assim pra gente fazê, um trabalho e tem hora que a gente num ta nem pensano. Mais eu acho que ele é muito interessero dimais, então ele já feiz umas prova aí. Num sei se é de quilombo na Barra, já feiz de outra, já feiz desse negócio de pintura, já feiz essa desse negócio de artesanato e assim ele experimenta numa coisa ou outra, sabe! É prá pintura, é prá tudo, acho que isso de energia, mecânico, eu sei lá. Falei: - Ô meu fio, vê lá qualé o que dá prá você ficá o dia de amanhã com a melhoria.

S - E esse altar que você tem aí?

M - Esse daí não. É mais pro bem do que pro mal.

S - É para o bem?

M - É pra bem da minha casa, entendeu. E todos tamém que entra aqui dentro. Aí esse aí já é pro bem, café, açúcar, feijão, essas coisa já é pro bem. E lá em Salvadó as titia todas tem, no cantinho da parede.

S - Titia?

M - Titia. As que trabalha de candomblé, todas ela tem.

S - Você tem uma água ou alguma coisa ali?

M - É, eu ponho café. Faço o café e ponho lá, uma xicrinha. Ponho aqui a água de sal com carvão, pra tirá a perturbação e tirá mal feito pra genti.

S - Água de sal com carvão, tira a perturbação e serviço mal feito?

M - É. A água de sal com carvão, pra tirá a perturbação.

S - É pra quem entra?

M - É pra quem entra e pra quem sai.

S - Então quando você entrara aqui....

M - O que tivé de mal já num fica em mim e nem na minha casa.

S - E se entrar uma pessoa carregada?

M - Pertubada? A gente tira. Que tem o pacto espiritual, tem a reza e tem o pacto espiritual, tem o banho e tem a sessão espiritual.

S - O pacto espiritual você faz aqui também?

M - O pacto espiritual é quiném to te falano. Eu tenho que trabalhá com alguém do lado. Meu mestre que trabalhava comigo morreu, que era meu marido. Era ele que trabalhava prá todo canto mais eu.

S - E o benzimento?

M - O benzimento é qualqué hora.

S - Passa ramo? Aquele dia você passou ramo em mim e foi bom.

M - É, pois então.

S - Agora hoje estou desanimada desde ontem.

M - Foi a caminhada.

S - Eu fui daqui pra Barra.

M - É a caminhada. Quando eu venho da Barra pra qui, tamém ... ali é uma caminhadinha boa. Tem hora que num tem um carro, num tem uma carriola, nada. Aí tem hora que mando os menino com aquela caixa lá, pá pegá as pranta ali do homi naquela entrada do canto.

S - Então, nós saímos da casa da Joanita e fomos até a casa do Carmo a pé.

M - Pois então, é isso aí. Mas você veio a pé?

S - Não, depois eu fui embora pra Rio de Contas.

M - É o balanço das istrada. Que essa istrada aí tudo a gente senti.

S - Dá uma moleza, pois bem. Você se sente quilombola ou não?

M - Eu me sinto, já tenho amô pelo povo daqui, porque fui apoiada por todos, já dos mai velho que já morrero até os mai novo.

S - A respeito dessa casa que aquele dia você estava me falando...

M - Essa aqui era da comunidade, mas assim da Igreja. Aí era prá eles fazê uma casa e deixá eu aqui, quieta, nessa casa. Eu ia fazê aquela outra, onde tem aquele poste ali. Ai os adobo derretero a metade e o que ficô num dava mais nada, nem uma sala. Aí, agora eles... Toda vez que tinha festa eu tirava as minha coisa e botava na casa da vizinha ali, ou senão,

botava na igrejinha velha aí. Aí agora, eles achô que eu fico aqui. E eu já falava chorano, com aquela agonia. Eu falei com eles:- se voceis aqui não me dé um jeito, se num dé pra eu ficá aqui, vô mi embora. Aí eles dissero: - Num pode Dona Maria, a gente já ta acostumado com voceis, vamo gente, dexa ela prá cá. O prefeito queria a casa da comunidade e ficô pindurado e eu fiquei já, que eles num pode mais tirá eu daqui, pelo tempo e eu já nem posso fazê aonde que já me dero. Pra eu fazê o chão da casa, agora eu já não posso voltá pra lá.

S - Quer dizer, você espera ficar aqui?

M - É, eu to aqui, já acostumei, num to lá na rua, já acostumei, num é tão grande não, mais já me pusero onde tem o rego, a água, eu como, bebo, tudo daqui, até enquanto chega essa outa pessoa dessa porta ali que é pra podê fazê a casa. A hora que fazê a casa, aí nós temo um mutê: da manguera pá cá é nosso, da manguera pá lá pra eles e a minha é menor. Eles cerca até lá embaxo, até quase perto daquela manguera lá, que ta lá embaxo.

S - Agora você fica com o pedaço menor.

M - É, aí eu fico com pedaço menor.

S - Mas não vão tirar de você?

M - É... mas o que eu pudé prantá pra eles eu pranto, é um café, é um pé de fruta, pé di laranja, pé de poncã, o que for, pra eles e dexo de lembrança, pode se um pé de bananera, o que pudé.

S - Mas nesse momento é difícil.

M - Não to dizeno prá hora que ele vir, é prá dividi, né? Diz que vai fazê muita casa, aí tão já eles dividino aí eu já to zelano prá banda de cá, fazeno o meu prá banda de cá. Pé de laranja, pé de pêssego, pé de amexa, é, ta tudo prá banda minha, pra cá. Aí agora fica assim, os poncã é mais pá banda de cá.

S - Maria, você passa o ramo em mim hoje?

M - Eu passo, você quer?

S - Eu quero, pra ver se eu melhora dessa moleza.

Maria começa a passar o ramo em forma de cruz algumas vezes, e reza, depois muda, como se tivesse dando batidas leves, no meu corpo. Em outros momentos põe a mão em minha cabeça, e prossegue dizendo:

“Eu vô pegá. Te benzê para tirá o mal olhado, o olho gordo, ti curá por obra do Espírito Santo e assim tirano a dor do corpo, cansera nas vista, amarração nos pé e nas mão, no trabalhá ou no negociá, com a força de Deus, Deus lhe tirai. Assim com a graça do divino Espírito Santo, que dê mais a paz, a fé no amor e lhe tirano todo o mal que tivé dos maligno e das maligna, contra vós, em nome de Deus. Pédi em meu favô, oh! virge soberana, livre isso

de mim, pelo pai que ele é um só Deus, agora e sempre, sempre amém. Eu vô ti benze de mal olhado, olho gordo, olho invejado, terei curado por obra do Espírito Santo e Jesus sacramentado tem poder pra benze teu corpo, de bruxaria, vem tira, vô te benze de batimento, dor nos osso, dor na carne, dor no sangue, com a força de Deus e da virge Maria, cansera na vista, moleza, tontura, tontura, acabamento reza forte encantada terei benzido, por obra do Espírito Santo. E assim eu vo benze a tua costa para tirá o seu marco de fogo, seu marco brabo e encantado, o seu marco de fogo, com a força de Deus terei curado. Tirando a dor de costa e da coluna, tirando das escadara, com a força de Deus e da Virge Maria, credo em cruz e cruz credo. Salve Deus, Jesus Maria e José, o primero curadô do Egito curou Jesus, curai a vós com o poder de Deus. Com a força da santa cruz, para tirar todas as tentações que tiver contra vós em nome de Deus, no teu trabalho, no teu comer, no teu beber, no teu falar, no t caminhar, no teu trabalhar. Credo em cruz, cruz credo. Deus tem poder para tirar todos os encantos. Pela força da fé da cor de rosa do mar, que vem trazendo ligeiramente, para tirar todo o batimento, com a força de Deus ou dor encantada, nos ossos ou na perna ou no trabalhar. Com a força de Deus, Deus lhe tirai todo mal, maligno do corpo, no amor de Deus. Cansera, moleza, no vento, do acabamento, da porta encantada serei benzida, por obra do Espírito Santo, credo em cruz, cruz credo.paz é dómine e domine. Com a força de Deus, força dos médiuns, do guias protetor e curador, rei da relva, com a força de Deus que vem curando a vos curai. Com aquele galhinho de oliveira que vem a vós para curar a moleza, tontura, batimento, reza forte encantada. Com a força de Deus, o rei das flores vem trazendo uma coca em cima da sua cabeça, daquelas flores que ele trazia, da erva com a força de Deus para curar inimizade e mal, em nome de Deus. Ave Maria, cruz credo. Paz é domine e dominé. Dissidência, Jesus, Maria, José que tem poder para curar todo o mal que vos tiver.”

S - Tinha mal olhado?

M – Tinha sim. Treis pessoa, pois agora você vai melhora

Pausa.

M - Aqui eu tamém ponho essas carta. Mas o livrinho pititico, e a gente não tivé uma pessoa pra lê... Aí eu vou comprar um caderno pra batê no computado pra vê se eu pego. .... Eu num enxergo.

S e M falam sobre as cartas.

S - Você vai acender uma vela? Pra que serve essa vela?

M - Essa aqui é pra dá cada vez mais certo, o presente e o que vai acontecer.

S - Meu dinheiro está lá na mochila, eu vou pegar lá e vou te trazer.

(Ela cobra para por as cartas.)

M - Tem nada não, pode dexá. Em nome de Deus e com o pai celestia, com a força e a fé do cigano do egito curado, e com a fé dos guia protetor, baiano véio de angola, cigano do egito curadô e os africano, que traga rapidinho nesta estrada o bom e o mal e a sorte. Que se ela tivé de acontecê que vos daí, para que ela possa alivrá, em nome de Deus. Pela força de Deus e o rei de Cantarem (ou catalão), que ajude em nome de Deus.

M – Aqui você corta em treis tira, eu olho, que pra você não dize que não é verdadeira – fica cá, cabecinha pra baxo, tem que ficá assim. Vou fazê duas veze, viu. Esta vô fazê já diferente. Esta que a gente fazemos assim e aí agora fazemos diferente.

(Ela distribui algumas cartas na mesa, em diferentes posições e faz oração mais uma vez)

M - Com a força e a fé, assim vem os assopro daquele que é protetô, que trabalhô muitas e muitas veze nas ciências oculta para falá a verdade, com a força e a fé, eu estou fazeno para vós, como é seu nome?

S - S.

M - Eu estou fazeno pra S. em nome de Deus com a prece. Assim S., vai tê assoprado e trazido a sua sorte, em nome de Deus. Pois é, S.; você vai tirá S. essa daqui.

M - Tirô esta?

S - É.

M- Virô essa?

M - Vira... muito maravilhosa, muito maravilhosa S, oi, vai dexano sempre aí, pode lê essa aqui, oi, vinte e quatro, aí você lê, ta aí sua sorte.

S. lê – “Vinte e quatro, coração, sinal de alegria, dedico um casamento feliz com dote esplêndido, porei hoje e do lado esquerdo, significa o rompimento de um enlace ou separação de dois amores, pronto. Já passou, né.”

M - Já, era bom antes do rapaiz, eita, tava tudo isso aí, ó, essa aqui, oia a chave, vai sê feliz com essa chave aí, vai sê pô seu trabalho.

S - Chave, quando perto anuncia o bom êxito de algum negócio, longe significa o contrário. Bom, ela ta perto, né?

M - Ta perto, ta beleza, esse aqui, ó... o cavaleiro, lê aí, talvez vem alguma pessoa que vem pra você.

S - Deixa eu ver. “Vinte e oito – cavaleiro – é a carta dominante do baralho, bem como a carta seguinte número nove denotando-nos a boa ou má sorte da pessoa que consulta as cartas.”

M - Vai se bem. Tenho fé em Deus de se bem, porque ele dá separação quando vem os dois e quando fica que a gente tem o casal e se você vai atrais de um trabalho, de uma viaje, tem hora que uma pessoa lhe segui direitinho, agora péra aí, vamo modifica... essa aqui, eu quero vê, essa aí, doze. O passarinho dá fadiga quando ta perto da gente, mas quando ta longe, não.

S - Doze – pássaro significa fadiga e terá que vencer, porém de curta duração. Longe da pessoa prediz uma viagem feliz.

M - Senhor Deus, essa aqui...

S - Oito...

M - É o caxoti... tá longe.

S - Caixão de defunto? Quando está perto da pessoa denota infalivelmente grave doença, morte ou perda total da família. É menos perigosa essa carta quando se achar afastada da pessoa.

M - Eta (risada). Essa aqui... essa é boa.

S - Treze!

M – Oi, essa é boa. Essa é maravilhosa!

S - Criança denota que a pessoa só anda em boa companhia e que é bondosa com todo mundo.

M - Ai, é você mesmo.

S - Espera aí , vamos lá.

M - Essa aqui.

S - Vinte e dois.

M - É, caminho, vamo vê que o caminho vai lhe dá, que é de felicidade.

S - Vinte e dois, caminhos. Rodiados de nuvens é sinal de desventura, mas essa carta longe da pessoa são meios que encontramos para livrarmos do perigo. Ela não estava muito perto, mas não estava muito longe.

M - Vai livrá com fé em Deus. Essa aqui agora. É o pexe.

S - Trinta e quatro – peixe – trave uma fortuna no mar e uma série de empresas felizes, achando-se longe, são tristes novas que se malogram os grandes projetos.

M - Malogram... é que ta longe.

S - Ta longe é que vai ter noticia triste?

M - Malogra é que esfria noticia, qualquer coisa que seja, talvez seja contra, né. Essa aqui...

S - Vinte e cinco!

M - Oooopá, quase no meio, ui Jesus...

S - O que é quase no meio...

M - Vai achá uma pessoa que lhe vai complementá.

S - Anel – do lado direito da pessoa indica que será feliz, porém longe, do lado esquerdo significa o rompimento de um enlace ou separação de dois amantes. Esse já não tinha dado?

M - Não... foi dado 24, né. Ele não está nem do lado esquerdo e nem do lado direito. Esse é vinte e cinco. Anel do lado direito.

S- Tem o coração e o anel. E aí, o que você me diz?

M - Esse aqui qué dizê que já foi e você vai prosperá uma palavra de uma pessoa pra compromissá a tua palavra pra vê uma pessoa sua. Essa aqui eu quero vê... essa aí é bacana demais, a cegonha tem hora que dá muita sorte.

S - Certo, vamos lá. Cegonha quando perto da pessoa significa mudança de domicílio, estando longe permite prever que essa mudança será retardada. Então eu vou mudar de casa.

M - (risadas) Então vamo vê se a casa sai, que tem a casa tamém e é essa aqui. A raposa, coitada é rui.

S - É.. Raposa, quando está perto deve recautelar-se das pessoas com quem tem relações, porque algumas delas querem nos enganar, no caso contrário não haverá serviço.

M - (risadas) Toma cuidado, ela ta pertinho aqui. Essa aqui, a velha.

S - Velha, significa discórdia na família, cuidados domésticos, desavenças entre cônjuges, febres, moléstias.

M - Eu botei nessas carta... é o urso, cuidado com gente traiçoeiro.

S - Designa felicidade, também avisa que deve evitar companhia e conversa com os que nos tiverem inveja.

M - Opa, essa aqui, a cruz.

S - É boa?

M - Dá boa e dá ruim.

S - Ela estava mais ou menos no meio.

M - Num tava muito perto.

S - A cruz, anuncia sempre algo mal, quando está perto da pessoa é provável que a desgraça é de pouca duração. Dá do passado também?

M- Dá, isso aí é de muita coisa que já ta passano, você já passo. Se botasse essas carta ante do que já aconteceu com você, você via direitinho. Separação dos amores. A lua, ela ta longe.

S - 16 é a estrela, confirma o bom êxito de todas as empresas, quando porém rodeado de nuvens indica uma longa série de acidentes.- Não está rodeada de nuvens não.

M - Ta não. De nuvem já é outras carta.

S - Então é bom êxito.

M - Ooopá, inda bem que ela ta longe e num ta no meio.

S - Cobra, denota desgraça, traz sempre hipocrisia, traição e perda. Isto pode ser o passado.

M - Ih, pode, o meu Deus. E pode vê que vai livrá você. Aí a dama. Bem no meio, dama ou cavaleiro.

S - Cavalheiro indica boas noticias, porém um pouco ao longe podendo referir-se a morada da pessoa ou vir do país estrangeiro.

M - Graças a Deus que ta mais ou menos. Pronto, essas eu recolho e vô pó a última. Agora vô faze outra veiz, são duas veiz. Eu passo pás netinha e as netinha passa direitinho. E tem coisa que ela disse que tem medo, vai livrano, pá num acontecê, porque já foi avisado (virando as cartas). Eu num gosto de olha, porque as pessoa tem hora que diz: ói é ela quem pois, mais num ólho. Pronto! Com a força e a fé pela última veiz. Pode tirá essa aqui já.

S - Certo. A do sol.

M - A do sol tem hora que dá muito ótima pra gente.

S - Sol, estando perto alumia os seus raios e faz nascer a fortuna. O sol de perto alumia e traz paz. Fortuna, o que é?

M - Fortuna é dinheiro, é sorte, é trabalho, é no amô, negócio que você vai fazê, isso aí.

S - A lua...

M - Opaaa, tem hora que isfria, mas o sol já veio na frente, então.

S - Lua, é sinal de grandes honras. Quando esta carta estiver ao lado da pessoa afastada dela, porém designa atenção. Ah! Ela está do lado...

M - Ah! Então tá bom. Essa aqui.

S - Vinte e três...

M - Opaaa, óia o rato, cuidado o roubo.

S - Cuidado o roubo?

M - É, cuidado o roubo nas coisa ou na casa ou rodiado, toma cuidado.

S - Vinte e três, ratinho, é sinal de furto, estando perto de pessoa recupera o perdido, quando longe será irrecuperável a perda.

M - Já num vai acontecê com você. Essa aqui, óia ela...

S - O que é ela?

M - A dama, quando vê os dois assim tem hora que num dá muita sorte não.

S - Ele saiu primeiro, o cavaleiro...

M - Foi...

S - Dama, na sua posição no jogo depende tudo, apesar dos manejos e perspicácia da pessoa que abre as cartas. Ela tá aqui.

M - Do lado direito, lado esquerdo já é ruim. E aí conforme a pessoa tivê que vai fazê tem hora que ela é ruim.

S - Ela pode dar boa ou ruim, se está do lado direito dá boa sorte.

M - Essa aí, cumé, arco?

S - É a dez. Foice – mensageiro de grande perigo que pode salvar-se quando rodeado de boas cartas. Vamos tirar essa daqui?

M - É, tira essa aí. Essa aí é boa! É carta na mesa, é coisa que cê ta fazeno e vai sê elogiada.

S - Carta sem nuvem significa uma boa sorte, que nos há de vir por meio de boas notícias de longe. Havendo, porém nuvens escuras por perto da pessoa essas lhe causarão muita aflição. Então, ela acaba ficando no meio.

M - Só essa daqui que ficô meia atrapaiada, mais foi mió essa do que caxão e a cobra.

S - Cachorro, quando bem longe significa traição, de perto significa boa amizade.

M - Essa daqui. Nuvem tá longe, quando tem o negócio virado pá gente tem hora que não é bem bom não.

S - Nuvem são sinais de boa sorte quando lados claros olhe para a pessoa, quando lados escuros encare a pessoa, não tardará em vir.

M - Você teve sorte que ela veio assim.

S - Longe da pessoa sinal de boa saúde.

M - Essa daí, lírio.

S - Lírio – denota uma vida feliz, quando rodeado de nuvem significa algum desgosto, encontrando esta carta acima da pessoa denota virtude, abaixo dela põe em dúvida a honestidade. Então, como ela está?

M - Ela veio, ela ta em cima, num veio muito perto da gente. Essa daí ta longe, tem felicidade muito perto não.

S - Livro – comunica o segredo. Na sua posição podemos inferir em que sentido devemos porém proceder com cautela na sua interpretação.

M - Comunica o segredo, você num vai tá fazeno uma prova, então nessa prova vai se uma prova que você vai recebê, um papel de provação, pelo que você tá fazeno.

S - Quatro – casa significa prosperidade, sucesso em que se empreender. Ainda que a situação atual da pessoa seja infeliz pode se esperar sorte para o futuro. Quando esta carta está no meio do jogo e abaixo da pessoa isso serve de advertência.

M - Opa! Essa daqui tá perto... vai fazê sua viaje ainda.

S - Anuncia uma boa e grande companhia, riqueza, herança, achando-se muito perto da pessoa assegura uma amizade duradoura. Ela não está muito perto... agora esta é a última, né?

M - Pé de pau...mis longe.

S - Aventura – trazem aventura. Cercada de nuvem trazem desgosto. Se esta carta estiver perto daquela que designa a pessoa... qual que designa eu aí?

M - Essa aqui, essa, essa aqui, tem hora que sim e esse... Agora outra boa, essa é boa, aquela é boa. Carta na mesa é aquela palavra de uma coisa que tá acontecendo e você num tá sabendo, chama carta na mesa, entendeu! É bacana, óia, eu ganhei de dois rapaz de salvadô e eu vô lá pra rua, vô pro Livramento, eu vô pra Brumado, eu vô. Prá onde eu tô eu levo isso, esse é um guardanapozinho pra fazê revista é assim... Esse aqui a gente lê que sim que não que a gente num tá mentindo, agora aqui é sem mentira você tá leno e sabe que já tá marcando a coisa memo... pois então, tá feito, porque aí você tirou as cartas, você leno é o que passou na carta memo. Agora aí você tem atividade, atividade aqui na viaje, no saí daqui, no chegá lá, prá num te robo nas suas coisas, pra sabê onde que se dexa. Qualquer um trabalho que você vê.

Finaliza a entrevista.

### **Entrevista com o Senhor Luiz Paulo Santos da Silva, morador da Comunidade da Barra, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sr Luiz Paulo.

S - Seu nome e idade?

P - Meu nome é Luis Paulo Santos da Silva, mas ninguém lá ( na Barra ) me conhece como Luis, entendeu! Que eu sou gêmeo, então tem Luis Paulo e Luis Gonzaga, prá não chamá o outro de Gonzaga e eu de Luis, então ficou eu sendo o Paulo, da Barra, todo mundo me conheceu como Paulo da Barra. Não sabem meu nome completo e o outro prá num chamá de Gonzaga, foi chamado de Luis, que é Luis Gonzaga. Então, eu nasci no dezenove de junho de sessenta e oito. Fiz quarenta e um ano agora, graças a Deus. Nunca mudei daí, já passei um ano em São Paulo. Tenho viajado muito com problema de saúde, alguém da minha família adoece, às vezes eu vô prá Brumado, vô prá Conquista, viajo prá Salvadô e daí por diante.

Não tive a oportunidade de estudá, porque a gente fazia mais era trabalhá em terreno dos outro, e sei de muitas coisinha, mais na hora nem foi tudo é como a gente pretende...

S - Você falou que trabalhava em terreno dos outros, na realidade vocês lá da Barra e do Bananal tem roça, não tem?

P - Pouquinho, mas tem. O básico tem, graças a Deus nunca aconteceu assim de ninguém, do meu conhecimento, ninguém passá fome ou morrê de fome, entendeu. Passa apertado, outra época, passa mais folga, mas depende muito da chuva, nós num tem assim uma água em gravidade por nossos terreno, pela área seca que a gente precisa, a gente num temo.

S - Vocês precisam de um projeto de irrigação lá.

P - É, projeto de irrigação, e que vá água de gravidade em todos canto dos terreno, mas até hoje quem mente pra gente vem aos monte, mas prá fazê na realidade até agora tá na estaca zero.

S - É porque teve um projeto lá começado, né? E parou.

P - Parou porque esse negócio envolveu dinheiro grande. Aconteceu que assassinaram o rapaiz, aí ninguém sabe de nada, acabô o dinheiro, acabô o homi, acabô com tudo e colocaro no projeto que fizeram lá uma bomba muito grande. A bomba é boa, mas pra gente da comunidade que num tem uma grande renda... Colocô uma bomba pá pagá uma taxa de dois mil reais por meis se nois num temos condições de pagá isso, sendo que a área toda...

S - Essa taxa é referente à que, energia elétrica?

P - Energia, só a taxa da energia, consumo.

S - Aí ele ia puxar da...

P - Da barragem, do baixo pra o alto e sendo que a área toda tem condições de se irrigada de água de gravidade.

S - De cima pra baixo?

P - É.

S - Das montanhas, né?

P - Isso. Temos condições. Mas temos um problema que me atormenta muito e que eu num gosto de, quem vem lá de fora, nunca procura a pessoa que num tem um diploma na mão, quem tem o diploma na mão num tem o conhecimento e essa realidade aí tem hora que me machuca muito. É a questão de que, eu sempre falo. Eu sô uma pessoa que praticamente sô um dos que ajudô a fundá a associação e hoje em dia, de três anos pra cá, quando eu sabia das reunião, já tem três quatro dia que passô e ninguém me convida pras reunião.

S - Parece que não é só você, teve outra pessoa que me falou sobre isso.

P - Então eu fico... Eu tô igualmente o cacho da banana, o coração da banana, cada dia mais distante do cacho. Cada dia mais longe das atividade que tá aparecendo, tem hora, que fico o dia conversano mais o presidente, então tem uma reunião, ele não passa pra mim.

S - O presidente atualmente que é?

P - É Carmo.

S - O presidente da Associação é o Carmo. Ele continua na presidência?

P - Continua.

S - Parece que já tinha esgotado o tempo dele?

P - Isgotô e teve outra pessoa que foi eleito também, e agora o tempo do outro isgotô, o outro saiu e ele tornô a entrá di novo.

S - São dois anos?

P - Quatro ano. E ele ficou um bom tempo. Pela primera vez ele ficou bastante tempo na presidência, depois tava cansado colocou outro, só que eles não faiz uma reunião sendo votada por urna, eles reúne lá eles mesmo lá, levanta a mão e já ta sendo eleito e eu sempre fui contra isso, mas não adianta eu sozinho discutir, eu sozinho contra cinquenta, cem ou duzentos. Num adianta eu sozinho brigar por aquilo, porque eu sô só, se eu sozinho for brigá por aquilo ali, se os outro num aceito, acaba atrapalhando tudo.

S - E você acaba sendo prejudicado.

P - É, outra coisa eu sou um funcionário do projeto de avestruz, sou o funcionário mais velho que entrei, e até um tempo aqui atrás ia tudo bem, depois me prejudicaram, começaram me seguindo.

S - Por que te prejudicaram?

P - Me prejudicaram porque eu tava ganhando um salário e meio, passou prá menos de um salário. Daí, eu nunca tive folga...

S - E quem é o responsável por isso?

P - É o presidente da associação, tem que ser ele porque num tem outro.

S - O dinheiro pra gerir este projeto...

P - Era uma investigação (investimento) da Petrobrás. Era um financiamento do governo federal e estadual junto com a Petrobras. Que é uma dívida que o DNOCS deve pro pessoal, lá e há cinqüenta e tantos anos, aqui atrais, começaram o projeto dessa barragem aqui.aqui, que é a barragem Luis Viera do rio Brumado. Então os engenhero quando veio de lá de Salvador, veio da Vila, chego aí enganô todo mundo e tomô toda a documentação que o pessoal tinha e carregó dizeno que tava indenizando o pessoal, que era muito bom, que era uma área que ia gerar muita renda. Mas na realidade, não foi o que eles fizeram, ele chegô

tomo tudo o que o pessoal tinha, fez a barragem. No papel deles tá todo mundo indenizado, mas ninguém recebeu, então o pessoal foi saíndo tocado. São três comunidade e foi afetada. Riacho das Pedras foi alagado oitenta e cinco por cento do território todo, todos os moradores ficaram no canto do morro. Bananal, cinquenta por cento e a Barra, vinte e cinco por cento e foi totalmente destruído com a chegada da barragem. E, pra Rio de Contas da Barragem foi construída no leito do Rio Brumado, que é a barragem Luis Viera não tem renda nenhuma pra Rio de Contas e enriqueceu Livramento. E o pessoal que vive lá ainda é o pessoal que não quis sair mesmo de lá, só saía se a água cubrisse. A Igreja de São José da Nossa Senhora da Conceição do Bananal e São Sebastião, na Barra, Deus ajude que não deu tempo de cobrir, o pessoal ainda resistiu mais...Abandonado, não tinha estrada, eles prometeram estrada, não tinham estrada, prometeram energia, não tinham energia e o pessoal ficou só no canto do morro. Nesse tempo que construiu essa barragem, o presidente era o Dr. Luis, é Dr. Manoel Bonfim e aí foi que conseguiu no final da barragem, quando ela alagou que num tinha estrada pra lugar nenhum, que num tinha por onde o pessoal passa, em oitenta e três eles fizeram, construiu aquela pontezinha lá, baixinha, que é a ponte do Coronel. A senhora conhece?

S - Sim.

P - E aquela outra ponte que deu sigmento as estradas pro pessoal ter acesso à cidade.

S - Porque vocês estavam ilhados.

P - Em parte. Só tinha água de um lado e morro do outro, num tinha saída pra nada, muita gente aí perdeu as casas, muita gente aí teve problema com saúde, num tinha nada, num deu um bom conforto pro pessoal. Aí o pessoal que saiu daí levaram pra ali, não levaram dinheiro do catalizamento. Onde é o loteamento, só que eles chegaram minutos, pegou o pessoal daí e soltou num campo, numa quicarra, lá embaixo. O pessoal voltou de volta. Depois que o pessoal voltou, eles fizeram outra reunião lá que fez tudo pro pessoal. Só os ricos de Livramento tiveram condições de tocar as roças, tocô. Agora nós, que tava no prejuízo, ficou no prejuízo, continua no prejuízo e até hoje. Não teve retorno de nada e tudo que vem, muitas coisas que vem pra Barra, vem pra botar na Prefeitura, tem lavagem de dinheiro, tem um par de coisas que não é totalmente do agrado da gente. No papel, Barra, Bananal, Riacho das Pedras é tudo lindo, mas só no papel, mas na realidade, na prática, não é o que tá no papel. Eu tenho orgulho de falar disso, muitas horas eu sou discriminado nas reuniões, em termos de, se quero falar alguma coisinha, mais ou menos por isso, alguém me tira da... Num me dá acesso ao dia que tem a reunião, quando eu sei, já passou que... Eu sou um analfabeto, mas também não sou cego, alguma coisa eu enxergo, e a minha língua num tem osso, e eu tenho coragem mesmo de chegar e falar o que é preciso falar. Não quero mentir pra ninguém e aí gera problema.

S - Eu gostaria que você falasse um pouco sobre o projeto da criação de avestruz, como que funciona, quantas avestruzes tem, o que deu errado e por que se está pedindo pra cancelar este projeto.

P - Em primeiro lugar os avestruz são um projeto que ninguém tinha conhecimento.

S - Então, eu entrevistei o Carmo e o Carmo me falou que foram vocês, de uma maneira geral, na reunião que houve com o pessoal, não sei se foi do DNOCS mesmo ou se foram outras pessoas, que foram vocês que... Tinham outros projetos e entre eles o de criação de avestruz, e vocês estariam escolhendo esse pra vocês desenvolverem dentro da área.

P - Olha, eu num to tendo conhecimento dessa parte aí, por que já depois que colocaram os avestruz lá foi o que disseram pra mim. Veio dois projeto pra cá, ou pra tocar a mamona ou o avestruz. Era pra decidir e nessa reunião eu tenho certeza que eu num tava e num foi uma reunião só que teve, teve várias reuniões.

S - É, inclusive a professora Lurdinha me falou também que ela era a favor da mamona.

P - Agora, depois que... Tem o quê? Já tá com trinta e seis meses que eu trabalho lá, eu juntei acesso ao projeto da mamona, num tem um ano, que alguém me falou lá em Salvador que foi o projeto...

S - Você foi a Salvador?

P - Eu fui.

S - Fazer o quê?

P - Eu fui com problema de saúde.

S - E ficou sabendo disso?

P - Através de uma colega, a gente conversano lá, batendo papo, foi que me passaro isso, mas eu praticamente nunca tive conhecimento assim de um projeto de avestruz, de outras coisas. Tá entendeno? Mas começaram tudo errado, no meu ponto de vista, porque pra ter a avestruz, primeramente, tem que te a roça, como eu falei com eles. Tinha que vê o quê que o bicho come. Ao invés de comprar a ração fora, lá mesmo produzir. Aí ainda tem gente que falou: -“ não, mas com o dinheiro veio pra compra, tem que compra.” Mais eu falei:- “num é bem por aí, tinha que vê em primero lugar a água dentro do terreno, não tem...

S - Não tem água não?

P - Não, é bombiada, e a água vai de gravidade, ninguém enxergô isso.

S - Então fica caro...

P - Ué, como num fica? Tinha que ter água encanada, tinha que ter dinheiro prá ta pagano os dois padrão de energia. Só tem um pra manter uma na máquina. Ter a água pra

produzir a roça. E hoje em dia é o seguinte, eles faiz as coisa errada e a hora que num dá certo, bota a culpa ni um e ni outro, que num teve nada a vê na historia, pra sempre te aquela historia. –“ as coisa num deu certo na Barra e no Bananal, porque o pessoal é preguiçoso e acomodado.” Mas que num tem conhecimento, ninguém levou conhecimento pra ninguém, ninguém sentou com ninguém pra discutir.

S - Não houve um preparo pra você, por exemplo, cuidar das avestruzes, por que parece que você cuida das avestruzes?

P - Meu horário é à noite. Agora tem os menino que viajou lá pra Salvadô. Fez curso, sabe como é que domina com ela, sabe como aprica injeção, sabe o que tá precisano.

S- Tinha quantas avestruzes no começo?

P - É, setenta e uma.

S - E atualmente quantas têm?

P - Atualmente tá com quarenta e seis.

S - Elas morreram?

P - Umas morreu com pobrema de saúde, outras morreu por falta de alimentação, outras acidentou e uma coisa, elas botou muito. Também esses ovos nenhum foi vendido, nenhum foi aproveitado, tudo foi perdido, por descuido da direção da associação.

S - Não houve escoamento da produção?

P - Não, nada.

S - Na realidade não tinha ninguém responsável por esse escoamento da produção?

P - O presidente da associação.

S - Certo, e ele não negociou nada?

P - Nada, nada.

S - E os ovos se perderam?

P - Todos, inclusivamente eu chamei até Junior, um dia e disse: Junior, eu num posso fazer, porque sou funcionário, mas se você que fazer eu levo lá, eu mostro. Mas eu num entendo muito. Realmente eu não posso. Eu só to fazeno essa entrevista com você porque você disse que num vai declará pra ninguém no meu trabalho, se for falar, se eu fazê uma bestera, posso até ir pra cadeia.

S - Não, não vou fazer isso não.

P - Se ta me entendeno? Então, tinha esses tipo de negação lá. Só dinheiro que vai. Quando eles viu que nada deu certo agora, fica botano a culpa no pessoal da comunidade que aceitou, nem expriçacao pra isso num tinha. Por que eles num pediu uma criação di porco no lugar do avestruz, que todo mundo ia ter renda, por que num pediu uma criação de galinha,

que todo mundo ia ter renda, por que num aceitou a água regadia nas terra e a produção da mamona, por que todo mundo ia ter renda. Não ia ter custo, não ia ter funcionário prá tempos e tempos lá dentro, uma coisa mais fácil de ser praticado, mais fácil de lidar com a coisa...

S - Você se referiu numa hora, a pessoas que falam a respeito de preguiça, que não dá certo porque são preguiçosos. Você sente essa discriminação?

P - Eu sinto, porque já ouvi muito. Canso de ouvir na rua daqui da cidade, lá mesmo da vizinhança. Eu sinto, porque, dona é o seguinte: eu falo pra você, se eu não tenho água no terreno que eu preciso, eu pranto uma roça aqui de um equitare, aquela roça perdi, eu vou sentir o que? A perca total. E se eu tivesse água eu ia produzir, eu não tenho. Tem muita água dentro da barragem, mas não tenho condições de leva pro meu terreno onde eu quero, no alto.

S - Tem água dentro dos riachos?

P - Mas não atinge a área que eu quero pra mim. Às veiz vamo supor: a área que o pessoal mais trabalha é toda a área que tá seca, já tem gente. É a parte do alto, a parte de baxo tá toda inundada e a parte alta é seca. Eu num tenho condições de, por acaso, comprá um motor grande pra mim irrigar minha roça, por que tem a manutenção do motor. Eu não tenho condição de fazer uma rede de água que custa quarenta mil reais.

S - Em relação ao líder da comunidade, você sente um certo autoritarismo, um pouco de opressão da parte dele com as pessoas da comunidade?

P - Não, porque ele gosta mais é de xingá na realidade. Ele fala, é preguiçoso, num sei de que, mais num chega prá expricar ... vamo por esse caminho. O que nós mais tamo precisano, é isso. Eu sempre já falei em casa e falo, o pessoal é unido, um nunca matou o outro, mas são todos discumbinado nessas parte. Se tem um cano de água aqui e a água ta perdeno, vamo reuni todo mundo e fazer uma caixa dágua grande e armazenar água prá hora que o sol vim, que num é certo, a gente tem água pra moiá a irrigação da gente..

S - Vocês não tem esse sistema da caixas, né!

Mas o pessoal num fais e num qué uni prá gente fazer, só espera pelo prefeito, pelo órgão...

S - Você acha que falta iniciativa por parte da comunidade?

P - Falta.

S - Falta união, embora exista a associação. E a associação, pressupõe que existiria uma união, isso na verdade não se concretiza?

P - Não, nunca entrou em detalhe prá fazer isso, não. E não adianta, é o que falo prá menina ali, não adianta eu sozinho meter a cara, aqui sozinho, vou quebrar a cara. Na hora que tive produzindo todo mundo qué chegá pra ajudá, mas na hora de começá a base, eu tô

sozinho. Eu tô há quarenta anos ali dentro, desde criança, nasci e criei, fiquei dali fora, um ano, eu sei das coisa dali, não adianta querer por a base, pelo menos, eu num tenho dinheiro, se tiver que fazer sozinho eu faço, se num tiver também, pra uni assim, vamos ajudar fulano fazer aquilo ali, vamos ajudar ele fazer aquilo outro ali, não tem esse união.

S – O Paulo, você pretende ficar na comunidade?

P – Olha eu... é o seguinte, eu já tenho quinze ano que tenho essa casa minha aqui, eu fiz essa casa minha aqui a um objetivo, pra mim istuda, mas as coisa foi ficano difícil, imprego eu não encontrei aqui, e ai agora eu casei, depois que casei quebrei uma custela, eu fiquei sete mês parado, alimentava porque minha sogra e minha mãe me dava, mas pra faze valo de um real eu não fazia, e aí quando eu tava tentando recupera a custela surgiu esse trabalho do avestruz, e aí eu vim aqui implorei, fui lá e to lá e já to saino de lá.

S - Você está saindo porque já está acabando o projeto.

P - É prá eu ficar, já tô com seis mês e nada e meus filho vai pra onde? Tem água, tem luz, tem o básico, agora a mulhe e meus filho mora aqui por causa da iscola. Então, eu pretendo da agora pra frente tá ao lado dos meus treis filho...

(Paulo se refere à falta de pagamento do seu trabalho)

S - E eles estão aqui na cidade?

P - Tão aqui na cidade já tem treis ano que eles tá aqui. Meu menino mais velho já formô na creche agora minha menina já forma, então eu pretendo tá mais ao lado dos meus filho de que ta... Eu vou lutano, eu praticamente dentro de treis ano, passei treis noite em minha casa, entendeu! To sentino eles se afastano de mim.

S – E a sua esposa não volta pra lá?

P - Mas é por causa das criança na iscola, oportunidade aqui é outra, eu quero da a meus filho uma coisa que num tive, é o istudo...

S - Mas lá as crianças têm estudo, não tem?

P - Tem, mas se eu fô pra lá, se ela volta pra lá que que vai acontece, as criança vão istuda e eu vo ta lá, vo ta na casa do outro, num to na minha casa.

S - Você não tem casa lá?

P - Lá não, eu num tenho residência lá, e eu num tenho condições de faze uma residência lá pra gente fica.

S - E você precisa trabalhar aqui na cidade?

P - No que eu encontrar, o que topá eu to disposto a trabalhar ou de dia ou de noite, o que eu pudé trabalhar, que eu agüenta, que tive no meu alcance, eu num meço distância e isso é o meu objetivo porque um pouquinho de tudo eu sei fazêr.

S - Eu ouvi as pessoas da comunidade dizendo que eles são uma comunidade muito bem organizada, na realidade na sua fala demonstra que não é.

P - Ah! Mas é o que eu to falano pra você, você chega lá todo mundo acha, você que num conheci acha que é perfeito, mas na prática num é o que muito lhe fala. Por isso que muitos lá acha que eu venho corrido de uma reunião, mas eu num vô menti pra ninguém, porque eu falo sempre dentro da minha casa, falo pra meus vizinho, eu nunca ganhei nada com a mentira.

S - Porque tem um outro projeto lá, aliás não é nenhum projeto, parece que foi a Fundação Cultural Palmares que através dos seus recursos enviou um número bem grande de máquinas de costura industrial.

P - Ta lá tudo parada.

S- Todas paradas, nunca foram usadas?

P - Começaram usar aquele maquinário lá.

S - Não sabiam usar?

P - Não, na prática é o seguinte: se você tem esse gravador aqui, se você nunca pegar nele, você nunca vai aprender liga ele. E é o que hoje em dia o presidente da associação não aceita ninguém pegar em nada sem ele ta de cima e ele não aceitá, quebrou uma agulha, esculhambou meio mundo lá. Por causa de uma agulha que custava dois reais. Aí aborreceram e abandonaram.

S - Mas também não foi nenhuma pessoa capacitada, as mulheres de lá?

P - Foi, teve curso.

S - Parece que o curso foi rápido e as pessoas não aprenderem!

P - Foi, mas é questão de uma semana dona, num era pá ele ta. Ué! Um curso, ninguém se aprendi dentro de cinco dia. A moça foi lá, insinô como que enfiava a agulha e num sei se tava um pouquinho a agulha empenada, na moça rodá, a máquina quebrô e ele feiz baxaria. Muitas coisa ali dentro num vai porque ele tá na frente e ele num cunheçe.

S - Entretanto ele sempre assume a liderança e outra coisa que eu ouvi das pessoas da comunidade, não dessa vez, mas da outra vez que eu estive aqui, é que as pessoas não fazem nada sem a permissão dele.

P - Oitenta por cento do pessoal que tá ali o principal é ele, agora eu não me conformo...

S - Mas as pessoas aceitam a liderança dele?

P - Eu sozinho não adianta, só se brigá com os outro, por que tá todo mundo numa dessa, porque talvez a parte que eu to veno, eu chego ara os outro, os outro diz: Ah! não, dexa

pra lá, ele que tem que ta na frente, num sei de que. Então acaba todo mundo sendo prejudicado. Lá dentro tinha um trator.

S - Paulo, desculpa te interromper, mas eu fiquei curiosa, essa liderança dele... você tem quarenta anos, você não teve essa oportunidade porque ele é mais velho que você, mas essa liderança passou de pai pra filho?

P - Não, ele foi o principal fundado da associação e eu sô uma pessoa que praticamente eu sô dos primero a se sócio e tem o que? Tem uns vinte e dois ano mais ou menos que começou com isso, mas num chego o ponto de passa de geração pá geração não.

S - Porque eu ouvi falar uma história de um tal de Isidro.

P - Aí foi o negócio da Igreja, quem trouxe a imagem de São Sebastião da Barra na época, isso aí nem ele era nascido nesse tempo. Esse Isidro foi no tempo que tinha fome e peste e guerra, peste é uma doença. Foi ele que trouxe a imagem de São Sebastião pra cá, e aí começou o festejo. Esse aí foi passado de geração pra geração, mas fais muitos e muitos anos. Agora eu não tenho, assim, certeza se é o avô ou bisavô de Carmo. Desse tempo, eles fala dos Isidro que foi quem trouxe o festejo de São Sebastião, essa promessa e aí enquanto tivé um dos Silva, com fé em Deus, a festa vai se feita, ou no mês de janero ou no mês de feverero vai sê continuado isso aí passa pra sempre.

P - Tem o trator, tem onze ano que tem trator. Eu me escrevi pra se tratorista e...

S - Quantos anos?

P - Onze anos, onze anos que o trator chegou na Barra, que foi o DNOCS que deu prá comunidade de Barra, Bananal e Riacho das Pedra e aí agora tá lá parado. Eu se fosse comigo, de quando tá lá, já tinha comprado uma carreta, pneu, já tinha reformado ele e outras coisa que precisa, só que a minha visão é uma e de quem está sendo responsável por ele, é outra. Enquanto eu enxergo algo pra amanhã ele pode ta enxergano pra agora.

S - Com referência ao trator, vocês têm aquela maquinaria de arar, essas coisas?

P - Só tem o arado e a grade.

S - A grade é pra retirar.

P - Não, a grade, se tomba a terra, faz o recorte no mato grosso e depois você volta e amasseia a terra com a grade, mas não tem carreta, não tem o socador, não tem outras peças que precisa. Não tem uma roçadeira pra roça no trator mesmo, porque tudo tem. E isso são algo que se eu fosse responsável por ele eu já tinha tentado consegui o conserto. E ele só trabalha mesmo dentro da comunidade, só pra Barra, Bananal e Riacho das Pedras, inda tem que pagá a hora dele, do tratô.

S - Paga?

P - É pago, além...

S - É pago a manutenção?

P - Diz eles que é, mas eu acho que todo mundo paga a associação, que é sócio já devia tudo se concluído tudo.

S - Certo.

P - Inda tem uma porcentage dele por fora. Você tem mais alguma pergunta?

S- Paulo, eu gostaria de saber se você se sente oprimido diante de sua condição de vida.

P - Eu me sinto, eu me sinto porque muitas coisa que eu inxergo, que os outro não enxerga e se eu tivesse a oportunidade de enxergá seria algo melhor, porque se eu sô analfabeto. Alguém só confia em genti que tem o diploma, e quem tem o diploma não inxerga o que eu inxergo.

S - Porque você vive a realidade.

P - E o pior que eles não aceita o que eu quero e eu não aceito algo deles.

S - Você disse que ainda se sente escravo?

P - Eu me sinto iscravo, eu me sinto. Eu só não me sinto iscravo porque eu num tô apanhano mais de chicoti, di corda, di cabo di aço, como fazia antigamenti, mas nós todos trabalhado hoje somos iscravo, se senti iscravo. Desde que a pessoa num tem condições de ele se mantê totalmente cem por cento como ele precisa, ele continua sendo iscravo. Muitos num assumi isso, agora eu assumo...

S - Quer dizer que você não tem condições de manter sua família!

P - Eu num tenho...

S - Apesar de ter um pedaço de terra pra cultivar...

P - É, me falta água onde precisa, num tem condição de eu comprá uma bomba, que eu num tenho condição de botá uma água de gravidade pra onde eu preciso, prá surgir algo melhor e mais importante onde eu quero e pretendo determiná.

S - Então você pretende voltar pra cidade e deixar a comunidade?

P - Olha, de certa forma eu continuo a ter minha casa aqui e lá eu num tenho casa, lá eu dependo da casa dos outro.

S - Embora você tenha um terreno...

P - Tenho um pedacinho de terreno que é da comunidade, num pode vendê, num tem documento, também que tem adaptação pra todos, mas cada qual usufrui das suas própria área dos antepassado, geração pra geração.

S - Mas você pode plantar lá, embora você more aqui, pra completar sua renda?

P - Posso, mas nas condição assim que eu num tenho, eu viajo tudo a pé, Barra, Bananal, Riacho das Pedra, faço esse trajeto, tudo a pé, todinho a pé. E se eu tivesse condição de eu comprá uma motinha mesmo usada de segunda mão pra mim ir e vim, pra mim gastá menos tempo pra mim seria melhor, mas eu num tenho, nunca tive essas condição de comprá.

S - Sua esposa também trabalha?

P - Pouquinho, por causa das criança. Eu tenho treis menino, tenho um na rua do capim, tem dois na creche... ela faiz pouca coisa mesmo.

S - Ela trabalha no quê?

P - Ela agora tá no gari.

S - O gari trabalha quantas horas no dia?

P - Eu não tô sabeno quantas hora tão fazeno por dia, porque eu quase não fico aqui. Tem treis ano e eu passei treis noite na minha casa. Eu não tô cem por cento, tenho que acompanhar meus filho. Eu pretendo mesmo vim pra minha casa, eu lutei pra mim construí minha casa aqui. Eu fiz a minha casa com um objetivo de eu estuda, mas tá dano tudo ao contrário, o meu sonho.

S - Você é totalmente analfabeto?

P - Não, eu assino meu nome, iscrevo...

S - Lê alguma coisa?

P - Muito poco. Eu num tive oportunidade de tá na escola quando eu era adolescente, só trabalhano no terreno dos outro.

S - Agora, se você vier pra cidade você pode fazer o curso de jovens e adultos, né?

P - Não, já passô, e agora também eu já tô com meus quarenta ano eu num tenho mais assim... pretendeno viajar pro meio do mundo, a cabeça já não dá mais pra estudar, imbolo muitas coisa, poblemas de condição financeira, saúde. Muitas coisa eu sozinho que determino, viaje pra fora eu que comando, muitas hora atrapalha a visão de você estuda. A cabeça já tá cheia de muitos outro poblema pela frente, pra mim atrofiô o estudo. Eu num me sinto mais confortável, assim, na frente de um livro, interessado assim, por um livro. Pra mim é uma fase que ficou no passado. Agora, eu quero dar a meus filho uma coisa que eu num tive, que é o estudo. Quero lutar, que eu vou lutar, vou trabalhar, o serviço que sobrar pra mim que eu sei fazer, ou de dia ou de noite, eu vou atrais. Mais eu quero dar a meus filho uma herança que ninguém é pra toma deles. É o estudo.

S - Paulo, eu gostaria de saber, no começo você disse que é da Barra?

P - É, nasci e me criei na Barra.

S - E a sua esposa?

P - É do povoado do Bananal.

S - E, por que você escolheu a pessoa da própria comunidade, de uma comunidade próxima, que faz parte, é quilombola também?

P - É, quilombola. O pai dela é de Riacho das Pedra, da comunidade Riacho das Pedra, a mãe dela é do Bananal e o meu pai e minha mãe é da Barra, e terminou de gostá, namorar, gostou e aconteceu que a gente casou. Uma festa muito grande, graças a Deus. O forró dançô, rodô a noite toda, e a gente convida o pessoal.

S - Você teve uma preferência para casar com pessoa da mesma comunidade?

P - Não.

S - A mesma comunidade eu digo, incluindo Riacho das Pedras e Bananal. Você preferia casar com pessoas dali?

P - Dali mesmo.

S - Por quê?

P - Há, foi o meu destino mesmo. Eu namorei com menina de fora, lá de Itaquaçu, numa região de Livramento, namorei com uma de Rio de Contas, namorei outras de outros canto, de outras comunidades...

S - Eram pessoas negras ou pessoas brancas, as outras namoradas?

P - Teve só uma que era mais clara, todo mundo me trato bem, graças a Deus, o resto tudo, era negro mesmo. Eu nunca tive preconceito de racismo não, pra mim todos somos iguais. Nunca tive. Já fui muito discriminado, mas a minha pessoa.

S - Você foi discriminado? Fala um pouco sobre isso.

P - Eu já fui discriminado muito pelo pessoal do Mato Grosso, chamava a gente de urubu, chamava a gente de um bocado de nome feio que tenho até vergonha de fala (deu risada). O pessoal de Mato Grosso rumava pedra na gente, quando a gente era tudo piqueno, né...

S - Vocês iam muito no arraial do Mato Grosso?

P - Ia e vai, continua indo. Hoje em dia, eu não to me lembrado, mais ou menos o ano que aquela Glória Maria veio aqui e fêis uma reportage, foi que melhorô mais. Já surgiu também casamento em Mato Grosso, só que não mora os negro que caso, em Mato Grosso, nem mora em Mato Grosso, nem Barra, nem Bananal, nem Riacho das Pedra. Tem gente que iscondi essa história, agora eu num consigo iscondê, já casô, casô.

S - E está morando na cidade?

P - Ta morano aqui embaixo, na Furna, outro caso tá morano em Jiló e o ota tá no Paraná e esses dia agora aproximadamente, há quatro méis, aqui atrais, foi um primo meu que caso com uma menina do Mato Grosso...

S - Ah, é!

P - É.

S - E ainda sobre casamento, eu falei com pelo menos duas pessoas que não se casaram e tiveram relacionamento com pessoas mais claras, parece-me que houve uma certa pressão, no sentido de que a mulher não se casasse com homem branco.

P - Olha, essa parte eu num tô muito.. Eu sei o seguinte: o pessoal do Mato Grosso num casava com o pessoal nem de Barra, nem de Bananal e nem Riacho das Pedra. Une muito bem, os mais velho fazia negócio. Unia muito bem, as veis, vamo supô:se tivesse uma criação cá na Barra pra vendê, levava em Mato Grosso, vindia e recebia também, mas sobre o casamento e o namoro é de poco tempo pra cá.

S - Deve ser praticamente vedado.

P -É, prá história, ainda num existe.

S - Agora, vocês homens, de Barra e de Bananal, vocês olham com outros olhos, uma mulher da comunidade que casam com branco ou que tenha preferência por um homem branco?

P - Eu olho normal. Acho que todo ser humano, em termo de consideração e respeito e educação, todos somos iguais.

S - Eu também tive informação, um posicionamento pessoal, de uma pessoa, que, se vem outras pessoas, de outros lugares, pra procurar namoro na Barra, no Bananal, eles vão analisar, levantar a fixa dessa pessoa, pra ver se é uma boa pessoa pra casar com as moças?

P - Olha, hoje muita gente quer saber só da destruição. De repente tá haveno um... Deus que não há de dexar, sair um cafajeste de lá pra cá, o que num hoje sabe da pessoa, o que a pessoa quer, chegá possa fazê uma malandraje, inganano uma pessoa ali e sai fora, isso aí, o pessoal são muito radical com isso, tem que se mais radical porque, se sabe como o mundo hoje vive, às veis se pensa que ta trazeno uma boa pessoa pra junto da gente e ta trazeno uma mau pessoa e, por dividá da dúvida quem vem de fora ainda é um pôco, é bem vindo na comunidade, mas pra casamento no momento inda é bem pôco.

S - Parece que vocês têm um posicionamento, de uma certa resistência, que eu acho até normal, em relação as pessoas que vem de fora...

P - São muito bem recebidos. São bem tratadas.

S - São bem recebidos, mas, existe ,assim, no intimo de vocês, existe assim, um certo receio de que as pessoas não se comportarão bem diante da comunidade,ou que a pessoas vêm explorar a comunidade, vocês tem um olhar mais cuidadoso em relação à isso?.

P -É que muita gente vem mais explorá com respeito a uma historia... chega ali, começa conversano com a gente, procurano as coisa, cumé que foi fundado, cumé que não foi, pra mim existe esse coisa, mas em cima do padrão de respeito.

S - Você tem alguma coisa Paulo, que gostaria de estar falando, de revelando com respeito da comunidade?

P - Não, o que eu saiba da minha história já lhe falei tudo. Ó, dona Salete, eu gostaria e convidá a senhora, a gente diz senhora, é o hábito do lugar, chamar as pessoas mais velha de senhora, os mais velho de senhor, é o habito do lugar, gostaria de convida a senhora pro aniversario da minha mãe e da minha sobrinha, que vai se no dia vinte e nove, a minha mãe ta completano setenta ano, dia vinte e nove de agosto.

S - Ai que pena, eu tenho que estar lá...

P - E tem surpresa, sete hora tem a apresentação do aniversário, depois tem os come e bebi e depois tem o forró até a hora de quem quizé dança, ou até sete da manhã, ou ate oito ou ate deis.

S - Vai ter missa também?

P - Não, num vai tê missa não. Que minha mãe tem doze filho e nois reuniu os doze filho, cada qual tem uma coisa... ajuntô tudo e vamo faze essa festa, apesar de tudo que nois nunca fizemo né, esta festa, intao nois tamo fazeno pa da alegria pa ela. Minha sobrinha ta completano treis ano e minha mãe ta completano setenta ano.

S - Mas me diz uma coisa, normalmente se comemora a festa com missa também.

P - Só que nois num planejamo a missa. Eu convidei o padi, mais nois num planejamo.

S - Ah, o padre vai estar presente.

P - Ele diz que tem uma ocupação ai, e se desse tempo que ele vai la, se num dé, paciência.

S - Olha, eu não vou poder ir mas de qualquer forma dá um abraço em sua mãe, parabéns pra ela.

P - Obrigado. Por ela que num ta nesse momento ouvino, fiz o convite pra você.

S - Da próxima vez então que eu vier a gente se fala, vou conhecê-la.

P - E ta convidada pra posa na casa de minha mãe, viu!

S - Ah, muito obrigada, eu agradeço muito.

P - Olha, num é porque é minha mãe não, mas todo mundo que tem chegado em casa tem sido recebido bem.

S - Qual o nome de sua mãe?

P - Maria José, ela é viúva, luto muito com as coisa.

S - Pena que eu não a conheci dessa vez mas a gente vai ter outra oportunidade que eu vou ter de voltar.

P - Pra Salvador?

S - Não, eu vou ter que voltar agora pra São Paulo, interior de São Paulo, Marília, mas eu digo assim, eu vou ter que voltar pra cá em outro momento porque eu tenho que aprofundar essas pesquisas, o modo de vida dessas comunidades.

P - Se eu tive por aqui, to disposto a lhe acompanhá.

S - Obrigada por tudo, por esta entrevista.

P - Isso é muito bom, muito importante e um prazer mim também porque não lhe conhecia a senhora, a gente trata de senhora porque é o hábito do lugar. Espero que a gente se senti mais a vontade quando você voltá pa gente te outas palestra e se alguém no seu nível quiser voltar também e fazer uma pesquisa, da minha parte, estarei de portas, braços aberto.

S - Muito obrigada.

P - E seja bem vindo a nossa comunidade, seja bem recebido você e qualquer outra pessoa que esteja com boas intenções.

S - Ah, outra coisa também, eu prometi pro Carmo que quando eu terminar este estudo enviar o resultado pra vocês, ta!

P - Muito obrigado, isso é muito importante.

Depois que a entrevista com o Paulo foi encerrada, permanecemos conversando, e como ele disse coisas que era de interesse da pesquisa, votei a gravar novamente.

S - Quando que o povo chegou alí naquele lugar, o seu povo.

P - Os meu antepassado, nós são descendente de escravo. Eu sou descendente de escravo. E muita gente, ninguém fala, só eu falo sobre o iscravo, que eu sou descendente de iscravo, então, chego muita gente pra li, o pessoal que trabalhava ali, quando o navio anaufragou la em Itacaré que hoje em dia é Porto Seguro, intao ele subiu pela margi do rio Brumado, que o pessoal subiu pela margi do rio das Contas, aí o pessoal alongô la em cima das pedra, então quando os portugueses veio que encontraram o pessoal aí de Riacho das Pedra, Barra., Bananal, aí começaro iscravizano os negro, que negro fugiu, ce sabe que fugiu pela historia fugiu, então, o pessoal ficava ai so cumeno fruta, raiz, essas coisa assim, achava as coisa do mato, e aí quando os portugueses, os bandeirante ando por aqui aí começaro a

escraviza o pessoal que eles acharo dentro do Bananal vinha construí a Igreja aqui de Santana, ia e vinha todo dia a pé e o pessoal que eles acho na Barra ia construí a Igreja de Santo Antonio, no Mato Grosso e aí começô a iscravizá, então, quando termino fico os treis povoado só de negro e os portugueis lá em cima.

S - E a questão do garimpo.

P - Todo ouro que achava aí, os branco carregava.

S - Mas eram vocês que garimpavam?

P - A maioria era os negro.

S - Mas, vocês o povoado ou não?

P - É do povoado. Quem eles acho ai foi iscravizando, entendeu! Então de manha, di tarde, iam é, na casinha de manha, os negro na frente a pé e o maestro montado na mula atrais.

S - Quem era o maestro?

P - O maestro é tipo o tropero, num tem aquele filme de tropero, o que conduz a tropa...

S - E também impede que as pessoas...

P - Fuja. Enquanto os nego ta morto de cansado do trabalho o maestro ta acordado, enquanto eles tava trabalhando ele tava dormino, que nem o maestro da escravidão é tipo, vamo supor, é tipo um guarda, então chego, daqui pa dentro so sai a hora que ele quise, era que era dado o nome pra esse caso...

S - Seus pais falavam disso?

P - Falava, falava da iscravidão, falava. Eles não trabalhô na iscravidão, mas os antepaçado deles trabalharam. O pessoal lá tudo nega que num trabalho, mas trabalharo. Com a idade que eles fala, trabalharo, os antepaçado, né. E, o bisavô de minha mãe foi pegado no mato e a minha vó era branca...

S - Mas foi pegado no mato, negro ou índio?

P - Acho que foi índio, porque so comia banana e carne fresca. Foi pegado no mato. Agora eu num to cem por cento que foi meu bisavô ou se foi meu tataravô, diz que levo muito tempo até amansou dentro de casa e a minha avó era bem brancona mesmo, mas caso cum negro, ai minha mãe caso com pessoa negra também e a gente é essa cor aqui...

S -Morena.

P - É bem negra, esse negocio de amorenado, eu me considero negro mesmo, eu num tenho esse preconceito, eu me sinto honra alguém me chamá de negro na rua, me sinto honrado, me sinto uma grande honra...

S - E se te chamarem de preto.

P - Eu sô preto mesmo, eu sô negro, mas se me chamá de branco já num gosto, num sô branco, eu me sinto uma honra alguém me chamá: “o negão vem aqui”, me sinto uma honra. Tem gente que fala: “se me chingá vô pra justiça”. Ô seu fô nego dizê que eu sô branco. Eu me sinto honra.

S - Essa história de que o navio encalhou, seus antepassados falavam disso.

P - Falavam.

S - Então isto tem uma grande propabilidade de ser verdade.

P - Tem. Na minha capacidade tem cem por cento de realidade. Os meus antepassados, num foi nem meu avo, nem meus pais, foi antes deles. Pelo que eles falava tinha cem por cento.

S - E depois só se tornaram escravos após a chegada dos brancos...

P - Português.

S - Questão da religião, a religião de vocês é católica.

P - Só católica. Num tem candombré, num tem umbanda, num tem aché, nada desse tipo de coisa não. Não tem de jeito nenhum. Nunca teve e até hoje não tem. Todo mundo aí é católico, todo mundo é religioso. Todo mundo vai na festa do vizinho, entra no forró, dança a noite intera, e tem um samba, todo mundo cai dentro, comida aqui quase toda é cem por cento natural, num tem produto químico, num tem...

S - É, não tem agrotóxico...

P - Não, o nosso é o que a terra produz memo lá na natureza, se deu deu, se num deu também num tem...

S - Agora me diz uma coisa, como é que chama aquela comida que é feita com a banana verde.

P - É cortado de banana. Cortado de banana verde, é o nome dela que conheço. Tem a maniçoba que é a fôia da mandioca que nem fais couve; já comi também muita fôia de maracujá do mato que eu gosto muito também.

S - É, como que comi?

P - Igualmente como a couve.

S - Aquela maracujina?

P - Não, que tem a maracujina, dessa tradicional, aquela amarela e tem o maracujá do mato que ele é verde, do tamanho da maracujina.

S - Esse aí eu não conhecia. E a maniçoba é isso?

P - É.

S - A folha da mandioca. É a mesma que faz a farinha?

P - É a mesma que faiz a farinha. O da macaxeira que é conhecido num lugar aí, num lugar é pinha, num lugar é mandioca, que aqui nois tem o aipim e a mandioca braba.

S - E a mandioca braba o que faz?

P - Faiz a farinha, faiz o biju, faiz o mingau...

S - Mas a folha dela não pode comer!

P - Comi. É só passar na água quente, só num podi cumê crua Minha sogra faiz toda semana e ó (estala a boca e dá risada), dá uma sede.

S - Diz que ajuda muito na recuperação criança desnutrida.

P - Qualque um, eu mesmo um tempo tava sintino fraqueza assim nos braço, nas perna, muita fraqueza mesmo eu tava sintino. Tinha hora que doía assim, eu ia trabalha e num conseguia, depois que um menino feiz um amonte de mistura e me deu, acabou com isso num minuto, me sinto totalmente cem por cento.

S - A respeito ainda da religião, você se sente católico, tem orgulho em ser católico.

Tenho e nunca vou mudar, num tenho intenção de muda. Convite prá se crente, pra mim todo crente é quem acredita em Deus. Pra passá pra Assembléia de Deus, pra passá pra num sei o que eu tenho tido muito, mas num tenho vocação.

S - E a respeito de benzimentos, tinha?

P - Tinha, mas as pessoas que faziam morreram

S - Ninguém mais aprendeu?

P - Não, não, o mais novo num aprendeu aquela tradição de reza, como antigamente tinha gente lá quando quebrava o braço, precisava de um médico, tinha uma pessoa lá que já sabia, infaxava direitinho, rezava, de osso quebrado, carne quebrada e por ali curava. Não era aquela tradição que hoje tem. Tudo tem que corrê prá médico. Tinha esse tipo de gente lá, que infaxava, amarrava lá e daqui a pouco tava...

S - boazinha.

P - Tava bom.

Finalizou a entrevista.

### **Entrevista com a Senhora Aparecida Maria da Silva, moradora da Comunidade da Barra, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Maria.

S - Seu nome?

A - Meu nome é Aparecida Maria da Silva.

S – Quantos anos?

A – Tenho 43 anos.

S – Nasceu aqui na Barra?

A – Nasci em São Paulo, mas criei aqui na Bahia.

S – Veio pra cá com quantos anos?

A – Eu tinha um ano quando vim prá cá.

S – Seus Pais são daqui?

A – Todos são.

S – Os dois, pai e mãe?

A – É. A família toda é daqui, é tudo da Barra. Aí minha mãe casou, foi prá São Paulo, ela me ganhou lá e ela veio embora prá Bahia comigo.

S – Então você foi criada só com sua mãe?

A – É. Fui criada com minha mãe. Não conheci meu pai.

S – Mas seu pai era daqui da Barra também?

A – É. Aí ele morreu lá, eu não conheci ele.

S – A sua educação é até que grau?

A – Eu estudei até o segundo grau.

S – Completou?

A – Foi.

S – Fez o magistério?

A – Não.

S – Fez o colegial normal?

A – Foi.

S – Parou de estudar porquê?

A – Parei de estudar porque naquela época a gente tinha que ir prá roça, e minha mãe só tinha eu. Aí tinha que ajudar ela. Daí veio o meu irmão, agora que melhorou né? Mas aqui as coisas eram muito difíceis, prá ir prá fora, prá ir trabalhar, alugada dos outros. Aí quando minha mãe ganhou meu irmão, minha mãe tinha que ficar em casa e eu saia prá trabalhar, aí não pude estudar mais.

S – Você fala que agora melhorou. Como melhorou? Desde quando?

A – Melhorou porque hoje já não tem aquela dificuldade que nem era naquela época, a gente saia daqui ia prá Livramento, ia limpa arroz. T trabalhava pros outros, saia daqui a pé, ia pra Livramento a pé e voltava a pé. Hoje a gente não vamo mais prá Livramento prá trabalhá porque qualquer coisa aqui a gente já faz – já faz um artesanato. Trabalha aqui também no

posto de saúde. Eu faço limpeza aqui. Então muita gente aqui já planta uma rocinha, já dá mais pro alimento, mas chega lá na feira já troca por outra coisa né! Aí vende aquilo, compra outra coisa. Se planta um feijão, a gente vende um pouco de feijão e planta um pouco de arroz. Então hoje não tem aquela dificuldade que a gente tinha.

S – E antes, vocês podiam plantar aqui também?

A – Plantava, mas só que num dava assim né? E também prá gente poder plantar naquela época tinha que ter o dinheiro prá poder comprar a semente, tinha que ter o dinheiro prá poder comprar o adubo.

S – E hoje?

A – Hoje graças a Deus dá prá gente fazer isso tudo. Não é prá todos que dá, mas prá um hoje se consegue plantar 5 quilos de feijão, já pode comprar uns 3 quilos de adubo né? Aí já dá prá você adubá aquele pedacinho prá cá. E tem lugar hoje que não precisa mais adubo, já planta na terra natural mesmo. Se não fosse a barragem que tivesse tomado a metade das terras e aí tava melhor ainda. Mas hoje não tem, que a água tomou tudo. Aonde que a gente plantava que tinha assim... É um pedaço melhor prá pode plantá uma coisa, plantá um feijão aí, ou plantá uma maniva, né? Mas aí a barragem tomou.

S – Melhorou a partir de quando prá vocês?

A – A partir... Melhorou tem uns dez anos depois que chegou a energia aqui, melhorou muito.

S – Dez anos atrás foi o reconhecimento do quilombo?

A – Foi. Depois daí melhorou muito.

S – Você é católica?

A – Sou.

S – Você quando era pequena, ou seu irmão pequeno, você se lembra se sua mãe levava vocês prá passar ramo? (Benzer)

A – Lembro. Lembro.-“Oh! Nos tem de ver uma pessoa prá passar o ramo, você tá com mau olhado.” Que pessoas mais velha sempre tem essas coisas.

S – Hoje tem pessoas que passam o ramo aqui na comunidade?

A – Aqui tem uma que mora lá, do outro lado do rio. Ela chama Ana, aí a gente chama ela de Ana Piaba, mas o nome dela é Ana. Aí ela faz passar o ramo na gente.

S – Você sabe o tipo de oração? O que ela faz quando passa o ramo?

A – Não sei.

S – Ela fala em voz alta?

A – Não, ela fala bem baixinho.

S - E ela não revela nunca?

A - Não

S – Você já perguntou?

A – Eu já. Eu perguntei assim-“Ah! Tem que ensinar a gente rezá também.” Ela falou assim:-“ué, assim como eu aprendi, você tem que aprendê também.” Falei assim: “alguma pessoa te ensinou, então tem que passar pra outra também.” Aí ela só deu risada. Não falou nada.

S – E você tem vontade de aprender?

A – Ah! Eu tenho, eu tenho.

S – Você fica aqui (no posto de saúde) até quando?

A – Eu fico aqui até umas quatro horas (16h) quatro e meia, cinco horas. Mas eu não fico direto, que eu moro ali mesmo. Eu vô em casa, torno volta pra aqui.

S – Você só limpa aqui ou outro lugar também?

A – Meu serviço é só aqui. Mas sempre quando tem outros lugares para limpar também eu vou.

S – Na escola, você também ajuda?

A – Não, porque lá já tem a...quem limpa lá. Já tem.

S – Você é casada hoje?

A – Sou, mas sou separada.

S – Seu esposo era daqui também?

A – Também era.

S – E ele continua aqui?

A – Não, ele tá em São Paulo.

S – Depois da separação?

A – Foi.

S – Você tem filhos?

A – Eu tenho quatro. Eu só tô com a menina, com a caçula. Os três estão com ele.

S – E eles estão bem lá?

A – Tão bem.

S – Você os visita?

A – Já veio dois. Tá com dois anos que vieram. Até que esse ano, vinham. Mas não vieram.

S – E o pai, lá tem outra mulher?

A – Tem. Ele já tem até filho com outra mulher.

S – E você ficou solteira?

A – Não, eu tô com outro também.

S – Tem filho com esse outro também?

A – Não, não.

S – você casou com outra pessoa daqui da comunidade?

A – Não, eu só fico com ele, mas não sou casada com ele.

S – Mas ele é aqui da comunidade?

A – Não, porque ele mora em Livramento.

S – Você não sofreu pressão por estar namorando outra pessoa que não é daqui, da comunidade? A sua mãe gostou?

A – Ah! Gostou, uma que eu vivia assim sozinha, e hoje eu me sinto feliz. Assim com ele.

S – Mas você esta morando junto com ele?

A – Ah! Bem dizer, quase junto. A gente não fica mais junto porque ele não pode fica junto comigo, porque lá ele tem os filhos dele, tem o trabalho dele. E outra que eu não posso ir prá lá também, porque eu não posso deixar meu trabalho.

### **Entrevista com a Senhora Sandra Aparecida da Silva Augusto, moradora da Comunidade da Barra, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Sandra.

S – Qual seu nome?

SA – Sandra Aparecida Augusto.

S – Quantos anos?

SA – Tenho 30 anos.

S – O que você faz?

SA – Eu sou professora aqui na comunidade, de nível superior, graças a Deus.

S – Como você vê o ensino aqui na escola?

SA – Ainda falta muita coisa aqui prá melhorar. Recurso, livro didático, máquina prá tirar xerox, mimeógrafo não tem. A gente trabalha muito com papel e caneta e giz. Então faltam muitos recursos. Material didático mesmo prá trabalhar com os alunos.

S – Você nasceu aqui? Se criou?

SA – Nasci. Me criei e trabalho aqui. Prá mim estudar tive que morar em Rio de Contas, na casa de uma família. Trabalha e estudava. Daí fiz o concurso e passei, e trabalho

aqui há seis anos. Antes eu trabalhava, fiz dois concursos e passei. Passei pra agente de saúde e professora. Trabalhei como agente de saúde quatro anos. Aí depois como eu tinha passado no outro concurso, aí tomei posse pra trabalhar como professora, que é o meu grande sonho. Adoro trabalhar com criança.

S – E você se casou aqui, dentro da comunidade?

SA – Me casei aqui na comunidade.

S – Você é parente de seu esposo?

SA – Não. Pode até ser, mas é muito longe.

S – Se você tivesse que se casar com um homem fora da comunidade, se você...suponhamos, não encontrasse alguém aqui na comunidade, você se casaria fora da comunidade?

SA – Eu casaria.

S – Você se casaria com homem branco?

SA – Casaria.

S – E seu marido casaria com mulher branca?

SA – Eu acho que sim.

S – Você tem preferência por casamento dentro da comunidade?

SA – Não, não. Eu não, acho que ele também não.

S – Mas tem gente que tem?

SA – Com certeza. Mas eu acho, eu acho não, tenho certeza que não.

S – Algumas pessoas dizem que tem preferência porque já conhecem.

SA – É! Porque já conhecem, isso é verdade.

S – Esse fato de conhecer, de viver junto, se a família...

SA – Ainda tem primas que casam com primos. É porque aqui a maioria tem parentesco. E se casam.

S – Tem vindo moças de fora morar com companheiros aqui da comunidade?

SA – Em São Paulo, quando vão prá trabalhar, casam lá e às vezes vem prá comunidade. É raro, mas tem.

S – São pessoas brancas?

SA – Não.

S – Mesmo se casando fora, ainda se casam com pessoas da mesma cor?

SA – (risos) Ainda.

S – Eu vi na sala um menino mais branco.

SA – Ele é adotado por uma família aqui.

S – Não podiam ter filhos?

SA – É, aí adotou. Ele é dengoso.

S – Eu vi o jeitinho dele. A respeito da religião você pratica religião católica?

SA – Pratico. Aqui todo mundo é católico. Não tem ninguém que pratica outra religião.

S – Eu fiquei procurando, mas não consegui localizar, pessoas que benzem, passam o ramo, essas coisas. Aqui não tem?

SA – Tem! Mas tem poucas. Mas tem. Algumas mulheres porque eram idosas, já se foram. Mas algumas ainda benzem.

S – E elas aprenderam como?

SA – Com os pais, com os avós.

S – Você sabe que tipo de reza elas usam? Se é católica, espírita?

SA – Eu acho que é católica, porque tem uma senhora que ela reza o Pai Nosso todinho, Ave Maria. Todas passam o ramo. Ela reza alto, e eu fico ouvindo. Aí ela reza Pai Nosso, Ave Maria. Tem outra mulher que reza, quando vai terminar reza o Pai Nosso e fala o nome da pessoa.

S – E seus pais Sandra, o que eles falavam. Sempre foram católicos?

SA – Sempre foram católicos.

S – Eu vi - conversando com as pessoas mencionaram, tipo assim, -“tem um guia,-você precisa fazer um trabalho”, e diversas coisas que não são da religião católica. Eu ouvi algumas pessoas falando assim. Não sei se eu entendi direito ou não, mas existe essa crença nesse tipo de coisa, aqui?

SA – Não. É assim, aqui dentro não tem. Acredita e muitos vão pra fora, mas aqui dentro da comunidade mesmo não tem, quem pratica outro tipo de religião.

S – Mas na hora que aperta?

SA – Procura.

S - Daí pode ser católica ou de outra religião?

SA – Agora aqui na comunidade não tem.

S – Você tem uma preferência para se identificar. O que lhe diz mais respeito. Que significado para você como pessoa. É mais significativo: ser católica ou ser quilombola?

SA – As duas. É muito importante para mim ser católica que é a religião que meus pais seguiram sempre. Meus pais, meus avós. Sou legionária dentro da igreja e pra mim é muito importante ser quilombola. Eu nasci e criei. Eu tenho orgulho de dizer: Eu sou quilombola, sou da Barra.

S – E os outros jovens?

SA – Hoje graças a Deus fala assim. Ser quilombola com grande orgulho. Antes não se falava em quilombo, nessa identidade, mas hoje se fala. Hoje os jornais estão procurando mais informar. Antes as pessoas tinham até medo de falar, sou da Barra, sou quilombola. Viu... por falta de respeito, mas hoje não, temos esse direito, sou titulanda, falamos com muito orgulho.

S – Esse título, como quilombola, trouxe benefícios pra você, prá sua geração? Como é isso, fala prá mim.

SA – Trouxe bastante benefícios. Hoje podemos até viver como quilombolas. Todos tem esse reconhecimento. Tanto prá mim como pros outros.

S – E quanto a esses jovens que estão saindo, indo estudar fora?

SA – É super importante, porque assim, se fosse pra todos nós formar e ficar aqui. A maioria ia trabalhar na roça e estudar fora é uma grande oportunidade. Eu sempre falo prá eles que estão aí, estudem, porque não é fácil prá quem não vai procurar uma formação. Então é muito importante prá eles irem, espero que Deus ajude aqueles que estão lá, e que outros irão pra poder trazer benefícios para a comunidade, porque é muito difícil para os pais manterem.

S – Agora na sala de aula você trabalha com pré e primeira?

SA – Com primeira série e pré, é difícil.

S – Vocês já trabalham com a questão de historia da África?

SA – Trabalhamos muito com isso.

S – E a partir da quinta série?

SA – Eles vão prá Rio de Contas, vai e volta.

S – Hoje eles estão tendo mais incentivo para estudar, esses jovens de quinze e dezesseis anos? Eles se sentem mais incentivados para estudar?

SA – Sentem.

S – E você acredita que essa política de ações afirmativas tem dado resultado aqui na comunidade?

SA – Tem. Antigamente estudavam até o ensino fundamental e paravam, ia prá roça trabalhar e muitos deles, depois dos 18 anos ia prá São Paulo trabalhar e hoje não. Saiu da quarta série já vão pro Colégio (na cidade). É difícil você achar um sem estudar.

S – Essas famílias que tem as crianças pequenas, não são ainda aposentados, eles recebem a cesta básica?

SA – Recebem a Bolsa Família, é uma ajuda muito boa graças a Deus.

S – Então todas as crianças da comunidade estão estudando?

SA – Estão. Não tem uma que está aí. Só alguma, poucas que estavam em Rio de Contas que desistiu.

S – Mas já numa faixa etária...

SA – Numa faixa etária de 18 anos em diante. Mas os meninos, graças a Deus, tem uma frequência muito boa na escola.

Agradecimentos, encerra-se a entrevista.

**Entrevista com a Senhora Maria da Conceição Dias Pina, funcionária do município – atua na Comunidade da Barra na área de saúde, Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Maria.

S – Qual é seu nome?

M – Maria da Conceição Dias Pina.

S – Você é aqui da comunidade?

M – Não.

S – Você trabalha aqui na comunidade?

M – Trabalho.

S – Qual é o seu trabalho aqui?

M – Atendente de saúde.

S – No Posto de Saúde da Barra?

M – No Posto de Saúde da Barra que atende Bananal também.

S – O que você faz exatamente?

M – Eu faço entrega de medicamento, tiro ficha prá atendimento médico, meço pressão, febre...só.

S – E o médico, quantas vezes vem aqui?

M – Uma vez por semana, sexta feira.

S – Ele atende toda a comunidade?

M – Toda a comunidade da Barra e do Bananal.

S – Quais são os maiores problemas de saúde daqui?

M – Pressão.

S – Pressão alta?

M – É. A maioria da comunidade tem a pressão alta.

S – A partir de que idade que isso se manifesta aqui?

M – Tem pessoas jovens de 20 anos que já tem caso de pressão arterial.

S – E além da pressão alta quais os outros casos de doenças mais freqüentes?

M – Na época da seca tem problema assim de diarreia. Mas é um caso variado, não são todas as pessoas que sentem.

S – Diabetes?

M – Diabetes não.

S – Maior problema é então a pressão alta?

M – É. Diabetes que eu saiba só tem dois casos, que é dois aqui e um no Bananal.

S – Você tem o número de pessoas, de famílias que vocês atendem aqui?

M – Setenta e duas famílias que são cadastradas, porque tem uma menina que é agente de saúde aqui. Esse cadastro é ela quem faz e aí depois ela passa pra mim.

S – Tem setenta e duas famílias entre Barra e Bananal?

M – É, entre Barra e Bananal.

S – Existem mais famílias?

M – Existe mais famílias, essas outras famílias não estão cadastradas.

S – E número de pessoas você tem?

M – Não. Tem uma enfermeira, ela acompanha o médico, o nome dela é Consuelo. Aí tem uma vez por mês, ela vem aqui na comunidade pra as crianças menores de cinco anos. A partir de cinco anos quem já atende é a agente comunitária de saúde.

S – Tem caso de subnutrição?

M – Não. Graças a Deus não, as crianças daqui não tem. São bem nutridzinhas.

S – E quando as pessoas estão com a pressão num nível bem elevado, como vocês fazem? Qual a atitude nesses casos?

M – Nesses casos as pessoas que tem pressão alta, todas já passaram pelo médico e todas já tem o medicamento. Aí, quando a pressão no caso altera mais um pouco, aí o médico já deixa prescrito na receita que pode alterar a dosagem da medicação. As pessoas que tem, assim, a pressão alta, elas já são orientadas pelo médico, pra a enfermeira.. De tres em tres meses elas fazem um eletrocardiograma e fazem exame de sangue, que fazem no hospital, e em Rio de Contas tem laboratório pra isso.

S – E a questão de verminoses e outras doenças parasitárias?

M – Eles fazem exame de fezes, mas nunca assim... deu nada não.

S – Nunca deu nada?

M – Nunca deu nada.

S – Diarreia?

M – De vez em quando tem diarreia, mas é mais em adulto, não é nem em crianças. E outra coisa que teve em dois casos foi de infecção urinária. Deu assim em jovens infecção urinária.

**Entrevista com a Senhora Claudina Martina da Silva, moradora da Comunidade da Barra, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Claudina.

S – Qual o seu nome?

C – Claudina Martina da Silva.

S – Você é Silva?

C – Todos são. Esse meio de mundo tudo aqui é Silva.

S – Quantos anos você tem?

C – No dia 30 de outubro eu vou completar 91 anos.

S – Eu queria que você falasse pra mim como era sua vida quando era pequena.

C – Moça, nova?

S – É, o que fazia?

C – Fazia trabalho na roça. Não tinha escola, ninguém sabia ler, ninguém sabia o que era professor. Não tinha estrada. Andava tudo de pé. Não tinha sapato, não usava sapato, era um chinelo de couro... E é desse jeito.

S – Posso abaixar um pouco o rádio?

C – Era só trabaiaá na roça.

S – Você trabalha na roça desde quando?

C – Era só um toquinho de gente a pegá na enxada.

S – Você foi para garimpo?

C - Fui. Mas não achei nada de ouro, nem nada. Achava, o que achava de dia vendia de noite. Aquele ourinho.

S – Pouquinha coisa?

C – O fundo de cuia. Ia vender no Mato Grosso. Comprava rapadura, arroz.

S – Sempre vendia no Mato Grosso?

C – Vendia no Mato Grosso, em Rio das Contas.

S – E você, para se divertir o que fazia na época?

C – Era samba, roda.

S – Igual o que tem agora?

- C – Você ainda dança bendengó.
- S – Você se casou?
- C – Não.
- S – Não teve filhos?
- C – Tenho muitos filhos, mas é sobrinho.
- S – Sua irmã também?
- C – Também.
- S – E agora, descansa, mas participa das coisas também?
- C – É, vou à missa, trabalho um pouco também. Todo domingo a gente vai à igreja.
- S – A igreja aqui é da comunidade né?
- C – É, a igreja de São Sebastião.
- S – Falar em igreja São Sebastião, essa igreja é a segunda igreja?
- C – É.
- S – Teve outra antes dessa.
- C – Teve.
- S – Quando foi fundada a anterior?
- C – Não foi do nosso tempo. Os mais véio, os irmãos nossos, porque nós duas somo a meia, uma vez conheceu lá a igreja. Agora eu sei onde é o batistério.
- S – Onde é coló. Você me leva lá?
- C – Eu não vou levá você lá, na roça dos outros.
- S – Ah! É na roça dos outros. Mas é aqui embaixo?
- C – É.
- S – O pessoal tem falado de Isidro.
- C – É! Meu avô.
- S – Quando você era pequeninha ele era bem mais velho?
- C – Ele não conheceu.
- S – Ele já tinha falecido?
- C – Já.
- S – E seu pai? Faleceu com quantos anos?
- C – 97.
- S – Faz muito tempo?
- C – Tá com cinquenta e pouco.
- S – Sua mãe era da mesma família?
- C – A finada minha mãe não era de família daqui.

S – De onde ela era?

C – Era lá de Rio de Caixa.

S – Então sua mãe não tinha se casado com pessoa daqui. Onde é Rio da Caixa, é perto daqui?

C – Não é não. É longe.

S – Aqui na comunidade foram sempre pessoas Silva, Aguiar que moraram aqui?

C – Os Aguiar? No Bananal.

S – Mas sempre vocês que moraram por aqui?

C – Tudo misturado. Mas tem muito Silva lá na comunidade do Bananal, Lourdinha mesmo.

S – Quem é mãe da Lourdinha?

C – Era Miúda. Filha de Pedro.

S – Seu avô contava ser de um período de escravidão...

C – Oh! Minha irmã, se ocê...nem sei se ouvi ele contar esses casos.

S – E seu pai? Você ouviu contar? Sua mãe?

C – A finada minha mãe contava. Ficava três ou quatro pessoas, eles contavam, mas a gente ficava andano por lá.

S – E religião – Você sempre foi católica?

C – Graças a Deus e hei de morrer. Nossa Senhora Aparecida. I pá onde minha fia.

S – Naquela época tinha pessoas que benziam na comunidade?

C – Tinha, mas já morreu tudo, aqui você não acha – não tem. Parô, cabô. Agora os mais velho já não tem. Finado meu pai, rezava gente picada de cobra, mas acabô, os dois rezadô.

S – Mas essa reza era católica?

C – Era católica, de Deus.

S – De Jesus Cristo?

C – É.

S – Também vocês usam sempre remédios caseiros?

C - A gente sai caçano.

S – Você conhece todas ervas?

C – No mato, conheço.

S – Mas reza nada?

C – Prá rezá nos outros? Nada. Meu pai dizia ta doeno aqui. Rezava, saia na hora.

S – Ele morreu quando, Coló? Tá com quanto tempo? Uns vinte anos?

C – Cinquenta prá lá.

S – Não conservaram essa tradição? Rezar só na igreja.

C – Bate o sino, meu pais, mais minha mãe. Acabando de reza, pá dentro de casa.

S – Sempre teve a capela aqui?

C – Teve.

S – Essa capela antiga fica no terreno de quem?

C – Numa roça lá do ...

S – Mas é de gente aqui da comunidade?

C – É.

S – E fica na roça longe daqui?

C – Um pedaço.

S – Desde que você nasceu você mora aqui?

C – Moro.

S – E seu pai também era daqui? Do mesmo lugar.

C – Era.

S – Esse pedaço de terra que vocês cultivam aqui sempre foi de vocês e de sua família?

C – Foi. Era de meu avô, de meu avô passou para o finado meu pai. Do finado meu pai ficou pros irmãos mais velhos, na roça de dentro.

S – E agora, com o Título de quilombola. Melhorou alguma coisa pra vocês. Como é isso?

C – Prá mim tá a mesma coisa.

Encerrou a entrevista.

### **Entrevista com Juliana Maria dos Santos, moradora e professora da Comunidade de Bananal, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com a Sra Juliana.

S – Seu nome?

J – Juliana Maria dos Santos.

S – Idade?

J – 29 anos.

S – Casada?

J – Solteira, lá da comunidade de Bananal. Sou professora de educação infantil e terminei agora uma licenciatura em história, ainda não fiz pós, mas pelo menos a licenciatura eu fiz. Sobre a história da comunidade, principalmente agora que é quilombo, eu sei pouco. Eu bem que gostaria de saber mais, porque a gente não tem uma história que seja totalmente verdadeira mesmo, porque nossos pais e avós pouco se falava. Como chegaram pouco se contava sobre a história das famílias. Pouco eu sei. A família da minha mãe eu sei um pouquinho só da história, agora do meu pai eu não sei muita coisa. A família de minha mãe tem uma miscigenação. Sangue de europeu, sangue de índio. Eles vieram de uma comunidade que chama Cascelho, que é no município da Paramirim. Eles vieram no ciclo do ouro prá cá. No ciclo do ouro a minha mãe foi morar num lugar chamado Mata. Minha avó se casou com meu avô e foi morar lá. Depois vieram prá cá no Bananal e aí conheceu meu pai e se casou. Que já é de uma família que mora ali em Campo Verde perto aqui da Barra. E assim eu pouco sei sobre essa história.

S – Mas, seus avós são daqui?

J – Foram garimpeiros, da família da minha mãe. Eu sai muito nova pra estudar em Livramento, que naquela época não tinha transporte escolar. Eu sai com onze anos. Depois que eu terminei o ensino médio, eu fiquei morando lá por mais quatro anos, depois foi que eu peguei esse serviço e vim pra cá. Eu sempre tive o sonho de estudar e ficar morando aqui mesmo na comunidade. Eu nunca quis sair, porque as pessoas daqui saíram muito prá ir prá São Paulo, Salvador, em busca de vida melhor. Eu tive a chance de ir, porque eu tenho um irmão que mora fora, que mora em Salvador, que mora em São Paulo, e sempre eles me chamaram prá ir. Só que eu nunca tive vontade de ir prá poder morar. Eu queria trabalhar aqui mesmo, na comunidade. Ser uma pessoa atuante na comunidade mesmo. Aí eu fiquei quatro anos sem trabalhar. Aí eu comecei a trabalhar numa comunidade que se chama Fazendola, ali próximo mesmo, como professora.

S – Mas você já tinha feito licenciatura?

J – Não, só tinha feito ensino médio mesmo. Depois eu fiquei lá um ano e meio. Voltei, teve um concurso eu não passei no concurso. Então fiquei trabalhando num projeto do governo chamado economia solidária, depois fiquei uns seis meses, depois fiquei substituindo uma professora, Lourdes, lá no Bananal, que ela saiu de licença, aí completou um ano. Aí o ano passado eu tornei a voltar para a comunidade prá trabalhar e já estava fazendo faculdade.

S – Em que faculdade você fez história?

J – Eu fiz na F.T.C, que é uma faculdade de ensino a distância, que a central fica em Salvador e só tem à distância mesmo.

S – Como era a sua vida de criança aqui?

J – Com relação às crianças de hoje, era muito diferente. Porque as crianças de hoje, eu percebo, eu encontro até dificuldade pra brincar com elas, porque na minha época de criança eu brincava muito de roda. Eu gostava muito de brincar de cantiga de roda. E hoje elas não querem mais brincar de cantiga de roda. As brincadeiras da minha época elas não querem mais, não sei se por causa da televisão, do vídeo game, que são coisas novas.

S – Tem crianças que tem vídeo game?

J – Tem criança que tem vídeo game em casa e já não querem mais outras brincadeiras. Minha vida (de criança) era assim, muito simples. Eu não saía de casa, antes a gente não tinha essa liberdade que as crianças tem hoje de sair. Meu pai, minha mãe, meu irmão mais velho sempre trabalharam muito na roça. Ficava eu e minha irmã mais nova dentro de casa. Estudava um período e outro período passava em casa mesmo, brincava em casa. Às vezes iam coleguinhas da gente em casa, mas a gente não tinha essa liberdade de tá saindo muito.

S – E fim de semana, o que sua família fazia e costuma ainda fazer?

J – Aos sábados meus pais iam prá feira e a gente ficava em casa, vendiam o que produziam e aos domingos ia prá igreja fazer a celebração do culto, como se preserva até hoje.

S – No Bananal o padre não vai muito, vocês vem prá cá?

J – Quando tem missa nossa gente vem prá cá, mas quando é só celebração a gente fica lá na comunidade.

S – Sobre religião. Estou com uma referencia muito vaga, alguma coisa que diz respeito de “guia”, no fundo, eu procuro aqui e não encontro. Você tem alguma lembrança se sua mãe levava vocês à algum lugar, se costumava passar o ramo? Seu pai, sua mãe tinha uma outra crença além da religião católica ou se alguém que você conhece tem outra crença além da religião católica?

J – Na comunidade tem pessoas desse tipo que acredita em benzedeira, mas minha família seguiu muito a igreja e na igreja não tinha muito. Não freqüentava casa de benzedeira não. Às vezes tinha assim pessoas, quando a gente machucava uma perna ou então caía o ventre, tinha alguém prá poder benzer na comunidade, mas era só prá isso mesmo.

S – Essas benzedeiros benziavam com a fé católica ou não, você se lembra? Conheceu alguma coisa.

J – As benzedeiros que eu conheci rezavam algumas orações, eu sei que era oração católica mesmo e o ramo também.

S – Hoje tem gente que benze aqui na comunidade?

J – Tem, ela tem até o apelido de Ana Piaba. Lá no Bananal tem uma senhora.

S – A Maria?

J – Lá tem também uma outra Maria: que benze criança que tá com o ventre caído. Teve uma senhora também que benzia, prá dimitidura.

S – O que é dimitidura?

J – É quando a gente cai, cai e machuca o braço a mão, não é quebrado, mas é dimitido\_ dislocado. Aí ela também rezava, mas ela faleceu, ta com dois anos.

S – Sobre casamento. Você namora?

J – Não, namorado não tenho.

S – Por quê? Você não quer?

J – Querer eu quero, mas não é assim.

S – Você tem preferência prá casar com pessoas da comunidade?

J – Tenho. É, da comunidade.

S – Por quê?

J – Porque da comunidade são pessoas que praticamente conhece desde criança até a fase que estão hoje.

S – Isso tem a ver com a questão de cor, da cultura, do entrosamento?

J – Com a questão da cor, nem tanto, não levo prá esse lado não. Cultura e religião também. Bem acho que é isso.

S – Você pode me dizer se seus pais e avós falavam deles, se os pais deles foram escravos.

J – Até quando eu entrei na faculdade eu trabalhei focada na minha comunidade. Aí eu fiz várias entrevistas e não tem ninguém que disse que os pais foram escravos. A única pessoas que eu conheci, que foi filha de escravo, foi a tia da Cecê. Foi a Ana Helena.

S – E aquelas pessoas que falam que seus ancestrais foram livres?

J – Eles pouco falam das famílias. E, tem a história assim que algumas famílias chegaram no ciclo do ouro, que os bandeirantes vieram e trouxeram algumas famílias escravas e vieram seguindo o rio Brumado, foram prá Mato Grosso, que a construção mais antiga aqui em Rio de Contas é a Igreja de Santo Antonio, lá em Mato Grosso, e prá lá foram algumas famílias negras escravas, e de lá eles fugiram prá cá e começaram a povoar aqui, Barra e Bananal.

S – As pessoas falaram isso pra você?

J – Falaram isso.

S – Existe também outra história que teriam naufragados na Costa de Itacaré...

J – Isso... Já ouvi essa história também.

S – Em Bananal alguém conta essa história?

J – Não. Eu já conheci essa história a partir de um documento que eu li.

S – Que documento?

J – Alguns depoimentos, algumas entrevistas, algumas pessoas que vieram fazer estudo, sabe, aí eles deixaram arquivado.

S – Certo. Você trabalhou, Juliana, em Bananal. Quando você fez sua pesquisa você trabalhou em Bananal. Em Bananal eu também não ouvi. Essa história eu escuto aqui em Barra. Você que vive mais aqui dentro o que você percebe de maior diferença? (Entre Barra e Bananal)

J - Eu acho que no jeito de falar é bem diferente.

S – No modo de viver tem também uma diferença?

J – Tem.

S – O que você sente mais de diferente?

J – No modo de falar, de conversar, o pessoal do Bananal tem um modo diferente de receber as pessoas.

S – O que é esse modo diferente?

J – Eu acho que eles, no Bananal, as famílias de lá são mais acolhedoras.

S – O que prevalece lá no Bananal é a família. Algumas não é?

J – É.

S – Você tem parentesco com o pessoal de lá, os Aguiar?

J – Não.

S – Me parece, parece não, você estava confirmando isso. No Bananal, eles acolheram pessoas de outra região, aqui (Barra) não tem acontecido isso?

J – Não. Pela pesquisa que eu fiz, até fiz um trabalho sobre miscigenação, lá no Bananal. Lá eu pude perceber, que as famílias de lá teve mais misturas. Que assim, a minha famíli, de dona Birrinha, que é prima da minha mãe, também é uma família miscigenada.

S – A Birrinha sempre foi daqui? Os pais dela? Todos? Do Bananal?

J – Isso, do Bananal, mas assim, já morou em outros lugares.

S – Ela é bem mais clara.

J – Exatamente isso. Ela é prima da minha mãe e a minha avó era assim, da cor da dona Birrinha. Ela era filha de europeu e a mãe, de Índio. A Família de Edilaine que é de lá do Bananal também já é uma família miscigenada. O pai dela é da comunidade de “Sacumbal” e

mora aqui na Barra, lá no Campo Verde tem a família de Diana também é uma família miscigenada. Então eu acho que lá houve mais uma mistura.

S – As pessoas que me deram entrevistas no Bananal, dizem que os familiares deles, tinham posse das terras, eram proprietários da terra. E por fim o DNOCS fez uma garimpagem nos documentos e eles perderam os títulos que eles tinham das terras. Não eram só posseiros, eram realmente proprietários. Isso lhes permite dizer, que os antepassados deles foram proprietários de longa data. Já se perdeu até no tempo. Mas a Lei de Terras veio em 1850 e só poderiam ter propriedade a partir de 1850. A origem que alega aqui na Barra é anterior a 1850. E outra, eu não sei se você chegou a investigar isso, que em 1680 outros falam em 1687, houve uma expedição aqui no território, que já encontraram aqui pessoas morando, o chamado Pouso dos Creoulos. Em 1680 já existiam aqui pessoas? Ou só existia Bananal ou Barra\_ ou Riacho das Pedra? Estou pensando. Talvez Bananal não fosse desses descendentes do navio e já fosse pessoasque, vieram pra esse lugar e compraram depois essas terras. Está me ocorrendo agora você entendeu? Nessa possibilidade de ter origens diferentes. Embora as duas comunidades sejam quilombos, mas com a possibilidade de ter origens diferentes. Principalmente da família de Joanita Aguiar. É um tipo de negro que você não encontra muito aqui. Tem um porte físico diferente. Não é?

Bem é só para pensar.

### **Entrevista com o Senhor Carmo Joaquim da Silva, morador e líder da Comunidade da Barra, de Rio de Contas.**

Profª Salete gravando entrevista com o Sr Carmo.

S – Seu nome?

C - Carmo Joaquim da Silva

S – Idade?

C - 55 anos.

S - Morador da comunidade?

C - Desde que nasci sou morador daqui, também sou líder comunitário. Atualmente como profissão eu sou na área de saúde como auxiliar de enfermagem.

S – Vocês fazem parte de movimentos negros aqui?

C – Fazemos, nós somos dos quilombolas. A gente participa de movimentos negros do Estado, aqui da região, dos movimentos quilombolas hoje. Do Estado e a nível de país também.

S – Você tem os nomes desses movimentos, você vai nas...

C – Niger-Okan, já participamos de movimentos negros no Brasil, no Estado inteiro, esses movimentos quilombola, cada um tem o seu segmento. Mas como quilombo todos são só um, é uma entidade, é uma entidade que reduz os quilombos chamada Canderuque (do Maranhão).

S – Essa entidade tem sede onde?

C – Maranhão. Mas é situada nos Estados. No Estado da Bahia a pessoa que está a frente do Canderuque é de Bom Jesus da Lapa.

S – E sua participação nesses movimentos como líder, ela se resume a quê ou se estende? Como você quiser.

C – Na orientação, na liderança, também na responsabilidade de tá recebendo e passando, receber, transmitir e buscar.

S – Participar da luta?

C – Isso.

S – Agora por que razão você é líder aqui? Como se deu sua liderança aqui?

C – Se deu num...liderança nenhuma é votada, nem... foi liderança nata. Porque fui me envolvendo, me interessando pelas coisas e depois fiquei como líder, sem ter uma eleição.

S – A sua família, porque a comunidade é muito antiga, tinha essa tradição de liderança?

C – Tinha. Minha família sempre é as pessoas muito doce, que o povo gostava mais, que dava conselho, que tava ali, era quem conduzia. Meus pais era quem carregava o pessoal pras festas, todo mundo que ia pras festas procurava eles pra ir se eles fossem nos lugares longe, então esse modelo de liderança.

S – Então mantém uma tradição?

C – Tradição.

S – No Bananal... tem liderança lá no Bananal ou é você também o líder do Bananal?

C – No Bananal tem, cada comunidade tem a sua. Mas como quilombolas eu faço parte da liderança quilombola também, mas das comunidades como liderança quilombola das 03 comunidades. Mas cada comunidade tem a sua liderança, como te indico alguém como a Joanita, Lourdinha e assim por diante, a saudosa Conceição que Deus chamou.

S – Das três comunidades, se fossem dizer, uma voz final ficaria para você?

C – No momento tá ficando pra mim né. Todos indica pra cá, qualquer coisa é indicado pra cá, mas eu tenho três pessoas que indica pra cá, se procura tem como indicá as pessoas de que devo conversar. A gente indica uma pessoa para ser o condutor, para assumir.

S – Sobre os projetos que tem sido proposto para o desenvolvimento sustentável nas comunidades como você está vendo isso? E também quais foram os projetos, se esta dando certo?

C – Alguns dão certo, outros não dão, porque projeto é uma coisa que a gente não sabe dizer o começo e como que chega no fim. Então, alguns tã dando certo, tendo um incentivo, mas pode desanimar no meio, pode perder um pouco da esperança. Então, teve alguns projetos, temos 02 projetos aqui: criação de avestruz e da construção de uma fábrica onde vão aproveitar as frutas, polpas de frutas, e a gente também não concluiu nenhum ainda. E o de avestruz é um pouco sacrificoso e muito duvidoso, muito difícil e muito caro, porque faltando dinheiro não tem como tocar. É muito difícil.

S – Quem trouxe esses projetos pra cá?

C – É parceria junto com o Niger-Okan, do movimento negro de Salvador e junto ao Governo, da ARGEBI, que foi quem indicou e a gente escolheu o projeto. E os demais, a fábrica não é do Governo brasileiro, a gente que escolheu. É de uma instituição do exterior também. Que a gente tem uma vantagem, a pessoa foi conhecido na Conferencia da ONU<sup>1</sup> de 2001 na África do Sul e aí a gente fez contato e fiz contato com a instituição em Salvador, conseguimos o projeto agora estamos na fase de término, mas tá faltando a parte principal que é os instrumentos, as máquinas.

S – Esse projeto é aquele que tem aquela construção rosa no bananal?

C – Não, aqui. Aquele lá é outra questão, não quero falar. Lá é agroindústria, mas ali é um pedido de um projeto que ia ser construído de agricultura, o projeto não foi avante. Teve um problema na administração municipal. O projeto não deu nada, o gestor era o governo municipal... consumiram o dinheiro, foi R\$ 102.000,00, ficou faltando cento e poucos mil reais para ser entregue, em dinheiro vivo e os outros que não foram entregues, ninguém presta conta de nada.

S – Esse projeto faz parte daquela região que tem o encanamento para irrigação?

C – Isso, ali são matas, foi desmatado para fazer esse projeto, um prejuízo doido. Acabou com a floresta e a agricultura não aconteceu.

S – Mas os encanamentos da irrigação estão prontos ali?

C – Tem uma bomba, tá na beira da barragem, já estragou toda. É que o projeto não era por bomba, por bombeamento, era por gravidade, mas votô por bomba, prá poder acabá com tudo mesmo. E aí...

---

<sup>1</sup> Organização das Nações Unidas

S – A irrigação por gravidade como é?

C – A água vem encanada e ela não precisa de bomba de motor pra jogar ela.

S – Mas dá? Pelo fato do açude.

C – Não, vem da nascente. Do alto da serra. Do açude é bombeado mesmo.

S – Então existe essa possibilidade de irrigar?

C – Aqui, todo quilombo tem condições de ser banhado de água por gravidade.

S – E ainda não foi colocado nenhuma dessas...não foi efetuado nada em relação a isso?

C – Foi não. Dependia de quem estava administrando o projeto.

S – E a pessoa que estava administrando o projeto?

C – A administração era da prefeitura do município.

S – E quem elaborou o projeto?

C - Foi lá, por eles mesmo. A prefeitura que contratou o projetista.

S – Ele elaborou só esse projeto ou outro também?

C - Aqui foi só esse. Era uma ONG<sup>2</sup> chamada Instituto Preservar.

S – E aí não deu continuidade?

C – Deu muito problema e os outros projetos tá aí. Tá aí, o projeto de polpa de fruta. E a avestruz, continua conversando com o Ministério e a Petrobrás, que é o doador do dinheiro, pra poder resolver os problemas das avestruz. A gente tá tentando conversar pra fazer a mudança do projeto que podê como mantê.

S – Eu tenho observado uma coisa nessa comunidade, assim, na fala, há uma...assim...algumas pessoas acham que é melhor lidar com o tradicional que dá mais resultado.

C – Isto.

S - E a avestruz no caso saiu muito fora do tradicional, não é?

C – Saiu, a gente também que aceitou. No momento a gente achou que era importante, foi lá pela...empolgação também, e com o tempo dá dinheiro. Mas no momento não tem dinheiro, não tem como mantê. A ração é caríssima.

S – São dois projetos então pra desenvolvimento sustentável da comunidade?

C – Isso.

---

<sup>2</sup> Organização não Governamental

S – Agora existe também aquele caso das máquinas de costura que você falou, né? E existe também outra possibilidade, em termos de sustentabilidade, que é a questão dos artesanatos das mulheres da comunidade?

C – Falta só, aí, capacitação, aprendizado prá poder desenvolver. Nós tamos trabalhando em cima do Governo do Estado.

S – Faz quanto tempo que essas máquinas vieram?

C – Foi em 2004.

S – E vocês não conseguiram ainda pessoas pra vir...?

C – Conseguimos alguns cursos, mas foi treinamento pequeno. Precisa de um treinamento maior, precisa de uma escola que deixa as pessoas capacitadas pra manusear as máquinas, que não adianta só saber enfiar e a gente costurar. Precisa saber tudo, que saiba manusear. Essas máquinas dão manutenção, e não tem quem da manutenção das máquinas. Eu tava lá em Conquista com algumas entidades do governo, com algumas organizações que está animada em fazer esse trabalho. Que é o CAR<sup>3</sup>, o SEBRAE<sup>4</sup>, a Secretaria do Trabalho do Estado, já se prontificou.

S – E você espera pra quando?

C – Esse negócio de governo... a gente ta mandando uma relação, mas a gente não tem certeza. É indeterminado.

S – Eu queria saber sobre as propriedades das terras, antes do reconhecimento das terras como quilombolas e depois como é que isso ficou?

C – Antes cada um tinha seu pedaço, alguns documentados, os outros eram posseiros, herdeiros de herança e depois da invasão do DNOCS, porque a situação da gente surgiu mais por causa do DNOCS. Talvez a gente, a gente não era reconhecido, talvez. Todas as outras comunidades aqui do município estão sem reconhecer. Porque pelo fato, do DNOCS, divulgou muito rápido. A gente também fez divulgação. Eu também tive em Brasília em 86, eu fiz parte de um encontro chamado governo e cidadania, onde foi criado o Ministério do Meio Ambiente, nesse encontro eu tive a fala e eu falei sobre o DNOCS. A minha fala era pra falar sobre o DNOCS mesmo, fazer uma reclamação pública.

S – Uma denúncia?

C - Uma denúncia pública. E aí fomos ficando visto e a gente tinha pessoas do governo acompanhando a gente, nos defendendo, na época tinha o pró memória que

---

<sup>3</sup> Companhia de desenvolvimento e ação Regional.

<sup>4</sup> Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas.

funcionava dentro do Ministério da Cultura, em Brasília, tinha também o memorial Zumbi que funcionava no Ministério da Cultura. Então aí isso ajudou. Esse pessoal tinha acesso ao Ministério.

S – A Fundação Palmares.

C – Nessa época não tinha Fundação Palmares não. A Fundação Palmares foi criada em 88. A Fundação Palmares funcionava com Memorial Zumbi. Foi a partir do Memorial Zumbi que se criou a Fundação Palmares. Antes não tinha não. Que se seguiu pra o pró-memória. Que resistia, era o patrimônio. E aí a gente perdeu essas pessoas. Cada um foi para o seu lugar, outros se aposentaram. Mas também contribuíram muito com a gente para divulgação da comunidade.

S – E depois que foi reconhecido como terras quilombolas? O que melhorou?

C – Foi em 99. Melhorou porque a gente tava numa situação de despejo. Ia ser despejado e aí a gente teve segurança. A segurança que temos é o documento nas mãos e outros problemas surgem. Surge as invasões, alguém querendo dominá e todos esses problemas aí. Mas a gente não tem confronto com os fazendeiros, nossa terra é nossa por causa do tradicionalismo que nós, quando os bandeirantes chegaram encontraram a gente aqui. Nós já tava ocupando essas terras, em 1718, que os bandeirantes chegaram, mas como nós chegamos aqui eu não sei.

S – Ninguém sabe?

C – Não dá pra sabê se foi no século XVI ou no século XVII, não dá pra sabê.

S – Segundo uma expedição, em 1680, já havia localizado pessoas negras aqui.

C – É que foi do navio que emperrou em Itacaré, que foi no século XVI. Agora não sabe o tempo que levou prá chegar aqui. Se vieram a pé de Itacaré até chegar aqui, então isso demorou muito tempo. Quando percebia que a civilização estava se aproximando eles iam fugindo, com certeza, mas não tem o registro.

S – Mas tem história oral.

C – O navio tá sendo captada as peças que tão enterradas. Tem um projeto lá no quilombo Silva de Itacaré, quem é líder é D. Otília Marques, parece que é Marques Silva, e tem um projeto lá que estão retirando as peças, então tá confirmando o navio foi emperrado mesmo. Foi atolado o navio.

S – Aí teriam saído do navio?

C - Sabiam que tavam sendo enganado, aqueles que fizeram a travessia do mar e não morreram, aí escaparam. Aí foram subindo a chapada e alguns chegaram até aqui. Quando os bandeirantes vieram pra Mato Grosso, por causa do ouro, e as primeiras casa encontraram os

negros mocambados, e foram trabalhar como escravos em Mato Grosso a troco de comida e roupa. As pessoas que estavam aqui foram trabalhar como escravos. E aí pra não obedecer perdia a comida e ficava sem comer naquele dia que desobedeciam o patrão. E aí houve uma segregação, que os negros ficavam aqui, não podiam dormir na vila de branco. Por isso que criou uma vila de negros, é o único quilombo puro que tem são pouco, único que tem na região é só esse aqui. Os quilombos de Lapa tem todas as raças juntos, tem ou não tem?

S – Você acha que tem uma descendência comum? Bem, sabe que tem porque quase todos aqui são parentes. Mas existe assim, até no porte físico né, uma certa semelhança. Eu digo assim: aquele porte longelínio, são altos geralmente. Isso indica que vocês descendem de uma família específica? Ou de várias famílias? Parece que os sobrenomes daqui...

C – Mais Silva e Jesus. A maioria é Silva. A gente não sabe assim. A gente não tem certeza, nem do lugar que a gente veio da África.

S – Agora me diz uma coisa, todos vocês aqui são católicos? Como você disse você é comprometido com sua religião. Você é praticante, não só você, mas muitos aqui da comunidade. Me parece, pelo que estou vendo, que não tem outro tipo de religião aqui.

C – Não.

S – Você tem idéia, se houve no tempo de seus antepassados outro tipo de prática religiosa? Ou sempre foi assim?

C – A gente não tem como definir muito bem. Tem não. Mas eu acredito antes dos bandeirantes que eles tinham religião afro. Mas com todos (...) Daqui em Mato Grosso são oito quilômetros. Então escraviza. É de sol a sol. Antes do dia clarear tem que estar no serviço, você então não tem tempo prá praticá a religião, então eles foram obrigados a deixar. Porque eles desciam e tinham que ficar atento para não perder o horário de outro dia, pra chegar no serviço, submisso aos senhores.

S – Então todos participaram de mineração aqui?

C – Participaram.

S – E depois com o fim da mineração vocês passaram a cultivar a terra?

C – A exploração, o cultivo da terra vem só depois de 1930. Mas só a partir de 1930 que começou o cultivo de terras aqui, que antes disso, era só tirando uma faisquinha de ouro aqui e trocando em Mato Grosso. É todo dia troca Trabalhava durante todo dia e à tarde ia trocá. Só dava prá come hoje à noite e amanhã. Amanhã de tarde tinha que troca di novo.

S – Então vocês já tinham uma tradição de garimpo?

C – Já tinha suspenso o garimpo, eles aprendeu a fazer também com os bandeirantes.

S – E a garimpagem era feita onde?

C – No rio. A bateinha no braço lançava e juntava o da bateia. Pedro Lopes tem bateia.

De garimpo ele sabe muito lhe falar.

S – Não é o pai...

C – É o pai de Lourdinha.

S – Ele mora onde?

C – Lá no fundo, prá cá daquela que a gente tá vendo.

S - Depois do reconhecimento de terra como quilombola, com o título, como é que ficou?

C – Melhorou. Agente ficou conhecido nacionalmente. Melhorou porque a gente participa também. Antes da gente ser reconhecido, nós foi reconhecido em 99, a gente, a associação foi feita em 87. Mais recentemente alguns começou a estudar. Eu sou um dos primeiros a estudar aqui.

S – Você fez até que curso e que curso você fez?

C – Eu fiz magistério e técnico de contabilidade.

S – Então você é técnico em contabilidade e professor?

C – Agora também sou auxiliar de enfermagem.

S - Trabalha como auxiliar de enfermagem?

C – É, fiz curso de auxiliar de enfermagem, fui professor um tempo, seis anos. Sou auxiliar de enfermagem aproximadamente há 12 anos.

S – Você concluiu o 2º grau em que ano?

C – Foi em 86.

S – Em 87 você já estava liderando aqui? Formando a associação?

C – Já. A liderança veio muito antes de eu estudar. A liderança minha veio a partir dos 13 anos.

S – É? Como foi isso?

C – O trabalho com a comunidade, da igreja. Ajudando aí, eu tava só no primário, na 3ª série.

S – A igreja então ajudou?

C – O meu ponto de partida foi a igreja.

S – E hoje, qual a sua participação na Igreja Católica?

C – Eu sô ainda de igreja, já fiz alguns trabalho a nível de diocese, já fui coordenador da pastoral diocesana, na comunidade de base. Hoje sou dirigente da comunidade, faço parte da direção.

S – Eu soube que algumas pessoas aqui da comunidade fazem o que a gente chama de passar o ramo.

C – Isso não existe.

S – Sobre isso?

C – Já tem aí, é muito pouco hoje. O setor que faz isso.

S – Esse passar o ramo (eu não tenho nenhum conhecimento sobre isso) poderia estar ligado a outra religião?

C – Está ligado a religião afro, é no terreiro que tem isso de benção a pessoa. Tá ligado a religião afro. É uma manifestação. É chamada religiosidade popular.

S – Sim.

C – Tem um bocado de coisa que não são religião. Esse negócio de benzer é religiosidade popular. Como a recomendação das almas que se faz na semana santa, nas encruzilhadas de noite.

S – Aqui tem isso?

C – Tem. Então só as comunidades negras que têm.

S – Na realidade não mexe com entidade de religião africana, pelo menos a recomendação das almas.

C – Não tem uma entidade não. É uma coisa particular, não recebe nenhum benefício para isso. Não tem como criar um estatuto pra isso. Esse negócio de terreiro é reconhecido pelo governo federal.

S – Embora você pensa que, passar o ramo, a encomendação das almas, estão ligadas a religião africana.

C – É. Ao saber popular.

S – Quanto as melhorias da comunidade, embora você já tenha estudado, hoje estamos vendo jovens saírem para estudar.

C – Eu fiz um curso de atendente de enfermagem à parte, de .um ano corrido, assim. Eu não podia falhar nenhum dia. Depois eu fiz um outro curso de teologia da lei, ligada a religião católica. Vai ser reconhecido pela UNEB<sup>5</sup>, pelo campus que a gente tem.

S – E agora sobre os jovens que estão saindo? Esses cursos que você fez teve alguma entidade que...

C – O curso foi feito pelo Estado, o curso auxiliar de enfermagem não comprava livro, não comprava nada, tudo recebia do estado, pela escola Jovem Noviço de Salvador e o curso

---

<sup>5</sup> Universidade Estadual da Bahia

de Teologia da Lei, é pela diocese. Dava uma contribuição, alguma coisa lá e a diocese que mantinha esse curso. A primeira turma recebeu o diploma sábado passado, o certificado, os outros serão no final do ano, todos de segunda turma. Eu sai da primeira turma.

S – E sobre esses jovens que estão saindo hoje? Eles estão sendo favorecidos por uma política de apoio as comunidades quilombolas?

C – Não. É uma parceria, não sei explicar muito. Uma parceria que o governo Cubano, que o governo Fidel Castro começou.

S – Você poderia falar sobre os jovens que estão saindo da comunidade para estudar fora?

C – Dos jovens que estão saindo para estudar fora foi a única oportunidade, que foi muito rapidamente assim. Que no Brasil, no início, foi muito difícil, os negros entrar em uma faculdade. Principalmente quem estudou numa escola pública. Se não fosse lá cursinho nas grandes cidades não conseguiam. Então nós conseguimos espaço junto a CONEN<sup>6</sup> prá mandar nossos jovens pra Cuba. Nós estamos mandando de dois a dois. Mandamos dois, mandamos mais dois, acabamos mandando seis. Lá tem seis jovens iniciando, e terminando o curso no próximo ano, e terminando em 2012.

S – Eles estão fazendo o que lá?

C – Medicina, Cuba dá o curso. Só tava tendo no início medicina e educação física, mas esse anos, só medicina. E temos outros, depois disso aí abriu espaço e temos alguns fazendo enfermagem, fazendo história, fazendo administração e outros aí, nutrição também. A maioria na área da saúde.

(Carmo não falou, mas um dos jovens da comunidade de Bananal que faz medicina na UFBA<sup>7</sup>, obteve auxílio de família de Salvador, conhecida deles e o processo de ingresso na universidade se deu através da opção pelas cotas.)

S – E isso se deve a quê?

C – Se deve a organização comunitária.

S – A questão das cotas ajudou?

C – As cotas também, o que fez chegar a isso foi a comunidade se organizando.

S – E como é essa organização? Você poderia falar pra mim?

C – A associação como quilombo que a gente foi prá Cuba como quilombola.

S – E para as outras faculdades?

---

<sup>6</sup> Coordenação Nacional de Entidades Negras

<sup>7</sup> Universidade Federal da Bahia

C – Entraram também como quilombolas. Faz uma declaração, declarando e reconhecendo aquela pessoa como quilombola daquela região.

S – Comunidade foi reconhecida nas organizações negras urbanas de Salvador?

C – Reconhecidas não. Foram ajudadas, foram reconhecidas pela Fundação Palmares. Fizeram parcerias. Os movimentos negros urbanos de Salvador que ajuda os quilombos rurais a desenvolver, mas o reconhecimento se dá à próprias pessoas da comunidade.

S – Vocês se declaram quilombolas porque tem título?

C – Não, porque somos refugiados, fomos escravos e somos libertos. Se declara como remanescente. Mas não é o título, a gente tem que identificar a gente mesmo. Somos descendentes de africanos e passamos por um processo de sofrimento, de escravidão, nossos antepassados foram escravizados. E aí nenhuma entidade pode declarar como remanescente, quem tem que se declarar é a própria comunidade. Depois a fundação Palmares tem que emitir o título.

S – Se sentir quilombola, a questão identitária de vocês ficou mais forte a partir do reconhecimento?

C – Ficou mais forte na parte da assistência, agora os quilombolas podem ter uma associação e o governo pode acompanhar. Tem a SEPPIR<sup>8</sup> que é a Secretaria racial, realmente voltada para a questão de comunidades tradicionais, os quilombos também é comunidade tradicional. São os ciganos, são os índios e assim por diante, os terreiros, os povos nômades.

S – Agora uma coisa que eu queria que você falasse pra mim, é a respeito dos matrimônios. Eu tenho observado que as pessoas tem uma certa preferência para se casarem entre membros da comunidade, dentro deste espaço territorial.

C – Essa...essa...espaço...é do conhecer também. De conhecer mais aquele que tá em volta. Então tem que ser encarado é assim, todas comunidades aqui é assim. Tem que ser casado na própria comunidade. No Jiló também é assim. Agora quando se vai prá São Paulo, de lá já se casa com outro, de outros lugares misturados.

S – Eu tenho visto muito assim, uma pessoa do Bananal que é casada com outra de Barra.

C – Isso. Comunidades de Riacho das Pedras, Bananal e Barra se casam entre si. Se casam mais entre si. É difícil um casar fora.

S – A que se deve isso?

C – Eu não sei como explicar, casava muitos primos.

---

<sup>8</sup> Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

S – Primos com primos?

C – É.

S – Continua casando ainda?

C – Continua.

Ainda sobre religião

S – A devoção de São Sebastião quando começou?

C – Começou há muitos anos atrás. A gente não tem a data não. Mas começou...a nova igreja foi construída em 25, teve uma capela antes que acabou. A devoção numa casa. A igreja começou no quarto de uma casa, do seu Isidro José da Silva porque era o patriarca. Todos da comunidade depende (descende) dele. Quase todas as família depende dele.

S – E como começou?

C – Ai foi invocado São Sebastião para livrar da peste, fome e guerra, doenças repentinas e males contrariosos. E por causa do garimpo (..) no garimpo as pessoas se resfriavam demais e dava febre e dava aquelas convulsões e o povo pensava que era doença ruim, então invocou São Sebastião. Então São Sebastião é invocado contra esses males. A peste, fome e guerra e doenças repentinas e males contrariosos.

S – São Sebastião é um santo guerreiro?

C – Ele foi soldado. Ele foi chefe de guarda Romana e era Santo (?) (homem) do Imperador Constantino (...) e aí ele foi perseguido por causa de ser cristão e ele foi morto. Ele é mártir, porque ele foi algemado e ele foi setado com setas venenosas prá ver se matava o Santo. Foi amarrado no mastro. A história de São Sebastião é muito comprida, muito assim...assim...de reflexão. Ele foi muito perseguido. Deram a ele várias propostas para ele deixar de ser cristão mas ele não desistiu, então o Imperador mandou matar.

Fim da entrevista.

## ANEXO A – DOCUMENTOS

### Rio de contas 07 de Maio de 1998

DO : Presidente da associação do desenvolvimento Comunitário Rural da Barra do Brumado

Ao: gerente do DNOCS ( Livramento Brumado)

Assunto : Solicitação de instrumentos para melhoria de vida da população

O Povoado de Barra e Bananal , foi originado de quilombos, formado no século XVII, e hoje vive de Agricultura de sub sistêmica do artesanato local ,de visita de diversos estados Brasileiros e também estrangeiros., povoado este pertencente ao Município de **Rio de Contas - BA** . Povoado mencionado acima foi desapropriado uma parte de suas terras pelo DNOCS, para construção da Barragem, que serve a Livramento , e D. Basilio desde 1978, as áreas agricultáveis , em partes foram sub mesas , pelo enchimento do lago , o pessoal do povoado não foi contemplados com a distribuição de lotes no bloco III como irrigastes, o êxodo rural depois da desapropriação cresceu bastante levando muitas pessoas a São Paulo , que devido ao desemprego, estão voltando para a comunidade local , onde reina a pobreza total pois a seca, como e do conhecimento de V.as através da empresas escrita e falada , acabou com a agricultura de subsistência ,o que pode levar ama uma crise social grave . diante do exposto mencionado acima solicitamos :

Regularização das terras não vazante , devolvendo os títulos das terras não indenizadas pëlos DNOCS , pois na época foi indenizadas metades das propriedades , definição das áreas restante a que forma a poligonal de contorno, concessão das áreas de vazante para o plantio nas épocas de estiagem, pois nessas áreas o solo e bastante fértil .

- canos de 6 polegadas (ferro) para servir de abastecimento ao Povoado do Bananal o qual o DNOCS deixou privado de água potável e aproveitamento do mesmo, para pequenas irrigações de subsistência

l. diante do baixo poder aquisitivo do pessoal da comunidade , solicitais um trator para lavrar terras , pois as maneiras ainda adotadas da comunidade

16415184/0001-90  
 ASSOCIAÇÃO DE DESENV. COMUNITARIO  
 R. DE BARRA DO BRUMADO  
 POV. DE BARRA DO BRUMADO  
 SEDE - CEP 45170-00  
 R. DE CONTAS - BA

são ainda muito primitiva, este trator ficara emprestado a comunidade com monitoramento do DNOCS (escritório de Livramento) considerando as pequenas áreas cultiváveis de hortas ( fundo de quintal ) solicitamos kit de irrigação de 03 hectares para estruturamos uma horta comunitária.

Esperamos que nossas solicitações sejam atendidas,aproveitamos o ensejo para reitera nossos protesto de alta estima e apreço.

Atenciosamente

*Barro Fogaçim da Silva*  
PRESIDENTE

processo em encaminhamento no Dnocs sob n 02255-000460/98

16415184/0001-90  
ASSOCIAÇÃO DE DESENV. COMUNITÁRIA  
R. DE BARRA DO BRUMADOURA  
POV. DE BARRA DO BRUMADOURA  
SEDE - CEP 48170-000  
RIO DE CONTAS - BA

A 4ª DE/O - DR. HORACIO  
Para análise e anexar ao  
processo

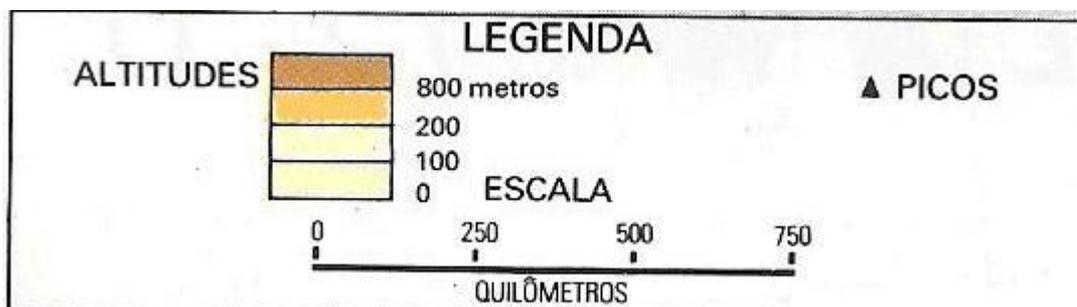
16.08.99

*[Signature]*  
RICARDO VELLOSO DANTAS AZIL  
Diretor Regional  
DNOCS

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS**  
**4ª DIRETORIA REGIONAL - DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS**  
**PLANILHA DE CUSTO**

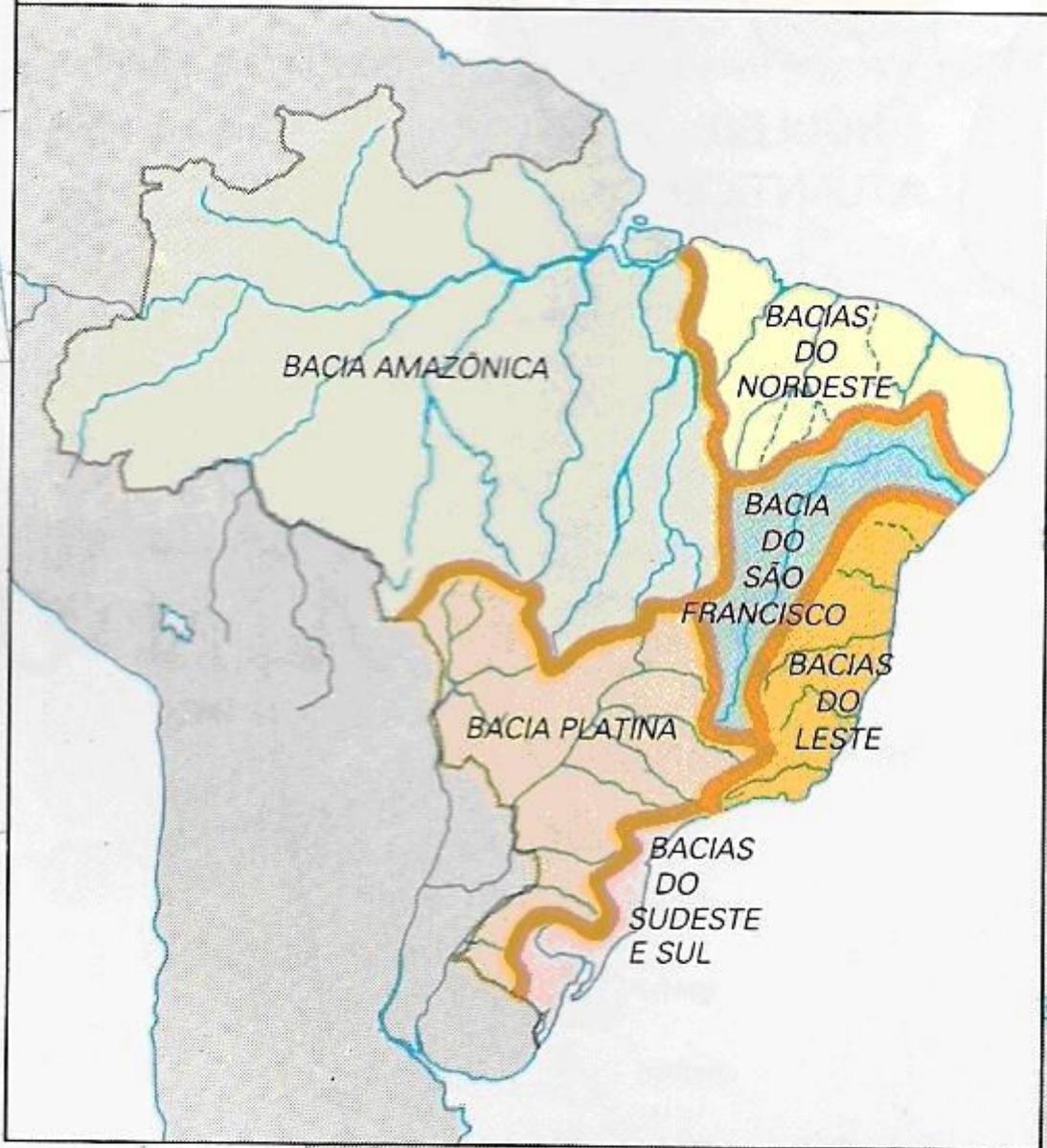
| ITEM               | ATIVIDADE                                           | UNIDADE | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO<br>R\$ | PREÇO TOTAL<br>R\$  |
|--------------------|-----------------------------------------------------|---------|------------|-----------------------|---------------------|
| <b>1</b>           | <b>Confeção projetos de irrigação e urbanização</b> |         |            |                       |                     |
| 1.1                | Diárias                                             | verba   | 1          | 12.800,00             | 12.800,00           |
| 1.2                | Passagens                                           | verba   | 1          | 6.000,00              | 6.000,00            |
| 1.3                | Transporte                                          | 1       | 6          | 1.200,00              | 7.200,00            |
| <b>Sub-total 1</b> |                                                     |         |            |                       | <b>26.000,00</b>    |
| <b>2</b>           | <b>Implantação de projeto de irrigação</b>          |         |            |                       |                     |
| 2.1                | Construção do sistema                               | hectare | 60         | 13.000,00             | 780.000,00          |
| 2.2                | Máquinas e implementos                              | verba   | 1          | 30.000,00             | 30.000              |
| <b>Sub-total 2</b> |                                                     |         |            |                       | <b>810.000,00</b>   |
| <b>3</b>           | <b>Condições sanitárias</b>                         |         |            |                       |                     |
| 3.1                | Reforma das casas existentes                        | 1       | 60         | 6.000,00              | 360.000,00          |
| 3.2                | Posto médico                                        | 1       | 2          | 5.000,00              | 10.000,00           |
| 3.3                | Equipamentos desportivos                            | 1       | 2          | 5.000,00              | 10.000,00           |
| 3.4                | Infraestrutura urbana                               | verba   | 1          | 20.000,00             | 20.000,00           |
| <b>Sub-total 3</b> |                                                     |         |            |                       | <b>400.000,00</b>   |
| <b>4</b>           | <b>Treinamento de mão de obra</b>                   |         |            |                       |                     |
| 4.1                | Treinamento de irrigantes                           | 1       | 70         | 2.000,00              | 14.000,00           |
| <b>Sub-total 4</b> |                                                     |         |            |                       | <b>14.000,00</b>    |
| <b>5</b>           | <b>Assistência à comunidade</b>                     |         |            |                       |                     |
| 5.1                | Passagens                                           | verba   | 1          | 5.000,00              | 5.000,00            |
| 5.2                | Diárias                                             | verba   | 1          | 12.000,00             | 12.000,00           |
| 5.3                | Transporte                                          | 1       | 24         | 1.200,00              | 28.800,00           |
| <b>Sub-total 5</b> |                                                     |         |            |                       | <b>45.000,00</b>    |
| <b>TOTAL GERAL</b> |                                                     |         |            |                       | <b>1.295.000,00</b> |

## ANEXO B – MAPAS



**Mapa 1** – Aqui o rio aparece como Rio das Contas. Na parte inferior à esquerda, notar o divisor das bacias do São Francisco e da Bacia (SIMIELLI, 1995).

# BACIAS HIDROGRÁFICAS



**LEGENDA**

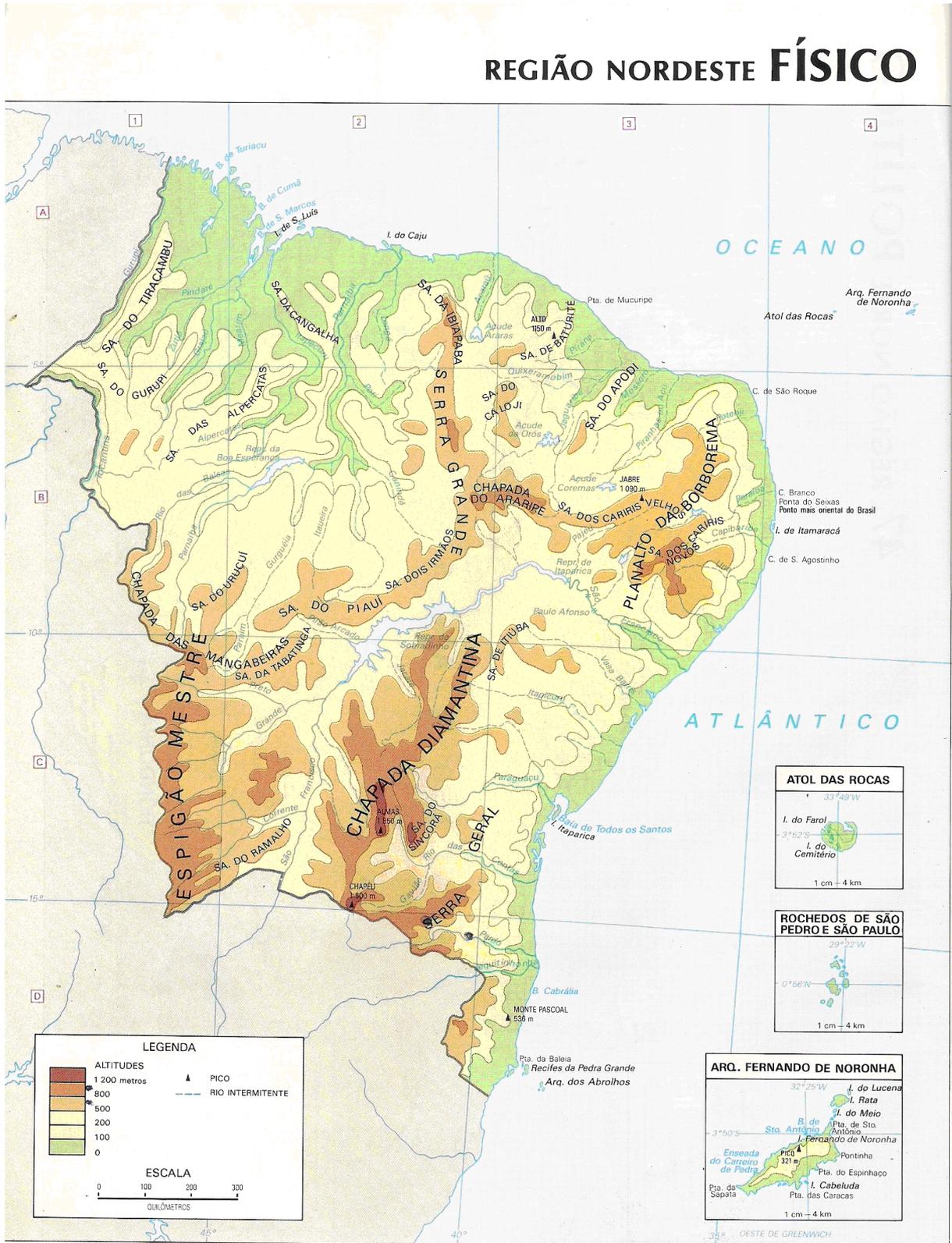
**ALTITUDES**

|  |            |
|--|------------|
|  | 800 metros |
|  | 200        |
|  | 100        |
|  | 0          |

**ESCALA**

0 250 500 750  
QUILÔMETROS

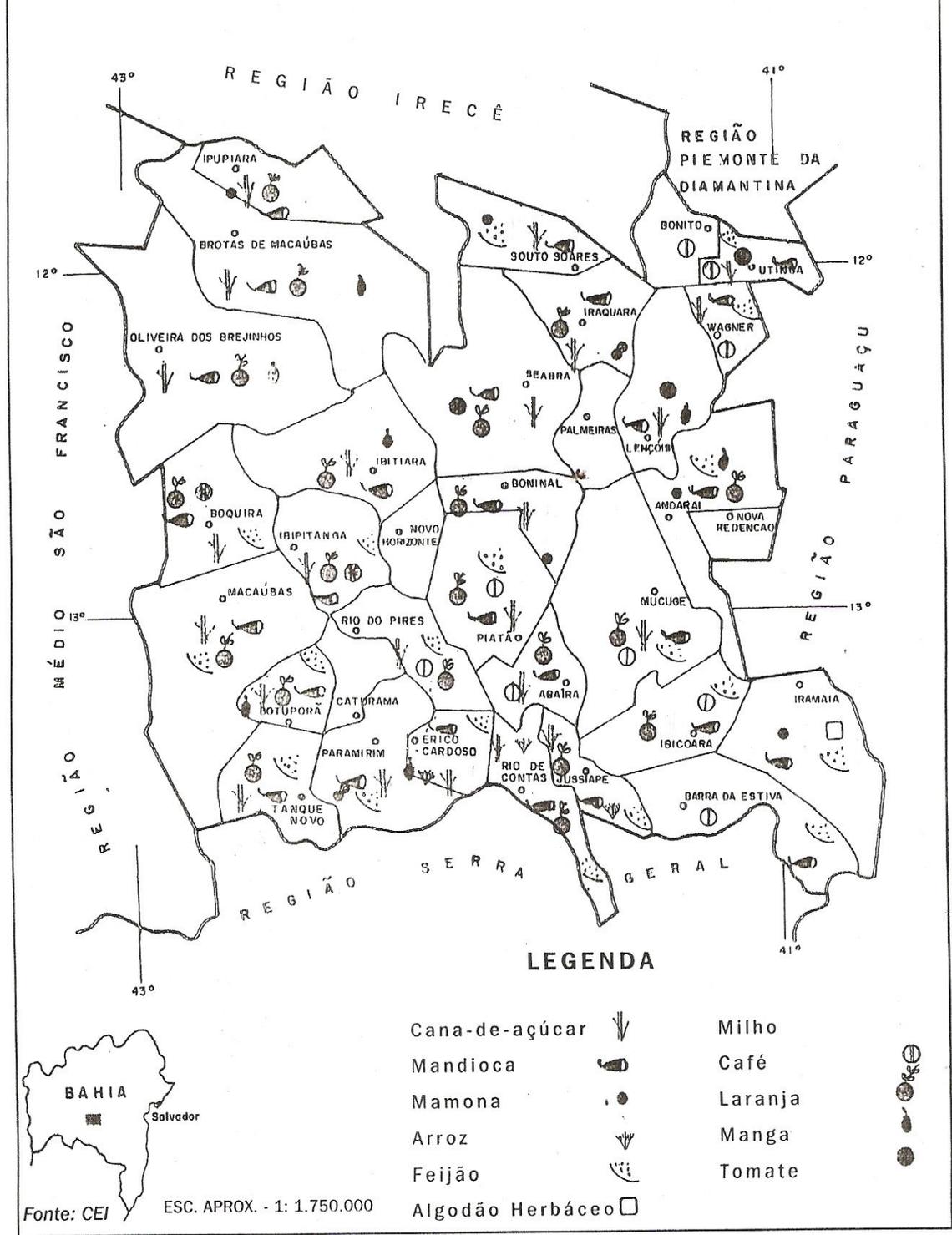
**▲ PICOS**



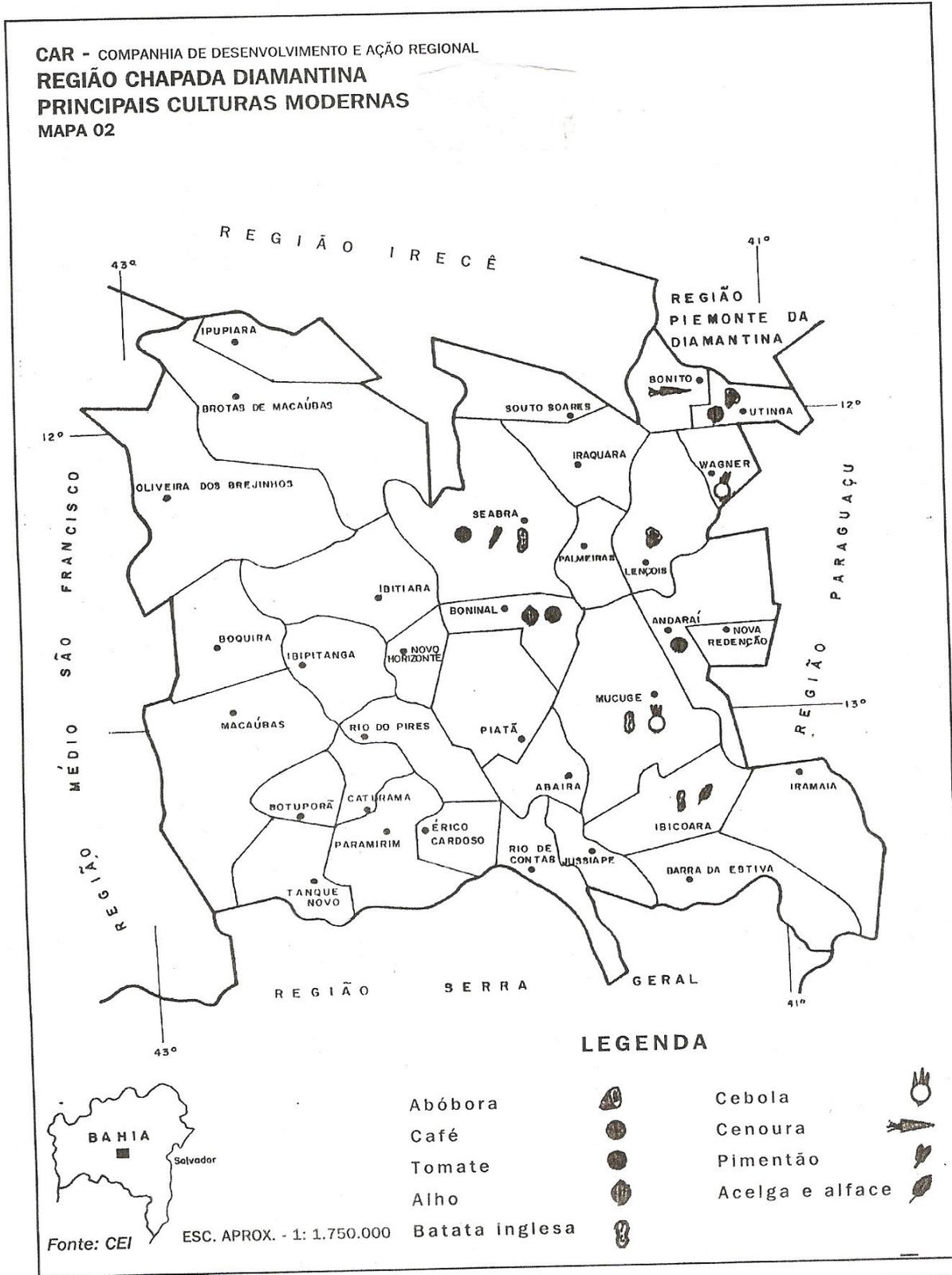
Mapa 2 – Região Nordeste, visão do relevo da Chapada Diamantina e nascente do Rio das Contas. (SIMIELLI, 1995)



CAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL  
REGIÃO CHAPADA DIAMANTINA  
PRINCIPAIS CULTURAS TRADICIONAIS  
MAPA 01



Mapa 4 – Agricultura desenvolvida nas comunidades.



**Mapa 5 - Agricultura desenvolvida recentemente na Chapada Diamantina.**